



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**WALÉRIA KÁSSIA MARTINS DA SILVA**

**DOS SINDICATOS DOS PADRES À IGREJA VIVA:**  
Igreja Católica e questões sociais do campo no Brejo paraibano  
da década de 1960

JOÃO PESSOA - PB  
2020

WALÉRIA KÁSSIA MARTINS DA SILVA

**DOS SINDICATOS DOS PADRES À IGREJA VIVA:**  
Igreja Católica e questões sociais do campo no Brejo paraibano  
da década de 1960

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira  
Área de Concentração: História e Cultura Histórica  
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA - PB  
2020

WALÉRIA KÁSSIA MARTINS DA SILVA

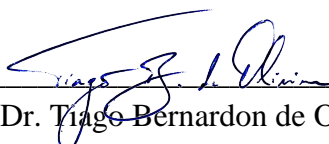
**DOS SINDICATOS DOS PADRES À IGREJA VIVA:  
IGREJA CATÓLICA E QUESTÕES SOCIAIS DO CAMPO NO BREJO  
PARAIBANO DA DÉCADA DE 1960**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

Área de Concentração: História e Cultura Histórica  
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades


Dissertação aprovada em 7 de agosto de 2020.

**Banca Examinadora:**



---

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira  
(PPGH-UFPB – Orientador)



---

Prof. Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima  
(PPGH-UFPE)



---

Prof. Dr. Samuel Carneiro de Maupeou  
(PPGHCE-UECE)



---

Prof. Dr. Paulo Giovanni Antonino Nunes  
(PPGH-UFPB)

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586s Silva, Waléria Kássia Martins da.

Dos sindicatos dos padres à igreja viva: Igreja Católica e questões sociais do campo no Brejo paraibano da década de 1960 / Waléria Kássia Martins da Silva. - João Pessoa, 2020.

175 f. : il.

Orientação: Tiago Bernardon de Oliveira.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Igreja Católica - Movimentos sociais. 2. Trabalhadores rurais. 3. História - Brejo paraibano - 1960. 4. Sindicalismo rural. 5. Movimento igreja viva. I. Oliveira, Tiago Bernardon de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 272-662:3(043)

À minha mãe, meu porto seguro.

## AGRADECIMENTOS

Penso que agradecer é uma forma de reconhecer que não caminhamos sozinhos e este trabalho só foi possível porque teve muitas contribuições. De forma bastante especial, agradeço e também dedico este trabalho a Lidineide Vieira da Costa, que me permitiu sonhar e acreditar em momentos de indecisão. Eu me recordo, vividamente, das tuas palavras de incentivo, quando quase ninguém deu, do momento que me acolheste em tua casa e de quando eu estive em meio às lágrimas, e você me disse que era possível. Pois bem, foi possível. E sem você, certamente, teria sido mais difícil.

Ao meu orientador de longa data, que foi capaz de aguentar todas as versões de mim durante todos esses anos que nos conhecemos. Neste ano em particular, quando eu não mais aguentava sequer escrever, ele me enchia de uma força, própria de alguém tão singular e inspirador como ele. Tenho uma imensidão de coisas a agradecê-lo, as quais nem sei se cabem nessas palavras. Aprendi muito e me parece que ainda falta muito a aprender. Não posso deixar de expressar o carinho e admiração que tenho por ele, do orgulho que tenho de ter sido sua orientanda e de ter partilhado tantos bons momentos com alguém tão humano e simples.

À banca, por ter aceitado tão gentilmente o convite de contribuir com este trabalho. É com grande estima e gratidão que partilho esse trabalho com vocês e dedico minha atenção para com todas as contribuições advindas da atenta leitura que fizerem.

Aos padres das paróquias e funcionários (as) dos sindicatos rurais do Brejo por onde passei e fui tão bem recebida. Agradeço pelas partilhas, pela paciência e atenção que me dispuseram. Não citarei nomes para que não haja esquecimentos, mas guardo com muita alegria a trajetória que percorri durante os meses de pesquisa.

Ao Serviço de Educação Popular (SEDUP), na figura de Dinalva, pela confiança e recepção com que me recebeu. Os poucos dias que partilhamos foi de muito aprendizado para mim. Lamento não ter conseguido ajudar tanto quanto eu gostaria.

Aos funcionários dos arquivos por onde passei: Ricardo Grisi, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de João Pessoa; Renata Cotrim no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Unesp em São Paulo; e Vanessa Lenier na biblioteca de obras raras Átila de Almeida em Campina Grande.

À CAPES, pela bolsa de estudo. Lamento que em momentos turbulentos, como o que estamos vivendo, muitos colegas estejam sendo impossibilitados de produzir suas pesquisas em decorrência da ausência de bolsas.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho (GEPEHTO), do qual eu faço parte. Sou imensamente grata por esse espaço de companheirismo e debates que me acompanharam durante os anos de mestrado e certamente me acompanharão por mais anos que virão.

Aos colegas de turma com os quais partilhei momentos felizes. Em especial a Lucas Nóbrega por todas as vezes que atenciosamente tirou minhas dúvidas e/ou me ajudou com questões da pesquisa.

À minha família, amigas e amigos que me deram todo o suporte afetivo para que esse trabalho fosse realizado. Nos mínimos detalhes tenho sido cuidada por vocês, não existem palavras para agradecer o que fazem por mim. Em especial, muito especial mesmo, a Ana Carolina, André Carvalho e Sarah Lemos, com quem dividi a alma, as lágrimas, as risadas, as raivas e, neste momento, as conquistas. Sempre terei algo a agradecer a vocês.

Por último, mas não menos importante, ao meu companheiro, Francisco Neto, que partilha comigo os mais diversos momentos dessa vida. Que fica mais feliz que eu mesma com minhas vitórias e tão triste quanto eu, nas derrotas, mas que, no fim, permanece sempre presente para construir comigo novas possibilidades.

*“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”*

Karl Marx



## RESUMO

Durante a década de 1960, o Brejo paraibano viu florescer no campo movimentos ligados à Igreja Católica. Esses movimentos demonstram a complexidade de atuação desta instituição religiosa. Nos primeiros anos da década, orientada por sua Doutrina Social, de perspectiva fortemente anticomunista e de promoção de harmonia entre as classes sociais, a Igreja Católica atuou na formação de sindicatos de trabalhadores rurais, com intuito de conter o avanço das Ligas Camponesas no estado. Estes sindicatos ficaram conhecidos como “Sindicatos dos Padres” e atuaram em prol da classe trabalhadora com determinados limites, sempre dentro da ordem estabelecida. Com o golpe de 1964, apoiado pela própria Igreja Católica paraibana, os sindicatos passaram por um processo de esvaziamento, a Igreja considerava o trabalho de combate ao comunismo encerrado após a chamada “revolução” que chegava com ajuda divina. No entanto, ao longo dos anos subsequentes, parte da Igreja Católica passou por mudanças de avaliação sobre a realidade social daquele período e promoveu mudanças na sua forma de intervir, com vistas à promoção de lutas por conquistas de direitos e atuou no Brejo a partir de uma nova concepção, expressa a partir do movimento “Igreja Viva”. Esta dissertação busca investigar o processo de aproximação e relação da Igreja Católica com os trabalhadores rurais do Brejo paraibano durante a década de 1960, buscando analisar as diversas expressões que a Igreja Católica se manifestou neste período. A partir da análise de fontes primárias como jornais, atas de reuniões dos sindicatos, livros de tombo das paróquias, cartas sindicais, e documentos produzidos pelos movimentos leigos da Igreja Católica, em cruzamento com a pesquisa bibliográfica, e com o suporte teórico de Antonio Gramsci e de Pierre Bourdieu, buscamos contribuir com o processo de produção do conhecimento histórico através de uma análise das formas de atuação da Igreja Católica junto aos trabalhadores rurais no Brejo paraibano durante a década de 1960.

**Palavras-chave:** Brejo paraibano. Igreja Católica. Trabalhadores rurais. Sindicalismo rural.

## ABSTRACT

During the 1960's, in Brejo paraibano, union associations and rural workers movements associated to the Catholic Church flourished, demonstrating the historical complexity of this religious institution in social, political, cultural and symbolic dimensions. With a strongly anti-communist perspective and promoting harmony between social classes, as guided by its Social Doctrine, the Catholic Church of Paraíba in the early 1960's organized a formation of rural workers' unions in order to make the Brejo micro-region something like a "containment belt" of the "subversive" advance of the Peasant Leagues in the rural areas of the state. These unions, popularly known as "Unions of the Fathers", acted in favor of the working class always within the order. With the 1964 coup, instituted with the support of the Catholic Church itself, these unions went through an emptying process, since it considered that the work to counter communism had ended after the so-called "revolution". However, over the following years, part of the Catholic Church underwent changes in its assessment of the social reality of that period and promoted changes in the way it intervened in the region. In order to promote struggles for the acquisition of rights, part of the Church reoriented its action in Brejo with the development of a new conception expressed in the "Igreja Viva" movement. Based on the analysis of primary sources, such as newspapers, minutes of union meetings, union letters, books from the parishes and documents produced by the lay movements of the Catholic Church of Paraíba, especially from Brejo itself, and in dialogue with the specialized bibliography, and with the theoretical support of Antonio Gramsci and Pierre Bourdieu, we seek, in this Master's Dissertation, to contribute to the process of producing knowledge about the Social and Political History of Brazil, especially the History of Paraíba, through the analysis of the relationships established by this traditional ecclesiastical institution with the rural working class of the mid-20th century.

**Keywords:** Brejo of Paraíba. Catholic church. Rural workers. Rural unionism.

## LISTA DE ABREVIATURAS

AC - Ação Católica  
ACB - Ação Católica Brasileira  
ACR - Ação Católica Rural  
ANCAR - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural  
AP - Ação Popular  
APA - Ação Pastoral Arquidiocesana  
APREP - Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba  
API - Associação Paraibana de Imprensa  
CEB - Comunidade Eclesial de Base  
CEPLAR - Campanha de Educação Popular  
CLT - Consolidação das Leis de Trabalho  
CNCO - Confederação Nacional dos Círculos Operários  
COC - Círculos Operários Católicos  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
DSI - Doutrina Social da Igreja  
ETR - Estatuto do Trabalhador Rural  
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola  
JAC - Juventude Agrária Católica  
JEC - Juventude Estudantil Católica  
JFC - Juventude Feminina Católica  
JIC - Juventude Independente Católica  
JMC - Juventude Masculina Católica  
JOC - Juventude Operário Católica  
JUC - Juventude Universitária Católica  
LEC - Liga Eleitoral Católica  
LILA - Liga dos Latifundiários

MEB - Movimento de Educação de Base  
MER - Movimento de Educação Rural  
MTIC - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio  
MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social  
PCB - Partido Comunista do Brasil  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSD - Partido Social Democrático  
PR – Pastoral Rural  
SAMDU - Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência  
SAPPP - Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco  
SAPS - Serviço de Alimentação e Previdência Social  
SAR - Serviço de Assistência Rural  
SEDUP - Serviço de Educação Popular  
SNA - Sociedade Nacional da Agricultura  
SORPE - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco  
SRB - Sociedade Rural Brasileira  
STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais  
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
SUPRA - Superintendência de Reforma Agrária  
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

# Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2. CATOLICISMO, MODERNIDADE E QUESTÕES SOCIAIS: UM CAMINHO PARA A SINDICALIZAÇÃO RURAL</b> .....	23
<b>2.1 A Igreja Católica na Europa: o combate ao mundo moderno</b> .....	23
<b>2.2 Doutrina Social da Igreja</b> .....	30
<b>2.3 - Igreja Católica no Brasil: reorganização e primeiras aproximações com o mundo do trabalho</b> .....	39
<b>2.4 Igreja e Estado na Era Vargas: a construção do sindicalismo católico</b> .....	53
<b>2.4.1 Círculos Operários Católicos (COC), a Ação Católica Brasileira (ACB) e a Liga Eleitoral Católica (LEC)</b> .....	55
<b>2.4.2 Igreja, Estado e legislação na construção do sindicalismo rural no Brasil</b> .....	60
<b>2.5 A atuação da Igreja Católica no campo brasileiro</b> .....	67
<b>3. IGREJA CATÓLICA E QUESTÕES AGRÁRIAS NA PARAÍBA</b> .....	78
<b>3.1. Igreja Católica na Paraíba</b> .....	78
<b>3.2 A questão agrária na Paraíba</b> .....	85
<b>3.3 Anticomunismo e combate às Ligas Camponesas nas páginas do jornal <i>A Imprensa</i></b> .....	109
<b>4. DOS SINDICATOS DOS PADRES À IGREJA VIVA: INFLEXÕES INSTITUCIONAIS PROMOVIDAS PELA DINÂMICA DE CLASSES NO BREJO PARAIBANO DA DÉCADA DE 1960</b> .....	119
<b>4.1 A sindicalização rural do Brejo Paraibano</b> .....	119
<b>4.2 O golpe de 1964 e os sindicatos rurais: perspectivas</b> .....	137
<b>4.3 Igreja Católica no pós-golpe paraibano: experiência de uma nova forma de ser Igreja</b> ...	146
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	164
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	167
<b>7. ACERVOS E FONTES PRIMÁRIAS</b> .....	174

## 1. INTRODUÇÃO

O caminho trilhado na pesquisa e produção historiográfica perpassa uma íntima relação entre o(a) historiador(a) e o seu tema. Este trabalho é fruto de inquietações pessoais, mas não se limita a isso, faz parte do desejo de uma historiadora em contribuir com a produção do conhecimento histórico sobre seu próprio espaço. São palavras e frases que entrelaçam a história de uma região com a história de quem a escreve, buscando manter o rigor teórico-metodológico nesse processo.

Nascida no município de Bananeiras, na Paraíba, desde minha infância ouço histórias sobre a região do Brejo, onde se localiza. Tradições, trabalho, fé, superstições. Todos esses elementos compõem meu imaginário e me influenciaram para o desejo de pesquisa que só se tornou possível quando entrei no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Andar pelas ruas das cidades do Brejo é caminhar sobre uma história que é pouco contada, mencionada, até mesmo entre nós que somos filhos dessas terras. Há muito o que falar. A ótica da história social acaba nos direcionando para um olhar muito específico, sobre as questões econômicas e de trabalho, questões sobretudo humanas que compõem a sociedade que nos rodeia. Esse foi o engatinhar da pesquisa.

Veza e outra fora mencionado para mim quando criança que os antigos escravizados destas terras vinham em sonho nos entregar botijas. Dinheiro/ouro dos seus antigos senhores enterrados em lugares secretos. Homens e mulheres negros que trabalhavam nos extensos canaviais onde hoje está situada a minha casa. Minha mãe, quando criança, pôde experimentar a vida na fazenda de um senhor de engenho, é ela que me conta ainda hoje essas histórias. Sua perspectiva é a dos trabalhadores. São muitos os elementos que me levam a esta pesquisa. Ouvir como minha mãe viveu em sua infância trabalhando no roçado para um dono de engenho de cana-de-açúcar me fez querer compreender essa lógica de trabalho que trouxe consigo muita luta por tantos homens e mulheres com os quais não tive a oportunidade de falar sobre suas infâncias, seus medos, suas histórias.

Desta forma, ao querer refletir a história dos trabalhadores rurais do Brejo paraibano, não pude me distanciar da Igreja Católica e sua atuação no meio rural. São narrativas que se entrelaçam, se complementam. Assim, por meio de uma fé que também partilhei, e que é motivo de estudos desde o período de graduação, foi possível construir esta dissertação.

A Igreja Católica, por sua vez, atua em questões sociais no meio rural brasileiro com maior ênfase desde o início de 1950. Um marco importante desta relação é a carta pastoral de

1950 *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma agrária*, do bispo de Campanha, Minas Gerais, Dom Inocêncio Engelke. Ela trata da possibilidade de a Igreja Católica perder sua influência sobre os trabalhadores do campo. Afinal de contas, a Igreja Católica estava em luta, contrapondo-se à modernidade e ao direcionamento das questões sociais por meio de movimentos socialistas e comunistas.

Essa atuação chegará ao Brejo paraibano, uma das 23 microrregiões que compõem o estado da Paraíba. Marcada por altitude, clima e vegetação características, esta microrregião reúne condições oportunas para o desenvolvimento da agricultura. O cultivo da terra é um dos pilares fundamentais da economia brejeira. Desde a subsistência até a produção de cana-de-açúcar, o Brejo Paraibano foi marcado por ciclos econômicos que demonstram a força e a importância da agricultura para seu desenvolvimento. Sua colonização e ocupação do território, que hoje é formado pelos municípios de Areia, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Bananeiras, Borborema, Pilões, Serraria e Matinhas, teve início no século XVII, e algumas cidades como Areia, tiveram importante destaque econômico, cultural e político no cenário estadual.

A atuação da Igreja Católica no Brejo no início da década de 1960 se estabelece numa tentativa de barrar a atuação das Ligas Camponesas na Paraíba, movimento social ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e com estreitas relações com as Ligas já consolidadas do estado de Pernambuco por meio de Francisco Julião. O Brejo se transformou numa espécie de cinturão a impedir a expansão das Ligas pelo campo paraibano.

O projeto católico no Brejo, seguindo orientações que perpassam a dimensão regional, mas que está muito mais atrelada a uma postura global da Igreja, se manifestou na construção dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais da Paraíba, os primeiros reconhecidos por parte do governo federal, a partir do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), em 1962.

Para compreender a relação estabelecida com os trabalhadores rurais do Brejo, ao falar da Igreja Católica é importante mencionar sua heterogeneidade, afastando-se da ideia da instituição como um bloco monolítico, apesar da forma como ela própria busca se apresentar. Assim, ao mencionarmos a Igreja Católica estamos tratando de partes dela que foram predominantes em determinados momentos da sua própria história. Esse processo de mudança de concepções e direcionamentos junto aos trabalhadores rurais é demonstrado neste trabalho. Ao tratarmos do processo de sindicalização rural da Igreja Católica, especificamente no início da década de 1960 no Brejo paraibano, estamos tratando de uma mesma instituição que, alguns anos depois, no mesmo espaço geográfico, fomentou a luta pelos direitos básicos dos trabalhadores rurais.

Assim, buscamos discutir nos capítulos desta dissertação a atuação da Igreja Católica na década de 1960 no Brejo paraibano e suas aproximações com os trabalhadores rurais, tanto no combate anticomunista às Ligas Camponesas e na criação dos sindicatos rurais concebidos dentro de uma lógica de conciliação com as classes dominantes, como na luta conjunta aos trabalhadores rurais numa perspectiva emancipatória. E a década de 1960 é crucial para compreendermos esse processo de inflexão da Igreja Católica numa esfera nacional, vindo a justificar o recorte temporal desta dissertação.

Alguns trabalhos foram essenciais para elaboração desta pesquisa, iniciando pela dissertação de mestrado em Sociologia de Dalcy da Silva Cruz (1982), *A redenção necessária: Igreja Católica e Sindicalismo Rural - 1960-64*, que buscou analisar o processo de sindicalização rural no Rio Grande do Norte. O estado do Rio Grande do Norte foi responsável por um dos primeiros movimentos de atuação da Igreja Católica junto às questões dos trabalhadores rurais por meio do seu Movimento de Natal e, logo após, com a criação do Serviço de Assistência Rural (SAR). A autora buscou tratar dessa relação de aproximação da Igreja Católica com os trabalhadores rurais, mas acabou por limitar-se à análise de atuação da Igreja à sua oposição às Ligas Camponesas.

Outro importante trabalho foi o livro de Maria do Socorro de Abreu e Lima (2005), *Construindo o Sindicalismo Rural*, fruto originalmente de sua tese de doutorado em História, que trata da construção do sindicalismo rural em Pernambuco no início da década de 1960 até 1987. Sua obra analisa a situação dos trabalhadores rurais e trajetória do sindicalismo rural pernambucano, que também tiveram o auxílio da Igreja Católica, mesmo que esta instituição não seja o ponto central de sua análise. A autora analisou ainda a situação das esquerdas e dos trabalhadores rurais após o golpe civil-militar em 1964. Foi no estado de Pernambuco que nasceram as primeiras Ligas Camponesas e também foi ali que se formou um movimento importante da Igreja Católica no Nordeste, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), responsável, junto com o SAR, por orientar e auxiliar a sindicalização rural em outros estados, como a Paraíba.

Sobre estudos que se dedicaram propriamente à Paraíba é possível mencionar alguns que buscaram refletir acerca da formação dos sindicatos de trabalhadores rurais no estado, que, como nos seus estados vizinhos, foi orientada pela Igreja Católica com assistência dos movimentos já consolidados e citados anteriormente. Entre estes estudos, destaca-se a dissertação de mestrado em Sociologia Rural de Giuseppe Tosi (1988), *Terra e salário para quem trabalha: Um estudo sobre os conflitos sociais no brejo paraibano*. Trata-se de uma



referência para quem pesquisa a região, lembrando que sua delimitação espacial do brejo paraibano era bem mais ampla do que atualmente, chegando a conter mais de 20 municípios. Sua dissertação foi fruto de uma relação de militância muito íntima com a luta dos trabalhadores da região, na qual buscou analisar um período que compreende desde a década de 1960 até os anos 1980. Sua análise se voltou para a luta dos trabalhadores rurais e também investigou a relação dessas lutas com o surgimento de novos movimentos no campo do fim da ditadura.

Outro trabalho que também trata do sindicalismo rural paraibano é a dissertação de mestrado em Sociologia Rural de Gismário Ferreira Nobre (1990), *A trajetória do sindicalismo rural na Paraíba: Um estudo sobre as relações entre o Estado e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no período entre final da década de 50 e final da década de 70*, na qual buscou traçar a trajetória do sindicalismo rural paraibano a partir da sua relação com o Estado, tentando compreender a institucionalização do movimento camponês. Neste estudo existe uma ênfase maior ao processo de formação dos sindicatos rurais, porém seu intuito de observar a relação dos sindicatos rurais com o Estado afasta um aprofundamento em questões relativas à formação inicial do sindicalismo rural da Paraíba e seus desdobramentos após sua fundação.

E por fim, a obra de Regina Celia Reyes Novaes (1997), *De Corpo e Alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*, outra importante referência para quem busca trabalhar com Igreja Católica e movimentos sociais no campo, especialmente na Paraíba. O livro é fruto de uma ampliação de sua tese de doutorado em Ciências Sociais (Antropologia Social). Trata-se de uma pesquisa bastante extensa e densa, que retoma a situação dos trabalhadores rurais desde as primeiras décadas do século XX até o seu final. Mantém no centro de sua análise a relação entre a Igreja Católica e os trabalhadores rurais a nível estadual, posiciona o Brejo paraibano como espaço importante para a ação da Igreja Católica na formação dos sindicatos rurais, em oposição às Ligas Camponesas.

No geral, não temos muitas produções acadêmicas que tratam especificamente da formação dos sindicatos rurais da Paraíba. Alguns até utilizam desta nomenclatura, mas acabam analisando um ou outro município em específico. Os temas relacionados ao novo sindicalismo, surgido a partir do início dos anos 1980, têm gerado muito mais interesse de pesquisa, deixando de lado a análise sobre os movimentos iniciais de formação dos sindicatos rurais pela Igreja Católica, relegados, muitas vezes, a breves menções. Ao pensarmos o Brejo paraibano, estamos dando ênfase a uma análise que situa o início da sindicalização rural no estado em 1960, por meio do diálogo com a produção acadêmica desenvolvida até aqui e por fontes até então não utilizadas.

Aliás, um importante passo para elaboração desta pesquisa foi a procura das fontes. Orientada em grande medida pelos estudos referidos acima, fui me direcionando aos acervos pertinentes. Igreja Católica, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Câmaras Municipais foram os primeiros lugares visitados em busca de documentos. Começando pelo município de Bananeiras, este percurso se repetiu em todos os outros municípios do Brejo. Durante o processo de pesquisa, novas fontes foram encontradas, ampliando nossas possibilidades. E como afirma Farge (2009, p. 15), “Sem dúvidas, a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte”. A ida aos arquivos permite algo ímpar ao historiador: o contato direto com as fontes primárias. Em linhas e entrelinhas, entre o dito e o não dito, a pesquisa se desenvolve. E como afirma Farge, existe uma tensão nesse processo:

A tensão se organiza - em geral de modo conflituoso - entre a paixão de recolhê-lo inteiro, de oferecê-lo integralmente à leitura, de jogar com seu lado espetacular e com seu conteúdo ilimitado, e a razão, que exige que ele seja habilmente questionado para adquirir sentido. É entre paixão e razão que se decide escrever a história a partir dele. Ambos, lado a lado, sem que um jamais supere o outro ou o sufoque, e sem jamais se confundirem ou se justaporem, mas imbricando seu caminho até que não se coloque mais a questão de ter de distingui-los. (FARGE, 2009, p. 21)

Os documentos por si só não contam a história. É a forma como os questionamos que direciona a pesquisa e a escrita: “Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los” (BLOCH, 2001, p. 79). É neste processo de busca de vestígios que a pesquisa se desenvolve. A cada nova descoberta, novos questionamentos.

Assim, foram analisados qualitativamente fontes primárias, tais quais os jornais *Diário da Borborema*, dos anos de 1962, 1963 e 1964, o jornal *A Imprensa*, nos anos de 1960, 1961, 1962, 1963 e 1964, e o jornal *A Liga*, dos anos de 1962 e 1963. O *Diário da Borborema* se encontra na biblioteca de obras raras Átila de Almeida, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Campina Grande. Este jornal estava ligado aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Composto por notícias das mais variadas, entre esporte, anúncios, notícias locais, nacionais e internacionais, aparece em nossa pesquisa como uma visão das elites paraibanas no que tange à formação dos primeiros sindicatos rurais no Brejo Paraibano. O jornal *A Imprensa* se localiza no arquivo eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, em João Pessoa. Foi fundado pelo bispo Dom Aauto Aurélio de Miranda Henriques, atuando na sociedade paraibana como a voz oficial da Igreja Católica. O jornal também possui amplitude em suas notícias, tratando do noticiário local, nacional, internacional, anúncios e notícias sobre a própria Igreja. O jornal *A Liga* faz parte do acervo do Instituto Astrojildo Pereira, disponível no Centro

de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-Unesp). Este periódico foi fundado por Francisco Julião, deputado pernambucano do Partido Socialista Brasileiro (PSB), vinculado às Ligas Camponesas, e aparece nesta dissertação como um veículo de acesso à visão dos trabalhadores e suas respectivas lutas. O jornal buscava tratar dos assuntos relacionados à luta camponesa a nível nacional, com entrevistas de membros e diversas notícias dos movimentos que estavam ocorrendo pelo Brasil.

Além destes jornais, foram também analisadas atas de reuniões dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, no ano de 1962, dos municípios de Areia, Alagoa Grande e Solânea, os únicos que preservaram tal documentação. As cartas sindicais, por sua vez, foram encontradas em todos os Sindicatos Rurais visitados: Areia, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Bananeiras, Borborema, Pilões e Serraria. Entre os documentos oficiais da Igreja, foram analisados os Livros de Tombo, disponíveis em Alagoa Nova, Bananeiras, Borborema, Pilões e Serraria, os documentos produzidos pelos movimentos leigos, como a Juventude Agrária Católica (JUC), a Ação Católica Rural (ACR), o Movimento de Educação de Base (MEB) e o movimento Igreja Viva nos anos de 1968, 1969 e 1970, e as Cartas Pastorais produzidas pelo bispo Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques.

Os censos demográficos e agrícolas da Paraíba de 1960 também foram analisados para formular alguns dados quantitativos utilizados na pesquisa.

O Serviço de Educação Popular (SEDUP), criado no início da década de 1980 como parte da Diocese de Guarabira - PB e que se tornou autônomo no início dos anos 1990 ao se tornar uma ONG, foi responsável ainda na década de 1990 pela produção de entrevistas com o intuito de resgatar a história da sindicalização rural do Brejo paraibano. Estas entrevistas foram realizadas com militantes de épocas distintas e com temas e recortes temporais mais abrangentes do que os desta dissertação. Os integrantes do SEDUP entrevistaram líderes dos sindicatos de trabalhadores rurais de diversos municípios, porém só foi possível ter acesso aos registros preservados em sua sede sobre Caiçara, Sapé, Guarabira, Alagoa Grande e Solânea.

Em cruzamento com as fontes, para esta dissertação tomou-se como norte teórico os trabalhos do filósofo marxista italiano Antonio Gramsci, com os conceitos de aparelhos privados de hegemonia e de intelectuais orgânicos, procurando dialogar com o trabalho do sociólogo francês Pierre Bourdieu e seu conceito de poder simbólico. Esses conceitos nos permitem compreender a atuação da Igreja Católica na sociedade enquanto detentora de bens de salvação e de um poder simbólico capaz de conduzir alguns comportamentos políticos de seus fiéis. Assim a Igreja Católica se coloca, no momento que se estabelecem relações de

proximidade entre os projetos da mesma com o das elites, como um aparelho privado de hegemonia em busca da construção e disseminação geral de uma visão de mundo correspondente aos seus interesses particulares.

Gramsci, no Caderno 13 de seus *Cadernos do cárcere*, escrito entre 1932 e 1934, aponta a necessidade do consenso social como elemento para exercício do poder do Estado e para quem o controla, procurando evidenciar a importância dos aparelhos privados de hegemonia enquanto construtores deste consenso. “O Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (GRAMSCI, 2007, p. 119). Os aparelhos privados de hegemonia constituem-se como formuladores de visões de mundo que se pretendem universais enquanto, na realidade, atendem a interesses específicos e particulares, dando sustentação às concepções e ações que se fazem hegemônicas e validadas no conjunto da sociedade.

Conforme o próprio Antonio Gramsci aponta, a relação da Igreja Católica com as classes dominantes na construção desse consenso não é recente:

Em todo caso, na concepção política do Renascimento a religião era o consenso e a Igreja era a sociedade civil, o aparelho de hegemonia do grupo dirigente, que não tinha um aparelho próprio, isto é, não tinha uma organização cultural e intelectual própria, mas sentia como tal a organização eclesial universal. (GRAMSCI, 2007, p. 243-244)

Como veremos mais adiante, a emergência da sociedade burguesa trouxe tensões nesta relação entre Igreja e classes dominantes. Mas também trouxe rearticulações destas aproximações. A Igreja porta uma concepção de mundo particular, própria. Mas no mundo moderno, industrial e capitalista ela travou alianças táticas e estratégicas com setores das classes dominantes e com setores populares, atuando decisivamente na conformação de consensos ligados a interesses convergentes com as classes dominantes e grupos dirigentes. Atualmente a Igreja ainda se estabelece com um dos aparelhos privados de hegemonia que agem na sociedade. E essa produção do consenso dos aparelhos privados se dá a partir da veiculação de representações. E isso nos remete ao pensamento de Pierre Bourdieu quando trata do poder simbólico, poder invisível que só se exerce por ter sua existência ignorada. A construção da hegemonia se realiza através de disputas entre os blocos que também querem fazer sua visão de mundo hegemônica, tanto entre as classes dominantes quando entre as dominadas. A classe dirigente, por sua vez, se mantém hegemônica a partir dessa produção de consenso pelos aparelhos privados de hegemonia e também, em última instância e em alguns momentos de forma escancarada, pela força física. Não há regime que não se sustente sem o mínimo de apoio

social fomentado pelo consenso historicamente construído, em correlação de forças desiguais, de uma parte significativa da população. E assim,

Parece-me que não é possível compreender verdadeiramente as relações de força fundamentais da ordem social sem que intervenha a dimensão simbólica dessas relações: se as relações de força fossem apenas relações de força físicas, militares ou mesmo econômicas, é provável que fossem infinitamente mais frágeis e fáceis de inverter. (BOURDIEU, 2014, p. 224)

A importância da dimensão simbólica se dá a partir da sua força social e da sua invisibilidade capaz de promover a manutenção da ordem. E é nesta perspectiva que se desenvolvem os aparelhos privados de hegemonia e também os intelectuais orgânicos. Os intelectuais, por sua vez, são aqueles responsáveis, pela construção e organização das estruturas que garantem o consenso, tornando-se um persuasor permanente, no caso dos padres católicos, comprometidos com os interesses da classe dominante. A atuação da Igreja na produção de intelectuais orgânicos de formas de hegemonia também remonta a longa data, como mencionado por Gramsci, ao tratar das relações dos eclesiásticos católicos com a aristocracia fundiária italiana.

Ao mencionar que todos os homens são intelectuais, pois não existe atividade sem o uso do intelecto, nem que seja minimamente, Gramsci destaca que nem todos exercem a função de intelectuais nos termos que ele especifica:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. Esta colocação do problema tem como resultado uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas só assim se torna possível chegar a uma aproximação concreta à realidade. (GRAMSCI, 2001, p. 21)

É a partir dessa concepção que inserimos os padres responsáveis pela criação dos sindicatos rurais do Brejo paraibano como intelectuais orgânicos de um projeto político que, em última instância, estava vinculado a interesses da classe dominante. Os fomentadores da criação dos sindicatos rurais no início da década de 1960 foram responsáveis pela organização e persuasão da sociedade para legitimação de um projeto/concepção de mundo. Esse diálogo

entre intelectual orgânico, aparelho privado de hegemonia e poder simbólico permeia as reflexões produzidas nesta dissertação, que abordará uma parte da história da luta de classes na Paraíba de meados do século XX.

Para uma melhor exposição, este trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, buscamos refletir a aproximação da Igreja Católica com as questões sociais e sua relação com o mundo moderno a partir da sua Doutrina Social. Essa relação se inicia com reflexões ainda externas ao Brasil, mas que influenciaram diretamente a ação do clero brasileiro com as questões próprias do país desde o início do século XX. As análises das encíclicas papais nos permitem identificar a construção de um discurso anticomunista e antiliberal, buscando se colocar como uma terceira via para resolução dos problemas gerados pela modernidade capitalista, pois, a seus olhos, não seriam ideologias modernas as responsáveis pela mudança positiva do mundo, mas a fé católica. Ainda neste capítulo, buscamos analisar a atuação da Igreja Católica no Brasil desde os seus primórdios a partir de sua relação com o Estado brasileiro e como a Doutrina Social foi responsável por orientar a ação eclesial na esfera das questões sociais, tanto nas cidades como no âmbito rural. Procuramos identificar também o processo de construção do sindicalismo rural numa esfera nacional e a aproximação da Igreja Católica com os trabalhadores do campo.

No capítulo seguinte, diminuimos a escala de análise e tratamos especificamente do estado da Paraíba. Assim, buscamos identificar as primícias da Igreja Católica no estado, conferindo atenção também para suas relações com as elites regionais. Ao tratar da Paraíba fez-se necessário elucidar a questão agrária, os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, dando ênfase às lutas das Ligas Camponesas. Afinal, foi na Paraíba que se desenvolveu a maior Liga do país, situada no município de Sapé. A análise das questões agrárias é fundamental para se compreender a ação direta da Igreja Católica no campo paraibano no início da década de 1960. Ainda tratando da Igreja Católica na Paraíba, foi analisado neste capítulo o discurso católico a partir do seu jornal oficial, *A Imprensa*. A veiculação dos posicionamentos da Igreja, mesmo que numa tentativa de “neutralidade”, demonstra a importância que foi dada ao combate ao comunismo num âmbito mais geral e a sua expressão mais próxima para a Igreja paraibana, que seriam as Ligas Camponesas.

No último capítulo, reduzimos a escala mais uma vez para tratar das especificidades do Brejo paraibano. Os territórios não se constituem de forma isolada, são os movimentos sociais que eclodiram na Zona da Mata, litoral da Paraíba, que fomentam a sindicalização rural no interior do estado. Assim, neste capítulo, buscamos tratar do processo de sindicalização rural

do Brejo paraibano em 1962 enquanto movimento de contraposição às Ligas Camponesas que estavam a se espalhar pelo estado. A Igreja Católica assumiu o papel principal na fundação dos sindicatos, conhecidos como Sindicatos dos Padres, na tentativa de controle e organização dos trabalhadores rurais. Com o golpe civil-militar de 1964, a atuação da Igreja nos sindicatos diminuiu, pois a princípio ela identificou no golpe a instauração de um regime capaz de impor ordem a uma sociedade marcada por crescentes conflitos e desordem. Essa relação de proximidade entre a Igreja e o novo regime não impedirá a ação repressiva da ditadura contra os próprios sindicatos rurais no Brejo, o que levará, junto de outros acontecimentos, ao afastamento do apoio da Igreja à ditadura militar. Assim, ainda neste capítulo, buscamos tratar da situação dos sindicatos rurais do Brejo após o golpe de 1964 e como a Igreja Católica desenvolveu uma mudança de atuação em relação aos trabalhadores rurais, saindo da esfera da tutela para a da luta conjunta e emancipatória. A mudança desta relação foi possível a partir de uma mudança de postura a nível internacional, mas também bastante marcada pelos acontecimentos internos no país e, em especial, com as circunstâncias objetivas verificadas no próprio Brejo e na região Nordeste do Brasil. Desta forma, nos propomos a analisar a ação da Igreja no Brejo paraibano no final da década de 1960, que agora procurava se orientar com o intuito de ecoar as vozes dos próprios trabalhadores rurais, contribuindo para a conquista efetiva de direitos dos subalternos, com vistas à sua emancipação.

É por este caminho que buscamos contribuir com as reflexões sobre a história da relação entre Igreja Católica e os trabalhadores rurais do Brejo paraibano durante a década de 1960, que, por sua vez, incide em aspectos importantes para a compreensão da nossa sociedade atual.

## 2. CATOLICISMO, MODERNIDADE E QUESTÕES SOCIAIS: UM CAMINHO PARA A SINDICALIZAÇÃO RURAL

A relação da Igreja Católica com as questões sociais não é um caso específico do Brasil. Essas questões são pautadas desde a Europa, a partir da urgência do posicionamento católico diante das novas contradições geradas entre capital e trabalho pela modernidade industrial. Neste capítulo, vamos refletir o surgimento e solidificação do posicionamento da Igreja frente às questões sociais emergidas ao longo dos séculos XIX e XX e como ele é recepcionado e posto em prática pela Igreja Católica no Brasil.

### 2.1 A Igreja Católica na Europa: o combate ao mundo moderno

Condenamos as monstruosas opiniões que, com grande dano das almas e detrimento da própria sociedade civil, hoje em dia imperam; erros que não só tratam de arruinar a Igreja Católica, com sua saudável doutrina e seus direitos sacrossantos, mas também a própria eterna lei natural gravada por Deus em todos os corações e ainda a reta razão. São esses os erros, dos quais se derivam quase todos os demais. (PIO IX, Papa. 1864)

As palavras do Papa Pio IX na encíclica *Quanta Cura* (1864) demonstra a batalha travada pela Igreja Católica Romana<sup>1</sup> com a modernidade. O século XIX foi um período de diversos desafios para Igreja. Muitas mudanças afloraram na Europa: a formação dos Estados-nacionais, o desenvolvimento do cientificismo e do socialismo científico e a consolidação do liberalismo. A sociedade “moderna” tendia a colocar a Igreja Católica à margem do corpo político e social, considerando-a anticientífica e arcaica. Se antes, no medievo europeu, a sociedade era regida pelo campo espiritual, agora o homem se estabelece como elemento principal. A instituição, que por séculos deteve o poder central na condução do corpo social na Europa e nas Américas, via sua hegemonia ameaçada. Diante dos novos desafios que se

---

<sup>1</sup> Usamos o termo Igreja Católica para designar a instituição religiosa, mas temos em mente que, apesar de seus esforços por apresentar-se como uma sólida instituição monolítica por força da hierarquia, na realidade ela é uma instituição heterogênea, constituída por perspectivas e posições internas que por vezes são relativamente conflitantes, e, portanto, uma posição hegemônica não deve ser generalizada. Ainda assim, por ser uma instituição fortemente hierárquica, as posições oficiais são tomadas aqui como referências fundamentais para se compreender suas matizes e historicidade. Assim, sempre que aqui houver referência ao termo “Igreja Católica” estamos nos referindo à parte da Igreja, mais especificamente, a alta hierarquia católica. Por outro lado, mesmo correndo o risco de explicitar uma obviedade, esta dissertação dedica-se a analisar a Igreja Católica Romana, cujo centro encontra-se no Vaticano, e não será feita qualquer menção à Igreja Católica Ortodoxa ao longo do texto.



estabelecem com a modernidade, a Igreja Católica buscará estratégias, inicialmente de luta e posteriormente de adaptação, ao novo mundo que emergia:

O início da preocupação da Igreja com os rumos que a sociedade tomava se deu graças às transformações advindas da Revolução Francesa, tais como o advento de um Estado laico; da organização do trabalho através de relações essencialmente impessoais e da idéia de que a sociedade deveria ser alicerçada no princípio de liberdade. (ARDUINI, 2009, p. 25)

O mundo moderno e seus princípios de “liberdade, igualdade e fraternidade” não dialogavam com o projeto de sociedade cristã que a Igreja Católica almejava. A formação dos Estados-nacionais e a ideia de “soberania nacional” retirava da Igreja Católica a instituição dos governantes pela “bênção divina”, assim como destruía a estreita relação entre a Igreja e as monarquias europeias. Para a doutrina da contrarrevolução da Igreja, o homem era concebido “como incapaz por sua natureza, de seu próprio governo. Ele é visto como um ser tão perverso, que sua capacidade só pode expressar-se na desordem total” (DIAS, 1996, p. 36). Desta forma, a autoridade e a ordem eram princípios fundamentais para a organização do corpo social. E essa organização seria de responsabilidade do Papa, conseqüentemente, da Igreja Católica. A soberania para governar deveria vir de Deus e não do povo. A doutrina de contrarrevolução é desenvolvida pelo pensamento católico conservador que via na Revolução Francesa o ponto de ebulição de diversos males. Até mesmo Martinho Lutero, na sua ânsia pela liberdade de interpretação da Bíblia, foi de certa forma responsabilizado por pensadores alinhados ao pensamento católico conservador pela desintegração da unidade europeia, vista como “consequência de seus atos”. Esses pensadores católicos conservadores foram fundamentais na

elaboração de estratégias para a restauração da ordem social por parte da Igreja Católica. Entre eles, estavam Joseph Marie de Maistre<sup>2</sup>, De Bonald<sup>3</sup>, Edmund Burke<sup>4</sup>, Jacques Maritain<sup>5</sup>:

O conservadorismo, como doutrina, se constituiu em permanente combate ao ideário divulgado no movimento revolucionário francês de 1789, isto é, sempre se contrapondo ao liberalismo. Ele apropriou-se do tradicionalismo e mobilizou-se motivado pela conjuntura política, instituindo uma teoria da autoridade conscientemente irracionalista. O processo emancipatório do homem e da sociedade foi obstaculizado por essa doutrina. Ela atribuiu a autoridade à hierarquia eclesiástica, que teria a missão de salvar a sociedade da divisão provocada por qualquer ruptura ocorrida na história. Esta autoridade, concebida como um poder carismático, salvaria a humanidade da destruição e submetteria todos os indivíduos à tradição. Enfim, a sociedade emergente do processo revolucionário e suas tentativas de emancipação foi concebida negativamente, como imersa em uma total desordem, carente de ser restaurada, com fundamento no catolicismo. Três componentes - unidade, autoridade e massas - foram articulados na propagação do mito de uma sociedade totalmente harmônica ou de uma ordem social moldada na “cristandade medieval”. (DIAS, 1996, p. 38-39)

Para a Igreja, a sociedade moderna estava em desordem. E era sua missão a restauração desse corpo social. A harmonia social desejada pela Igreja Católica era de uma sociedade orientada pelos princípios católicos. A restauração social fundamentada no catolicismo é uma disputa religiosa, mas também política. Até o século XVIII, a Igreja Católica atuava em todos os campos da sociedade ocidental impondo sua visão de mundo. A modernidade, como afirmou

---

<sup>2</sup> Joseph-Marie de Maistre (1753-1821), conhecido por sua firme adesão ao regime monárquico-hereditário e à suprema autoridade do Papa, tanto em matérias religiosas como matérias políticas, foi um escritor, filósofo, diplomata e advogado francês. (Cf. Vide editorial. Joseph de Maistre. Disponível em: [https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author\\_id=1567](https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author_id=1567). Acesso em: 19 mai. 2019)

<sup>3</sup> Louis Gabriel Ambroise, o Visconde de Bonald, foi um filósofo e político francês. Em meio ao avanço da Revolução Francesa, emigrou em 1791 para a Alemanha, e retornou à França sendo nomeado membro do conselho de universidades em 1810. Máximo teórico da contrarrevolução, foi nomeado acadêmico por ordem real em 1816. Seus trabalhos mais notáveis - um ideológico de conservadorismo social e político - são, entre outros: *A Teoria do Poder Político e Religioso* (1796) e *A Legislação Primitiva às Luzes Únicas da Razão* (1802). (Cf. Biografia y vidas. Louis Bonald. Disponível em: <<https://www.biografiasyvidas.com/biografia/b/bonald.htm>>. Acesso em: 19 mai. 2019)

<sup>4</sup> Edmund Burke (1729–1797) foi um estadista anglo-irlandês, orador e teórico político, hoje considerado o fundador do pensamento conservador moderno. Sua obra mais influente é *Reflexões sobre a Revolução na França*, uma carta-resposta a um colega francês que, publicada em 1790, acabou tornando-o a figura central da contraposição conservadora à retórica revolucionária, que ganhava terreno em virtude da Revolução Francesa. (Cf. Vide editorial. Edmund Burke. Disponível em: <[https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author\\_id=1353](https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author_id=1353)>. Acesso em: 19 mai. 2019)

<sup>5</sup> Jacques Maritain (18 de novembro de 1882 em Paris - 28 de abril de 1973 em Tolosa) foi um filósofo francês de orientação católica (tomista). As obras deste filósofo influenciaram o conceito de Democracia cristã. Escreveu mais de sessenta obras e é um considerado por alguns como um dos pilares da renovação do pensamento tomista no século XX; por outros como inspirador ideológico das democracias cristãs na América Latina. Em 1970 pediu admissão na Fraternidade dos Pequenos Irmãos de Jesus (Petits Frères de Jésus) em Toulouse. Foi enterrado com sua esposa Raissa em Kolbsheim. (Cf. Vide editorial. Jacques Maritain. Disponível em: <[https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author\\_id=1202](https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author_id=1202)>. Acesso em: 19 mai. 2019)

anteriormente o Papa Pio IX, buscava arruinar a “lei natural”, modificar aquilo que “sempre existiu”: o predomínio da Igreja sobre a sociedade. Todas essas mudanças que ameaçavam a centralidade da Igreja Católica são, portanto, considerados erros que deveriam ser combatidos.

Para a Igreja, reconquistar seu lugar de centralidade na sociedade não significava simplesmente buscar superar o presente, mas buscar “um futuro que readquirisse as características da Idade Média” (MANOEL, 1999, p. 208). Para a hierarquia católica, se a Igreja não é mais o centro da sociedade, é porque a sociedade se paganizara. Era preciso um movimento de recristianização. Esse movimento de recristianização do corpo social foi chamado de Ultramontanismo, que, segundo Arduíni (2009, p. 26),

Constitui na tentativa da Igreja da segunda metade do século XIX de negar a modernidade e defender uma ordem social contrária a ela. Por antimoderno entenda-se a negação do direito à livre consciência, do direito de livre associação ou mesmo da expressão da vontade política da maioria. Ao chefe do Estado caberia determinar tudo, inclusive a religião a ser seguida por toda a sociedade, que naturalmente deveria ser a católica.

Não deveria haver espaço para o livre pensamento, nem para as liberdades individuais. A negação da modernidade pela Igreja expressava seu medo de ser questionada, combatida e excluída. O antimodernismo católico é um plano de sobrevivência numa sociedade que ela, a Igreja, já não reconhece. Dentro dessa lógica de combate, o projeto de recristianização da sociedade exigiu uma reorganização da própria Igreja. Em junho de 1868, o Papa Pio IX convocou o Concílio Vaticano I. O Concílio deveria se articular de tal forma que suplantasse as dificuldades e desafios postos à Igreja, assim como desenvolver projetos sólidos para a restauração da sociedade. Como destaca Manoel (1999, p. 209):

o Concílio Vaticano I definiu, em 1870, dois pontos fundamentais - a centralização político-doutrinária em Roma e, corolário natural, a infalibilidade do Papa. Com esse procedimento, a Cúria Romana concentrava em suas mãos o poder decisório em matéria político-administrativa e doutrinária.

A proposta do Concílio Vaticano I para a própria Igreja Católica era afastar tudo aquilo que era contrário à doutrina católica, a exemplo da religiosidade popular. Este era um momento de fortalecimento interno da própria Igreja. A outra ação da Igreja Católica foi a reforma do clero. Fez-se necessário um novo clero que estivesse em sintonia com a orientação doutrinária da hierarquia católica. A Igreja precisava estar solidificada internamente para poder agir no seu exterior. Com esta reforma interna, a Igreja pretendia atingir todos seus fiéis. E, para isso, utilizou dois mecanismos de atuação, como demonstra Manoel (1999, p. 209):

Para o bom entendimento dessa pretensão, cabe avançar um ponto: a Cúria Romana se apoiava em um pressuposto que denominamos de Teoria dos Círculos Concêntricos, isto é, entendia que o processo reformador e de recristianização partia do indivíduo, desse para a família, dela para a sociedade e da sociedade para o Estado. Ancorada nessa teoria, a Cúria Romana desenvolveu sua pastoral voltada para o individual, dando ênfase: 1. no trabalho discursivo, 2. na formação individual.

As reformas internas e externas da Igreja Católica buscavam uma nova rearticulação entre a Igreja Católica como um todo e sua relação com a sociedade moderna. Essas reformas não se limitaram à Europa, mas atingiram todo o mundo católico, numa nova relação entre a Santa Sé e as igrejas locais. Este projeto ficou conhecido como romanização. A unidade católica sugerida pela hierarquia católica por meio dos trabalhos discursivos e na formação individual buscava fortalecer um pensamento católico entre a Igreja enquanto corpo eclesiástico e os fiéis. Esta unidade seria mantenedora do projeto de recristianização social e da própria existência transnacional da Igreja.

O trabalho discursivo da Igreja Católica teve importante relevância no combate aos “males do mundo moderno”. A atuação dos Papas na redação de encíclicas e documentos oficiais foram responsáveis pela disseminação do pensamento católico conservador. No início do século XIX, o Papa Gregório XVI<sup>6</sup> já discorria sobre o liberalismo em sua encíclica *Mirari Vos* (1832). Mas é com Pio IX<sup>7</sup> que o combate ao mundo moderno se efetiva de forma mais articulada. As encíclicas *Qui Pluribus* (1846) e *Quanta Cura* (1864) – esta acompanhada do apêndice *Syllabus Errorum* –, marcam o posicionamento da Igreja Católica frente à modernidade. O liberalismo foi tratado ali como o principal erro moderno, a partir do qual os demais teriam se originado:

A postura doutrinária da Santa Sé se consolidou através das encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus errorum* (1864) que condenava drasticamente os chamados “erros modernos”, a saber, o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a maçonaria, a separação entre Igreja e o Estado, as liberdades de imprensa, de religião, em suma “o progresso, o liberalismo e a civilização moderna”. (BARROS, 1985, p. 32-33)

Tudo que era considerado “moderno” ou nascido na modernidade contrastava diretamente com a Igreja Católica. Todos esses “erros modernos” tiravam a Igreja da sua posição de centralidade social, política e cultural. Para uma instituição que passou séculos ditando como o mundo deveria ser visto e vivido, em todos os seus aspectos políticos,

<sup>6</sup> Papa Gregório XVI (Bartolomeu Alberto Cappellari), nascido na Itália, foi Papa de 1831 a 1846.

<sup>7</sup> Papa Pio IX (Giovanni Maria Mastai-Ferretti), nascido na Itália, foi Papa de 1846 a 1878.

científicos, sociais, etc., é evidente que a Igreja buscava intervir nesse novo mundo laico e, por vezes, ateu que surgia.

A postura doutrinária da Igreja consolidada com as encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum* (1864) condenava o liberalismo como o principal erro, do qual todos os demais seriam gerados. Porém, outros “males” ganharam destaque nas encíclicas papais. Na *Qui Pluribus* (1846) do Papa Pio IX, por exemplo, o comunismo, que se organizava nos meios operários, foi considerado uma doutrina nefasta já dois anos antes do *Manifesto Comunista* (1848)<sup>8</sup>. E frente a este e outros males já mencionados, a Igreja Católica se colocou como orientadora e protetora do povo, capaz de revelar os perigos que afligiam o mundo:

Oramos para descobrir os vários perigos, as fraudes, os erros dos inimigos, para o povo fiel; e diligentemente afastá-lo dos livros pestilentos; e exortá-lo assiduamente para que ao fugir das seitas e das sociedades dos ímpios como a face da serpente, evite com o máximo cuidado todas as coisas que se opõem à integridade da fé, religião e costumes. (PIO IX, Papa. 1846)

Assim como se coloca como a sentinela, a Igreja criou um imaginário de perigo e de medo de tudo aquilo “que se opõem à integridade da fé, religião e costumes”. O uso de termos como “a face da serpente” tem um grande peso simbólico para o catolicismo, remetendo a inimigos bíblicos. Não por acaso, tudo aquilo que, aos seus olhos, fere a fé e a religião são considerados inimigos que precisam ser combatidos.

No apêndice *Syllabus Errorum* da encíclica *Quanta Cura*, o Papa Pio IX sistematizou uma lista dos oitenta “principais erros da nossa idade”, divididos em dez partes:

I – Panteísmo, naturalismo e racionalismo absoluto. II - Racionalismo moderado. III - Indiferentismo, latitudinismo. IV – Socialismo, comunismo, sociedades secretas, sociedades bíblicas, sociedades clerical-liberais. V – Erros na Igreja e seus direitos. VI – Erros relativos à sociedade civil, considerados em si como nas suas relações com a Igreja. VII – Erros relativos à moralidade natural e cristã. VIII – Erros relativos ao casamento cristão. IX – Erros em torno do principado civil do Romano Pontífice. X – Erros referentes ao liberalismo de hoje.

As alocações contidas neste apêndice caracterizam-se por afirmações cada vez mais usualmente proferidas pelos homens do mundo moderno de meados do século XIX, tomadas

---

<sup>8</sup> É interessante lembrar o primeiro parágrafo do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, escrito em 1848, ao se referir sobre a necessidade de sua própria apresentação e justificativa de sua existência, já que o termo “comunista” era utilizado das mais diversas formas para combater adversários, promover perseguições e disseminar na população repulsa e medo aos comunistas. Nele há referência explícita ao papa como um dos principais combatentes anticomunistas: “Um espectro ronda pela Europa; o espectro do comunismo. Todos os poderes da velha Europa se aliaram para uma santa caçada a este espectro, o papa e o tsar, Metternich e Guizot, radicais franceses e polícias alemãs”.

por erros pela teologia católica. Desta forma, as alocuções não revelam aquilo que a Igreja acredita, mas o seu contrário, os erros disseminados na sociedade moderna. A alocução de número dezesseis, por exemplo, afirma que “os homens no exercício de qualquer religião podem encontrar o caminho para a salvação eterna e alcançar a salvação eterna” (PIO IX, Papa. 1864). Conforme a lógica da encíclica, acreditar nesta alocução, muito comum na Europa moderna constituída por diversas religiões cristãs protestantes, seria um erro grave, pois o caminho para a salvação e a salvação eterna não podem ser encontradas no exercício de qualquer religião, mas apenas por meio da Igreja Católica Romana. Assim, notamos alguns posicionamentos da Igreja frente à modernidade na alocução de número oitenta: “O Romano Pontífice pode e deve reconciliar e chegar à composição com o progresso, com o liberalismo e com a civilização moderna” (PIO IX, Papa. 1864). Esta alocução, que deve ser tomada pela sua antítese, revela, portanto, que a relação da Igreja com o mundo moderno é de intolerância, parecendo não haver, até aquele momento, diálogo possível entre hierarquia católica e a sociedade moderna. E ainda na encíclica *Quanta Cura*, o Papa Pio IX reafirmou a posição da Igreja na orientação dos fiéis:

Em meio de esta tão grande perversidade de opiniões depravadas, Nós, com plena consciência de Nossa missão apostólica, e com grande solicitude pela religião, pela sã doutrina e pela saúde das almas a Nós divinamente confiadas, assim como até pelo próprio bem da sociedade humana, temos julgado necessário levantar de novo Nossa voz apostólica. Portanto, todas e cada uma das perversas opiniões e doutrinas determinadamente especificadas nesta Carta, com Nossa autoridade apostólica as reprovamos, proscrevemos e condenamos; e queremos e mandamos que todas elas sejam tidas pelos filhos da Igreja como reprovadas, proscritas e condenadas. (PIO IX, Papa. 1864)

Se existia um caminho a ser percorrido, deveria ser aquele guiado pela fé católica. E a elaboração das oitenta alocuções reafirmam que o caminho escolhido pela alta cúpula católica não era o de adequação ao mundo moderno, mas o de combate e de submissão do mundo moderno à teologia e à autoridade eclesiástica. Como já foi mencionado, o trabalho discursivo da Igreja Católica por meio das encíclicas e outros documentos oficiais permitiu a disseminação do pensamento católico no mundo moderno. Os fiéis eram orientados a afastarem-se dos perigos que rondavam a sociedade. Era necessário reprová-lo que ameaçava a soberania da Igreja. E os documentos oficiais da Igreja atuaram de forma vertical, desde a Cúria romana até as mais longínquas paróquias do mundo. A imprensa católica também teve importante participação na disseminação das encíclicas, alocuções ou exortações papais. A restauração da sociedade precisava passar pelos indivíduos, e era necessário que o pensamento católico chegasse a todos

os fiéis. Mas o trabalho discursivo não foi o único método utilizado pela Igreja. Veremos a seguir parte do trabalho discursivo da Igreja Católica que orientou seu corpo eclesiástico e seus fiéis no trato com as questões sociais: a sua doutrina social.

## 2.2 Doutrina Social da Igreja

Entre as mudanças ocorridas no século XIX, a consolidação do capitalismo liberal fez emergir uma nova classe: os operários industriais. O desenvolvimento das indústrias e as relações de contratos impessoais entre patrões e empregados trouxeram consigo o afloramento de numerosos conflitos oriundos da exploração desses trabalhadores pelo capital. Ideais como o socialismo, o anarquismo e o comunismo buscavam agir na organização dos trabalhadores e na superação da exploração de classe.

A Igreja Católica considerava os ideais comunistas, socialistas, anarquistas, entre outros, como prejudiciais à vida dos trabalhadores, principalmente os católicos. Neste contexto, no final do século XIX, surgiu a Doutrina Social da Igreja (DSI):

A Doutrina Social da Igreja surge historicamente, como já vimos, em resposta aos problemas típicos da incipiente sociedade industrial: concretamente, o conflito entre capital e trabalho. Os primeiros documentos procuram uma alternativa para essa sociedade, entendida como conflito radical: por isso insistem sempre na necessidade de harmonizar os interesses de uma classe e de outra. (CAMACHO, 1995, p. 26)

O marco inicial da DSI se estabelece em 1891 com a redação da encíclica *Rerum Novarum* pelo Papa Leão XIII<sup>9</sup>, e é considerado o documento mais importante sobre a “questão social” por parte da Igreja. A degradante situação de inúmeros trabalhadores se tornou alvo de reflexões da Igreja Católica. Em contrapartida, diversas correntes ideológicas já intervinham na sociedade, propondo novos caminhos, muitas vezes revolucionários, para a classe trabalhadora. Para a Igreja, era necessário orientar esses trabalhadores segundo a fé católica e afastá-los dos conflitos de classe e suas bandeiras de luta política, pregando a viabilidade de uma conciliação harmoniosa entre as classes:

O documento declara a propriedade privada como um direito natural, porém recorda que ela também tem uma função social. Aponta a função do Estado de zelar pela prosperidade pública e privada, estabelecendo seus limites na relação com a sociedade. Lembra aos operários o dever para com os seus patrões e, também, o direito ao justo salário, ressaltando o caráter humano do

---

<sup>9</sup> Papa Leão XIII (Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci-Prosperi-Buzzi), nascido na Itália, foi Papa de 1878 a 1903.

trabalho, em contraposição ao sentido meramente econômico. Reconhece o direito de organização dos próprios operários para a defesa de seus interesses. (DIAS, 1996, p. 44)

O Papa Leão XIII, na encíclica *Rerum Novarum*, fez uma reflexão da sociedade capitalista moderna e buscou sair do discurso teórico para indicar diretrizes metodológicas. Ele procurou direcionar os direitos e deveres do Estado, dos operários e dos patrões para a construção de uma harmonia social sob as bênçãos católicas. A construção das soluções expostas pela Igreja para as questões sociais perpassa sua intenção de afastar os trabalhadores proletarizados das correntes socialistas, anarquistas e comunistas. Explicitamente, o socialismo (termo que abrange as correntes revolucionárias anarquismo – “socialismo libertário” – e comunismo – “socialismo científico”) é o adversário principal da *Rerum Novarum*. Nesta encíclica “se analisa e se rejeita como injusta e inviável a solução proposta pelo socialismo. Apresenta-se a verdadeira solução, que é a oferecida pela doutrina da Igreja” (CAMACHO, 1995, p. 51-52). A visão de mundo da Igreja Católica moldava as soluções para as questões sociais: a caridade, a ordem, a concórdia, a mansidão, a colaboração, a disciplina. Esses elementos compõem o projeto de sociedade desejado pela Igreja. Não por acaso, pois, aos seus olhos, teria sido o afastamento dos preceitos cristãos pela sociedade moderna que havia gerado tantos males.

Para a Igreja, as questões sociais deveriam ser resolvidas de forma harmônica e não pela organização política autônoma e revolucionária dos trabalhadores. Inspiradas nos princípios cristãos, cada fração da sociedade deveria cumprir seus deveres e direitos para a melhoria de todos. O projeto corporativista de harmonia social vinha de um pensamento católico anterior ao século XIX, a Idade Média, um período-símbolo de orientação para a Igreja Católica, quando ela era, de fato, uma instituição de referência central na Europa. As corporações de ofício, por exemplo, são um arquétipo de como deveriam ser as relações entre patrões e empregados. A ideia de corpo harmônico, onde as diversas partes cooperam para uma unidade, também pode ser encontrada no seu livro sagrado, a Bíblia:

De fato, o corpo é um só, mas tem muitos membros; e no entanto, apesar de serem muitos, todos os membros do corpo formam um só corpo. Assim acontece também em Cristo. Deus é quem dispôs cada um dos membros no corpo, segundo a sua vontade. Se o conjunto fosse um só membro, onde estaria o corpo? Há, portanto, muitos membros, mas um só corpo. O olho não pode dizer à mão: “Não preciso de você”; e a cabeça não pode dizer aos pés: “Não preciso de vocês”. Deus dispôs o corpo de modo a conceder maior honra ao que é menos nobre, a fim de que não haja divisão no corpo, mas os membros tenham igual cuidado uns para com os outros. Se um membro sofre, todos os membros participam do seu sofrimento; se um membro é honrado, todos os



membros participam de sua alegria. (BÍBLIA, 1 Coríntios 12: 12. 18-21. 24b-27)

Desta forma, os indivíduos, os estamentos e as classes sociais são, para a Igreja Católica, cada qual, membros que compõem um único corpo social que deve estar são, em harmonia. Cada membro é disposto pela vontade divina. Este pensamento era comum para a sociedade teocêntrica da Idade Média, marcada pela sociedade estamental de três ordens sociais indissociáveis que formavam um só corpo: os que trabalham para alimentar a todos; os que se preparam para a guerra para a proteção de todos; os que rezam pelas almas de todos. Deus escolhia o destino de cada um, e era preciso aceitar sua condição. A DSI elaborada no século XIX não se afastou muito dessa perspectiva, já que cada membro do corpo social precisa cumprir seus deveres sem desejar suplantar a ordem. Existe uma necessidade de naturalizar as diferenças sociais e torná-las aceitas. Esta concepção é oriunda da forma de ver o mundo e de encarar a sociedade pela Igreja, como também a forma de encarar a si mesma enquanto instituição religiosa: o “corpo místico de Cristo”.

Diferente do pensamento da Igreja, socialismo, anarquismo e comunismo tinham outra forma de encarar as relações entre as classes sociais. As interpretações do conceito de classe social por parte da Igreja e dessas novas perspectivas divergiam completamente:

O conceito de classe social para o clero fundamenta-se numa concepção de mundo própria da Igreja Católica. A sociedade era vista como um Corpo harmonioso, cujas diversas partes deveriam cooperar em vista de um bem comum. As classes eram diversas, mas não antagônicas; e deveriam se complementar para não enfraquecer o Todo. As classes, para esse pensamento social católico, eram diferenças hierárquicas entre grupos que sempre estiveram presentes na história da humanidade, por isso que, em alguns momentos, se chegou a afirmar que era “uma lei da natureza”. (ZACHARIADHES, 2010, p. 129)

As diferenças hierárquicas existentes na sociedade eram tomadas como um “direito natural”. A sociedade estaria dividida em classes, mas não em classes que devem lutar uma contra as outras, mas que devem colaborar entre si. Na encíclica *Rerum Novarum*, o Papa Leão XIII reafirmou o posicionamento da Igreja Católica neste quesito, afirmando que a leitura da sociedade divididas em classes antagônicas é um erro:

O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo

exactamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. (LEÃO XIII, Papa. 1891)

Autores vinculados ao movimento autônomo e revolucionário da classe trabalhadora, como Karl Marx, elaboraram no século XIX perspectivas sobre classes sociais a partir de outro prisma, bastante diferentes da Igreja, que as combatia. Para Marx, as classes se desenvolvem historicamente em decorrência dos antagonismos de interesses existentes e o processo de luta não se origina pelo bel-prazer, mas pela necessidade de enfrentamento às desigualdades, à exploração e à opressão. Segundo Marx (2007, p. 63), “os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que tem que promover uma luta contra outra classe”. A luta de classes, segundo o historiador marxista E.P. Thompson (2012, p. 274), antecede a própria classe e a consciência de classe. Desta forma, o processo de luta que antecede a formação de classe se estabelece na medida em que esses indivíduos necessitam enfrentar a exploração e as opressões da classe dominante. As classes não surgem do nada, mas de relações sociais concretas existentes no processo histórico e da percepção que os trabalhadores desenvolvem acerca dessas relações a que estão submetidos:

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. (THOMPSON, 2012, p. 274)

Os antagonismos de interesses concretos colocam as classes em posição de antagonismo político. Diferente do conceito da Igreja Católica, o conceito de classes para a tradição revolucionária revela a desarmonia intrínseca entre as classes, cujas relações estão assentadas centralmente em relações de conflitos, pois são sempre relações de exploração da força de trabalho, permeadas por formas de opressão. De um lado estão os exploradores e, de outro, os explorados. Desde modo, não seria possível projetar perspectivas viáveis de harmonização no que é desarmônico em si.

A existência do conjunto de indivíduos que formam uma classe em relação a outra(s) deve-se a relações muito mais amplas e complexas do que a posição automática determinada em uma unidade produtiva, como demonstra Ellen Wood (2011, p. 89):

‘Classe’ não se refere apenas aos trabalhadores combinados numa unidade de produção, ou contrários a um explorador comum numa unidade de apropriação. Classe implica uma ligação que se estende além do processo imediato de produção e do nexó imediato de extração, uma ligação que engloba todas as unidades particulares de produção e apropriação. As ligações e oposições contidas no processo de produção são a base da classe; mas a relação entre pessoas que ocupam posições semelhantes nas relações de produção não é dada diretamente pelo processo de produção e de apropriação.

Para Wood, que articula sua argumentação a partir de diálogo com Thompson, o processo de produção por si só não forma a classe. Existe um conjunto de experiências e de identificação que não se resume às relações de produção, mas a tradições e valores que contribuem de modo determinante para a percepção e manifestação política e cultural da existência da própria classe. As diversas correntes revolucionárias de pensamento e ação política que ganham força entre os trabalhadores no final do século XIX e início do século XX comungam, em grande medida, deste conceito de classe social. Para eles, os projetos da ambas as classes eram dissonantes e inconciliáveis. A exploração e opressão precisariam ser superadas não pela conciliação, mas sim pela luta de classes, pois só por meio dela seria possível a supressão da propriedade privada dos meios de produção e, portanto, das próprias classes sociais. A Igreja Católica, por sua vez, divergia desse pensamento e repudiava os mecanismos de enfrentamento direto utilizado pela classe trabalhadora, como em determinados momentos, as greves:

É preciso que o Estado ponha cobro a esta desordem grave e frequente, porque estas greves causam dano não só aos patrões e aos mesmos operários, mas também ao comércio e aos interesses comuns; e em razão das violências e tumultos, a que de ordinário dão ocasião, põem muitas vezes em risco a tranquilidade pública. (LEÃO XIII, Papa. 1891)

Assim, a Igreja Católica procurava se posicionar frente à grave situação dos trabalhadores em meio à expansão da Revolução Industrial e do capitalismo, mas, para ela, as reivindicações dos trabalhadores deveriam ser pacíficas, ordeiras, buscando sempre a intermediação do Estado e, sobretudo, da própria Igreja Católica. A justiça social se estabeleceria pela mediação católica. A hierarquia católica pregava a busca da conciliação das classes e assim procurava intervir política e culturalmente para que os trabalhadores proletarizados não se percebessem como integrantes de uma classe social cuja existência se devia às relações sociais de produção baseadas na exploração de sua força de trabalho. Ao contrário das perspectivas políticas revolucionárias, a Igreja Católica estimulava uma visão de mundo que procurava instituir a viabilização de relações colaborativas entre as classes: ambas

as classes sociais, capitalistas e trabalhadores, deveriam contribuir para o bom funcionamento do conjunto da sociedade, de acordo com os desígnios divinos interpretados pela Igreja. Em nenhum momento a Igreja Católica concebe a superação dos conflitos sociais do mundo moderno longe de sua presença. Pelo contrário, os conflitos sociais só viriam a ser sanados pela sua orientação:

Visto que só a religião, como dissemos no princípio, é capaz de arrancar o mal pela raiz, lembrem-se todos de que a primeira coisa a fazer é a restauração dos costumes cristãos, sem os quais os meios mais eficazes sugeridos pela prudência humana serão pouco aptos para produzir salutares resultados. (LEÃO XIII, Papa. 1891)

O projeto de restauração da sociedade baseada nos princípios cristãos faz parte da DSI. Porém a atitude do Papa Leão XIII difere da dos Papas que o antecederam, uma vez que “Leão XIII buscou desde o início do seu pontificado a reconciliação do catolicismo com a nova era” (SOUZA, 2002, p. 47). Se antes a Igreja se fechou, com o Papa Leão XIII o diálogo com o mundo moderno se estabeleceu. Para ele, a Igreja deveria agir no seio da sociedade como uma força viva. Visto que a sociedade passara por uma mudança sem volta, a postura da Igreja deveria ser outra. O objetivo agora não era combater a modernidade, mas agir dentro dela para modificá-la. A importância do pontificado de Leão XIII e, principalmente da sua encíclica *Rerum Novarum*, é demonstrada pela constante lembrança pelos Papas que o sucederam.

A relação da Igreja com a modernidade após Leão XIII foi tratada mais tarde com intolerância pelo Papa Pio X, cujo papado ocorreu entre 1903 e 1914. Para o Pio X<sup>10</sup>, o mundo moderno condensava todas as heresias e havia se afastado de Deus. Já as questões sociais eram encaradas de forma paternalista e clerical. A chegada do Papa Bento XV<sup>11</sup>, em 1914, deu continuidade ao projeto de restauração da sociedade próxima ao Antigo Regime. Bento XV buscou desenvolver diretrizes para o combate à modernidade durante a I Guerra Mundial (1914-1918) e a deflagração da Revolução Soviética (1917). Este enfrentamento se daria na edificação da doutrina por meio de normas para o estudo da Sagrada Escritura e “enumerou como frutos deste estudo o amor irrestrito à Igreja e o zelo ardente na defesa do papado” (DIAS, 1996, p. 46). Para ele, essas normas deveriam ser propagadas para toda a sociedade.

---

<sup>10</sup> Papa Pio X (Giuseppe Melchiorre Sarto), nascido na Itália, foi Papa de 1903 a 1914.

<sup>11</sup> Papa Bento XV (Giacomo Paolo Giovanni Battista della Chiesa), nascido na Ligúria, foi Papa de 1914 a 1922.

No pontificado de Pio XI<sup>12</sup> (1922-1939), ocorrido no entreguerras e durante a ascensão do fascismo na Itália<sup>13</sup>, foi promulgado um dos mais importantes documentos da Igreja frente às questões sociais, a encíclica *Quadragesimo Anno* (1931) redigida em comemoração ao quadragésimo aniversário da encíclica *Rerum Novarum* (1891):

A *Quadragesimo Anno* propôs uma reforma total dos costumes, a ser realizada por uma série de atitudes humanas que, por sua vez, inspirariam e limitariam as ordens social e econômica, eliminando os conflitos sociais. Apresentou, também, um método de reflexão do social, apoiado na filosofia natural e na mensagem cristã, a partir da idéia de que entre a ordem natural e a ordem evangélica sempre haverá uma concordância de princípios que nunca as levará ao conflito. Além disso propôs a ação pastoral firmada no pressuposto de que não se deveria delegar à autoridade civil a execução de todo o projeto de restauração social, pois era a própria Igreja que deveria arbitrar esse processo, por meio da militância laica a ser construída nos meios operários. Tal projeto deveria ser executado pela Ação Católica, porque essa organização personificava uma nova forma de ser Igreja na sociedade por meio da militância apostólica. (SOUZA, 2002, p. 89-90)

A Ação Católica (AC) foi fundada em 1929 pelo Papa Pio XI, que ficaria conhecido como o Papa da Ação Católica. O conjunto de movimentos que forma a Ação Católica visava a restauração da sociedade e a ampliação da influência católica no mundo moderno, especialmente sobre as relações capital/trabalho. O trabalho da Ação Católica frente aos problemas sociais passou a ser desenvolvido pelo laicato, orientados pela hierarquia católica e a sua doutrina social.

O Papa Pio XI dedicou uma encíclica para tratar das questões do comunismo, qualificado sempre de “comunismo ateu”. A encíclica *Divini Redemptoris* (1937) propôs que a restauração da sociedade se daria por meio de princípios como “a caridade cristã e a justiça social, exercidas sob o manto do corporativismo” (SOUZA, 2002, p. 90). Nesta encíclica, a Igreja Católica manteve seu posicionamento de condutora para uma nova sociedade e também alertava para os perigos que o comunismo apresentava:

---

<sup>12</sup> Papa Pio XI (Ambrogio Damiano Achille Ratti), nascido no Reino Lombardo-Vêneto, foi Papa de 1922 a 1939.

<sup>13</sup> É importante lembrar que o anticomunismo da Itália fascista de Mussolini foi um dos elos de ligação com a Igreja Católica na Europa da década de 1930. Mesmo consciente do caráter antirreligioso do líder fascista, a Igreja Católica, por meio do Papa Pio XI, se une a Mussolini em troca de privilégios perdidos com a unificação da Itália. Numa troca de afagos, o Papa Pio XI orientou fiéis a apoiar o fascismo, inclusive veiculando apoio por meio da imprensa católica; já Mussolini baixou decretos que colocavam fim à separação entre Igreja e Estado, decorou espaços públicos com símbolos religiosos, inseriu o ensino religioso no currículo escolar e tornou crime falar mal do catolicismo, o que demonstra uma verdadeira cooperação de ambos os lados. Em fevereiro de 1929, Mussolini junto com o cardeal Pietro Gasparri, que era secretário de Estado da Santa Sé, assinaram o tratado de Latrão, pelo qual o governo italiano reconhecia a soberania política e econômica do Vaticano, situado em meio à área urbana de Roma.

Procurai, Veneráveis Irmãos, que os fiéis não se deixem enganar! O comunismo é intrinsecamente perverso e não se pode admitir em campo nenhum a colaboração com ele, da parte de quem quer que deseje salvar a civilização cristã. E, se alguns, induzidos em erro, cooperassem para a vitória do comunismo no seu país, seriam os primeiros a cair como vítimas do seu erro; e quanto mais se distinguem pela antiguidade e grandeza da sua civilização cristã as regiões onde o comunismo consegue penetrar, tanto mais devastador lá se manifesta o ódio dos “sem-Deus”. (PIO XI, Papa. 1937)

Em nenhuma hipótese seria aceitável a aproximação de fiéis católicos com o comunismo. Desta forma, a Igreja Católica precisava aproximar-se cada vez mais da sociedade e, de forma especial, dos mais pobres, que, para ela, seriam mais suscetíveis às “ciladas do comunismo”. Para a Igreja Católica, a atuação de formação desenvolvida pela Ação Católica, por meio de semanas sociais, círculos de estudos, etc., era importante para a aproximação e orientação da sociedade, afinal, “se o Sacerdote não vai aos operários, aos pobres, para os prevenir ou desenganar dos preconceitos e das falsas teorias, chegarão a ser fácil presa dos apóstolos do comunismo” (PIO XI, Papa. 1937). Os antagonismos entre os projetos da Igreja e de movimentos como o comunismo, por exemplo, permitem compreender a atuação da Igreja frente às questões sociais. Este enfrentamento permanecerá durante quase todo o século XX.

O pontificado de Pio XII<sup>14</sup> iniciou em 1939, ano que teve início a II Guerra Mundial. A maior preocupação do Papa neste momento era com a paz. Por meio de uma mensagem radiofônica no dia 14 de junho de 1941, na ocasião do quinquagésimo aniversário da *Rerum Novarum*, Pio XII chamou a atenção para “os princípios diretivos que deveriam nortear os valores da vida social, o uso dos bens materiais, o trabalho e a família” (SOUZA, 2002, p. 91). No que diz respeito às questões sociais, o Papa mantinha-se orientado pelo corporativismo. Era um período de emergência do discurso sobre a paz, as questões sociais ficam em segundo plano. Ainda assim, convergindo um ideal de trabalhador disciplinado, ordeiro e zeloso da família, Pio XII alterou, em 1955, a data em homenagem a São José, pai de Jesus Cristo e carpinteiro, para o 1º de Maio. A escolha da data não foi aleatória e não deve ser menosprezada. Tratava-se de uma disputa com a data-símbolo das lutas dos trabalhadores de todo o mundo instituída pela II Internacional Socialista em 1889, em homenagem ao massacre promovido pela polícia de Chicago, nos Estados Unidos, contra trabalhadores e suas famílias em greve em 1886. O 1º de Maio, no calendário católico, passava a ser dedicado a “São José Operário”, ideal de trabalhador e a figura paterna da Sagrada Família, exemplo a ser seguido por todos os fiéis, em especial os da classe trabalhadora.

---

<sup>14</sup> Papa Pio XII (Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli) nascido na Itália, foi Papa de 1939 a 1958.

A ascensão do Papa João XXIII<sup>15</sup> ao trono de São Pedro em 1958 trouxe consigo a redação de outro importante documento da Igreja Católica sobre as questões sociais, a encíclica *Mater et Magistra* (1963), em comemoração ao septuagésimo aniversário da *Rerum Novarum*. Neste documento novos aportes doutrinários sobre a questão social foram elaborados. A redação desta encíclica ocorreu após a convocação do Concílio Vaticano II, que se iniciou em 1962 e só finalizou em 1965. O Concílio Vaticano II foi um momento de mudanças para a Igreja Católica, que buscava a renovação e um diálogo mais profícuo com a sociedade em geral.

A encíclica *Mater et Magistra* ampliou o conceito de justiça social e incluiu a ideia de participação dos empregados nos lucros. Desta forma, a atitude de pregar a colaboração entre as classes ainda se mantinha existente: “O tema do sindicato como instrumento de harmonia social foi retomado por esta encíclica, que considerou a organização sindical fundamental para orientar a economia do país” (SOUZA, 2002, p. 92). Algumas questões permaneceram inalteradas no conjunto de encíclicas papais que formam a DSI. O desejo de recristianização da sociedade, a luta contra os “males da modernidade”, e a busca pela harmonia social perpassam toda a Doutrina Social desde 1891. A cada pontificado a forma com que eram tratadas as questões sociais eram, de certa forma, atualizadas e/ou reafirmadas.

É importante mencionar que os posicionamentos da encíclica *Mater et Magistra* também estão pautados num panorama de ampliação de um estado de bem-estar social, crescente após a ampliação do campo socialista que influenciou os movimentos operários na luta por direitos. É após a Revolução de 1917, que segundo Adinari Sousa (2013, p. 2) “mostrou à humanidade ser possível a construção de uma sociedade não capitalista” que serão possíveis transformações no mundo da produção, onde a própria elite reconhece os limites do capitalismo liberal, principalmente após a crise de 1929. Neste período, o Estado vai se colocar como um moderno estado interventor, possível apenas pelo conflito com as ações e avanços da classe trabalhadora em prol de direitos, gerando uma nova concepção do estado na economia, também conhecido como keynesianismo.

A redação da encíclica *Mater et Magistra* na década de 1960 coincide com o recorte temporal desta dissertação e, por este motivo, é a última a ser analisada, embora outras tantas tenham existido nos períodos posteriores. É possível afirmar que, tendo sido atualizado, o pensamento católico da década de 1960 sobre as questões sociais não divergiu daquele iniciado pelo Papa Leão XIII na basilar encíclica *Rerum Novarum* no final do século XIX. Ao contrário, embora atualizado, em essência fora reafirmado. A Doutrina Social da Igreja orientou a

---

<sup>15</sup> Papa João XXIII (Angelo Giuseppe Roncalli) nascido na Itália, foi Papa de 1958 a 1963.

hierarquia católica e os fiéis nos lugares mais longínquos. No Brasil, pensar a atuação da Igreja Católica frente às questões sociais é pensar também a sua Doutrina Social.

### **2.3 - Igreja Católica no Brasil: reorganização e primeiras aproximações com o mundo do trabalho**

A chegada da Igreja Católica em terras brasileiras ocorreu em parceria com o projeto político de Portugal. Subordinada à Coroa Portuguesa e, logo após ao Império, por meio do Padroado, a Igreja dispunha de um poder limitado. Todavia isso nunca a impediu de agir em busca dos seus interesses próprios. Por mais de três séculos, Igreja e Estado mantiveram-se unidos e alinhados politicamente nas terras brasileiras. Em alguns momentos, essa união se desestabilizou, como no caso da Questão Religiosa<sup>16</sup>. Toda a agitação moderna que já se manifestava na Europa no século XIX chegaria também ao Brasil. A laicização das instituições públicas e conseqüentemente do Estado se desenvolveu em 1889, a partir da Proclamação da República.

A separação entre a Igreja e o Estado inaugurou um momento de certa instabilidade para a Igreja Católica no Brasil. Porém esta separação não implicou oposição entre ambos. Pelo contrário, a atuação da Igreja a partir deste momento buscou reafirmar sua importância na sociedade e estreitar as distâncias com o Estado Brasileiro e a nova forma de governo: “Com a proclamação da República e a separação entre Estado e Igreja, a hierarquia católica, embora se queixasse do laicismo estatal, via com bons olhos sua liberdade de atuação para a arregimentação dos fiéis” (DUQUE, 1998, p. 70). Não podemos perder de vista que a Igreja Católica possui um projeto próprio de sociedade e sua atuação, naquele momento, se desenvolveria na busca de consolidação do mesmo.

Em contrapartida à laicização do Estado, o projeto romanizador da Igreja se desenvolveria no Brasil. “Todo esse processo de exclusão da Igreja do edifício político

---

<sup>16</sup> A Questão Religiosa foi um conflito que ocorreu no Brasil em 1870, inicialmente fruto de um enfrentamento entre Igreja Católica e Maçonaria, que a posteriori se tornou um conflito entre a Igreja e o Estado. O conflito é centrado na figura de dois bispos – Dom Vital e Dom Marcelo Costa – que, orientados por ordenações papais não aceitas pelo Estado, interditam irmandades que faziam parte de sua jurisdição. Essas irmandades possuíam membros ligados à maçonaria. O Estado, por sua vez, tentou reverter a interdição, pois essas irmandades também eram regidas pelo poder secular e não pelos bispos. Desta forma, o Estado considerou ferida a Constituição do Império, prendendo os bispos e os obrigando a trabalho forçado por desobediência civil. Logo após, os bispos foram absolvidos, mas a relação entre os poderes temporal e secular se fragilizaram. Ambos os bispos eram defensores do ultramontanismo e o nome de um deles, Dom Vital, será homenageado em uma das principais organizações católicas do país, o Centro Dom Vital, inaugurado em maio de 1922 no Rio de Janeiro.



brasileiro foi compreendido pelo episcopado como resultante da influência das revoluções europeias, que já teriam inserido no país, muito antes de 1890, o ‘espírito hostil’ à Igreja Católica” (ROSA, 2011, p. 56). O enfrentamento ao mundo moderno começou a ganhar corpo no Brasil. A relação com a Cúria Romana estava mais próxima, não apenas pelo processo romanizador da Igreja iniciado com o Concílio Vaticano I, mas pela necessidade de orientação frente às novas questões que surgiram no país:

Nas duas primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica enfrentou alguns desafios: a consolidação da organização das dioceses, de maneira a garantir a consolidação da sua autonomia e o estreitamento das relações diplomáticas entre a Santa Sé e o Brasil. Nesse campo, a nomeação de D. Joaquim Arcoverde, em 1905, como o primeiro Cardeal da América Latina, e a elevação da Representação Diplomática da Santa Sé no Brasil ao status de Nunciatura, em 1901, foram pontos fundamentais na aproximação com o governo brasileiro e no andamento do projeto de ampliação da presença papal no Brasil. (ROSA, 2011, p. 68)

Nas primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica buscou reestruturar-se interna e externamente no Brasil. A organização e criação de novas dioceses foi outro ponto importante para a hierarquia católica: “Até 1890, as doze dioceses existentes estavam situadas em dez províncias e nove capitais afora aquela sediada na corte. No período de 1890-1930, as outras onze capitais estaduais foram também convertidas em sedes diocesanas” (BARROS, 1985, p. 57). O salto numérico de dioceses demonstra o desejo da Igreja de se fazer presente em todas as regiões do país. É interessante perceber que a Igreja Católica atuava no Brasil desde o século XVI, e até 1890 apenas doze dioceses foram criadas, mas, após a separação com o Estado, em quarenta anos, onze novas dioceses se estabeleceram. Fazia-se necessário estar presente, principalmente, nos locais mais longínquos. Segundo Lilian Rosa (2011, p. 49),

Diante de uma situação agravada pelo número reduzido de Padres, pelas grandes distâncias e pelas dificuldades de locomoção, a Santa Sé estabeleceu alguns pontos essenciais de ação. Entre eles, o incentivo para que as congregações estrangeiras viessem atuar no Brasil; a reorganização e o remanejamento de prelados, ação que ficou sob a coordenação do Internúncio; a realização de um diagnóstico para a reorganização das dioceses; o fortalecimento do Internúncio como representante da autoridade do Papa; o investimento na ampliação dos quadros do clero e, principalmente, atuar no sentido de minimizar o máximo possível a participação do episcopado na política, particularmente a partidária, de maneira a evitar que posturas políticas radicais cindissem definitivamente e irremediavelmente as relações entre o Estado e a Igreja, inviabilizando possíveis negociações.

Para que a Igreja pudesse atuar, o número de dioceses se expandiu em sintonia com o corpo eclesial. A chegada de congregações estrangeiras e o remanejamento dos prelados permitiam a maior inserção desta instituição na sociedade. Conforme Sérgio Miceli de Barros nos indica, o aumento no número de dioceses permitiu a aproximação entre a Igreja e as oligarquias regionais:

A política de implantação das novas circunscrições respeitou as fronteiras territoriais dos estados. Ao brindar todos os estados brasileiros com pelo menos uma diocese, a Igreja passou a dispor de um sistema interno de governo que se pautava pelas linhas de força que presidiram à montagem do pacto oligárquico, vale dizer, o atendimento ao requisito mínimo de uma diocese mesmo nos estados menores não cerceou a concentração de recursos organizacionais - circunscrições, dignitários, seminários, escolas, pessoal eclesial, etc. - nos estados hegemônicos do regime republicano (pela ordem, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia). (BARROS, 1985, p. 67)

O processo de “estadualização” da atuação da Igreja por meio das oligarquias regionais permitiu à Igreja retomar parte da sua influência no cenário político-social que havia sido enfraquecido com a separação do Estado. A Igreja buscava redefinir seu lugar na sociedade, e para isso demonstrava sua força e importância enquanto portadora dos bens de salvação:

O referido processo de “estadualização” converteu a Igreja em instituição-chave como espaço de encenação das solenidades de legitimação e ostentação do poder oligárquico, quer por ocasião das festividades (dia do (a) padroeiro (a), procissões, ‘te-deums’, etc) inscritos no calendário religioso, quer através de rituais de serviço com o timbre eclesial (batizados, casamentos, enterros, posses, formaturas, jubileus, etc.). (BARROS, 1895, p. 47)

A aliança entre Igreja Católica e oligarquias permitia a legitimação do “poder” dessas oligarquias pela Igreja, assim como o reconhecimento da importância da Igreja pelos oligarcas. Essas alianças reforçava a participação do corpo religioso nos diversos momentos da vida em sociedade. Não apenas da elite, mas do povo como um todo. As procissões e festividades dos padroeiros eram atividades que congregava todas as camadas sociais. Por esse caminho, a Igreja buscava expandir cada vez mais sua influência política e social, principalmente diante da classe dominante:

O envolvimento característico do episcopado na vida política leiga procurou se pautar por uma visibilidade relativamente baixa no encaminhamento de pendências entre as facções oligárquicas e pela quase completa sujeição da organização eclesial ao trabalho cerimonial e doutrinário de legitimação dos mandachuvias e próceres oligárquicos. Em meio a essas condições, D. Adauto na Paraíba do Norte, D. Fernando no Espírito Santo, D. João no Paraná, D. Becker no Rio Grande do Sul, D. Joaquim e D. Silvério em Minas

Gerais, D. Nery e D. Duarte em São Paulo, buscaram calçar a implementação das metas expansionistas da organização eclesiástica valendo-se de alianças frutíferas com as lideranças oligárquicas. (BARROS, 1985, p. 46)

O trabalho de Sérgio Miceli de Barros sobre a elite eclesiástica brasileira permite-nos identificar que a aliança feita com as oligarquias pela Igreja não ocorreu de forma descuidada. A elite eclesiástica da época possuía vínculos familiares com as oligarquias. Essa elite eclesiástica, não por acaso, era filha das principais famílias da classe dirigente:

O intento de atrair ao corpo episcopal filhos de famílias ilustres da classe dirigente e a consagração de uma cota mínima de Padres de origem humildes, educados às custas do patrocínio eclesiásticos, ou melhor, social e politicamente desamparados fora da organização, constituíram os princípios de composição dos altos escalões eclesiásticos que melhor pareciam se ajustar às pretensões de influência da Igreja nas circunstâncias da época. (BARROS, 1985, p. 82)

A inserção no corpo eclesiástico de filhos da elite regional permitia à Igreja maior influência na sociedade, especialmente pelas relações de parentesco com as oligarquias regionais. Dentre tantas profissões existentes na época, havia certo prestígio na vida religiosa. E a atuação dos diversos bispos oriundos das famílias abastadas tiveram impacto na organização e expansão do projeto católico. O alinhamento político desses bispos, em sintonia familiar com os interesses das oligarquias, permitiu a solidificação do projeto romanizador da Igreja no Brasil.

Para a realização deste projeto romanizador não havia espaço para um catolicismo popular. A hierarquia da Igreja buscava manter sua primazia. Desta forma, os movimentos populares religiosos, como o de Canudos ou do Contestado, que se desenvolveram no início da Primeira República, foram fortemente combatidos pela Igreja, seja num alinhamento com as classes dominantes para a manutenção da ordem, seja por interesses próprios. Segundo Oliveira (1985, p. 135),

Podemos então definir o catolicismo popular como um conjunto de representações e práticas religiosas autoproduzidas pelas classes subalternas, usando o código do catolicismo oficial. Isso significa que o catolicismo popular incorpora elementos do catolicismo oficial - os significantes - mas lhe dá uma significação própria, que pode inclusive opor-se à significação que lhes é oficialmente atribuída pelos especialistas. O resultado é que o mesmo código religioso católico é diferentemente interpretado pelas diferentes classes sociais de maneira que, sob uma unidade formal, escondem-se, de fato, diversas representações e práticas religiosas. Tal maleabilidade real, prática, do catolicismo, lhe permite ser ao mesmo tempo a religião dos dominantes e dos dominados, sem que as diversas significações atribuídas aos mesmos significantes religiosos dêem lugar a múltiplos sistemas religiosos.

O catolicismo popular era um obstáculo para Igreja Católica que buscava reafirmar sua importância e seu lugar central na sociedade brasileira do início da República, pois permitia aos leigos a apropriação e ressignificação dos ritos católicos. Isto retirava o domínio da Igreja sobre as cerimônias religiosas. As práticas religiosas necessitavam ser conduzidas pelo corpo eclesiástico, para que a Igreja Católica pudesse ter proeminência sobre os bens de salvação. Esta era a tônica do projeto romanizador:

A romanização é, pois, um processo através do qual o aparelho eclesiástico - o corpo de agentes religiosos institucionalmente qualificado para a direção dos fiéis católicos - assume o controle efetivo do aparelho religioso no seu todo. Não é mais um aparelho religioso segmentado em suas bases, como prevalece na formação social senhorial, mas um aparelho religioso fortemente hierarquizado cujas bases sociais são verticalmente integradas nas instituições eclesiásticas: associações religiosas, capelas, paróquias, dioceses e Santa Sé. (OLIVEIRA, 1985, p. 291-292)

A romanização, como demonstra Oliveira, atribui ao corpo eclesiástico católico o controle do aparelho religioso, fortalecendo interna e externamente esta instituição. O controle verticalizado de todos os ritos, práticas e associações busca delimitar o campo religioso, impedindo que outros agentes que não estejam institucionalmente qualificados, ou seja, pertencentes à burocracia religiosa, inclusive pela legitimação dos pares, se apropriem do aparelho religioso. Ao reafirmar-se como a única portadora do caminho de salvação para a humanidade, a Igreja Católica intenta exercer um poder sobre seus fiéis. Todo seu aparato religioso busca reafirmar que fora da Igreja Católica não existe salvação. Desta forma, a Igreja mantém unidos à sua doutrina todos aqueles que buscam esta salvação. O exercício constante desse poder simbólico, invisível, quase um poder de troca, proporcionado pelos vínculos de poder estabelecidos com a Coroa portuguesa e mantidos no Império e na República no Brasil, faz prevalecer a sua visão de mundo em meio à sociedade brasileira:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia,

crença cuja produção não é da competência das palavras. (BOURDIEU, 1989, p. 14-15)

Cada direcionamento, cada dogma, cada posicionamento da Igreja deve ser aceito e legitimado pelos fiéis. Não existe espaço para dúvidas, questionamentos. O poder que a Igreja exerce sobre aqueles que a legitimam enquanto portadora do “caminho da salvação” é um poder simbólico, na expressão de Pierre Bourdieu. Ao contrário dos séculos anteriores, no mundo contemporâneo a Igreja não dispõe de meios para utilizar-se diretamente de força física, mas o poder do seu discurso e dos símbolos que lhe são próprios é tão intenso quanto. A absorção da visão de mundo da Igreja é quase imperceptível, dada como natural por aqueles que a seguem. E para isso, a Igreja Católica busca manter-se próxima, ocupando todos os espaços da vida social do povo:

Para submeter os leigos à sua autoridade, o clero usa o poder religioso que lhe é próprio, isto é, o poder dos sacramentos. Este poder, exercido de modo esporádico na formação social senhorial (por ocasião das visitas de desobriga e das missões populares), intensifica-se à medida em que a presença dos Padres junto às bases locais torna-se permanente. A admissão aos sacramentos torna-se mais exigente, conforme as prescrições da Pastoral Coletiva, o que não impede de ser eles ministrados com muito maior assiduidade. Na medida em que os fiéis se convencem da necessidade dos sacramentos para a salvação eterna aumenta a ascendência do clero sobre eles. Por outro lado, as práticas religiosas tradicionais, realizadas sem a participação do Padre, são cada vez mais combatidas como supersticiosas, profanas ou até imorais, de modo a irem sendo relegadas para o campo do folclore. Em suma, na medida em que os fiéis vão aderindo à idéia de que os sacramentos são os melhores meios para a obtenção da felicidade eterna, o clero ganha importância, pois só ele pode ministrá-los. (OLIVEIRA, 1985, 328)

A legitimação das práticas e símbolos religiosos exercidas pelo corpo eclesiástico católico em complexa contraposição ao catolicismo popular busca direcionar a sociedade para o catolicismo romanizado, hierarquizado. A autoridade e o prestígio simbólicos advindos dos mecanismos de estabelecimento do reconhecimento social do monopólio dos bens de salvação possibilitam à Igreja validar tanto o seu próprio discurso quanto, historicamente, o da classe dominante, que muitas vezes se entrecruzam. Um dos principais elos entre a Igreja e o Estado após a Proclamação da República é a capacidade da Igreja de arregimentar e ordenar a sociedade:

As representações religiosas servem para a função social de hegemonia justamente porque agem sobre as vontades e levam os indivíduos e grupos a encararem as práticas sociais a eles impostas como atos voluntários. A doutrina católica da salvação individual e a ética que a acompanha não são, de modo algum, explicações ideológicas das relações de produção capitalistas;

no entanto, funcionam para transfigurarem as práticas sociais por elas impostas em atos voluntários. (OLIVEIRA, 1985, p. 320)

A capacidade da Igreja de tornar práticas sociais impostas em atos voluntários, aceitos socialmente como se fossem de escolha dos próprios indivíduos, permite a aproximação com o Estado brasileiro, que se serve dos interesses e concepções comuns com ela. Os movimentos religiosos desenvolvidos pela Igreja Católica nas primeiras décadas do século XX buscaram demonstrar exatamente esse poder da Igreja, reafirmando a sua capacidade de orientar e influenciar as diversas camadas sociais. Por exercer esse “poder” sobre a população, a relação da Igreja e das classes dominantes sempre se mantiveram estreitas. O projeto de sociedade harmônica baseada em relações corporativistas e hierárquicas da Igreja não era tão estranho às classes dirigentes e dominantes. Ao contrário, não apenas era familiar, mas também convergente aos seus interesses e concepções em muitos aspectos. Desta forma, a Igreja Católica contribuiu para a manutenção da coesão social e da ordem sem o uso da força física, mas, por meio de sua dimensão simbólica:

A Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem, pela consecução de sua função específica, qual seja a de contribuir para a manutenção da ordem simbólica: (I) pela imposição e inculcação dos esquemas de percepção, pensamento e ação objetivamente conferidos às estruturas políticas e, por esta razão, tendentes a conferir tais estruturas a legitimação suprema que é a “naturalização”, capaz de instaurar e restaurar o consenso acerca da ordem do mundo mediante a imposição e a inculcação de esquemas de pensamentos comuns, bem como pela afirmação ou pela reafirmação solene de tal consenso por ocasião da festa ou da cerimônia religiosa, que constitui uma ação simbólica dos símbolos religiosos com vistas a reforçar sua eficácia simbólica reforçando a crença coletiva em sua eficácia; (II) ao lançar mão da autoridade propriamente religiosa de que dispõe a fim de combater, no terreno propriamente simbólico, as tentativas proféticas ou heréticas de subversão da ordem simbólica. (BOURDIEU, 2013, p. 70)

Desta forma, ao compartilhar alguns aspectos da visão de mundo das classes dominantes, que se estabelece a partir da intersecção de interesses, a Igreja contribuiu para mantê-las hegemônicas, pois mesmo portadora de um projeto próprio de sociedade, uma terceira via entre liberalismo e o socialismo, a Igreja manteve-se em defesa do *status quo* quando em parceria com as classes dirigentes e dominantes. É, portanto, possível compreender a Igreja Católica como um “aparelho privado de hegemonia”, nos termos de Antonio Gramsci, no qual parte do seu corpo eclesiástico se constitui como intelectuais orgânicos, cujo projeto se aproximava, historicamente neste período, próximo às classes dominantes:

Um aparelho de hegemonia funciona na medida em que ele veicula representações, isto é, na medida em que as idéias e práticas simbólicas que ele produz ou sistematiza são transmitidas e incorporadas à consciência e à prática dos atores sociais. Veiculando representações religiosas, o aparelho religioso age sobre a consciência, a vontade, os sentimentos de indivíduos e grupos, de modo a guiar seus comportamentos. Por isso ele é um aparelho de hegemonia: exerce uma direção intelectual e moral sobre grupos sociais, atuando pela convicção e pela adesão da vontade, e não pela força ou pela repressão físicas. (OLIVEIRA, 1985, p. 296)

Como demonstra Pedro Oliveira, o aparelho religioso age sobre a consciência, vontade e os sentimentos dos indivíduos e dos grupos. O alinhamento de projetos entre Igreja e Estado para a sociedade do início do século XX permite à Igreja não somente a aproximação perdida com o Estado, mas contribuir pela manutenção da ordem social desejada por ambos. O uso do discurso religiosos nas mentalidades retira, por vezes, a necessidade do uso da força, facilitando a construção do reconhecimento da legitimidade do projeto das classes dominantes para a sociedade por parte dos segmentos populares, aparentemente por vontade própria.

O projeto de recristianização da sociedade pela Igreja Católica após a Proclamação da República buscou, então, combater os “males da modernidade” que se enraizaram no Brasil. Porém o projeto de laicização da sociedade não foi a única preocupação da Igreja. O aprofundamento das questões sociais levou a Igreja, nas décadas de 1920-30, a preocupar-se com a causa dos operários que viviam em condições degradantes. O início do século XX ainda se caracterizava fortemente pela herança da escravidão abolida em 1888. A situação dos trabalhadores das primeiras fábricas era precária:

O que dizer então das primeiras fábricas, onde as péssimas condições de trabalho eram aguçadas pelas jornadas de trabalho muito longas, pela violência dos encarregados, pelos constantes acidentes, pela exploração do trabalho de crianças e pelos abusos contra as operárias? Mulheres e crianças, aliás, formavam a maioria da mão de obra empregada nas fábricas de tecido, os maiores estabelecimentos industriais de então. Ganhavam menos e cumpriam a mesma jornada dos homens. (MATTOS, 2009, p. 41)

Desde ao menos o início da República, muitas ações foram desenvolvidas pelo operariado para enfrentar a exploração. O surgimento de partidos operários, organizações mutualistas que já tinham uma forte tradição entre os trabalhadores, revoltas urbanas, a formação de uma imprensa operária, o desenvolvimento dos sindicatos e as greves demonstram que os trabalhadores do Brasil não estavam paralisados nas primeiras décadas republicanas. Para a Igreja, a orientação destas organizações tinha um teor “radical, subversivo e agitador”. Em contrapartida, a Igreja Católica no Brasil buscou inicialmente “desenvolver a piedade e a

caridade individuais. É desse período o incentivo às diversas associações piedosas e caritativas, como Apostolado da Oração, Pia União das Filhas de Maria, Congregação Mariana, Damas da Caridade, Vicentinos, etc.” (MANOEL, 1999, p. 210). O desenvolvimento dessas associações se apresenta como uma das primeiras tentativas de organizar os trabalhadores à luz da Igreja no Brasil e também como estratégia no processo de restauração da sociedade por meio da formação individual.

Outra ação voltada para a formação individual foi a educação escolarizada que buscava chegar aos jovens, que, para Igreja, estavam cada vez mais próximos da vida social do que da vida religiosa. Outras estratégias foram desenvolvidas para envolver os fiéis numa militância mais organizada. Esse tipo de organização se faria necessária para combater a militância dos partidos e outros movimentos de caráter não cristão que estavam se desenvolvendo na sociedade brasileira. No meio deste processo de recristianização e de busca de orientação dos trabalhadores frente às questões sociais surgidas no país, a Igreja Católica no Brasil contou com



destacadas figuras para a concretização do seu projeto, como o Padre Júlio Maria<sup>17</sup>, Dom Sebastião Leme<sup>18</sup>, Jackson de Figueiredo<sup>19</sup> e Alceu Amoroso Lima<sup>20</sup>.

O Padre Júlio Maria foi um dos primeiros intelectuais católicos a tratar da importância da Igreja Católica no âmbito social. Seu pensamento foi influenciado por pensadores católicos, como Joseph de Maistre, e pela Doutrina Social da Igreja. Na sua obra principal, *A igreja e a República*,

Júlio Maria constrói uma história nacional alicerçada na visão do catolicismo como o único elemento gerador de uma identidade brasileira. Deste modo, para que o povo brasileiro encontrasse seu destino de grandeza, seria

---

<sup>17</sup> "Júlio César de Moraes Carneiro nasceu no Rio de Janeiro, em 1850, e formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo. Após tentar eleger-se sem sucesso para a Assembleia Provincial, ingressou na magistratura, tendo se tornado juiz. De sua formação inicial em Direito ele trouxe um rol de leituras próximas ao positivismo e ao cientificismo, com nomes como Darwin, Comte, Littré e Buchner. Somam-se a esses os católicos ultra-conservadores: Donoso Cortés, Joseph de Maistre e Laménais. Por fim, as encíclicas de Leão XIII exerceram grande influência sobre ele. Por duas vezes casou-se e por um número igual de vezes tornou-se viúvo. Após converter-se ao catolicismo em 1889, ingressou no Seminário de Mariana, reconhecido pela bibliografia como um dos centros irradiadores do ultramontanismo no Brasil. Tendo se tornado Padre apenas dois anos depois de ingressar no seminário recebe um novo nome: Júlio Maria. O ano de sua ordenação coincide com a publicação da Encíclica *Rerum Novarum*." (ARDUINI, 2011, p. 4-5)

<sup>18</sup> "Sebastião Leme de Oliveira Cintra nasceu no município de Espírito Santo do Pinhal, atual Pinhal (SP), em 1882. Clérigo católico, ingressou no Seminário Menor Diocesano de São Paulo, em 1894. Tendo se destacado em seus estudos, foi enviado para Roma em 1896, onde estudou filosofia na Universidade Gregoriana. De volta ao Brasil em 1904, passou a exercer o sacerdócio em São Paulo. Em 1910, foi convidado pelo cardeal Joaquim Arcoverde para assumir o cargo de bispo-auxiliar do Rio de Janeiro. Em 1916, assumiu a arquidiocese de Olinda e Recife, em Pernambuco. Nessa época, desenvolveu um ativo trabalho de evangelização e passou a exigir do governo da República um tratamento especial para o catolicismo, que segundo ele não tinha reconhecida a sua posição de religião da maioria dos brasileiros. Em 1921, voltou ao Rio de Janeiro, agora como arcebispo coadjutor. Em julho de 1930, foi elevado a cardeal pelo Papa Pio XI e, após a morte do cardeal Arcoverde, assumiu a arquidiocese do Rio de Janeiro. Morreu em 1942, no Rio de Janeiro." (FGV CPDOC. Sebastião Leme de Silveira Cintra. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sebastiao-leme-de-silveira-cintra>>. Acesso em: 21 mai. 2019)

<sup>19</sup> "Jackson de Figueiredo Martins nasceu em Aracaju, em 1891. Bacharel em direito, dedicou-se à política e ao jornalismo. Seu nome é ponto de referência na história do catolicismo brasileiro como organizador do movimento católico leigo. Entre 1921 e 1922, fundou o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, através dos quais combateu o comunismo, o liberalismo e a revolução de modo geral. A sua proposta era reunir leigos e religiosos que se dedicassem aos estudos da doutrina católica. Foi através de sua obra que o pensamento conservador, tradicionalista ou reacionário foi introduzido no Brasil. Em 1921 defendeu a candidatura de Artur Bernardes, identificando-o com os princípios da autoridade, religião e ordem, em detrimento de Nilo Peçanha, como demagogo, revolucionário e ligado à maçonaria. Colaborador em vários jornais e revistas, como a *Gazeta de Notícias* e *O Jornal*, produziu, entre outras obras, *Afirmções* (1921), *A reação do bom senso* (1922) e *A coluna de fogo* (1925). Faleceu em 1928." (FGV CPDOC. Jackson de Figueiredo. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jackson\\_de\\_figueiredo](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jackson_de_figueiredo)>. Acesso em: 19 mai. 2019)

<sup>20</sup> "Alceu Amoroso Lima nasceu a 11 de dezembro de 1893 da união de Manuel José de Amoroso Lima e de Camila da Silva Amoroso Lima, no seio de uma família que se dedicava à fabricação e comércio de produtos têxteis. Iniciou seus estudos em casa, sob orientação de João Kopke, um dos precursores da Escola Nova. Seu secundário foi feito no Ginásio Dom Pedro e concluído em 1908. Entre 1909 e 1911, Amoroso Lima frequentou a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. O último ano de sua formação acadêmica o encontrou trabalhando em um escritório de advocacia, mas não por muito tempo; desenganado com a carreira jurídica, tentou conduzir os negócios de seu pai e chegou a ocupar cargos menores ligados à carreira diplomática." (ARDUINI, 2009, p. 10)

necessário que ele se voltasse para sua tradição e compreendesse a importância da fé (ARDUINI, 2009, p. 37-38).

O trabalho do Padre Júlio Maria contou com a adesão de um público seletivo. Mas, alinhados ao pensamento do Padre Júlio Maria e também inspirados pelos pensadores católicos estrangeiros, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima tiveram importante participação na construção do pensamento católico conservador no Brasil. Seus trabalhos fomentaram diversas ações da Igreja Católica no projeto de recristianização da sociedade. Para isso, ambos tiveram o apoio de Dom Sebastião Leme, figura importante para o projeto de restauração da Igreja:

O papel de D. Leme na execução de estratégias de atuação dos eclesiásticos no sentido de ampliar a presença da Igreja na sociedade foi fundamental na tarefa de arregimentar a hierarquia católica em torno da necessidade de reação contra o laicismo e de garantia dos interesses católicos diante do Estado. (ROSA, 2011, p. 39)

Para o projeto restaurador da Igreja no século XX no Brasil, Dom Sebastião Leme, Jackson de Figueiredo e, posteriormente, Alceu Amoroso Lima utilizaram de diversos mecanismos para difundir socialmente suas ideias e demonstrar às classes dominantes a importância da Igreja no corpo social. Orientados pela Doutrina Social da Igreja, os movimentos e organizações desenvolvidos pela hierarquia católica e/ou pelas lideranças leigas buscaram combater os “males da modernidade”, tratar das questões sociais e restabelecer a Igreja Católica no lugar de proeminência.

Dom Sebastião Leme, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima foram responsáveis pela organização e sustentação da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital. A revista *A Ordem* foi criada em 1921 por Jackson de Figueiredo, sob orientação de Dom Sebastião Leme. Para o arcebispo, a revista seria a melhor maneira de intervir nas questões políticas, contendo, desta forma, o desejo de Figueiredo de fundar um partido católico. A revista *A Ordem* tinha alcance nacional e foi importante na divulgação do pensamento católico em contraposição às práticas e concepções modernas, atribuindo importante significado para a imprensa neste período.

A revista fazia parte da obra restauradora da Igreja e seguia as orientações de sua Doutrina Social, que atribuía à imprensa o papel de divulgar a doutrina da Igreja, alertar sobre as atividades desenvolvidas pelos seus inimigos e transmitir as formas de combates experimentadas nas diversas regiões. Assim,

Por meio desta revista, os intelectuais católicos coordenaram enfim uma batalha num campo em que a liberdade de divulgação de idéias e de exercício

do debate deveria primar. Eles pretendiam um confronto com as idéias modernas também por meio de um órgão de imprensa que desempenhasse a tarefa de divulgar a doutrina católica, apontar os inimigos da Igreja e orientar sobre os meios de enfrentá-los. Esta revista estava munida dos argumentos recolhidos nas obras do pensamento contra-revolucionário e nos documentos oficiais do catolicismo mais recente, que davam coerência à pretensão de reordenamento social em bases religiosas. (DIAS, 1996, p. 96)

Desta forma, a revista *A Ordem* teve um importante papel para a Igreja Católica no seu projeto restaurador, mesmo não estando subordinada diretamente à Igreja. Organizada por leigos, a revista buscava sua autonomia, demonstrava seu nacionalismo e também sua orientação política alinhada ao pensamento religioso. Um ano após a criação da revista, foi fundado o Centro Dom Vital em 1922, também por Jackson de Figueiredo com o apoio de Dom Sebastião Leme. O ano de fundação coincide com o ano do centenário da Independência do Brasil. O Centro tinha o intuito contribuir com o episcopado em sua obra recristianizadora, a partir da recatolização da intelectualidade brasileira. Com a morte de Figueiredo em 1928, Alceu Amoroso Lima assumiu a direção do Centro, buscando dar continuidade à obra de seu mentor intelectual:

Alceu Amoroso Lima, continuando o trabalho de Jackson de Figueiredo, defendia o princípio da autoridade, porém sem nenhum envolvimento com qualquer política partidária. Ele assumiu a presidência do Centro Dom Vital em 4 de novembro de 1928. Durante todo o período analisado, Lima sustentou a mesma linha iniciada por Figueiredo. O grupo do Centro se reunia na sede da Livraria Católica, a fim de ler as correspondências de Figueiredo a Lima e de estudar os autores prediletos deste grupo. Só mais tarde este grupo foi reorientando o Centro, passando a defender a universalidade e a liberdade, ao contrário do nacionalismo e do autoritarismo que predominavam na época de Figueiredo. (DIAS, 1996, p. 91)

Voltado para uma elite intelectual, o Centro Dom Vital recebia da sociedade as problemáticas sociais e, em contrapartida, orientava e organizava os leigos num conjunto de programas de ações. Entre as atividades desenvolvidas pelo Centro Dom Vital, é possível destacar o início da organização da Confederação Nacional dos Operários Católicos, a criação do Instituto Católico de Estudos Superiores e a instalação da Liga Eleitoral Católica, sobre as quais trataremos mais adiante (no item 2.4.1 desta dissertação).

A relação entre o Centro Dom Vital e a sociedade se estabelecia nessa dinâmica: o Centro acolhia as questões e temas da sociedade voltados para a modernidade e devolvia um conjunto de ações para a organização e combate dos “males da modernidade”. Desta forma, a atuação do Centro teve importante participação no projeto católico de recristianização da sociedade brasileira.

Além do trabalho com a intelectualidade, a Igreja Católica buscou aglutinar a sociedade em geral a partir de outros movimentos religiosos. Esses movimentos desenvolvidos nas décadas de 1920-30 foram outras estratégias utilizadas para arregimentar o corpo social em volta da Igreja e tiveram dois focos: primeiro, orientar e conduzir a população brasileira frente às questões sociais e da modernidade à luz da doutrina católica; segundo, demonstrar a força e influência da Igreja para as classes dominantes. A Igreja Católica temia as massas. Os diversos movimentos e greves que surgiam no Brasil durante as primeiras décadas do século XX fez com que a Igreja se organizasse para conduzir a sociedade no caminho da obediência: “A Igreja se volta ao povo, articulando a religiosidade com um apelo sentimental, divulgando princípios antiliberais e exortando os fiéis à fidelidade e à obediência a autoridade” (DIAS, 1996, p. 108). Enquanto, neste momento, na chamada Primeira República, o governo desprezava as massas, a Igreja aproximava-se delas e buscava conduzi-las. O prestígio advindo desses movimentos foi importante para a aproximação entre Igreja e Estado na década de 1930.

Buscando articular a religiosidade com um apelo sentimental, a Igreja evocava a devoção a Jesus Sacramentado durante os Congressos Eucarísticos. Neste processo também se reafirmava a importância da Igreja enquanto portadora dos bens de salvação. A construção da necessidade dos sacramentos por parte da população procurava legitimar a Igreja, já que ela se apresentava, com toda a força de sua tradição e capilaridade histórica na sociedade brasileira, como sua única legítima detentora. Desta forma, nesses congressos foram explorados não apenas a fé da população nos sacramentos, mas também um apelo ao patriotismo, inter cruzando símbolos políticos e religiosos. O uso de pautas políticas pela Igreja demonstrava a forma pela qual a sociedade deveria ser conduzida, principalmente frente às questões sociais. Igreja e Estado tinham projetos em comum, e isso será perceptível na década de 1930 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder.

O primeiro Congresso Eucarístico desenvolvido pela Igreja foi realizado no Rio de Janeiro, capital da República em 1922. Participaram deste evento os principais líderes da hierarquia católica e do laicato, entre eles, Dom Sebastião Leme, neste período arcebispo coadjutor no Rio de Janeiro, como também importantes figuras políticas e grande parcela da população:

O Congresso definia-se como um protesto coletivo contra a apostasia dos governantes. Diante disso, os católicos apresentavam o triunfo de Jesus Cristo por meio da profissão pública do culto e do reconhecimento de sua soberania. Por meio dele pretendia-se lembrar ao governo e ao povo que a ordem, o progresso, a civilização e a liberdade só seriam alcançados pelo reconhecimento da realeza de Cristo. (DIAS, 1996, p. 114)

O segundo Congresso Eucarístico ocorreu em Salvador, na Bahia, em 1933. Com o mesmo tom de orientação, a Igreja buscou reafirmar seu projeto social mantendo os discursos de combate aos “males” que se enraizavam na sociedade. Este Congresso contou com a participação de Dom Leme, agora Cardeal, elevado pelo Papa Pio XI em 1930. “O Congresso Eucarístico de Salvador aprovou a organização da Ação Católica, da Comissão Permanente dos Congressos Eucarísticos e da Comissão da fé e costumes” (DIAS, 1996, p. 125). Neste Congresso, as atividades voltaram-se para as questões em torno da elaboração da Carta Constitucional do país:

No primeiro, a procissão recebeu maior ênfase, pois parecia que todo o Congresso culminava ali. Já, no segundo, destacaram-se os debates sobre a doutrina, de modo que as conferências referiram-se permanentemente ao processo de elaboração da nova Carta Constitucional, e quase nenhuma informação sobre a procissão foi apresentada. Eram os sinais da conjuntura interferindo na realização destes eventos. (DIAS, 1996, p. 126)

A Igreja estava atenta ao que ocorria no país. Desta forma, buscou organizar seus discursos na busca de influenciar as diversas camadas sociais em prol do seu projeto de sociedade. Além dos Congressos Eucarísticos, a busca da recristianização do corpo social contou com outros movimentos importantes, como o monumento ao Cristo Redentor e a Consagração do Brasil a Nossa Senhora Aparecida. Além dos discursos, a Igreja se utilizou de imagens e símbolos para reforçar na sociedade sua doutrina. No Congresso Eucarístico de 1922 foram lançadas as bases para a construção do monumento ao Cristo Redentor. O monumento ao Cristo Redentor no alto do Corcovado mantinha a Igreja como sentinela da sociedade. O gigantesco monumento católico erigido na capital da República buscava manifestar a força da autoridade da Igreja ao mesmo tempo que reatar laços com o Estado e com o povo, a quem bastava olhar para o alto da maior montanha da cidade para ver a representação de Cristo de braços abertos a protegê-lo de todos os males, como afirmava fazer a própria Igreja, sua autoproclamada única e legítima representante na Terra. O monumento como signo de fé intentava fortalecer na sociedade a sua religiosidade e a proximidade da população brasileira com a Igreja:

O erguimento do Cristo Redentor é a face pública de um movimento mais abrangente que a Igreja Católica articula visando a recristianização do país, conseguindo com isso manter seus privilégios e sua supremacia religiosa sobre a sociedade nacional. Este movimento penetrou todos os poros da sociedade, atingindo a vida pública e privada dos brasileiros, exercendo aí o seu controle. (FARIAS, 1998, p. 98)

O projeto de recristianização da sociedade pela Igreja utilizou-se de todo simbolismo necessário para adentrar às mentalidades. A utilização dos símbolos e signos religiosos ocorreu também com a Consagração do Brasil a Nossa Senhora Aparecida em 1931, que coincide com o ano de inauguração do Cristo Redentor. A consagração do país a Nossa Senhora “se deu em cerimônia pública, junto a uma multidão que manifestava publicamente sua fé católica diante dos representantes do poder civil. O governo assistiu a este espetáculo, comparado em força a um verdadeiro plebiscito, e reconheceu no Brasil um povo crente” (DIAS, 1996, p. 129). A Igreja buscou associar o catolicismo ao povo, reivindicando uma pátria católica, orientada por sua doutrina. O uso desses signos nos movimentos e organizações desenvolvidos pela Igreja Católica nas primeiras décadas do século XX foram importantes para aproximação com o Estado a partir de 1930. A demonstração de poder e influência católica uniu-se à afinidade entre os projetos da Igreja e do Estado brasileiro.

## **2.4 Igreja e Estado na Era Vargas: a construção do sindicalismo católico**

Todo o esforço de aproximação da Igreja Católica com o Estado ganhou nova forma em 1930. A chegada de Getúlio Vargas à presidência da República permitiu uma união fértil entre a Igreja e o Estado. Como visto anteriormente, a Igreja Católica buscou de diversas formas reestruturar-se e conquistar seu lugar de prestígio na sociedade. Os Congressos Eucarísticos e a organização do laicato, entre outras ações, puderam reforçar algum poder da Igreja na sociedade brasileira.

Um importante elo de união entre os projetos da Igreja e do Estado na Era Vargas foi o combate ao comunismo e os discursos voltados à condição operária. Cabe lembrar que foi construído historicamente entre parte das camadas sociais da sociedade brasileira uma verdadeira heroicização da figura de Getúlio, como o pai dos pobres e aquele que governou em prol dos trabalhadores. É preciso não esquecer da repressão e perseguição aos trabalhadores durante o Estado Novo, e também o caráter conciliatório do seu governo em prol da modernização do capitalismo brasileiro, e assim, a continuação da exploração e opressão da classe trabalhadora.

A partir da década de 1930 a Igreja no Brasil elegeu o comunismo como seu principal inimigo na sociedade b

rasileira, quando, até aquele momento, suas batalhas estavam centradas na maçonaria, no liberalismo e no protestantismo:

A Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal (desconsiderando, é claro, o Vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX. Para as lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta. Tratar-se-ia de mais uma provação para os seguidores da palavra de Cristo, que desde a Antigüidade vinham se defrontando com uma série de adversários terríveis. (MOTTA, 2000, p. 35-36)

A situação da classe trabalhadora desde o início do século XX foi marcada pela lentidão na execução de ações efetivas por parte do Estado, que tratava as questões sociais como caso de polícia. A adesão por parte dos trabalhadores aos ideais comunistas preocupava a Igreja Católica, porém:

A representação do comunismo como inimigo absoluto não derivava apenas do medo que conquistasse as classes trabalhadoras. A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários. (MOTTA, 2000, p. 38-39)

Vistos assim, os ideais comunistas divergiam diametralmente do projeto de sociedade da Igreja. E ameaçava a própria existência da Igreja enquanto instituição portadora de uma visão de mundo até então preponderante. O comunismo questionava os fundamentos básicos da religião, e mais do que questionar, possuía uma moral própria, que poderia substituir a da religião. Desta forma, o combate ao comunismo não poupou esforços da alta hierarquia e das organizações do laicato. Porém, o anticomunismo não era uma preocupação apenas da Igreja:

Há que se lembrar que nesta campanha anticomunista a Igreja não se encontra sozinha. É mundial o empenho da grande imprensa, de governos e de outras seitas religiosas, o que compõe um quadro de enormes dificuldades para a práxis política não só dos comunistas e socialistas mas, como está definido de maneira generalizadora, de todos os subversivos, de todos os que se opõem à

ordem política, econômica e social, de todos que possuem espírito de negação.  
(FARIAS, 1998, p. 83)

Desta forma, assim como a Igreja Católica, as classes dominantes temiam o comunismo, pois era uma alternativa à ordem estabelecida. Neste processo, Igreja Católica e Estado unem-se num projeto comum de combate aos preceitos comunistas: “As relações entre Igreja e o Estado a partir dos anos 1930 tenderam a ser construídas e desenvolvidas com o reconhecimento da emergência da questão social, expressa basicamente na necessidade de um código que disciplinasse o trabalho” (SOUZA, 2002, p.142). A preocupação com a questão social foi levada a sério tanto pela Igreja, quanto pelo Estado nos primeiros anos da década de 1930. Desde a década de 1920, a Igreja Católica no Brasil tentava organizar e disciplinar os trabalhadores urbanos. A Igreja temia as massas, por este motivo era preciso domesticá-las. Desta forma, desenvolveu junto ao laicato organizações que pudessem atuar no meio operário, oferecendo perspectivas de melhorias de condições de vida. Entre elas, foram criados os Círculos Operários Católicos (COC), a Ação Católica Brasileira (ACB) e a Liga Eleitoral Católica (LEC).

#### **2.4.1 Círculos Operários Católicos (COC), a Ação Católica Brasileira (ACB) e a Liga Eleitoral Católica (LEC)**

Os Círculos Operários Católicos surgiram em Pelotas, no Rio Grande do Sul, em 1932<sup>21</sup>, por iniciativa do jesuíta italiano Leopoldo Brentano. Os Círculos são produtos de um catolicismo romanizado, que, orientados pelos pensadores católicos conservadores e pela DSI, principalmente a encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, desejavam integrar-se ao mundo do trabalho, especialmente na evangelização dos sindicatos. Num momento particular de aprofundamento das questões sociais no Brasil, marcado pelas ondas de greves do final da década de 1910 e a forte influência anarquista, e sob os temores dos impactos da Revolução Soviética no país, a Igreja Católica procurou aproximar-se dos trabalhadores com uma proposta de apaziguamento e concórdia:

---

<sup>21</sup> O ano de 1932 tem sido considerado um marco para a formação dos Círculos Operários no Brasil, porém, estudos recentes têm problematizado essa periodização, indicando o Nordeste como espaço geográfico dos primeiros Círculos no Brasil, e antecipando seu marco temporal de atuação para as primeiras décadas do século XX. Ver: SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará: Instruindo, orientando, moralizando (1915-1963)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.



Os círculos nasceram como uma das expressões da longa trajetória da Igreja; são, portanto, parte integrante de um aparato doutrinário, institucional e simbólico, elaborado desde o século XIX, por meio do qual a instituição reivindicava para si a representação do social e almejava “tornar-se povo”. (STEIN, 2008, p. 186)

O Padre Leopoldo Brentano procurou desde o início deixar evidente as diferenças entre os círculos e os sindicatos. O discurso anticomunista fazia parte do circulismo desde sua origem. E dentro desta organização, reivindicou-se um modelo de trabalhador pacífico e ordeiro, “contrário aos comunistas”. E isto é perceptível na plataforma do movimento, que, segundo Souza (2002, p. 194), buscava:

1) formar uma organização poderosa e perfeita para dignificar o trabalho e prestar assistência aos trabalhadores; 2) prestar assistência social nas oficinas, escolas e lares; 3) dar formação intelectual e moral por meio das escolas, conferências e outros; 4) organizar proteção corporativa, oferecendo advogados para defender os interesses legítimos da classe, e ampliar o estreito campo dos direitos proletários, isto é, contrato coletivo com patrões e empregados fixando o salário vital, definição das horas a serem trabalhadas, seguro contra acidente e velhice pecúlio para as grandes necessidades, participação dos operários nos lucros da empresa; 5) prestar auxílio material aos operários por meio de assistência jurídica, médica, de parteras e de medicamentos, agência de empregos e informação e solução do problema habitacional; 6) contribuir para a harmonização do mundo do trabalho com a construção de um ambiente de respeito mútuo entre operários e patrões.

A tentativa de manutenção da ordem estava na pauta do dia dos círculos, porém a atuação circulista junto à classe trabalhadora marca outro ponto primordial: a saída do discurso para a ação. A Igreja, neste momento, desenvolve ações práticas de introduzir-se junto aos trabalhadores, com direcionamentos concretos de ação frente às questões sociais. Assim dirigiu-se à assistência social e formativa com o intuito de reestabelecer a ordem ameaçada pela atuação dos comunistas. Buscou construir um tipo ideal de trabalhador que não se dissociava da sua vida religiosa, mediada pela presença da autoridade eclesiástica, e isso distinguia os círculos das outras organizações de trabalhadores:

Era uma estrutura burocratizada, que contava em todas as suas instâncias com a presença de assistentes eclesiásticos, e isto permitia ao clero subordinado ao bispo local o controle sobre a organização e o desenvolvimento do trabalho [...] A organização pretendia ser um modelo de vida e objetivava disciplinar o cotidiano de seus membros. (SOUZA, 2002, p. 198)

O prestígio adquirido pelo COC de Pelotas fez com que o movimento se espalhasse pelo Rio Grande do Sul. A atuação dos Círculos no sul do país chamou atenção da hierarquia católica por ser um meio de legitimar os posicionamentos católicos frente às questões sociais. Com o

apoio de Dom Sebastião Leme, já cardeal na década de 1930, e de Alceu Amoroso Lima, presidente do Centro Dom Vital, buscou-se ampliar os círculos para todo o país com a fundação, em 1937, da Confederação Nacional dos Círculos Operários (CNCO):

A forma de organização circulista era similar à estrutura sindical brasileira: em sua base estavam os círculos operários, ou os núcleos, organização no âmbito local; na esfera estadual, os trabalhos eram comandados por federações; finalmente, em âmbito nacional, o movimento afunilava-se na coordenação da Confederação Nacional dos Círculos Operários. Segundo dados da própria CNCO, em 1949 o movimento já contaria com 200 mil associados e tinha uma estrutura de núcleos e federações montadas nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Minas Gerais. (STEIN, 2008, p. 179-180)

O Manual dos Círculos Operários “define a posição dos setores circulistas diante do conflito de classes, repudiando a ‘luta de classes’ e situando os ‘círculos operários’ como instrumentos de paz social” (STEIN, 2008, p. 178). Essa atuação de controle e disciplina contribuiu com o Estado para a manutenção da ordem, que manifestava apoio à organização:

À ação circulista caberia retribuir o apoio oficial, garantindo ou pelo menos ajudando na manutenção da ordem; denunciando os perigos sociais como o comunismo; realizando obras assistencialistas; propagando a ideologia oficial do corporativismo entre os operários; formando lideranças e organizando sindicatos dentro do espírito oficial, além de propagar as atitudes e atividades governamentais em relação ao operariado. (DUQUE, 1998, p. 200)

Dentro dessa relação de trocas, com o objetivo comum de combate ao comunismo e manutenção do *status quo*, a ação circulista foi difundida no país. Os círculos operários mantiveram estreitas relações com a Ação Católica Brasileira, num trabalho muitas vezes conjunto entre seus membros. Os COCs representam uma importante intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho, na organização e cooperação com o projeto de país desenvolvido pelo Estado brasileiro a partir da década de 1930.

A Ação Católica Brasileira, por sua vez, foi criada no Brasil em 1935 por Dom Sebastião Leme, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, e teve como seu primeiro presidente Alceu Amoroso Lima. A Ação Católica não é uma organização brasileira, uma vez que “seu modelo foi emprestado da Ação Católica italiana, cujos organismos, por outro lado, eram tipicamente extraídos de modelos existentes na sociedade civil” (DUQUE, 1998, p. 141). O desenvolvimento da Ação Católica no Brasil seguiu a orientação do Papa Pio XI, o Papa que ficou conhecido como Papa da Ação Católica, para que fossem organizadas associações leigas vinculadas à Igreja Católica no mundo.

A AC na Europa foi desenvolvida na proposta de participação leiga no projeto restaurador da Igreja Católica. Na Europa ou no Brasil, não é possível compreender a AC sem relacioná-la com o projeto de restauração da Igreja no combate à modernidade, sobretudo aos movimentos autônomos e revolucionários da classe trabalhadora. A AC agiria como o braço leigo da hierarquia católica adentrando o seio da sociedade. Segundo Gramsci, no seu texto *Maquiavel, a política e o estado moderno*:

A Ação Católica representa a reação contra a apostasia de amplas massas, imponente, isto é, contra a superação de massa da concepção religiosa de mundo. Não é mais a Igreja que determina o terreno e os meios de luta; ao contrário, ela deve aceitar o terreno que lhe impõem os adversários ou a indiferença e servir-se de armas tomadas de empréstimo ao arsenal dos seus adversários (a organização política de massa). A Igreja, portanto, está na defensiva, perdeu a autonomia de movimentos e de iniciativas, não é mais uma força ideológica mundial, mas uma força subalterna (GRAMSCI, 1991, p. 280-281).

A organização do laicato representa, portanto, mais uma reação da Igreja Católica frente ao mundo moderno. Como demonstra Gramsci, a Igreja não era mais uma força ideológica mundial. Por mais que a Igreja Católica buscasse readquirir seu lugar central na sociedade, seus esforços não tornavam possível a volta de uma “nova Idade Média”. Isso não a tornava uma força menos importante, porém impulsionou a Igreja a gerar novas alianças e novos métodos de se inserir no mundo moderno em busca do seu prestígio:

A Igreja, na sua fase atual, em virtude do impulso proporcionado pelo Papa à Ação Católica, não pode contentar-se apenas em formar Padres; ela almeja permear o Estado (recordar a teoria do governo indireto elaborada por Bellarmino) e para isto são necessários os leigos, é necessária uma concentração de cultura católica representada por leigos. Muitas personalidades podem-se tornar auxiliares mais preciosos da administração, etc., do que como cardeais ou bispos. (GRAMSCI, 1991, 308)

O laicato se torna importante nesta batalha travada pela Igreja Católica. Ela precisa de todas as forças disponíveis para garantir sua influência na sociedade. Ligados à hierarquia católica, a AC tinha na DSI os posicionamentos e diretrizes de atuação na sociedade:

Por meio de um processo articulatório entre a hierarquia eclesiástica local e o laicato, a A.C pretendeu constituir-se como um sujeito coletivo em torno de um projeto comum, cujos objetivos e valores foram definidos a partir da Doutrina Social Católica e das diretrizes institucionais da Santa Sé. (ROSA, 2011, p. 210)

Subordinados à hierarquia católica, a ACB tornou-se um importante agente transformador como movimento social. Isso reafirma que atuação da Igreja não é apenas de cunho religioso para a salvação das almas, mas também um projeto em prol dos seus interesses político-sociais. A AC atuará pelo país em sintonia com outros movimentos, como os círculos operários. É importante ressaltar que a AC, conforme nos lembra Rodrigo Patto Sá Motta (2000, p. 46),

Teve uma trajetória atípica, pois a partir dos anos 40 começou a ser influenciada por idéias “progressistas”, descuidando um pouco do anticomunismo. Sua paulatina inflexão ideológica transformou-a na matriz da esquerda católica brasileira, para desgosto dos ativistas leigos de orientação conservadora.

Deste modo, a trajetória da ACB possui dois momentos importantes: a Ação Católica Geral, que perdura num marco entre 1932-1950, de caráter mais reacionário; e a Ação Católica Especializada, que abrange o período de 1950-1960, junto aos seus grupos JAC, JEC, JIC, JOC, JUC, que assumirão posteriormente este caráter de “matriz da esquerda católica brasileira”, conforme mencionado por Rodrigo Patto Sá Motta acima. De acordo com Ivan Manoel, a AC Geral e a AC Especializada possuíam as seguintes características:

A Ação Católica que denominamos “geral”, destinava-se a congregar os adultos de ambos os sexos em departamentos específicos e com ação determinada. A sua constituição seguia os seguintes passos: 1. Congregar um número de fiéis (apóstolos) e criar dois núcleos, um masculino e outro feminino, que seriam a elite paroquial; 2. Estabelecer em cada núcleo os departamentos estipulados: Núcleo Masculino [...] Núcleo Feminino [...] 3. Constituir a direção desses departamentos, criando Presidências e Secretarias a serem ocupadas por pessoas idôneas e capazes, sob a orientação da autoridade eclesiástica; 4. Constituir a Federação Diocesana de departamentos; 5. Constituir a Confederação Diocesana de departamentos federados; 6. Constituir a Confederação Nacional da Ação Católica. A Ação Católica Especializada se destinava a congregar os jovens e a característica fundamental dessa modalidade de Ação Católica era a de ser preparatória, visando formá-los para o apostolado leigo [...] A divisão da Ação Católica Especializada em segmentos específicos, JAC, JEC, JIC, JOC, JUC, obedecia a um conceito muito particular de sociedade e de classes sociais - ao mesmo tempo em que reconhecia e sacramentava a divisão social, entendia serem classes sociais aquilo que, na verdade, eram agrupamentos técnico-profissionais: JAC: Juventude Agrícola Católica - destinada a jovens trabalhadores rurais, com uma finalidade, de muita relevância, de fixar esse jovem à zona rural, dificultando a migração para a cidade. JEC: Juventude Estudantina Católica - destinada a estudantes secundaristas. JIC: Juventude Independente Católica - destinada a jovens profissionais liberais ou filhos de classe média ou burguesa, não estudantes. JOC: Juventude Operária Católica - destinada a jovens trabalhadores urbanos, especialmente os jovens operários

das indústrias, com a máxima finalidade de se contrapor ao crescente movimento operário de inspiração anarquista ou marxista. JUC: Juventude Universitária Católica - destinada aos estudantes das escolas superiores. (MANOEL, 1999, p. 213)

A atuação da ACB, na tentativa de alcançar o homem em diversas dimensões de sua vida privada e social, assim como na formação de uma militância leiga, se desenvolveu no âmbito paroquial. A Ação Católica Especializada demonstra uma preocupação com as bases, integrando os jovens católicos em uma militância leiga. A busca dessa juventude também se fundamentava na tentativa de afastamento desses mesmos jovens dos movimentos operários, anarquista ou marxista. O combate ao comunismo e aos demais “males” modernos era primordial.

Outro movimento importante para compreendermos a aproximação da Igreja Católica com as classes trabalhadoras foi a Liga Eleitoral Católica, fundada em 1932 por Dom Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima, no Rio de Janeiro. A LEC tinha o objetivo de orientar politicamente os fiéis para que apoiassem candidatos que estivessem alinhados ao pensamento católico da época, tanto nas eleições que ocorreriam em 1933 como na Assembleia Constituinte em 1934. Segundo Dias (1996, p. 97), ela foi organizada em quatro juntas: a nacional; as estaduais; as regionais e as juntas locais, cada uma com funções específicas. A LEC manteve relações com o Centro Dom Vital e gerou uma articulação entre o mundo religioso e o mundo político.

#### **2.4.2 Igreja, Estado e legislação na construção do sindicalismo rural no Brasil**

O desenvolvimento das organizações voltadas para o mundo do trabalho pela Igreja Católica tinha como objetivo tanto o combate ao comunismo quanto a continuidade da busca de aumento de sua influência sobre o Estado Brasileiro. É importante ressaltar que o desenvolvimento dessas organizações ocorreu concomitantemente à repressão por parte do Estado às organizações de tendências socialista, anarquista e comunista, e a emergência da estrutura sindical instituída junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), em 1931. Isto permitiu maior espaço para as associações católicas, assim como para a elaboração dos sindicatos oficiais por parte do Estado.

A relação de colaboração entre Igreja e Estado visava a construção de uma sociedade autoritária, corporativista, harmônica e cristã. Os projetos de sociedade de ambas as instituições

convergiam, assim como os discursos. A associação de uma sociedade ao corpo humano é um dos signos que faz parte tanto do discurso católico como o do Estado:

A utilização alegórica de uma imagem exaustivamente empregada no discurso político, por sinal muito cara ao imaginário do cristianismo, desde seus primórdios: o corpo. A nação por exemplo, é associada a uma totalidade orgânica, à imagem do corpo uno, indivisível e harmônico; o Estado também acompanha essa descrição; suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado; o território nacional por sua vez, é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homogeneamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em confluência entre a cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade. (LENHARO, 1986, p. 16-17)

Conforme já tratado anteriormente, o corpo harmônico era, para a Igreja e para o Estado brasileiro sob o governo de Vargas, a expressão da sociedade ideal. Partes diversas, as classes sociais deveriam contribuir para o bom funcionamento do todo. Desta forma, o modelo corporativista deveria se estabelecer como a forma de organização das e entre as “classes produtoras” (expressão usada à época para referir-se aos empresários) e classes trabalhadoras. Os corpos físicos individuais dos trabalhadores também foram alvos de disciplinarização por parte da Igreja e também do Estado em sua vida cotidiana. A construção de casas e vilas operárias, clubes de futebol nas empresas, retiros espirituais, etc. fizeram parte das medidas de controle dos trabalhadores fora do seu ambiente de trabalho. O apelo a um trabalhador dócil e sadio fez parte do conjunto de discursos, ações e imagens utilizadas pela Igreja e também pelo Estado. O uso de crucifixos nas fábricas demonstra a construção de um imaginário religioso que buscava atuar de forma efetiva sobre os trabalhadores:

As imagens não se acumulam indiscriminadamente; apesar de sua multiplicidade, elas aparecem selecionadas e articuladas de modo especial, pondo-se em realce aquelas mais caras ao imaginário religioso e católico do povo brasileiro. Ali se encontra o culto do amor à pátria, a fé na prática e no futuro, o apostolado para a pátria, a predestinação do líder, o fim dos antigos intermediários entre o poder e o povo e a nova relação - de comunhão - entre Getúlio e as massas, as novas leis, atos e atitudes aprovados por todos, concretização da universalidade eclesial (“Pai, que todos sejam um”). O discurso de poder penetra e caminha por dentro do conjunto de símbolos, imagens e personagens familiares ao imaginário cristão. Sem querer calcar imagens sobre imagens (o discurso do poder opera muito mais à vontade com o movimento ambíguo delas) é possível perceber uma projeção da pessoa de Getúlio a um plano de divinização, desdobrável em uma trindade de imagens que se interpenetram e se contêm em uma só. (LENHARO, 1986, p. 194)

A sacralização da política, termo utilizado por Alcir Lenharo em seus estudos, relaciona o poder dos signos sagrados para a legitimação de um discurso e de um projeto de país. Isso não implica na domesticação e aceitação irrestrita da classe trabalhadora, mas demonstra como as classes dominantes utilizaram desses signos para aproximar-se de parcelas da classe trabalhadora na década de 1930. E para isso a Igreja, conforme demonstra Lenharo (1986, p. 190), desempenhou duas contribuições ao Estado brasileiro neste período: “o primeiro, de caráter mais constitucional, significou um apoio político decisivo em momentos cruciais da década; o segundo, não menos importante, relacionou-se à função milenar e indispensável de domesticação das consciências”. Igreja e Estado estavam ligados na tentativa de conduzir os rumos da classe trabalhadora.

Evidentemente que a busca de controle só ocorre porque, de alguma forma, as classes dominantes não conseguiram conter as reivindicações dos trabalhadores, que já se faziam presentes na conjuntura do país desde o final do século XIX, como já mencionamos. A chegada de Getúlio Vargas ao poder trouxe consigo a elaboração de um órgão – o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado em 26 de novembro de 1930 – e uma legislação dedicada a regulamentar as relações entre capital e trabalho. Antes de 1930 foram desenvolvidas pontualmente algumas leis que pudessem intervir nas relações de trabalho, porém apenas depois de 1930 que mudanças mais significativas e abrangentes ocorreram neste ponto. Simultaneamente à elaboração de uma legislação trabalhista mais sólida, a ação do governo de Getúlio Vargas foi de tentativas de controlar física e simbolicamente a classe trabalhadora:

Dessa interpretação exaltadora da nova ordem inaugurada por 30, seguia-se uma dupla sugestão plena de significações. De um lado, estimulava a supressão da memória das classes subalternas, que apareciam como impotentes e incapazes de reivindicar seus direitos elementares por si sós. De outro, recriando ideologicamente a história, buscava incentivar uma inação real, implícita na noção de que o Estado se constituía no guardião dos seus direitos. (VIANNA, 1978, p. 31)

A tentativa de apagar as lutas da classe trabalhadora que precederam a década de 1930 buscava colocar o Estado, deliberadamente apresentado como o próprio novo governo, senão o próprio governante, como o justo benfeitor por excelência, aquele que percebe a necessidade dos trabalhadores e de bom grado vai ao seu socorro. Ao desenvolver uma legislação social, o Estado se colocava como protetor, aquele que seria capaz de regular as questões de trabalho em busca de uma convivência harmônica entre trabalhadores e patrões. Por intermédio de um grande esforço oficial de propaganda, Getúlio Vargas personificaria essa benevolência do Estado-providência sob o slogan de “pai dos pobres”.

Frente às organizações desenvolvidas pelos próprios trabalhadores, em março 1931 o governo implementava uma forma de sindicalização oficial por meio do Decreto 19.770/31. Segundo Vianna (1978, p. 146),

A via modernizante explicita sua forma corporativa no Decreto nº 19770, de 19 de março de 1931: os sindicatos deveriam servir de pára-choques entre tendências conflitivas nas relações do capital com o trabalho. Neste decreto, é feita a opção pelo sindicato único, definindo-se o sindicato como órgão de colaboração com o poder público. Quanto a fins econômicos, visava-se disciplinar o trabalho como fator de produção; quanto a fins políticos, vedar a emergência de conflitos classistas, canalizando as reivindicações dos grupos sociais envolvidos para dentro do aparato estatal. (VIANNA, 1978, p. 146)

Os sindicatos seriam, então, os locais da expressão dos antagonismos, mas que deveriam funcionar para o estabelecimento da conciliação de classes. Essas organizações perderam muito de sua autonomia – tanto para a criação como para sua atuação – ao se tornarem órgãos de colaboração com o Estado. Houve resistências de líderes autônomos a esse novo modelo de sindicato, mas o governo buscou contornar, como demonstra Marcelo Badaró Mattos (2009, p. 64):

Além de estimular a criação de sindicatos oficiais, quase sempre com pouca representatividade, uma das estratégias adotadas pelo Ministério para angariar adesões "voluntárias" ao sindicato oficial foi vincular a concessão dos benefícios das novas leis trabalhistas à representação de classe oficial, deixando assim que as lideranças mais combativas sofressem a pressão para a busca do reconhecimento do Ministério por parte de suas bases, ansiosas por usufruir os benefícios da legislação.

O estabelecimento da concessão dos benefícios das novas leis trabalhistas apenas aos filiados a sindicatos reconhecidos pelo Ministério foi uma forma de buscar a adesão à nova forma de sindicalização. “Em 1931 e 1932, apenas 115 sindicatos foram criados segundo as novas regras. Entre 1932 e 1934 a pressão ministerial, somada aos benefícios da lei, foi bastante forte, o que explica que 141 sindicatos tenham sido criados em 1933” (MATTOS, 2003, p. 14). Os sindicatos e/ou organizações eram reconhecidos pelo MTIC por meio da carta sindical. Mesmo com o desenvolvimento de algumas leis trabalhistas, muitas greves e organizações sindicais mais combativas se desenvolveram na década de 1930 e foram recepcionadas pela repressão. Com o golpe de 1937, que instituiu o Estado Novo, a ditadura varguista buscou limitar ainda mais a capacidade de mobilização autônoma da classe trabalhadora e seus espaços de reivindicações.



Na década de 1940, as relações entre Igreja e Estado permaneciam colaborativas. Por meio do decreto-lei nº 7.164 do dia 12 de maio de 1941, o movimento circulista tornou-se órgão consultivo do MTIC<sup>22</sup>. Desta forma, a Igreja estava “estreitando seus laços com o Estado, ao mesmo tempo em que intensificava suas relações com empresas e patrões por meio de suas obras pastorais” (SOUZA, p. 237). A Igreja neste período continuava buscando aproximar-se do Estado, assim como mantinha-se incisiva em seus discursos a respeito da harmonia social, não apenas utilizando-se das organizações desenvolvidas no início da década de 1930, mas também por meio da imprensa católica, como se observa na *Revista Eclesiástica Brasileira*<sup>23</sup> de junho de 1946, que publicou o *Manifesto do Episcopado Brasileiro Sobre a Ação Social*:

A luta de classe é abominável aos olhos de Deus porque divide os homens, sob o signo do ódio, da violência e da morte. O grande ideal cristão é que se chegue, pelo feliz encontro de soluções harmoniosas, a uma transformação social em que as riquezas se espalhem, em justo equilíbrio, por todos os homens que trabalham. (MANIFESTO..., 1946, p. 482-483)

O discurso católico sobre as relações capital/trabalho permaneceria, assim, inalterado desde o século XIX. As questões sociais precisavam ser resolvidas pela harmonia produzida pela intermediação católica. A luta de classes era depreciada e excluída como uma solução passível de ser utilizada pelos trabalhadores.

O ano de 1942 “marcou a intensificação do discurso que procurava aproximar o Estado, personificado por Getúlio, dos trabalhadores e dos esforços para mobilizar politicamente os sindicatos oficiais controlados pelo MTIC” (MATTOS, 2009, p. 71). No dia 1º de maio de 1943 foi criada a Consolidação das Leis de Trabalhos (CLT) pelo Decreto-Lei nº 5.452. Esse conjunto de normas associado à tentativa de apagamento do histórico de luta da classe trabalhadora nos períodos anteriores serviu para a construção de uma imagem heroificada de Vargas:

Os direitos elementares do trabalho, encorpados com a legislação do salário mínimo e com os benefícios da previdência social, beneficiando em massa os assalariados, correspondiam à contraprestação “outorgada” pelo Estado à “contenção sindical”. Em razão disso, o ente responsável pela coerção política

<sup>22</sup> “Como participante da consultoria oficial do Ministério do Trabalho, a entidade passaria a atuar na administração dos diversos serviços assistenciais que se organizavam, entre os quais o Serviço Social de Comércio (SESC) e o Serviço Social Rural do Ministério da Agricultura”. (STEIN, 2008, p. 181)

<sup>23</sup> “A REB (esta é sua abreviação) é uma revista de reflexão teológico-pastoral, de característica eclesial e inter-religiosa, editada pelo Instituto Teológico Franciscano, RJ/Brasil ([www.itf.org.br](http://www.itf.org.br)). Desde 1941, em números de 256 pg., apresenta contribuições de teólogos/as, de pastoralistas e de cientistas sociais da América Latina e do mundo, sobremaneira católicos e brasileiros” (*REB: Revista Eclesiástica Brasileira. Instituto Teológico Franciscano*. Disponível em: <<http://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb>>. Acesso em 21 maio 2019).

do proletariado se transfigura na figura do benefactor, e não é à toa que o inspirador dessa política chegou a ser conhecido como o “pai dos pobres”. (VIANNA, 1978, p. 241)

No que diz respeito ao trabalhador do campo, segundo Maria do Socorro de Abreu e Lima (2005, p. 38), “essa norma era muito geral e não dava conta das especificidades do trabalho executado no campo, tendo sido simplesmente ignorada até o início dos anos sessenta”. Se parte da situação dos trabalhadores urbanos na década de 1940 vai sendo atenuada, a situação dos trabalhadores rurais ainda passaria a ganhar alguma atenção.

Segundo o Decreto 19.770/31, que regulamentava a sindicalização no país, ficaria por conta do MTIC a “responsabilidade pela regulação das condições de trabalho nos setores agrícola, comercial e industrial, registrando as associações de empregador e empregado nas escalas local, estadual e nacional como agências consultivas e técnicos do governo” (WELCH, 2016, p. 5). Porém a situação do sindicalismo rural não se desenvolveria com tanta facilidade. As disputas pelo controle do campo entre as oligarquias e os grupos de representação das elites rurais perduraram, impedindo o avanço do sindicalismo no meio rural. Um novo decreto foi emitido em julho de 1934 sobre os sindicatos profissionais. Esse decreto não anulava o 19.770, mas em um dos seus artigos exigia a “atualização” dos sindicatos já reconhecidos conforme o novo decreto de nº 24.694, mas ainda não assim não promoveu uma política de sindicalização no meio rural na extensão estimulada e verificada nos meios urbanos.

Mas a preocupação de Vargas com a sindicalização rural não terminou no decreto 24.694/1934. De acordo com Welch (2016, p. 9), “o governo Vargas revelava sua intenção de promover a formação de sindicatos rurais, agora na Carta corporativista de 1937. A Carta persistia em reunir sob a lei os trabalhadores agrícolas e todos os outros trabalhadores”. Mais uma vez os sindicatos já reconhecidos deveriam se adaptar às novas regras. Essa regulamentação do sindicalismo rural passou por negociações entre o governo e os grupos das elites rurais. Segundo Welch (2016, p. 9), “as negociações colocariam em competição a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), sediada no Rio de Janeiro, e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), sediada em São Paulo”<sup>24</sup>. A sindicalização rural para Vargas era um meio de

---

<sup>24</sup> Em seu trabalho, Welch (2016, p. 9-10) demonstra as especificidades da SRB e SNA. Segundo ele: “Fundada em 1919, a SRB representava cafeicultores e criadores de gado voltados para exportação e apoiadores ferozes da hegemonia dos paulistas. Em contraste, a SNA foi estabelecida em 1897 e representava especialmente pecuaristas, plantadores de cana-de-açúcar e senhores de engenho do Nordeste e outras regiões em decadência. É evidente que os representantes da SNA procuraram nas negociações um caminho para recuperar sua influência. Colaboravam com o processo, apoiando a sindicalização rural. De fato, em 1941, representantes da SNA apresentaram para Vargas um novo projeto de lei para a sindicalização rural. Os representantes da SRB também participavam, mas lutando para impedir a realização da meta. Sem sociedade própria e desarticulados pela repressão à ANL e ao PCB, os camponeses nem foram convidados a participar”.

diminuir o poder das elites e aumentar o poder do Estado, mas os setores agrários da classe dominante conseguiram impor limites à sua implementação:

Frações da classe dominante agrária representadas pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) – entidade representativa de proprietários rurais, com sede no Rio de Janeiro, sob a alegação de que a natureza das atividades agrícolas dificultava sua organização em sindicatos, obtiveram êxito em determinar que as normas para a sindicalização do meio rural fossem regidas a partir de uma legislação específica. Esta legislação seria formulada pela Comissão Sindical da Agricultura Brasileira, criada ainda em 1939. [...] Inicialmente, existiram algumas discordâncias entre os membros da Comissão acerca de qual modelo de organização corporativista seria implementado no meio rural, sendo sugerida a formação tanto de sindicatos patronais e de trabalhadores quanto de uma agremiação mista, composta por proprietários, parceiros, arrendatários e cooperativas agrícolas. Os trabalhos da Comissão deram origem ao decreto lei n. 7038, de 10 de novembro de 1944. Este decreto estabeleceu que a representação da agricultura abrangeria o sindicato patronal de um lado, e o sindicato de trabalhadores rurais, de outro, a partir de normas semelhantes àquelas estabelecidas para o meio urbano. (RAMOS, 2010, p. 2)

Mesmo com essa regulamentação, a sindicalização rural não se tornou acessível aos trabalhadores do campo, contendo inúmeros entraves burocráticos, existindo apenas formalmente. Esse decreto foi rapidamente questionado, inclusive pela própria Comissão que identificaria uma grande aceitação da proposta da SNA. Segundo a Comissão, havia especificidades nas relações do campo que se caracterizavam por meio de “relações familiares” entre trabalhadores e proprietários, propondo um sindicato do tipo misto. Desta forma, um novo decreto foi promulgado em outubro de 1945. O decreto 8.127 englobava todos os “profissionais” do campo em uma única organização, assim como preconizava a criação de uma Confederação única para a Agricultura, denominada Confederação Rural Brasileira (CRB):

A CRB seria dotada de duas importantes prerrogativas: contribuir junto a órgãos do Governo Federal na formulação de políticas agrícolas; e representar oficialmente o conjunto da agricultura do país. Através da consagração da agricultura como profissão (destituída de classes sociais antagônicas), frações de proprietários rurais – organizados em torno, sobretudo, da SNA – obtiveram êxito em formular uma específica forma de organização para o meio rural: o associativismo. Com a legislação em vigor, foi possível que segmentos da classe dominante agrária – através da CRB – contassem com amplo espaço nas agências estatais e, ao mesmo tempo, que trabalhadores rurais encontrassem dificuldades de se organizar em sindicatos oficiais próprios. (RAMOS, 2010, p. 3)

---

As dificuldades de organização não impediram os trabalhadores rurais de se organizarem. O processo de proletarização do trabalhador rural fará emergir diversos movimentos<sup>25</sup>. A busca pelo desenvolvimento de sindicatos rurais ligados ao Estado, assim como as disputas pela hegemonia do meio rural por partes das elites agrárias e também da Igreja Católica, demonstram o desejo de controlar e de se antecipar a qualquer revolta que pudesse emergir no campo brasileiro.

## 2.5 A atuação da Igreja Católica no campo brasileiro

Após o fim do regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945), com o avanço da lógica capitalista no campo brasileiro, a situação dos trabalhadores rurais se agravou. A nova lógica de produção e de relação com a propriedade acirrou os conflitos entre proprietários e trabalhadores:

Esse agravamento resultou da combinação de dois processos básicos: o avanço das “frentes pioneiras” sobre as “frentes de expansão” nas áreas de fronteira agrícola – Oeste do Paraná, Centro-Oeste do Brasil (Goiás e Mato Grosso) – e a incorporação das terras cultivadas por parceiros e arrendatários (foreiros) à produção do açúcar de cana no Nordeste do país. (SILVA, 2016, p. 57)

A incorporação das terras cultivadas à produção de cana-de-açúcar no Nordeste gerou a expulsão de milhares de trabalhadores rurais. Esses trabalhadores afastados do seu meio de subsistência, a terra, tiveram poucas escolhas para sobreviver: a migração para os estados que compõem a atual região Sudeste do país<sup>26</sup>, ou o processo de organização e luta pela terra.

A situação dos trabalhadores rurais não passou despercebida. O aprofundamento das contradições entre capital e trabalho no campo brasileiro chamou a atenção de diversos setores da sociedade, entre eles, a Igreja Católica, o Partido Comunista do Brasil (PCB), a elite agrária e o Estado. O pioneirismo de ação do PCB frente às questões do homem do campo, assim como

---

<sup>25</sup> Além dos movimentos no Nordeste, é importante lembrar dos conflitos que ocorreram no oeste brasileiro, a exemplo das Revoltas de Trombas e de Formoso. Ver: AMADO, Janaína Passos. *Eu Quero Ser Uma Pessoa - Revolta Camponesa e Política No Brasil*. **Resgate - Centro de Memória da Unicamp**, Campinas, v. 5, n.1, p. 47-69, 1993.

<sup>26</sup> O êxodo rural, responsável pela migração de mão-de-obra mais barata para os grandes centros, provocou também o aparecimento de variadas favelas, gerando incomodo para as classes dominantes. Esses locais de pobreza concentrava uma população e com elas, insatisfações, que poderiam levá-los se tornarem simpáticos às causas comunistas. Não podemos esquecer que a formação das periferias enquanto espaço de segregação social se dá a partir de um processo higienista comandado pelas mesmas classes dominantes agora preocupadas com a disseminação do comunismo entre as camadas mais pobres.

o surgimento de organizações, associações e movimentos no meio rural, fez com que a Igreja Católica voltasse seus olhares para o campo preocupada com a influência do comunismo.

O fim do Estado Novo em 1945 não rompeu as relações entre a Igreja Católica e o Estado. A situação que aflorava no campo brasileiro fez emergir novos desafios, tanto para a Igreja, quanto para o Estado. Desta forma, nos governos posteriores, a Igreja Católica se manteve unida ao Estado na defesa da ordem no meio rural e no combate ao comunismo. Essas são as principais bandeiras que tornaria frutífera a colaboração entre o mundo espiritual e secular:

Se nos quinze anos da “era Vargas” a Igreja se manteve em estreita aliança com o Estado, em função de seus interesses corporativos, durante os governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-1964) essa relação foi reforçada pelo compromisso de parte do bispado com a busca de uma saída para a questão social no campo. Essa aliança tácita foi desfeita poucos meses antes do golpe militar que pôs fim ao governo Goulart. [...] Sob a hegemonia do grupo reacionário e a influência da intensa propaganda anticomunista contra o governo constitucional, os bispos reformistas se afastaram de Goulart e apoiaram o golpe, na expectativa de que os militares pusessem um freio na agitação “comunista” e restabelecessem a ordem. (SILVA, 2016, p. 69-70)

A atuação da Igreja Católica no campo brasileiro teve apoio do Estado. A década de 1950 marca a aparecimento dos trabalhadores rurais como classe organizada e mobilizada. Neste período é possível observar a crescente organização dos trabalhadores rurais junto ao PCB, por meio da realização da I Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas (São Paulo, Paraíba e Ceará) em 1953; I Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais, em Limoeiro (PE) em 1954; II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1954, que deu origem à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB); I Congresso de Salvação do Nordeste, em 1955; I Congresso de Camponeses de Pernambuco, em 1955; e ainda na década de 1950, a fundação da primeira Liga Camponesa em Pernambuco, em 1955. Para este assunto, daremos maior ênfase no próximo capítulo.

A organização dos trabalhadores e sua relação com o PCB fez com que a Igreja Católica e o Estado buscassem estratégias de atuação junto aos trabalhadores rurais. Porém, a situação interna da Igreja não estava tão sólida como nos anos anteriores. A década de 1950 seria, portanto, um momento para reorganização da Igreja Católica, pois:

Com a morte do Cardeal Leme, em 1942, a Igreja perdeu em muito o seu poder mobilizador. O substituto, D. Jaime de Barros Câmara, não possuía o carisma do seu antecessor, que conseguia reunir a hierarquia católica brasileira em torno da Diocese do Rio de Janeiro – à época capital do País – nos mais

variados momentos. Com sua morte, houve um refluxo nessa tentativa de centralização da Igreja e o poder eclesiástico foi novamente dispersado entre as diversas Dioceses do País. Esse fato ocasionou o aparecimento de iniciativas renovadas isoladas, algumas voltadas para a ‘atuação no meio’, palavra de ordem da Ação Católica. (PAIVA, 1992, p. 46)

A falta de centralização da Igreja após a morte do Cardeal Leme acabou gerando iniciativas de atuação isoladas, desenvolvidas por região/dioocese. Essas iniciativas isoladas foram indispensáveis no contexto de tentativa de aproximação com os trabalhadores rurais na década de 1950. Sobre essas iniciativas falaremos adiante. Ao não possuir um projeto sólido de combate ao comunismo no campo neste momento, a Igreja deixava o caminho aberto para a disseminação das ideias comunistas entre os camponeses. Era preciso reorganizar-se para poder agir frente ao perigo das ideias subversivas:

Foi então que começou a tomar corpo uma nova figura carismática na Igreja: D. Hélder Câmara. De início, teve militância ativa na Ação Integralista Brasileira (AIB); rompeu depois com esse movimento, tornando-se um dos maiores defensores da chamada Igreja progressista. Foi nomeado, em 1947, Assistente Nacional da Ação Católica e Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, em 1950. Esse religioso, antigo auxiliar do Cardeal Leme, companheiro de Amoroso Lima nas lides da ACB, tentou suprir essa acefalia da Igreja. (PAIVA, 1992, p. 47)

A figura de Dom Hélder Câmara foi fundamental para a recentralização da Igreja Católica por meio da criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)<sup>27</sup>, em 1952. A CNBB se desenvolveu com o apoio de Dom Helder e com o amparo da Ação Católica Brasileira. Após a criação da CNBB, a ACB tornou-se subordinada hierarquicamente a esta organização:

Reafirmando essa ligação com a Ação Católica, a CNBB, na 1ª Assembleia, realizada em 1953, aprovou um projeto que previa um plano de atividades para o apostolado dos leigos. Esse plano tinha o propósito de congregar todos os movimentos leigos sob a liderança da “Confederação Católica Diocesana”, embora ressaltando que seria sem prejuízo das atividades de cada movimento em particular. (PAIVA, 1992, p. 49)

Os movimentos leigos que já agiam junto aos trabalhadores urbanos, como a Ação Católica e os Círculos Operários Católicos, ganham novas finalidades, já que agora o empenho da Igreja se voltava para as questões rurais. Essas organizações lideradas pela Confederação

---

<sup>27</sup> A fundação da CNBB se dá num cenário internacional de guerra fria, num mundo dividido em dois blocos, capitalismo de um lado e comunismo de outro. Nesse contexto de delimitação de espaços, a Igreja se coloca ao lado do bloco capitalista ocidental, que, diferente do bloco comunista e sua tradição anticlerical advinda do século XIX, para ela permitia sua atuação e proliferação de seu projeto de salvação para a humanidade.

Católica Diocesana atuaram no meio rural. Porém os primeiros debates e ações da Igreja para com o mundo rural foi a partir das chamadas Semanas Rurais iniciadas em 1950. A organização das primeiras Semanas Rurais por algumas dioceses no país, em conjunto com a ACB, teve apoio do Estado, por meio do Ministério de Agricultura, e compõem, junto às Missões Rurais, as iniciativas isoladas sobre as quais falamos anteriormente.

O desenvolvimento das Semanas Rurais pela Igreja Católica marca o início das relações com o mundo rural pela sua hierarquia. A I Semana Ruralista de Campanha, município de Minas Gerais, em 1950, é um marco na elaboração de medidas para o trabalhador rural, principalmente a Reforma Agrária, tema que já vinha sendo pautado pelo PCB. Na constituinte de 1946 o PCB já apresentava sua proposta de Reforma Agrária, colocada pelo então senador Luís Carlos Prestes, que via no latifúndio a responsabilidade pelo atraso da agricultura brasileira. Assim, “sem uma redistribuição da propriedade latifundiária, ou, em termos mais precisos, sem uma verdadeira reforma agrária não é possível debelar grande parte dos males que nos afligem”. Assim era colocada a pauta da Reforma Agrária pelo PCB, como ponto central para dirimir os problemas do homem e da mulher do campo. Essa linha de raciocínio preocupava a Igreja, pois a mesma temia a adesão ao comunismo por parte dos trabalhadores do campo, principalmente com a inserção do PCB no âmbito rural, a partir de congressos e movimentos dos mais variados.

A I Semana Ruralista de Campanha contou com a participação de religiosos, professores e fazendeiros. A ausência dos trabalhadores rurais neste evento revela a opção de atuação da hierarquia católica. A Igreja tinha consciência da realidade dos trabalhadores rurais, e desta forma, buscou orientar os grandes proprietários a antecipar-se frente às causas dos camponeses, como demonstra Dom Inocêncio Engelke, Bispo de Campanha, na Carta Pastoral *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Rural*, documento elaborado ao fim do evento:

Ora, é sabido que a situação do trabalhador rural é, em regra, infra-humano entre nós. Merecem o nome de casa os casebres onde moram? É alimento a comida de que dispõem? Podem-se chamar de roupas os trapos com que se vestem? Pode-se chamar de vida a situação em que vegetam, sem saúde, sem anseios, sem visão, sem ideais? (ENGELKE, 2012, p. 31)

Se, portanto, não agissem para amenizar a situação desses trabalhadores, alguém o faria. E a atuação do PCB no campo brasileiro era uma prova de que a organização dos trabalhadores rurais poderia se desenvolver sem o intermédio da elite agrária e da Igreja, como demonstra o sugestivo título da carta pastoral:

E os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência, nem vão ter necessidade de inverter coisa alguma. Bastará que comentem a

realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais. Longe de nós, patrões cristãos, fazer justiça movidos pelo medo. Antecipai-vos à revolução. Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja. Não leveis, com vossa atitude, à ideia errada de que o comunismo tem razão quando afirma ser a religião uma força burguesa. O cristianismo não se contenta com vossas esmolas – exige de vós justiça para vossos trabalhadores. Dai-lhes uma condição humana e cristã. (ENGELKE, 2012, p. 32)

A realidade dos trabalhadores era tão dura e tão evidente que, aos olhos clericais, não seria preciso muita “persuasão” por parte dos comunistas. A Igreja, por sua vez, insistiu na ação dos grandes proprietários, não apenas por meio das esmolas, mas por uma mudança na realidade daqueles trabalhadores. A elite rural deveria agir segundo a caridade cristã, ou seja, pela orientação católica, atendendo as necessidades básicas dos trabalhadores rurais e mostrando que a religião não era uma força burguesa. Portanto a Igreja não estaria contra os trabalhadores, mas a seu favor.

Este era um momento crucial para a ação da Igreja Católica. O próprio Papa Pio XI reconheceu que as ações desenvolvidas com o operariado não foram bem-sucedidas. Era inconcebível para Igreja, neste momento, não conseguir aproximar-se da população rural:

Ficou célebre a confissão corajosa de Pio XI: “O maior escândalo do século 19 foi ter a Igreja perdido a massa operária”. O Santo Padre pensava, sobretudo, nos operários das fábricas. É o caso de concluirmos, com coragem cristã, o pensamento do Pontífice: “Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural”. (ENGELKE, 2012, p. 31)

A famosa frase de Dom Inocêncio Engelke, proferida em 1950, demonstra a preocupação da Igreja Católica com o mundo rural: “Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural”. As trincheiras ideológicas não haviam sido destruídas. A atuação de combate da Igreja frente aos “males” modernos, sobretudo às correntes políticas revolucionárias da classe trabalhadora, permanecia em vigor em sua relação com a sociedade. Porém é preciso destacar que a preocupação da Igreja durante as décadas de 1950/60 não se concentraria apenas na adesão ao comunismo por parte dos camponeses, uma vez que existiu também uma preocupação real com as condições de vida das classes subalternas. É o início do processo de inflexão vivido pela Igreja Católica neste período, e que se concretizaria, no final da década de 1960, com o surgimento da Teologia da Libertação<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> A Teologia da Libertação é o movimento teológico e social surgido na América Latina após o Vaticano II (1961-1965) e a Conferência de Medellín (1968) que, por meio de uma análise crítica da sociedade, especificamente a latino-americana, buscou agir em prol dos mais pobres e oprimidos à luz do Evangelho.



Além da I Semana Ruralista de Campanha, em Minas Gerais, entre as outras iniciativas desenvolvidas pela Igreja no mundo rural após o Estado Novo, merece destaque o Movimento de Natal, como ficou conhecido:

A Diocese de Natal (RN), em conjunto com a Ação Católica, coordenou uma dessas, 'iniciativas renovadoras', que passou a história com o nome de 'Movimento de Natal', atingiu vários municípios do Estado do Rio Grande do Norte e teve início no final da década de 40, portanto, antes mesmo da criação da CNBB. (PAIVA, 1992, p. 46)

A Igreja Católica do Rio Grande do Norte já atuava frente às questões sociais desde a década de 1930, com a criação da Juventude Feminina Católica (JFC), que ganhou maior atividade no ano de 1944. Em 1945, foi criada a Juventude Masculina Católica (JMC). "Em ambos os grupos, a ação social e evangelizadora se constituía no embasamento do trabalho por eles desenvolvidos, em coerência com as linhas de atuação da Ação Católica no Brasil" (CRUZ, 1982, p. 55). Ainda em 1945 foi fundada a Escola de Serviço Social, que tinha o intuito de produzir embasamento teórico para a atuação da Igreja. A atuação do Movimento de Natal esteve conectada aos direcionamentos do Governo Federal, que, após o fim da Segunda Guerra Mundial e o avanço das perspectivas liberal-democráticas, buscou na educação um meio de fortalecer esses novos ideais. O projeto de educação no mundo rural foi impulsionado pela Igreja com o apoio do Estado, como veremos mais adiante.

Com o apoio da Ação Católica Brasileira, a atuação da Igreja no Rio Grande do Norte difundiu-se por diversas áreas desta unidade da Federação:

É no bojo dessa atuação da Igreja que surge o SAR, no final da década de 40, por iniciativa de D. Eugênio Sales, contando com a participação efetiva da J.M.C. e de alguns alunos da Escola de Serviço Social [...] Inicialmente, o trabalho do SAR se concretiza através de uma "Volante de Saúde", formada por um médico e um dentista, que levavam medicamentos de primeiros socorros e material cirúrgico, depois substituída pela "Missão Rural Ambulante", que dava assistência médica, educacional e agropecuária, e, por fim, pela "Missão Rural de Educação para o Agreste. (CRUZ, 1982, p. 56-57)

Engajados em amenizar os diversos problemas do homem do campo no que tange à saúde e à educação, o Serviço de Assistência Rural (SAR) não teceu críticas às relações sociais de exploração da força de trabalho, tampouco estimulou os trabalhadores rurais a fazê-los. A Igreja Católica não buscava a superação das relações de exploração, mas minimizar os efeitos da exploração dentro da ordem vigente. A Igreja mais uma vez chamava para si a responsabilidade de orientar a sociedade pelo caminho cristão, o de conciliação harmônica entre as classes existentes, a seu ver o único capaz de solucionar de fato os problemas sociais.

As atividades desenvolvidas pelo SAR foram se diversificando. Dentre suas atividades, o SAR desenvolveu a I Semana Rural de Macaíba - RN, em 1951; as Missões Rurais Ambulantes; o 1º treinamento para líderes, em 1952, que, segundo Cruz (1982, p. 57), “deu origem a um convênio com o Ministério da Educação e Cultura, através da Campanha Nacional de Educação Rural, para treinamento de líderes”. Após este convênio o SAR ficou responsável pelas Missões Rurais de Educação no Rio Grande do Norte. Junto a pequenas paróquias, buscou desenvolver núcleos da JAC. Em 1958, inaugurou a Rádio Rural, pertencente à Diocese de Natal, onde foram criadas as escolas radiofônicas.

A atuação do Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte não foi o único movimento desenvolvido pela Igreja na década de 1950. Neste período foi realizado o I Encontro dos Bispos do Nordeste, em 1956, no município paraibano de Campina Grande. Este evento contou com a participação do Governo Federal, por meio da presença do próprio Presidente da República Juscelino Kubitschek:

O evento tratou exclusivamente de problemas da Região Nordeste, influenciando decisivamente na criação, em 1959, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com o objetivo de promover o desenvolvimento planejado dessa região, através da ação integrada de todos os órgãos (públicos e particulares) que aí atuavam. Foi muito importante a atuação do episcopado brasileiro nesse encontro. (PAIVA, 1992, p. 49-50)

A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, retratava a política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, que tinha ganhado prestígio entre a hierarquia católica. Para o desenvolvimento do Nordeste, todos deveriam unir-se em torno desse objetivo sob o amparo do Estado e as bênçãos católicas. Ainda em 1959, foi realizado o II Encontro dos Bispos do Nordeste, em Natal (RN), onde mais uma vez contou com a participação do Presidente da República. A relação entre Estado e Igreja permanecia fecunda:

Se até o início da década de 1960 a principal frente de atuação do clero católico em busca de uma solução para os conflitos sociais no campo foi a tentativa de construir com o governo uma proposta de reforma agrária moderada que permitisse barrar o êxodo rural e o avanço do comunismo, a partir de então as suas ações se ampliaram: passaram a competir diretamente com os militantes do PCB e com as lideranças das “ligas camponesas” pelo controle da organização dos trabalhadores. O Movimento de Educação de Base (MEB) foi o mais importante instrumento dessa política. (SILVA, 2016, p. 70-71)

Como já mencionado, a atuação do PCB no campo preocupava a Igreja e o Estado brasileiro. Durante a década de 1950, a Igreja, com o apoio do Estado, buscou atuar na tentativa

de minimizar os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, principalmente no Nordeste brasileiro. Na década de 1960 o processo de organização dos trabalhadores rurais se tornou a principal disputa no meio rural. A educação era vista pela Igreja como uma das principais “armas” para adentrar a realidade do homem do campo. Desta forma, frente à repercussão do SAR do Rio Grande do Norte com as escolas radiofônicas, foi assinado um convênio entre a Presidência da República e a CNBB para a ampliação deste projeto de educação pelo rádio para outras áreas subdesenvolvidas. Assim, em 1961, pelo Decreto-Lei nº 50.270 foi criado o Movimento de Educação de Base (MEB) e “com isso, consolida-se a estrutura para a mobilização do trabalhador rural, permitindo dessa forma, a penetração mais ampla e mais profunda da mensagem veiculada pela escola radiofônica, como o sindicalismo” (CRUZ, 1982, p. 58). O projeto de educação da Igreja por meio do MEB terá importante impacto na sindicalização em diversas áreas.

A década de 1960 foi marcada pelo contexto da Guerra Fria e o iminente perigo vermelho que rondava o Ocidente. Na América Latina, o perigo se intensificou com a Revolução Cubana de 1959. O anticomunismo atingiu os diversos setores da sociedade, principalmente os mais conservadores. É neste período que o SAR desenvolveu com maior ênfase a organização dos trabalhadores rurais, ao criar um Setor de Sindicalização Rural que tinha o intuito de formar lideranças comprometidas com uma Reforma Agrária dentro da ordem social e longe dos comunistas, que agiam tanto no PCB, como nas Ligas Camponesas. A organização dos trabalhadores por parte da Igreja Católica espalhou-se pelo Nordeste. Em 1961, foi criado o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE). Sob a liderança dos Padres Crespo e Melo, o SORPE contribuiu com a criação de diversos sindicatos rurais na região.

Os serviços do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, respectivamente o SAR e o SORPE, tiveram importante atuação, inclusive na orientação das diversas equipes de sindicalização que irão se desenvolver nos demais estados do Nordeste:

Por ordem cronológica, são esses os serviços que se espalham por toda a Região Nordeste: a) 1960 - Equipe de Sindicalização do SAR - Rio Grande do Norte; b) 1961 - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) - ligado aos Círculos Operários; 1961 - Equipe de Sindicalização do Secretariado de Planejamento da Arquidiocese de Teresina - Piauí; 1961 - Equipe de Sindicalização Rural da Paraíba - apoiada nos Círculos Operários; 1961 - A Equipe de Sergipe; 1962 - As equipes de Maranhão e Bahia - criados e mantidos pelo MEB; 1962 - O Serviço de Orientação de Alagoas (SORAL), ligados aos Círculos Operários. (CRUZ, 1982, p. 45)

Por todo o Nordeste se espalharam organizações católicas com o intuito de formar lideranças e fundar sindicatos rurais. Os sindicatos cristãos deveriam ser orientados pela DSI, buscando a harmonia entre as classes rurais. Essa era uma orientação que deveria unir as diversas entidades que surgiram no campo:

Nesse emaranhado de organismos, havia uma orientação comum, dada pela CNBB, que, era a de criação de um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária, baseada na propriedade familiar, Tendo como objetivo central o combate ao comunismo, a CNBB defendia a extensão dessa sindicalização “a todos os centros rurais, sobretudo quando agitados por reivindicações justas, mas conduzidas por segundas intenções”. Essa orientação, todavia, era mediatizada pelo tipo de concepção da Igreja local, que acabava por impor sua marca à organização emergente. Assim, é difícil falar em homogeneidade de linha de ação nessas entidades criadas a partir da ação eclesial. (MEDEIROS, 1989, p. 76)

A Igreja local seria responsável pela condução dessas organizações sindicais. Desta forma, a sindicalização rural por parte da Igreja, assim como a própria lógica desta instituição, não pode ser considerada como um bloco único, homogêneo. A aproximação da Igreja Católica com o mundo rural e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores não geraram um único caminho de ação. Em 1962 foi criada a Ação Popular (AP), um grupo laico que surgiu com um desejo de autonomia, numa perspectiva contrária à da cúpula da hierarquia católica. A AP também atuou na fundação de sindicatos rurais, em disputas não somente com a Igreja, mas também com o PCB:

Em 1962, surgiu, porém, uma nova organização no seio da Igreja Católica, cujas diretrizes diferiam das dos Círculos Operários Cristãos: a Ação Popular (AP). A AP foi criada a partir dos trabalhos da Juventude Universitária Católica (JUC), que, por sua aproximação com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e sua crítica mais contundente ao capitalismo, conflitava com a postura da cúpula da Igreja Católica. A AP constituiu uma organização autônoma à Igreja e, além de atuar na luta estudantil, dedicou-se ao movimento de educação popular, participando do Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961 sob orientação inicial da CNBB. (RAMOS, 2010, p. 6-7)

No mesmo momento, a Igreja Católica, na sua pluralidade, atuou de diferentes formas. Cabe lembrar que no ano de 1962, o Papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II com a proposta de renovação da Igreja Católica, que só será concluído em 1965. Mas, neste momento, a cúpula da Igreja mantinha-se empenhada em manter o *status quo*, aproximando-se dos interesses da elite agrária e do Estado no Brasil.

Mesmo com a intensa movimentação no mundo rural, até os primeiros anos da década de 1960 não havia uma regulamentação legal para a formação dos sindicatos rurais. A Igreja, portanto, tornou-se uma das vozes que pressionou o Estado para que a sindicalização rural se estruturasse:

A CRB – que foi criada justamente a partir do argumento de que a representação sindical não seria a forma de organização mais adequada ao meio rural – passou, no início dos anos de 1960, frente à intensificação das lutas dos trabalhadores agrícolas, a não rejeitar o reconhecimento legal de sindicatos na agricultura, bem como a extensão da legislação trabalhista no campo. (RAMOS, 2010, p. 7)

A estruturação da sindicalização do campo, assim como a regulamentação das leis trabalhista nas cidades, ocorreu depois de muita luta por parte dos trabalhadores. A Confederação Rural Brasileira não rejeitou inicialmente a sistematização da sindicalização rural, porém como órgão oficial da elite rural, buscou elaborar um modelo de sindicalização que não contrariasse os interesses das classes que representava. A CRB também buscou aproximar-se dos setores da Igreja Católica que atuavam na sindicalização rural.

Durante o governo de Jango (1961-1964), em 1962 foi criada a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), assim como, no mesmo ano, foram instituídas algumas portarias que buscavam regulamentar a sindicalização no campo. A partir delas, foi aprovado em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR):

Neste sentido, em 1962 foram instituídas algumas Portarias sobre esta questão, tendo sido, em março de 1963, aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que sistematizava as normas da organização sindical corporativista no campo e previa a criação de entidades de representação máxima e oficial dos trabalhadores e proprietários agrícolas: respectivamente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Tais medidas resultaram em novas estratégias de atuação das associações da sociedade civil no meio rural, revelando embates pela hegemonia junto a esta nova forma de representação, sobretudo no que concerne aos trabalhadores rurais. (RAMOS, 2011, p. 58)

Num momento de conflitos no campo, onde os trabalhadores lutavam por seus direitos e as Ligas Camponesas pela Reforma Agrária, o ETR foi aprovado, regulamentando a sindicalização no campo. A partir de então, uma corrida entre as diversas entidades que já agiam no campo se iniciou pela tentativa de liderar a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG):

Por deter maior número de federações, os comunistas indicaram o presidente e o tesoureiro da nova entidade, enquanto a AP ficou com a secretaria geral.

Os vitoriosos não tiveram tempo de consolidar a Confederação, pois dois meses após a sua oficialização perderam-na para o regime ditatorial que se instalou no país. (SILVA, 2016, p. 73)

A corrida pela direção da CONTAG acabou sendo liderada pelos comunistas, que possuíam maior número de federações. Porém, depois de reconhecida, em janeiro de 1964, a CONTAG não teve tempo de se consolidar. As Reformas de Base do presidente João Goulart e o fortalecimento dos movimentos populares sofreram forte reação dos setores conservadores, resultando em acirramento das disputas em nível nacional que culminaram no golpe de 1964:

O golpe de 64 foi, portanto, a opção feita pelas classes dominantes no intuito de garantir esse processo, procurando pôr um fim às manifestações populares, estreitando o campo de participação democrática e popular e, conseqüentemente, recompondo seu poder, através da ditadura militar instaurada em 31 de março. (ABREU E LIMA, 2005, p. 23)

O campo de atuação dos sindicatos passaria a ser reduzido, assim como o campo de participação popular. Até mesmo os sindicatos orientados pela Igreja Católica serão controlados e/ou reprimidos. A atuação da hierarquia católica no processo de sindicalização fora concluída, afinal, e a ordem estaria estabelecida com a ditadura.

Foi neste contexto de disputas pré-1964 que o processo de sindicalização do Brejo paraibano se desenvolveu. A luta contra o comunismo, nas figuras do PCB e das Ligas Camponesas, foi o impulsionador da atuação da Igreja Católica na Paraíba. Desta forma, no próximo capítulo abordaremos a construção do sindicalismo Brejo Paraibano entre os anos de 1962 e 1963 e sua inserção na luta agrária do estado da Paraíba.

### 3. IGREJA CATÓLICA E QUESTÕES AGRÁRIAS NA PARAÍBA

A Igreja Católica na Paraíba atuou na fundação dos primeiros sindicatos rurais no início da década de 1960 a partir da relação de proximidade com as elites agrárias e com o governo estadual. Neste capítulo, abordaremos a história da Igreja Católica na Paraíba e suas relações com o Estado e suas elites agrárias desde o início da República. Trataremos também das questões agrárias ocorridas no estado paraibano na década de 1950 e que são importantíssimas para a consolidação de um projeto de sindicalização rural no interior da Paraíba. A contraposição às Ligas Camponesas pela Igreja Católica, vista aos olhos clericais como um movimento de carácter “comunista e subversivo”, é uma reação regional às manifestações dos “conflitos da modernidade” sobre os quais analisamos no capítulo anterior. Esta reação se manifesta discursivamente nas páginas do jornal arquidiocesano *A Imprensa* e nas práticas que culminam na fundação dos “sindicatos dos padres” no meio rural do Brejo paraibano.

#### 3.1. Igreja Católica na Paraíba

Não exaggeramos, veneráveis Irmãos e Filho dilectíssimos, repetindo com o immortal Pio X que é a apostasia social - afastamento de Deus e a rebeldia á Egreja - a fonte primeira de todas as desordens. Donde vem, com effeito o desprestigio do poder, o empobrecimento das raças, a crise, cada vez mais avassaladora e dominante, de patriotismo e character, a pathia, em summa, e o indifferentismo, senão do alheamento em que vive de Deus a sociedade, do esquecimento completo dos principios e maximas eternas e, sobretudo, do desprezo do santo termo de Deus? (HENRIQUES, 1917, p. 7)

A criação da diocese da Paraíba faz parte do processo de reorganização da Igreja Católica vivida após a separação da Igreja e do Estado no final do século XIX com a Proclamação da República. A expansão do número de dioceses está associada ao projeto romanizador da Igreja, que definiu algumas linhas de atuação para a Igreja no país:

A romanização do catolicismo brasileiro ocorreu por meio da implementação de um conjunto de estratégias da Igreja semelhantes em todo o país. Entre essas estratégias, podem-se citar: criação de novas dioceses; abertura e reforma de seminários; construção de palácios episcopais e catedrais; criação da imprensa católica; fundação de colégios; organização financeira e administrativa; visitas pastorais e a orientação das irmandades no que se refere às manifestações da religiosidade popular, visando a uma maior ortodoxia eclesial. As cartas pastorais passaram a ser o veículo das orientações do episcopado reformador. (DIAS, 2008, p. 96)

Desta forma, por meio da bula *Ad universas orbis ecclesias*, de Leão XIII, foram criadas as dioceses do Amazonas, Paraíba, Niterói e Curitiba. Por meio desta bula de 1892, o Papa também dividiu o país em duas Províncias Eclesiásticas: a do Norte, da qual a Paraíba fazia parte, e a do Sul. Esta bula também foi responsável por reforçar a orientação romanizadora que já estava em prática em outras dioceses do país. “Entre as várias orientações, estavam a subordinação das dioceses à Santa Sé, a autonomia na busca de fundos para a implementação e sustentação das novas dioceses, o cuidado na formação do clero e a criação de seminários”. (DIAS, 2008, p. 97). Durante os dois primeiros anos, a diocese da Paraíba ficou sob jurisdição administrativa do Bispo de Olinda, e o território que compunha a diocese era formado pelo estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte, que só irá se desmembrar em 1909 com a criação da Diocese de Natal<sup>29</sup>.

Em 1893 foi escolhido o Monsenhor José Basílio Pereira para dirigir a Diocese da Paraíba, porém ele não aceitou por questões de saúde, sendo, desta forma, eleito, em 2 de janeiro de 1894, o Cônego Aduino Aurélio de Miranda Henriques<sup>30</sup> como o primeiro bispo da Paraíba. Segundo Lúcia Ferreira (2016, p. 71),

A Diocese da Paraíba foi instalada dotada de uma estrutura mínima para o seu funcionamento, com apenas os cargos essenciais à administração da Cúria Episcopal: Secretário do Bispado, Escrivão da Câmara Eclesiástica, Promotor do Juízo Eclesiástico e Porteiro. Nos anos seguintes, outros cargos foram criados.

Como mencionado anteriormente, as dioceses tinham a autonomia para buscar fundos para sua implementação e sustentação, lembrando que as dioceses que incluem a Paraíba foram criadas em plena separação entre Estado e Igreja. De uma forma geral, elas não tinham apoio financeiro nem da Santa Sé e nem do Estado. Porém é importante ressaltar que

Algumas das ideias mais radicais de laicização do Estado, que foram asseguradas na Constituição de 1891, na prática, não foram implementadas. Outras contingências políticas também contribuíram para esse processo: primeiro, os grupos mais radicais – liberal e positivista – não conseguiram se

<sup>29</sup> Após o desmembramento de Natal em 1909, ocorreu em 1914 a elevação da Diocese da Paraíba à arquidiocese e sede metropolitana com a criação da Diocese de Cajazeiras, por meio da Bula *Maius Catholicae Religionis Incrementum*. Em 1949 foi criada a Diocese de Campina Grande, em 1959 a Diocese de Patos e em 1980 a Diocese de Guarabira.

<sup>30</sup> “Aduino Aurélio de Miranda Henriques nasceu em Areia, Paraíba, no dia 30 de agosto de 1855, filho do Coronel Idelfonsiano de Miranda Henriques e Laurinda Esmeralda de Sá de Miranda Henriques, proprietários do engenho Buraco. Foi alfabetizado até oito anos de idade, por sua mãe, quando passou a freqüentar a escola primária de Areia, tendo como colegas de sala Álvaro Machado e João Machado, futuros presidentes da Província da Paraíba, e Walfredo Leal, que se tornou monsenhor e vice-presidente da Província.” (DIAS, 2008, p. 98)



manter à frente do Estado republicano por muito tempo, pois logo os grupos mais conservadores firmaram a linha oligárquica como a predominante no novo regime; segundo, a elite eclesiástica conseguiu aproximar-se das elites políticas nos estados, selando acordos que chegaram a contradizer, em parte, a própria Constituição federal. (FERREIRA, 2016, p. 65-66)

No caso da Paraíba, por exemplo, os cemitérios só foram de fato secularizados na década de 1930. Isto nos permite perceber que o processo de laicização do Estado não foi automático, e que as relações entre Igreja e Estado, com as relações estabelecidas com as oligarquias por laços familiares, manteve a Igreja Católica próxima do poder secular. É importante mencionar essa proximidade, já tratada de forma geral no capítulo anterior desta dissertação, pois o estado da Paraíba foi um dos estados que manteve as relações mais estreitas com a Igreja na Federação. E essa relação está intrinsecamente ligada ao seu primeiro bispo:

Além do texto constitucional, outros fatores contribuíram para a aproximação da hierarquia eclesiástica com o Governo do Estado, com a instalação da Diocese, durante o primeiro governo de Álvaro Machado, cuja oligarquia dominou a política paraibana por vinte anos (1892/1912), e tinha entre seus principais integrantes o Monsenhor Walfredo Soares dos Santos Leal. O primeiro bispo da Paraíba mantinha relações de amizade com ambos, seus conterrâneos areenses. Além disso, D. Adauto e Álvaro Machado haviam estudado juntos, quando crianças. Ressalte-se ainda que, durante o período em análise, as legislaturas estaduais sempre contaram com dois ou três Padres como deputados. Além disso, era notória a existência de outros vigários com influência política nas suas paróquias. Sem dúvida, o quadro político essencialmente oligárquico, ao lado da riqueza de relações familiares do clero paraibano (...), facilitaram o bom relacionamento entre a Igreja e o Governo do Estado. (FERREIRA, 2016, p. 90-91)

A relação entre Álvaro Machado<sup>31</sup>, Monsenhor Walfredo Leal<sup>32</sup> e D. Adauto tiveram importantes implicações na relação estabelecida entre Igreja e Estado na Paraíba. Com a saída

---

<sup>31</sup> “Álvaro Lopes Machado nasceu em Areias (PB) no dia 5 de março de 1857, filho de João Lopes Machado e de Avelina Amália da Fonseca. Seu irmão João Lopes Machado foi presidente da Paraíba de 1908 a 1912. Ingressou no Exército em janeiro de 1876 e tornou-se alferes aluno em janeiro de 1879. [...] Ingressou na política depois que o marechal Deodoro da Fonseca renunciou à presidência da República, em 23 de novembro de 1891. O vice-presidente Floriano Peixoto assumiu então a presidência e destituiu os governantes estaduais que apoiavam Deodoro. Foi o caso de Venâncio Neiva, que deixou o governo da Paraíba em 27 de novembro. Depois de um curto período no qual o estado foi governado por uma junta governativa composta pelo coronel Cláudio do Amaral Savaget, Eugênio Toscano de Brito e Joaquim Ferreira de Carvalho, Álvaro Lopes Machado assumiu o governo, em 18 de fevereiro de 1892. Sua nomeação foi influenciada por João Coelho Gonçalves Lisboa, republicano histórico e florianista. Ao assumir o governo do estado, fundou o Partido Republicano da Paraíba, revogou a Constituição promulgada no governo de Venâncio Neiva, reorganizou a Assembleia Legislativa estadual e aprovou uma nova Carta magna” (Álvaro Lopes Machado. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACHADO,%20%C3%81lvaro%20Lopes.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2020).

<sup>32</sup> “Walfredo Soares dos Santos Leal nasceu em Areias (PB) no dia 21 de fevereiro de 1855, filho de Matias Soares Cavalcanti e de Maria dos Santos Leal. Ordenou-se Padre em Roma em 1882 e, de volta ao Brasil, tornou-se pároco da freguesia de Nossa Senhora da Luz, na cidade de Guarabira (PB), em 1888. [...] Em 1903 foi eleito deputado

de Álvaro Machado da presidência do Estado em 1912 e a chegada ao poder da oligarquia *epitacista*, a atuação do Monsenhor Walfredo Leal, aliando-se a mesma, deu continuidade ao favorecimento político à Igreja Católica no estado, o que demonstra a importância da figura do Monsenhor Walfredo Leal para a continuidade dessas relações. Esse favorecimento político e relações de proximidade entre Igreja e Estado podem ser visualizadas no sucesso da implantação e consolidação da diocese da Paraíba por meio do Bispo Dom Aauto.

Como parte do processo de romanização e da tentativa de retomada da centralidade da Igreja na sociedade, algumas estratégias foram desenvolvidas pela Igreja. No capítulo anterior mencionamos essas estratégias no âmbito nacional. A diocese da Paraíba não fugiu desse projeto e seguiu as orientações dos documentos oficiais da Santa Sé. Desta forma, a Igreja Católica na Paraíba esforçou-se tanto nas questões relacionadas à infraestrutura e corpo eclesial como no combate aos “perigos” que se instauravam na sociedade moderna.

Desde o início do século XX, por meio das cartas e visitas pastorais<sup>33</sup> e da imprensa católica, a Igreja paraibana expressava seus posicionamentos frente aos “males modernos” e buscava disciplinar a sociedade. As cartas emitidas pelo primeiro bispo da Paraíba, Dom Aauto, sejam elas individuais ou coletivas, nos permitem identificar as principais preocupações da diocese recém instaurada. Algumas das preocupações e/ou inimigos combatidos no início do século XX permaneceram vivos até a década de 1960, como por exemplo, o comunismo:

Durante as primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica paraibana foi veemente na condenação ao positivismo, ao laicismo, ao ceticismo, à maçonaria, ao protestantismo e ao espiritismo, sendo também seguidamente incluso nesse conjunto o anarquismo, o socialismo e o comunismo como seus inimigos. (CAVALCANTE NETO, 2013, p. 93)

---

federal pela Paraíba. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio do mesmo ano, mas em 1904 renunciou, pois foi eleito senador na vaga aberta pela renúncia de seu aliado político Álvaro Lopes Machado, que mais um vez se preparava para assumir o governo da Paraíba. Na ocasião, também foi eleito vice-presidente do estado. Álvaro Lopes Machado ficou no governo de 22 de outubro de 1904 a 28 de outubro de 1905, quando novamente renunciou para tornar a se candidatar a senador. Dessa forma, com menos de um ano no Senado, Walfredo Leal deixou sua cadeira para voltar a assumir o governo paraibano. Esteve à frente do estado por três anos, até 22 de outubro de 1908. Sua administração foi marcada por uma grave crise econômica. Ao final de seu governo articulou a eleição de João Lopes Machado, irmão de Álvaro Lopes Machado, para presidente estadual.” (Walfredo Soares dos Santos Leal. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEAL,%20Walfredo.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2020).

<sup>33</sup> Dias (2008, p. 114) apresenta uma definição das visitas pastorais e como elas se constituíam: “As Visitas Pastorais eram práticas comuns no governo episcopal brasileiro. Através delas os bispos conheciam geograficamente as suas dioceses, os trabalhos realizados pelos Padres e a situação pastoral e administrativa da Igreja nas diversas paróquias, sobretudo no interior. Objetivavam as Visitas Pastorais expandir a doutrina cristã e balizar, por meio de ensinamentos, o que deveria ser o modo de proceder da Igreja Católica em seu aspecto religioso e organizacional. Para isso, eram feitas pregações de caráter catequético e numerosas práticas sacramentais. As visitas se tornaram, assim, um grande empreendimento pastoral e administrativo”.

Na carta pastoral individual *Tudo pela Pátria, nada sem Deus*, de 1917, o então Arcebispo Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques reforçou o discurso de que os principais problemas da sociedade estão associados ao distanciamento da sociedade dos preceitos divinos. É importante lembrar que as Cartas Pastorais tinham a características de veicular o pensamento da hierarquia da Igreja tanto para o corpo eclesiástico como para os leigos, sendo lidas durante as missas. Ainda nessa carta, Dom Aduino advertia aos padres a necessidade de aguçar no corpo social o patriotismo, a obediência e a docilidade:

No pulpito, nas escolas, onde seja conveniente e compatível com o carácter sagrado, dentro dos moldes tradicionaes da disciplina ecclesiastica, sem desafogos imprudentes, mas com a correção e dignidade que nos é propria, fortaleçamos entre o povo a consciencia do dever nacional, alimentemos o seu patriotismo com sabios e avisados conselhos, preguemos a obediencia e docilidade ás autoridades constituídas. (HENRIQUES, 1917, p. 12-13)

O discurso de obediência e docilidade às autoridades em dezembro de 1917 coincidem com as ações grevistas que ocorrem na Paraíba e no Brasil no mesmo ano e também com a Revolução Russa, que se torna tão temida pelas potências do Atlântico Norte pela influência que poderia causar em todo o mundo. O desenvolvimento desses movimentos no final da década de 1910 na Paraíba é o momento onde a Igreja Católica se tornou cada vez mais atenta às questões sociais no estado:

Contudo, conseguimos perceber que é a partir desse surto grevista paraibano que a Igreja Católica passou a dedicar maior atenção aos operários locais, considerando-os, nas páginas da imprensa local, como ordeiros, disciplinados e distantes das ideias anarquistas e socialistas. (CAVALCANTE NETO, ano, p. 98)

A Igreja Católica na Paraíba, orientada tanto pela Santa Sé quanto pelo episcopado brasileiro, buscou traçar diretrizes e reivindicar os direitos básicos do operariado paraibano dentro da ordem estabelecida. Em seus textos, os trabalhadores sempre aparecem como “ordeiros e disciplinados”, o ideal a ser seguido. Esse ideal estava sendo difundido de forma vertical pela hierarquia católica. Como o arcebispo Dom Aduino mencionava em sua Carta Pastoral de 1917, era preciso “alimentar no povo o patriotismo, a obediência e a docilidade”.

Na Carta Pastoral coletiva *Sobre os males actuais da sociedade* de 1920, assinada pelos bispos de Belém, Bahia, Paraíba, Fortaleza, Olinda Recife, Argos, Maceió, Aracajú, Barra, Piauí, Caetité, Cajazeiras, Ilhéus, Crato, Pesqueira, Natal, Sobral, Amazonas, Penedo, Maranhão, Garanhuns e Nazaré, demonstra-se uma preocupação comum à Igreja no

Norte/Nordeste. A questão operária aparece com destaque nesta carta pastoral, que mais uma vez identifica nos trabalhadores brasileiros a ordem e a disciplina: “Amante da Patria, da Religião e da familia, o operario brasileiro é por indole avesso ás desordens. Entretanto, agentes estrangeiros, portadores de idéias anarchistas, procuram lançar entre o operariado nacional os germens da desordem e da revolução” (HENRIQUES, 1920, p. 36). Desta vez, a Igreja identifica o problema da desordem como fruto dos agentes estrangeiros<sup>34</sup> que buscam corromper a boa índole dos operários brasileiros com ideais e “doutrinas” avessas à ordem e ao patriotismo.

Nesta carta pastoral, o episcopado apontou caminhos e condenou algumas práticas, entre elas a má imprensa e o teatro. Estes seriam meios de propagação dos “males/doutrinas” que contaminavam a sociedade, e, portanto, era indispensável o combate a estes veículos corruptíveis. Assim, a Igreja colocava-se como mediadora central das questões sociais, promovidas pela ausência da religião, por meio da laicização: “A reforma protestante, minando as bases da sociedade religiosa com o livre exame, lançou a semente da destruição da sociedade civil, dando origem a uma multidão de doutrinas racionalistas e liberaes acerca da autoridade e da constituição das sociedades” (HENRIQUES, 1920, p. 36). Entre essas “doutrinas racionalistas e liberaes” estão o socialismo, comunismo, coletivismo, anarquismo, que se aproximavam cada vez mais do operariado paraibano. Para a Igreja, portanto, essas “doutrinas” incitavam o ódio nos operários e buscavam realizar o impossível:

E com o fim de levar a cabo a sua obra de uma falsa melhoria social, taes systemas se propõem a realizar o impossível: - a egualdade social, a abolição da propriedade privada e a nacionalização de todos os bens do homem, com o que suppõem nivelar a felicidade humana e fazer desaparecer a pobreza da face da terra. Então, aguçando no operariado o ódio contra os ricos, os industriaes, os proprietários, o seduzem mediante promessas illusorias e irrealizáveis e o arrastam para o abysmo das revoluções.” (HENRIQUES, 1920, p. 29)

Como visto anteriormente, a luta de classes estava sendo repudiada pela Igreja em diversos documentos oficiais desde meados do século XIX. Ela trata a atuação dessas “doutrinas” como incitadoras do ódio e das revoluções. O projeto da Igreja para o operariado vai na contramão destes princípios, buscando manter o *status quo* e a ordem social e “natural” das coisas:

---

<sup>34</sup> Discurso bastante comum no início do século XX que buscava inculcar no operariado brasileiro uma mansidão nata. Ao mesmo tempo que se reportava ao estrangeiro como o portador de ideias subversivas, o “bom” estrangeiro seria aquele responsável por evocar o amor ao trabalho.

Na realidade, a desigualdade é um facto natural. Vemol-a em toda parte: - na terra, pela variedade de climas, de plantas; na sociedade, pela diversidade das aptidões pessoais, do meio familiar, das circunstâncias do género de vida, do talento. Demais, a liberdade humana exige: - os homens necessitam de se utilizar diversamente de suas forças, dividindo-se por officios, segundo suas aptidões. E dessa pluralidade de funções, dessa divisão de trabalhos, dessa desigualdade de condições nasce a vida social. Supprimil-as seria destruir a sociedade, como se destruiria o mundo pela supressão das desigualdades físicas nas terras, nos climas, nas estações, nos astros em tudo.” (HENRIQUES, 1920, p. 29-30)

A orientação da Igreja na Paraíba e no Nordeste brasileiro segue os documentos oficiais da Santa Sé, conforme apresentados no capítulo anterior desta Dissertação. Essa articulação é sempre importante de destacar, pois não se trata de um projeto regional, mas que engloba a Igreja Católica como um todo, seja no país ou no mundo. A centralidade que a religião católica reivindica a si própria se estabelece por essas diretrizes tanto de combate a tudo aquilo que a nega enquanto instituição e a põe em perigo, colocando-se como mediadora ou a única capaz de resolver os problemas que atingem a sociedade moderna no século XX. No caso do Brasil, sua atuação também está associada à tentativa de recuperar seu prestígio diante das elites, demonstrando sua tentativa de ordenar as camadas mais pobres, conforme explicitado pelo Arcebispo da Paraíba nos trechos a seguir: “Depois, a religião se dirige aos pobres dando-lhes preceitos: - o respeito à autoridade, à propriedade, o espírito de trabalho, de conformidade com o estado próprio de paciência, assim como o justo desejo de se dignificar e de se elevar pelo mérito pessoal” (HENRIQUES, 1920, p. 38). “Traçando leis e deveres aos patrões, o Cristianismo requer dos operários obediência e respeito aos seus superiores e zelo pelas suas propriedades” (HENRIQUES, 1920, p. 42). O discurso da Igreja, assim, estava alinhado ao discurso e interesses da classe dominante, procurando garantir a ordem e o respeito aos superiores e à propriedade. Esse mesmo discurso se manterá fiel aos interesses da elite agrária durante a década de 1960, permitindo a elaboração de um projeto de organização dos trabalhadores rurais em sindicatos.

Antes de adentrarmos nas práticas católicas de organização sindical dos trabalhadores rurais, cabe fazer algumas observações sobre a questão agrária na Paraíba de meados do século XX.

### 3.2 A questão agrária na Paraíba

José Lins do Rego<sup>35</sup> dividiu sua própria produção literária em duas partes “Obras Independentes” e “Ciclo da Cana-de-Açúcar”. Este último, composto pelos livros *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943), nos leva a um passeio literário que remonta ao cenário paraibano do início do século XX, com ênfase na atual Zona da Mata, no litoral do estado. Sua descrição literária da paisagem rural, da vida nos engenhos, das sensibilidades, da instalação das usinas não é tão diferente da vida real. Com uma proposta diferente da produção historiográfica, José Lins do Rego se apropriou de sua relação de intimidade com a região, descrevendo aquilo que lhe foi próprio de sua história pessoal.

A semelhança da escrita de José Lins do Rego com a “vida real” foi sublinhada em um dos principais jornais do interior do estado da Paraíba, o *Diário da Borborema*<sup>36</sup>, ligado a setores da elite de Campina Grande:

O saudoso José Lins do Rego na sua admirável obra literária do ciclo de cana de açúcar, fixou quadros do Nordeste que hoje adquirem cores mais vivas, na proporção que se amplia o choque entre usineiros e camponeses naquela região.

O drama da cana de açúcar como consequência do processo de industrialização, sai das páginas de José Lins do Rego para as colunas da imprensa nacional e internacional. Até parece que aí é a vida copiando a arte. (*Diário da Borborema*, 28/04/1962, p. 8)

Para o *Diário da Borborema*, a obra de José Lins precede o drama tratado nas páginas da imprensa nacional e internacional que relatam os conflitos entre usineiros e camponeses<sup>37</sup> na Paraíba na década de 1960. Folheando seus livros é possível identificar o processo de decadência dos engenhos com a chegada das grandes usinas de cana, que foi capaz de mudar a paisagem de uma região. A transição entre o predomínio dos Engenhos para as Usinas se estabeleceu a partir da introdução da lógica capitalista no campo brasileiro. A industrialização

<sup>35</sup> José Lins do Rego (José Lins do Rego Cavalcanti) foi romancista e jornalista. Nasceu no Engenho Corredor, Pilar, PB, em 3 de junho de 1901, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 12 de setembro de 1957. (José Lins do Rego. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/jose-lins-do-rego/biografia>>. Acesso em: 04 jul. 2019).

<sup>36</sup> O jornal *Diário da Borborema* foi fundado em 2 de outubro de 1957, pertencente ao grupo Diários Associados e foi fruto de uma promessa de Assis Chateaubriand ao povo campinense. Consolidou-se no estado como um dos principais e mais antigos jornais da região, chegando a ser homenageado na Câmara Municipal de Campina Grande em decorrência do aniversário de 50 anos de sua fundação.

<sup>37</sup> O trabalho de Regina Reyes Novaes (1997, p. 36) aponta que a categoria de camponês teve modificações durante o tempo, segundo ela: “No decorrer do tempo, a categoria ‘camponês’ passou de denominação externa à termo designativo de uma identidade social positiva construída através de um conjunto de eventos, de enfrentamentos e de redefinição de espaços, de experiências coletivas vivenciadas por diferentes categorias de trabalhadores do campo”.

se introduz no campo buscando “modernizar” a produção e o trabalho. Mas, nesse processo, a situação dos trabalhadores rurais que já era precária se agravou ainda mais, resultando na eclosão de diversos conflitos pelo Nordeste.

Entre os livros do “ciclo da cana-de-açúcar” de José Lins do Rego, em *Usina* (1936) é possível destacar três mudanças que ocorreram na Paraíba com a chegada das Usinas em relação aos Engenhos. A primeira é a modificação da paisagem rural pela cana-de-açúcar: “Usina pedia as terras livres para cana. Do contrário teria que estragar o seu trabalho se fosse amolecer o coração” (REGO, 2010, p. 215). O plantio da cana-de-açúcar necessitava de todo o espaço necessário. Os roçados dos moradores já não tinham mais lugar. Cada pedaço de chão era usado para a plantação da cana. “Só partidos e partidos” de cana.

A segunda é a expulsão dos trabalhadores que moravam nas terras dos antigos engenhos, que agora estariam nas posses dos usineiros: “Ninguém acreditava. Seria possível que o dr. Juca fizesse uma coisa daquela? Ele mesmo foi falar com o doutor e voltou com a notícia definitiva: a terra, que fora deles, seria para a usina. A usina não podia perder um palmo de terra de várzea” (REGO, 2010, p. 147). A tomada das terras para usina gerou com o passar do tempo a expulsão de diversos moradores, que em grande escala gerou a proletarização no campo, como também descreve Abreu e Lima (2005, p. 28): “Através da expulsão do morador, da supressão do direito do cultivo do sítio, do aumento dos dias de cambão (trabalho obrigatório feito no engenho durante 10 a 20 dias por ano, sob responsabilidade do foreiro), foi sendo levada a efeito a proletarização no campo”. Muitos trabalhadores foram expulsos das terras que viveram toda a sua vida, assim como seus pais.

E a terceira é a relação impessoal entre patrões e empregados. Os usineiros não se portavam da mesma maneira que os senhores de engenho: “Havia muita diferença dum coração de senhor de engenho para um coração de usineiro” (REGO, 2010, p. 215). As relações impessoais do contrato de trabalho advindas da nova lógica de produção passariam vigorar no campo. Os vínculos extraeconômicos de lealdade mútua e de compadrio, característicos das relações desde os séculos anteriores, cada vez mais desapareciam com o advento dos assalariados rurais. A exploração, por sua vez, nunca desapareceu.

Entre as cores relativamente romantizadas para pintar os engenhos em relação às usinas, ainda na obra de José Lins é possível perceber a violência que vigorava nas Usinas como forma de manutenção da exploração: “Ninguém podia chupar cana de usina. Aquilo ali não era o Santa Rosa, aonde não se ligava àquelas coisas. Chupar cana de usina era um crime. Num dia em que pegaram um Pinheiro com a flor-de-cuba nos dentes deram com ele no tronco. Era ordem do

usineiro” (REGO, 2010, p. 162). Um pedaço de cana era motivo para a violência. O quão valia a vida de um trabalhador frente a um pedaço de cana? Se José Lins do Rêgo salienta essa violência com as mudanças implementadas pelas usinas, a historiadora Maria do Socorro de Abreu e Lima relembra que ela também era comum nos engenhos:

A violência era comum nos engenhos e as injustiças, constantes. Camponeses eram expulsos sem nada receber e suas plantações eram destruídas. Trabalhadores eram espancados ante a acusação de terem chupado um pedaço de cana, chegando, às vezes, à morte, em decorrência das sevícias sofridas. (ABREU E LIMA, 2005, p. 26)

É possível sinalizar que a vida do trabalhador não valia tanto quanto a propriedade dos senhores de engenhos ou usineiros. A violência arbitrária e cruel sobre os trabalhadores rurais era uma das maneiras de controle utilizada pelos proprietários para manter a exploração. Mas não se tratava apenas de violência. Durante o predomínio dos engenhos, as relações de compadrio ajudaram a manter as relações entre patrões e empregados em algum nível de reciprocidade extraeconômica, ainda que de forma desigual entre as partes. A quebra dessas relações, e o uso do endividamento dentro dos engenhos ou nas usinas foram formas de manter o trabalhador preso àquela lógica de trabalho de exploração:

Todos os anos, quando terminava a safra, a conta crescia. Ela se lembrava do pai, falando com a sua mãe das dívidas. O ano inteiro passava ele nos partidos e o que ganhava só dava mesmo para que não morressem de fome. E a dívida crescendo. Ouvia o pai se queixando da balança da usina, dos juros da usina. (REGO, 2010, p. 110)

Para quitar dívidas com seu antigo patrão, o trabalhador entrava num círculo vicioso e vendia-se a um novo proprietário. Quando não conseguia, mantinha-se aprisionado ao seu antigo empregador caso fugisse e fosse pego. Por não poder produzir o que consumiam, os trabalhadores entravam neste círculo vicioso, pois recebiam pouco para sobreviver, não tendo condições de arcar com todas as dívidas do barracão:

Como não podia produzir tudo o que consumia, e ganhava muito pouco como assalariado, o trabalhador se abastecia no barracão. Se ficava devendo muito, tomava empréstimo ao patrão. Se o empréstimo ficava muito alto, o patrão o ameaçava de desconto no próprio salário. Sua única possibilidade, então, seria tentar sair e encontrar um outro proprietário que lhe desse adiantamento para saldar o débito, “vendendo-se” ao novo proprietário. (ABREU E LIMA, 2005, p. 24)

O irrisório valor recebido pelos trabalhadores era suficiente apenas para manterem-se vivos. O endividamento permanente fazia parte do sistema de exploração e da dependência em



relação ao proprietário, reforçando também os laços de obediência. De uma forma ou de outra, não havia escapatória para o trabalhador.

As semelhanças entre a arte e a vida, entre as páginas da obra de José Lins do Rego e as colunas da imprensa ou as produções historiográficas, descrevem um universo de exploração e violência da primeira base econômica do Brasil enquanto Colônia: a produção açucareira. A conquista do território paraibano pelos portugueses foi motivada para atender os interesses da Metrópole que se beneficiava do sistema de exploração colonial. A produção de açúcar não é exclusividade da Paraíba, pelo contrário, o espaço litorâneo do Nordeste dedicava-se à produção de açúcar para exportação, baseada no trabalho escravo e nas grandes propriedades dos engenhos. Desta forma, a cana-de-açúcar se faz presente no Nordeste há séculos.

Desde a colônia até a abolição da escravidão em 1888, as formas de trabalho de lavrador e morador convivem mutuamente com o sistema escravista. Com o fim da escravidão, o sistema de morada se solidificou no Nordeste canavieiro:

Essas relações de trabalho, profundamente marcadas pela herança escravista, mantiveram-se sob o formato de 'morada', garantindo aos plantadores a permanência dos canavieiros nos locais de trabalho. A categoria compreendia doravante a maioria dos trabalhadores nas plantações de senhores de engenho e usineiros. (DABAT, 2012, p. 91)

A solidificação do sistema de morada também foi ocasionada pelo desenvolvimento das Usinas: "A Usina é um estabelecimento voltado para a produção de açúcar. Trata-se de uma empresa fabril que exerce também a atividade agrícola" (MOREIRA; TARGINO, 1996, p. 52). A mão-de-obra utilizada na lavoura canavieira era oriunda em grande medida dos moradores, por isso a consolidação desse sistema com a ascensão das usinas. Na Paraíba, a usina mais antiga foi criada no município de Santa Rita em 1910. As usinas se desenvolveram principalmente na Zona da Mata paraibana, com relativa concentração também no Agreste. No Sertão o desenvolvimento das grandes fazendas foi mais recorrente devido à criação de animais e ao cultivo do algodão.

A expansão e fortalecimento das usinas fizeram da terra motivo de disputa. Nesta conjuntura ocorreu o crescimento da expulsão dos trabalhadores rurais. Os lotes de terra, antes ocupado por moradores e pequenos proprietários, agora se tornavam canaviais. Como explicam Emília Moreira e Ivan Targino, o processo de expulsão dos trabalhadores não foi abrupto:

Parcela dessa população expulsa e expropriada converte-se em trabalhadores assalariados da cana. É importante destacar que este processo se deu de modo muito lento. Tanto é que, no final dos anos 50 e início dos anos 60, várias décadas após a instalação das primeiras Usinas, o sistema de morada ainda

vigorava com grande força na Zona da Mata, preservando sua característica secular de exploração: o cambão. (MOREIRA; TARGINO, 1996, p. 56)

A transformação dos trabalhadores em assalariados não foi automática. Como assinalado, o sistema de morada permaneceu inalterado em alguns lugares por décadas. E junto dele, manteve-se uma das principais características de exploração: o cambão, trabalho gratuito e obrigatório de dois ou três dias pagos pelos trabalhadores aos proprietários de terra. Essa situação designava-se aos moradores foreiros que arrendavam lotes de terra dos grandes proprietários além de pagar pela sua utilização.

O processo de expulsão dos trabalhadores das terras onde residiam e trabalhavam não ocorreu sem resistência. Neste contexto se desenvolveram diversas lutas no campo, tanto na Paraíba quanto no Nordeste. Já tratamos anteriormente dos diversos eventos que buscaram organizar os trabalhadores rurais ocorridos na década de 1950, dentre eles, a II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1954, que originou a ULTAB. Porém, para além desses eventos, houve no Nordeste brasileiro um importante movimento que ficou conhecido como as Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas surgiram no Nordeste brasileiro inicialmente na década de 1940, conforme nos mostra Azevedo (1982, p. 55):

As primeiras Ligas Camponesas que surgiram em nosso país remontam ao período imediatamente posterior à redemocratização de 1945. Elas nasceram sob a iniciativa e direção do recém-legalizado Partido Comunista e sob a forma de associações civis que permitiam a mobilização e a organização dos camponeses e trabalhadores rurais sob o amparo do Código Civil. A forma jurídica adotada, por outro lado, contornava as dificuldades de caráter político e burocrático, que se interpunham à criação dos sindicatos rurais.

Essas primeiras organizações, que surgiram na tentativa de contornar essas dificuldades de organização em sindicatos por parte dos trabalhadores rurais, tiveram no Partido Comunista seu elo central. A entrada do PCB na ilegalidade em 1947 fez com que essas organizações desaparecessem, voltando apenas na década de 1950 em Pernambuco, porém, desta vez, sem estarem ligadas umbilicalmente aos comunistas.

A atuação e importância do Partido Comunista na luta dos trabalhadores rurais no país é inquestionável. Porém não podemos reduzir o processo de enfrentamento desses trabalhadores apenas como advindo da consciência externa de um partido, por mais que este tenha surgido e estivesse diretamente relacionado às lutas e experiências da classe trabalhadora. O que quero dizer com isso é que os trabalhadores rurais, em maior ou menor grau, eram conscientes de sua exploração e procuraram alternativas a sua situação. O trabalho de Maria do Socorro Rangel

(2000), *Medo da Morte; Esperança da Vida*, demonstra com clareza e sensibilidade como os trabalhadores rurais da Paraíba experienciaram suas condições de vida e de trabalho e sua organização em torno das Ligas Camponesas. Isso nos permite deduzir que o enfrentamento direto não foi a única estratégia de luta possível, abrindo espaço para diversas possibilidades de enfrentamento indireto ou, para utilizar-se do conceito de James Scott (2002), formas de resistência cotidiana.

Pensar as Ligas Camponesas como o único momento de resistência dos trabalhadores rurais seria reduzir a luta diária desses homens e mulheres, como nos demonstra Scott (2002, p. 11):

Embora possam ser importantes e sintomáticos, esses eventos nos dizem pouco sobre a arena mais durável dos conflitos de classe e da resistência: a luta mais vital/cotidiana levada na fábrica pela jornada de trabalho, pelo direito ao lazer, pelo salário, pela autonomia, por direitos e respeito. Para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidiana podem ser a única opção disponível.

É claro que não pretendemos desvalorizar a importância das Ligas Camponesas, assim como não queremos romantizar o processo de luta dos trabalhadores rurais, que muitas vezes se viam rodeados de questões simbólicas – o paternalismo e o compadrio, por exemplo – e físicas – a intimidação dos capangas e as agressões –, que colocavam obstáculos às suas ações. Mas buscamos ampliar os espaços e possibilidades de enfrentamento que esses sujeitos tiveram em suas histórias. É no cotidiano<sup>38</sup> que a exploração e opressão ocorrem, e é também no cotidiano que o espaço de resistências, ainda que difusas, ocorrem, muitas vezes, como a única opção disponível. A organização política coletiva, como as Ligas Camponesas, é, portanto, uma etapa posterior ao processo de constituição da consciência coletiva da exploração e das opressões a que estes trabalhadores estavam submetidos.

Essa experiência cotidiana é fundamental para compreendermos a ascensão de uma organização e/ou movimento como as Ligas Camponesas, forma de organização política articulada de resistência coletiva às formas de exploração experienciadas no cotidiano. Se pensarmos o cotidiano como espaço onde ocorre a “experiência de trabalho, exploração, opressão e luta” (WOOD, 2011, p. 95), podemos encontrar nesse cotidiano as experiências comuns de sujeição às relações de produção e exploração e valores culturais e simbólicos, dentre os quais as noções de justiça, a base para a formação da classe, já que é no cotidiano,

---

<sup>38</sup> Sobre o cotidiano ver: PETERSEN, S. R. F.. Rotina, alienação, resistência, criação: algumas reflexões sobre a teoria da vida cotidiana. In: III SEMANA ACADÊMICA DE HISTÓRIA/FURG, 1995, Rio Grande.

enquanto dimensão das relações sociais, que ocorrem tanto as relações de dominação quanto às relações de solidariedade e resistência. Como já mencionamos anteriormente, não são apenas as oposições contidas no processo de produção que desenvolvem a classe, mas concepções e valores sociais e culturais que estão para além do processo imediato de produção. E isso se desenvolve no cotidiano, pois são experiências que se materializam por causa dessas condições de exploração e opressão:

Num sentido muito importante, então, é de fato a ‘experiência’, e não simplesmente a ‘reunião’ objetiva, que reúne esses grupos heterogêneos numa classe – embora ‘experiência’ nesse contexto se refira aos efeitos das determinações objetivas, as relações de produção e de exploração de classe. (WOOD, 2011, p. 85)

Por meio da luta desenvolvida no cotidiano é que se forma a classe. E o trabalho de Edward Thompson *As peculiaridades do ingleses e outros artigos* nos ajuda a compreender esse processo de formação da classe ao afirmar que “classe e consciência de classe são sempre os últimos e não o primeiro degrau de um processo histórico real” (THOMPSON, 2012, p. 274). Portanto a classe e suas organizações associativas são frutos da experiência da luta de classes. As reflexões acerca do cotidiano e das formas de resistência cotidiana são fundamentais para reflexão sobre o desenvolvimento das Ligas Camponesas no Nordeste e na Paraíba. Afinal, elas não surgem do nada, não são fruto da ação externa de subversivos que impõem uma realidade a partir da manipulação de trabalhadores passivos e inocentes-úteis. Essas experiências individuais de exploração se unem num processo que deixa de ser cotidiano e passa a ser de enfrentamento político direto, coletivo e organizado.

Assim, no dia 1º de janeiro de 1955 foi fundada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), tendo como organizadores José Francisco de Sousa, conhecido por Zezé da Galileia, e José dos Prazeres. Essa associação se desenvolveu no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Entre os motivos mais conhecidos para a criação desta organização, encontra-se a necessidade de comprar caixões de defuntos, sementes e de contratar professores para os filhos dos trabalhadores rurais.

Segundo Francisco Souza (1996, p. 15), os estatutos da associação “foram redigidos pelo Juiz da Comarca de Vitória de Santo Antão, Dr. Rodolfo Aureliano, e a entidade elegeu o proprietário Oscar Beltrão como seu Presidente de Honra”<sup>39</sup>. A relação entre proprietário e

---

<sup>39</sup> “O que, provavelmente, os trabalhadores não devem ter tido conhecimento à época, porém, é que aquele convite ao dono do Engenho para tomar posse do cargo de presidente de honra foi enviado à polícia e esta, imediatamente, designou os investigadores 118 e 190 para realizar diligências. Em outros termos, na lógica patronal, qualquer movimento dos trabalhadores que pudesse revelar algum sinal de mudança no *modus vivendi* de conformismo e

trabalhadores não se mantêm pacífica durante muito tempo. Os proprietários da região buscaram alertar o dono do Engenho Galiléia sobre os caminhos que a SAPPF poderia tomar. Para eles, a possibilidade de se tornar uma associação de viés comunista era cada vez mais perceptível, pois tratava-se de um grupo de comunistas liderados por Francisco Julião. E, de fato, como Fernando Azevedo (1986) destaca, havia a influência do Partido Comunista no campo desde o início dos anos 1950 para tentar recriar as antigas Ligas Camponesas. A Liga de Vitória de Santo Antão, por exemplo, contava com a presença de José dos Prazeres, ex-militante do PCB, e Paulo Travassos, seu primeiro presidente, comunista.

Com a chegada do filho de Oscar Beltrão ao controle do Engenho a situação se tornou mais crítica, uma vez que ele

substituiu as plantações dos moradores por criação de gado, persuadindo, ainda, o pai a desistir da Presidência da Sociedade, dissolvendo-a e ameaçando represálias, aumento do foro e expulsão dos foreiros. Como não concordaram com estas ações, os camponeses foram ao Recife procurar respaldo jurídico-político além dos limites daquele Engenho. (ALVES, 2014, p. 51)

Dessa procura por respaldo jurídico, os camponeses, por meio de José dos Prazeres, chegaram até Francisco Julião, advogado e Deputado Estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), depois de sucessivas tentativas. Julião se dispôs a defender a causa dos camponeses sem cobrar nenhum honorário pelos seus serviços. Após falar aos camponeses no engenho, tornou-se presidente de honra no lugar do proprietário Oscar Beltrão.

A desapropriação do Engenho Galiléia e a vitória dos camponeses não só expandiu o movimento como também o tornou conhecido para além dos limites daquela localidade. A imprensa foi responsável pela propagação do termo Ligas Camponesas, com a tentativa de deslegitimar o movimento associando a SAPPF às antigas Ligas fundadas pelo Partido Comunista na década de 1940. O termo se popularizou e foi apropriado pelos próprios trabalhadores, porém as organizações continuavam sendo registradas oficialmente com outros nomes:

As Ligas Camponesas foram se expandindo, tomando como modelo o Estatuto da SAPPF que, na visão de Julião, ampliaria a jurisdição para todo o Estado e evitaria a formação de vários tipos de organizações. Os núcleos passaram a ser chamados de Delegacia, propositalmente para espantar o medo dos camponeses das Delegacias de Polícia, no entanto, mesmo tendo diretorias próprias, as Delegacias seriam regidas pelo Estatuto, que facilitaria a organização de núcleos municipais. Quanto à sede, deveria ser na capital do estado, para unir forças com a classe operária, estudantes e intelectuais, porque

---

submissão se constituía numa ameaça ao que era considerado ordem e paz no campo e, portanto, tratado como caso de polícia.” (MONTENEGRO, 2004, p. 396)

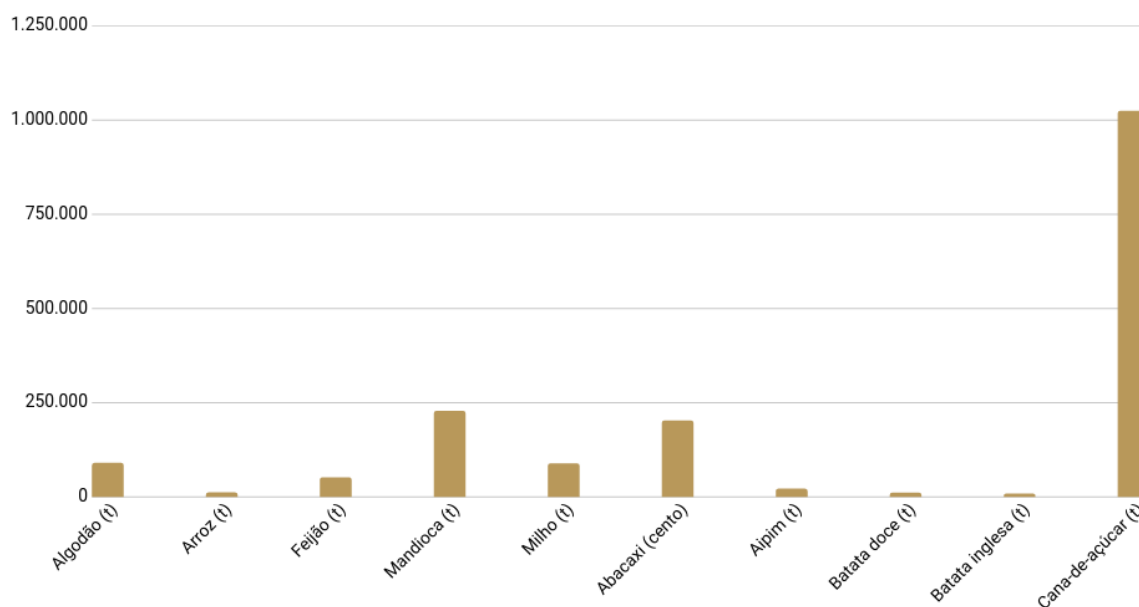
os pequenos municípios era mais vulneráveis ao poder dos latifundiários. (ALVES, 2014, p. 55)

A expansão das Ligas Camponesas pelo Nordeste brasileiro chegou ao estado da Paraíba. Assim como os trabalhadores de Pernambuco, os trabalhadores paraibanos inseridos na produção de cana-de-açúcar também sentiram as mudanças no setor açucareiro. Segundo o censo agrícola do IBGE de 1960, a cana-de-açúcar era o principal produto do estado, com maior número de estabelecimentos destinados ao seu cultivo, conforme se observa no Gráfico 1:

**Gráfico 1**

**CENSO AGRÍCOLA DA PARAÍBA - 1960**

COLHEITA DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS NO ESTADO



Fonte: IBGE, Censo Agrícola de 1960.

Além de possuir a maior quantidade de estabelecimentos para sua produção a cana-de-açúcar, era a principal cultura temporária do estado, produzindo mais de 1.000.000 de toneladas ao ano em 1960. As principais regiões de produção estavam centradas na Zona do Litoral e

Mata<sup>40</sup>, Zona do Agreste e Caatinga Litorânea<sup>41</sup> e a Zona do Brejo<sup>42</sup>. E foram nessas regiões onde houve os principais conflitos e movimentos de reivindicação de direitos básicos pelos trabalhadores rurais no início da década de 1960. Segundo Cezar Benevides (1985, p. 22-23),

No início da década de 1960 as relações de produção do sistema canavieiro paraibano sofreram vertiginosa modificação, tendo por fundamento a expropriação completa e definitiva do produtor direto e sua expulsão da terra. Alteravam-se as relações de produção no mesmo instante em que se agravava a exploração dos camponeses marginalizados perante as leis do trabalho. A completa ausência da legislação trabalhista no campo paraibano aliou-se a competição da produção de cana de açúcar de São Paulo, cujos índices de produtividade eram muito superiores aos do Nordeste. Tal lógica dirigiu a reprodução do capital na região, e os mecanismos que propiciaram a conservação e posteriormente a dissolução das relações não capitalistas dentro do sistema de trabalho vigente. Implantaram-se, no campo paraibano, novas relações de produção, incluindo-se o início da mecanização da lavoura com base no trator e nos implementos agrícolas, mas manteve-se o aumento horizontal do espaço para pecuária extensiva. Em qualquer dos casos ocorreria a expulsão do morador e a expropriação do foreiro com a substituição do trabalho permanente pelo temporário.

Neste processo de mudança nas relações de produção e expulsão dos moradores, a ineficiência das leis existentes, como a CLT, para o campo ou o decreto-lei nº 7.308/44, “que outorgava direitos trabalhistas ao trabalhador rural, assim como o direito de se organizar em sindicatos rurais” (AUED, 1981, p. 24), tornavam as questões sociais que envolviam os trabalhadores rurais em casos de polícia. Não é de se admirar que eles tivessem medo das delegacias. E mais do que isso, além do desamparo legal, os trabalhadores rurais que sofriam dos mais variados tipos de violência não viam suas agressões sendo investigadas, muito menos ainda viam seus agressores serem punidos: “A tradição oral registra, na Paraíba, inúmeros casos de homicídio sem que fosse ao menos instaurado o obrigatório inquérito policial. Era a sagrada aliança entre o Estado e o dono da terra” (BENEVIDES, 1985, p. 29). O Estado mantinha-se alinhado aos proprietários de terra, usando do seu aparato para a proteção dos bens privados e garantindo a reprodução do capital.

A primeira Liga Camponesa da Paraíba se desenvolveu em Sapé, localizada na atual mesorregião da Mata paraibana, e está associada à figura de João Pedro Teixeira. Este, por sua

<sup>40</sup> Municípios que constituíam a Zona do Litoral e Mata: Alhandra, Bayeux, Cabedelo, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Mamanguape, Pedras de Fogo, Rio Tinto e Santa Rita.

<sup>41</sup> Municípios que constituíam a Zona do Agreste e Caatinga Litorânea: Alagoa Grande, Alagoinha, Araçagi, Aroeiras, Belém, Caiçara, Guarabira, Gurinhém, Ingá, Itabaiana, Juarez Távora, Mari, Mulungu, Pilar, Pirpirituba, Sapé, Serra da Raiz, Serra Redonda e Umbuzeiro.

<sup>42</sup> Municípios que constituíam a Zona do Brejo: Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Dona Inês, Esperança, Pilões, Remígio, Serraria, Solânea.

vez, era filho de foreiros que moravam próximo a Guarabira. Quando jovem, trabalhou numa pedreira próximo a Sapé, nas terras de uma das principais famílias proprietárias de terras do estado, os Ribeiro Coutinho. Foi neste local onde encontrou Elizabeth Teixeira, filha de um pequeno proprietário da região. Mesmo com a proibição do pai de Elizabeth, eles se casaram e se mudaram para Recife com seus filhos. Trabalhando numa pedreira em Recife, João Pedro Teixeira aproximou-se do movimento sindical e das próprias Ligas Camponesas de Pernambuco.

Voltando à Paraíba, em 1956 tentou fundar uma organização de trabalhadores em Sapé, porém as grandes pressões exercidas pelos latifundiários não permitiram seu desenvolvimento. João Pedro saiu novamente da Paraíba em busca de trabalho e quando retornou, no final da década de 1950, encontrou possibilidades de junto a outros trabalhadores fundar uma associação. Desta forma, em 1958, no grupo escolar Gentil Lins foi fundada a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé. A fundação contou com a participação de autoridades municipais e políticos ligados ao Partido Social Democrático (PSD), e teve como primeira diretoria: Severino Alves Barbosa, presidente; João Pedro Teixeira, vice-presidente; Pedro Inácio de Araújo, conhecido por Pedro Fazendeiro, primeiro secretário; Severino José da Silva, segundo secretário; Walter Acioly, tesoureiro e João Alfredo Dias, conhecido como Nego Fuba, orador. Essa associação tinha como finalidade dar assistência social aos trabalhadores rurais da região, como demonstra Benevides (1985, p. 99):

O surgimento da Associação, segundo seus Estatutos, teria como finalidade a prestação de assistência social aos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas do município de Sapé e adjacências, bem como a defesa de seus interesses, tudo de acordo com a legislação do país. Nos Estatutos e na prática inicial da entidade, estava implícito que não se desejava ultrapassar a lógica da legislação burguesa para se criar o paraíso do campesinato.

Pensar a atuação inicial das Ligas Camponesas na Paraíba dentro da legislação burguesa, ou seja, dentro dos limites estabelecidos pelo reconhecimento legal da propriedade privada, em especial a fundiária, nos ajuda a pensar a dimensão do poder dos latifundiários. Em muito pouco tempo, o apoio dado à formação da entidade por parte das autoridades, e até mesmo de alguns Padres da Igreja Católica, se dissipou. A mínima suspeita de quebra da ordem transformou os apoiadores em combatentes. Dentro dessa perspectiva, o “medo” por parte dos latifundiários de uma “revolução comunista” se baseava na ação por parte dos camponeses dentro da legislação vigente. Como demonstra Leonilde Medeiros (1989, p. 79), “grande parte de sua trajetória [das Ligas Camponesas] foi marcada pela defesa dos trabalhadores na justiça,



usando o instrumental legal existente”. A imagem de radicalidade e de ação fora dos limites institucionais foi atribuída ao mínimo de reconhecimento legal dos direitos dos trabalhadores rurais. É claro que existe um inegável acirramento e enfrentamento para além dos trâmites legais por meio das Ligas, mas essa radicalidade não era a tônica do movimento.

Diferentemente das Ligas de Pernambuco, na Paraíba as Ligas tiveram início fora das Usinas. Ainda que, de fato, as principais usinas estivessem inseridas na atual Zona da Mata paraibana, assim como o município de Sapé, o movimento das Ligas não surgiu em nenhuma dessas usinas, vindo a se expandir entre elas posteriormente e com muita rapidez. Conforme nos explica Francisco Souza (1996, p. 19), inicialmente na Paraíba “a luta era pelo direito de plantar e colher nas terras arrendadas onde pagavam o foro com o cambão”. E conforme demonstra o censo agrícola da Paraíba de 1960, em Sapé, município pertencente a Zona do Agreste e Caatinga Litorânea, o número de estabelecimentos com terras arrendadas era o segundo maior do estado (Tabela 1).

**Tabela 1 - Condição legal das terras  
Estabelecimento e área, segundo condição legal das terras Paraíba, 1960**

	Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Próprias e arrendadas		Próprias e ocupadas		Arrendadas e ocupadas	
	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)
Estado	82.805	3.553.987	32.847	386.290	1.141	26.576	733	92.434	284	8.326	23	615
Zona do Litoral e Mata	3.577	246.536	5.004	24.108	72	7.296	8	3.276	2	40		
Zona do Agreste e Caatinga Litorânea	12.007	353.538	6.256	29.198	77	1.166	111	17.082	13	1.053	2	33
Zona do Seridó	1.954	176.063	154	5.514	1	10	14	1.069				
Zona do Brejo	8.467	135.440	4.130	22.817	142	817	72	816	8	41	5	35
Zona da Borborema Oriental	10.530	258.627	9.999	37.798	554	2.918	87	14.025	7	50	3	24
Zona da Borborema Central	13.975	827.725	1.355	65.289	53	2.123	71	20.149	55	1.795	3	57
Zona do Sertão Alto	7.443	131.106	947	15.897	10	244	69	2.497	34	406		
Zona do Sertão do Piranhas	14.739	1.012.798	1.854	115.863	128	4.660	157	26.714	35	1.562	6	266
Zona do Sertão do Oeste	10.113	412.154	2.148	71.806	104	7.342	144	6.806	130	3.379	7	200

Fonte: IBGE, Censo Agrícola de 1960

A luta pela extinção do cambão tornou-se central nas lutas das Ligas na Paraíba. Em uma das matérias do jornal *A Liga*, publicado por Francisco Julião, é possível identificar o processo de luta contra o cambão:

Santa Rita (Pba)

Camponeses da Fazenda Forte Velho Exigem o Fim do Cambão

João Pessoa (Do correspondente) — Os camponeses de Santa Rita têm uma assembléia marcada para os próximos dias. Vão discutir os problemas surgidos na Fazenda Forte Velho, onde predomina o cambão e a grilagem. 200 famílias dessa fazenda, muitas das quais morando em terras às margens da maré, e assim mesmo pagando ao suposto dono, já estiveram reunidos anteriormente, sob a orientação do companheiro Antônio Dantas, quando conseguiram, de início, que o cambão fosse reduzido de 3 para 2 dias. Isto é,

que ao invés de trabalhar 3 dias por semana, gratuitamente, fossem obrigados só a dois. [...] A opinião dominante no seio dos camponeses é de que devem se recusar a pagar o arrendamento das terras em dias gratuitos de trabalho. Consideram que já não podem viver sob este regime de exploração e esperam, com a união de todos, através da Liga de Santa Rita vencer esta luta. Reivindicam inicialmente que o pagamento do fôro seja feito em dinheiro e estão dispostos a rejeitar qualquer proposta pela manutenção do cambão ou do pagamento em espécie. Uma vez vencida esta reivindicação, os camponeses terão ótima oportunidade para fortalecer sua organização e partir para movimentos mais concretos em torno da Reforma Agrária Radical, na lei ou na marra, única fórmula definitiva de acabar com o sofrimento das massas camponesas do Brasil. (*A Liga*, 18/12/1962, p. 5)

Vencer o cambão era uma das questões primeiras do movimento neste momento, o que permitiria fortalecer as Ligas para mobilizar-se por vitórias maiores, como a Reforma Agrária Radical. O uso do termo “reforma agrária radical” não pode ser deslocada dos direcionamentos do Jornal *A Liga*, já que esse direcionamento de luta está ligado principalmente a Francisco Julião e não ganha tanto destaque nos direcionamentos do Partido Comunista, principalmente após o rompimento entre ambos. É perceptível que as vitórias são graduais: primeiro foi reduzido de 3 para 2 os dias de trabalho gratuito, agora a luta parte para outras conquistas, tanto para que o pagamento do foro seja feito em dinheiro e em seguida ganha força a rejeição das propostas de manutenção do cambão. Assim, os trabalhadores viam nas Ligas e na unidade o meio para a conquista daquilo que consideravam justos, planejando e direcionando os caminhos de luta e das conquistas que deveriam ser estrategicamente obtidas.

Com a multiplicidade de formas de trabalho e relação com a terra, o movimento ampliou-se nas reivindicações de acordo com as necessidades dos seus associados. Isso implica dizer que os trabalhadores do campo não eram um grupo homogêneo, mas diverso:

Contudo, ainda que “extinção do cambão” tenha se tornado uma palavra de ordem geral, as Ligas, em seu cotidiano, também encaminhavam questões específicas concernentes às diferentes categorias de trabalhadores que a elas se associavam. Para os *foreiros* e *rendeiros*, tratava-se de garantir não só o salário mas, também, a terra para o “roçado de subsistência”. Nos jornais e documentos da época, aparecem ainda outras diversas situações de trabalhadores que desejam se fazer representar pelas Ligas, como por exemplo: *colonos* que “tomam conta” de uma fazenda de propriedade de Estado da Paraíba, *posseiros* que pedem reintegração de posse na Justiça, trabalhadores “sem terra” que disputam terras devolutas ou inexploradas, *trabalhadores residentes em núcleos urbanos* que derrubam mata para o plantio em terras da Companhia de Tecidos Paulista. (NOVAES, 1997, p. 45)

A Liga se tornou um instrumento de luta e isso não se resumiu a uma única categoria de trabalhadores. Ou seja, buscava atender as necessidades dos foreiros, rendeiros, colonos e outras

categorias com relações de trabalho específicas. Em uma notícia no jornal *A Liga* é possível perceber o desenvolvimento de alguns embates que encontraram nas Ligas Camponesas seu meio de resolução:

Contrato de Arrendamento só Favorece ao Fazendeiro

CAMPINA GRANDE (de Ofélia Amorim, da Sucursal) — No interior paraibano, a lei do latifúndio é "escreveu não leu, o pau comeu". Nestes termos o camponês arrenda a terra, sendo forçado a preencher um humilhante contrato em que todas as garantias são oferecidas a dono de terra e nenhuma ao arrendatário. [...] ESCRAVO DA TERRA - Não é necessário aprofundar-se na análise do contrato para concluir que se trate de um verdadeiro instrumento de escravização do homem à terra e ao latifúndio. Quem tem alguma noção elementar de agricultura haverá de convir que, em apenas um ano, um camponês nada poderá fazer além de uma magra colheita de feijão, milho e batata, cereais que oferecem, no campo, baixo lucro ao plantador. Difícilmente, dentro da área arrendada (5 quadros) e nas condições econômicas do camponês, descontado o que tem que pagar pela terra arrendada, ele poderá obter o produto líquido do necessário para sobreviver durante o ano. [...] A LIGA - Em tais circunstâncias, o camponês individualmente não pode recorrer a ninguém. Tem que unir-se com os seus companheiros que sofrem o mesmo problema. E essa união se forja através da Liga Camponesa de Campina Grande, fundada no início deste ano e que já congrega grande número de associados. (*A Liga*, 18/12/1962, p. 3)

Frente a tantas injustiças o trabalhador rural unia-se “com os seus companheiros que sofrem o mesmo problema” e encontrava nas Ligas Camponesas o meio de lutar pelos seus direitos. Individualmente esses trabalhadores sentiam-se desamparados; unidos, “ligados” uns aos outros em ação coletiva coordenada, sentiam-se encorajados para resistir com mais força. Como já mencionamos, é a união coletiva das múltiplas e individuais experiências de exploração e opressão que constrói um processo de luta organizada. Essa luta não surge do nada, mas parte, sobretudo, das dificuldades impostas a direitos mais vitais do trabalhador: como ter como plantar, colher e, portanto, se alimentar. Sobreviver. Fundar e/ou participar de uma Liga significava dar voz às suas reivindicações. Ainda no jornal *A Liga* é possível perceber outras demandas dos trabalhadores paraibanos:

60 MIL CAMPONESES PARAIBANOS PRONTOS PARA ENTRAR EM GREVE - JOÃO PESSOA (Da Sucursal) — Poderão entrar em greve a qualquer momento 60 mil camponeses paraibanos que têm várias reivindicações, inclusive 80 por cento de aumento, na base do pleiteado em Pernambuco, e pagamento do 13º mês, além da extensão dos benefícios da previdência aos trabalhadores do campo. As lideranças camponesas, representadas pelos dirigentes dos Sindicatos e Ligas, continuam nas articulações para a deflagração do movimento. (*A Liga*, 27/11/1962, p. 5)

Aumento salarial, pagamento do 13º mês e extensão dos benefícios da previdência aos trabalhadores do campo também foram reivindicações dos camponeses na Paraíba. Mais do que isso, essa notícia também demonstra as alternativas de ação desenvolvidas pelas Ligas: a greve. Mesmo que possa não ter sido deflagrada, a greve se colocou como alternativa aos trabalhadores organizados, dentre tantas outras.

A Liga de Sapé foi um centro irradiador do movimento na Paraíba, chegando a atingir 40 mil sócios em todo o estado. Só em Sapé o número de sócios chegou a 13 mil, tornando-se a maior Liga do país, seguida da Liga de Mamanguape, também na Paraíba, com 10 mil membros. Segundo Aued (1981, p. 26),

Alhandra, Fazenda Miriri, Araçagi, Alagoinha, Bananeiras, Cuitegi, Santa Rita, Alagoa Grande, Mari, Guarabira, Mulungu, Campina Grande, Belém, Pedras de Fogo, Oitizeiro, Itapororoca, Várzea Nova, Itabaiana, todas estas cidades e fazendas da Paraíba tiveram a sua Liga, além de Mamanguape e Sapé.

Já Targino, Moreira e Menezes (2011, p. 95) afirmam que as Ligas estiveram presentes nos municípios de “Alhandra, Areia, Mamanguape, Rio Tinto, Guarabira, Mari, Itabaiana, Alagoa Grande, Oitizeiro, Espírito Santo, Mulungu, Alagoinha, Belém, Caiçara, Pedras de Fogo, Campina Grande e Santa Rita [...]”. Apesar da incongruência entre alguns municípios listados pelos autores mencionados, o que de fato é importante notar é a expansão das Ligas pelas atuais Mesorregião da Mata e do Agreste paraibano onde predominava a produção açucareira.

A disseminação das Ligas trouxe para si alguns opositores, dentre eles os grandes proprietários de terra. Mas não somente. O imaginário anticomunista já existente no país na década de 1960 fazia com que as Ligas Camponesas fossem, para alguns, sinônimo de comunismo. É o que nos mostra o jornal *Diário da Borborema*, em uma notícia a respeito das Ligas Camponesas por parte do ministro da Marinha Ângelo Nolasco de Almeida:

<< Devemos olhar com cuidado as Ligas Camponesas: >> Min.  
Organizações tendenciosas para implantar programação comunista no País  
Salvador, 28 (M) - O ministro da Marinha declarou que, “devemos olhar com bastante cuidado as Ligas Camponesas. Pela própria denominação as ligas são organizações positivamente tendenciosas para a implantação da programação comunista no país”. Disse: “as forças armadas têm aversão a doutrina marxista. E, nós, como chefes dessas forças, fazemos todo o possível para evitar qualquer propaganda nesse sentido”. (*Diário da Borborema*, 28/05/1962, p. 1)

Apesar do apoio do PCB às Ligas Camponesas, não se tratava de uma organização propriamente comunista, menos ainda revolucionária, adepta da luta armada para uma revolução imediata.<sup>43</sup> Sua agenda aglutinadora era reformista, dizia respeito à extensão de direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais e à reforma agrária baseada em pequenas propriedades familiares. O discurso de combatividade às Ligas Camponesas como sinônimo do comunismo foi fortemente utilizado e veiculado pelo país por seus detratores. Não só por autoridades, como o Ministro da Marinha, mas por diversos setores da sociedade, incluindo a Igreja Católica. E não podemos esquecer a força do anticomunismo na década de 1960, que, junto a outras questões, proporcionou o golpe civil-militar de 1964. Porém, mesmo com opositores, as Ligas na Paraíba também tiveram apoiadores na sociedade, entre eles parlamentares, estudantes, grupos de esquerda, parte da imprensa, como a Associação Paraibana de Imprensa (API), e da Campanha de Educação Popular (CEPLAR).

A CEPLAR teve importante papel para as Ligas Camponesas no que tange à alfabetização de adultos. A criação da CEPLAR<sup>44</sup> se desenvolveu por meio do governo estadual em parceria com setores progressistas da Igreja Católica, como demonstra Benevides (1985, p. 111-112):

Criou-se, em João Pessoa, a Ceplar, entidade de caráter privado, implementada pelo governo estadual, com a participação de alguns Padres da Arquidiocese da Paraíba para desenvolver atividades de alfabetização de adultos na capital e em cidades do interior como Campina Grande, Sapé e Santa Rita.

Esta entidade orientava-se pelas teorias pedagógicas de Paulo Freire e teve, como já mencionado, importante papel na alfabetização dos adultos. E torna-se importante ao pensarmos, primeiro, que grande parte da população paraibana estava concentrada no mundo rural (em 1960, 65,1% população vivia em áreas rurais e 34,9% em áreas urbanas) e, em segundo lugar, que mais de 75% da população rural na década de 1960 era analfabeta. O

---

<sup>43</sup> É importante mencionar que mesmo não sendo hegemônico, alguns setores das Ligas Camponesas ligados a Francisco Julião, tentaram organizar um campo de treinamento para a luta armada com apoio de Cuba no estado de Goiás. Ver: RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970” In FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Revolução e democracia** (1964 ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil, Vol. 3), pp.23-51

<sup>44</sup> A autora Monique Cittadino (1998, p. 129) compreende a formação da CEPLAR como exemplo da prática populista, segundo ela: “A CEPLAR, na Paraíba, pode ser vista como um dos mais elaborados exemplos da prática populista que, se por um lado é a responsável pela manipulação da classe trabalhadora, por outro, desempenha um papel fundamental na politização dessas massas”. Sobre a CEPLAR ver também: PORTO, Maria das Dores Paiva de Oliveira.; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **CEPLAR. História de um Sonho Coletivo**. João Pessoa: Secretária de Educação e Cultura, 1994.

processo de alfabetização – o saber ler e escrever – permitia um certo tipo de emancipação social, sobretudo no processo de mobilização pela reivindicação de direitos.

Ao espalharem-se pelo estado da Paraíba, avolumando-se em adeptos e também apoiadores externos ao movimento, tornou-se necessário fundar um órgão que integrasse todas as Ligas do Estado:

Em virtude do crescente número de Ligas Camponesas, tornava-se necessária a constituição de um órgão que as congregasse, com a finalidade de representá-las, unificando e fortalecendo o movimento. No dia 25 de novembro de 1961, em congresso realizado no Teatro Santa Rosa, em João Pessoa, foi criada a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, conhecida como Federação das Ligas Camponesas da Paraíba. A solenidade contou com a participação de 18 (dezoito) Ligas existentes no Estado. Na ocasião, foi eleita sua primeira e única diretoria. O golpe de 1964 fez encerrar suas atividades. A diretoria foi assim constituída: Presidente, Francisco de Assis Lemos; Vice-presidente, João Pedro Teixeira; 1º Secretário, Antônio Dantas; Tesoureiro, Leonardo Leal. (Souza, 1996, p. 58)

Com o fortalecimento do movimento, algumas conquistas foram realizadas. Em Sapé, por meio de sua Liga Camponesa, foram conquistados um posto do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU), uma agência do Banco do Brasil, um posto do Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS), uma Unidade Médica Hospitalar, máquinas agrícolas, sementes, adubos, inseticidas e um posto dos Correios e Telégrafos para um dos seus distritos.

O surgimento das Ligas na Paraíba se desenvolveu coincidentemente com a ascensão de Pedro Gondim ao governo do estado em 1958, que atuou de forma ambígua em relação às Ligas Camponesas. Porém o ano de 1962 é emblemático na Paraíba, onde se vê o crescimento das mobilizações e também do agravamento dos conflitos entre trabalhadores rurais e latifundiários com a morte do líder das Ligas Camponesas:

Diante desse crescimento da mobilização camponesa, Gondim manteve uma posição de tolerância e compreensão sem chegar, entretanto, ao franco estímulo ou apoio às ações mais inflamadas. Seus pronunciamentos a respeito da questão agrária no Nordeste revelam claramente um aspecto de identificação com as reivindicações dos trabalhadores rurais, por ele consideradas legítimas, e de condenação da estrutura agrária então vigente. (CITTADINO, 1998, p. 115)

Num primeiro momento, é possível observar uma maior tolerância por parte do governo no que diz respeito à ação das Ligas Camponesas. Havia uma certa identificação com as reivindicações desses trabalhadores. A própria construção da figura de Pedro Gondim se

estabelece por meio dessa relação de proximidades com a classe trabalhadora, sendo visível em uma de suas falas noticiadas pelo jornal *Diário da Borborema* da seguinte forma:

#### LIGAS CAMPONESAS

Terminando sua palestra, disse o governador, que na Paraíba mais de 14 mil lavradores e trabalhadores rurais já buscaram a incipiente organização das Ligas Camponesas como forma associativa de defesa de seus interesses. E essas sociedades não se transformaram em foco de agitação subversiva, porque a política do governo tem sido, até agora, a de admiti-las dentro de uma filosofia realista e nas limitações permitidas pelo grau de maturidade social e política.

Frisando que o rendimento da agricultura canavieira na Paraíba é de 45 toneladas por hectares, enquanto São Paulo atinge 60 toneladas, explicou o governador que na zona rural de seu Estado trabalhadores são espoliados, ganhando 100 cruzeiros diários, insuficiente para o sustento seu e dos familiares. (*Diário da Borborema*, 27/01/1962, p. 3)

Existia um reconhecimento da legitimidade do movimento baseada na admissão do Estado. Admite-se também nesta notícia a situação degradante vivida pelos trabalhadores rurais paraibanos. Porém, durante seu governo, Pedro Gondim tentou driblar as demandas que se desenvolveram em relação ao campo. Se de um lado haviam os trabalhadores, de outro, os grandes proprietários de terra. Seu governo populista<sup>45</sup> foi montado na tentativa de atender demandas das duas classes. Desta forma, a atuação do governador frente às questões agrárias buscou se colocar acima dos conflitos, como interlocutor, mediador, conciliador. É certo que próximo ao golpe militar esse posicionamento não se mantém, uma vez que Pedro Gondim optou pelo lado da elite agrária:

Com a posse do segundo Governo de Pedro Gondim, em 1960, a questão política do campesinato paraibano atingiu o ponto máximo de confrontação com o Grupo da Várzea. Iniciava-se etapa fundamental no país para o reposicionamento das diferentes forças sociais que compunham o debate político da época, em torno das reformas de base esboçadas no plano trienal do Governo de João Goulart. Na Paraíba, a questão agrária partia na dianteira da competição que se desdobrou em freqüentes banhos de sangue envolvendo, de um lado, o campesinato e, do outro, as milícias particulares dos grandes proprietários rurais. Rompeu-se a "paz agrária" mantida até então pela violência dissimulada dos senhores de terra e pela exclusão política e social dos camponeses. (BENEVIDES, 1985, p. 118)

---

<sup>45</sup> A respeito do conceito de populismo e dos embates historiográficos que o envolvem ver FERREIRA, Jorge. (Org.) **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; DEMIER, Felipe Abranches. "Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo". **Mundos do Trabalho**, v. 8, p. 00, 2012; e MELO, Demian Bezerra de. (Org.) **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

No início da década de 1960, aprofundaram-se os conflitos no campo. Mas, antes de tratarmos dos conflitos ocorridos no estado, vale a pena frisar a criação por parte dos grandes proprietários de terra, em contraposição à organização dos trabalhadores rurais nas Ligas Camponesas, a fundação da Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba (APREP). Antes de sua fundação, um dos jornais de grande circulação no estado da Paraíba já noticiava a reação dos grandes proprietários de terra frente aos movimentos desenvolvidos pelos trabalhadores rurais:

PROPRIETÁRIO RURAIS DA PARAÍBA - MANIFESTO

Os proprietários rurais da Paraíba, signatários do presente documento, impressionados com o perigo iminente que ameaça a vida social do País, notadamente, no Nordeste, onde se prepara, abertamente, a subversão da ordem e se perdura, afrontosamente, uma revolução comunista, a pretexto de redimir o proletariado camponês de injustiças pluri seculares, vêm a público concitar a numerosa classe espraçada por todas as regiões do Estado para uma histórica tomada de posição e definição clara de atitude.

(Este manifesto foi apreciado, discutido, aprovado e assinado pelos proprietários rurais da Paraíba, reunidos em Assembléia Geral preparatória para a organização de uma futura associação de classe, a qual contou com numerosos comparecimentos das figuras mais destacadas da agropecuária paraibana). (*Diário da Borborema*, 17/04/1962, p. 1)

A notícia nos parece uma justificativa para a formação de uma associação dos próprios latifundiários. Os termos como “perigo iminente”, “subversão da ordem” e “revolução comunista” buscam não apenas deslegitimar o movimento camponês, como também criar uma sensação de medo para justificar a associação dos proprietários e suas futuras ações. Esse “medo” não foi apenas assimilado pelos grandes proprietários de terra e a opinião pública, mas também por muitos trabalhadores rurais. Neste ambiente de medo, o latifúndio poderia e deveria agir contra esse “mal”. Assim, “a reação dos proprietários que, no início, se dava informalmente, passou a ser formalmente articulada com a fundação da Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba, em 26 de abril de 1962” (TARGINO; MOREIRA; MENEZES, 2011, p. 107). A associação ficou conhecida como LILA - Liga dos Latifundiários. Dentre os participantes, estavam Aguinaldo Veloso Borges, César Cartaxo e Eitel Santiago. A associação buscava não apenas a representação e defesa da classe, mas também a elaboração de soluções para suas reivindicações, que se expressavam como as dos verdadeiros trabalhadores rurais.

Os grandes proprietários de terra, também conhecidos como o Grupo da Várzea, agiam em represália aos trabalhadores rurais que se associavam as Ligas Camponesas desde os primeiros meses de criação dessas organizações. Segundo Targino, Moreira e Menezes (2011, p. 107),



Inicialmente a reação dos proprietários de terra ao movimento camponês expressava-se pela proibição aos seus moradores, foreiros, parceiros de não se filiarem às ligas. Como essa pressão não surtiu o efeito esperado, ao descobrirem que os moradores tinham a carteira das ligas, os proprietários passaram a destruir os roçados, a expulsá-los das propriedades e a derrubar as suas casas.

Os atos de violência<sup>46</sup> sempre foram comuns no meio rural por parte dos proprietários, e com o surgimento e desenvolvimento das Ligas essas violências se ampliaram. Os capangas eram responsáveis pelos atos de violência. Tornaram-se os braços fortes dos Usineiros e Donos de Engenho. A luta desempenhada pelas Ligas também buscava o fim das crueldades desempenhadas pelos capangas nas propriedades:

A crueldade dos proprietários rurais era executada por seus fiéis serviçais, que via de regra tinham um histórico manchado de sangue. Nessa região, para a vaga de administrador ou capanga, os proprietários rurais procuravam por policiais, assim, recorriam aos chefes de polícia e solicitavam um bom empregado para o serviço, ou seja, os administradores das fazendas geralmente eram antigos policiais e sargentos, homens capazes de fazer de tudo. (SANTOS, 2017, p. 52)

Sabendo-se disso, não é surpreendente avaliar os variados conflitos e derramamentos de sangue ocorridos no estado. De fato, os capangas eram capazes de fazer de tudo. Segundo Aued (1981, p. 51), a atuação dos latifundiários seguia:

a) prisão de lideranças, intimação para que elas fossem ao Quartel de Polícia prestar esclarecimentos; b) criação de destacamentos e Quartel de Polícia nas sedes dos municípios cuja mobilização era mais intensa; c) formação e utilização do serviço de "polícia particular" — a capangagem — em quase todas as usinas e fazendas; d) assassinatos de líderes.

Intimidação, vigilância, violência, assassinados. Esses foram os mecanismos de atuação do bloco dos proprietários fundiários, traduzido nas famílias Veloso Borges, Ribeiro Coutinho e Lundgren, na tentativa de suprimir os movimentos das Ligas Camponesas na Paraíba.

Neste contexto, a primeira vítima dos latifundiários no estado da Paraíba foi a liderança camponesa Alfredo Nascimento, na fazenda Miriri. Francisco Souza (1996, p. 47) aponta a

---

<sup>46</sup> Além do cambão, do barracão, da impossibilidade dos trabalhadores plantar frutas ou ter seus sítios nas Usinas que cercava as casas dos moradores de cana, havia também o cobocó, que, segundo Francisco Souza (1996, p. 24-25), “era uma forma desumana de punição utilizada em algumas Usinas da Paraíba. Quando o trabalhador cometia alguma ‘falta considerada grave’, reclamava das condições de trabalho ou tinha votado, nas eleições, contra os candidatos dos usineiros, por exemplo, era colocado num tanque escuro, com água até a altura da boca. A vítima ficava longo tempo naquela situação, misturando urina e fezes na água, até que, na eminência de afogamento, resolviam retirá-lo. Muitos morreram no cobocó”.

ocorrência deste acontecimento em 14 de março de 1961. O conflito nesta fazenda se deu a partir da ameaça de Manoel Pereira da Silva, Sargento da polícia, conhecido como “Peito de Aço”, que havia sido contratado como “administrador” da fazenda por Pedro Ramos Coutinho, o proprietário. O administrador avisou a Alfredo Nascimento que no dia 14 de março iria expulsar todos aqueles que fossem associados às Ligas Camponesas. O pedido de garantias ao Estado não foi suficiente para impedir a tragédia. Na data marcada da expulsão, morreram Alfredo Nascimento, atingido por balas de fuzil, e também “Peito de Aço”, com golpes de enxada, faca e foice efetuados pelos camponeses que se revoltaram com o assassinato de seu companheiro.

A segunda morte foi a do líder da Liga de Sapé, João Pedro Teixeira, em 2 de abril de 1962, ao voltar de João Pessoa, onde havia ido participar de uma reunião e também comprar cadernos e livros para seus filhos. Na estrada Sapé-Café do Vento, três homens armados de fuzis, respectivamente Cabo Antônio Alexandre da Silva, soldado Francisco Pedro da Silva e o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra, assassinaram João Pedro Teixeira, que foi atingido por cinco balas.

A morte de João Pedro Teixeira é atribuída a Aguinaldo Veloso Borges como mandante da emboscada, conforme denunciado por um dos executores durante a investigação do crime. Instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e condenados os devidos responsáveis, Aguinaldo Veloso Borges se livrou da prisão por meio de uma manobra parlamentar que lhe permitiu assumir o mandato de deputado estadual através da 6º suplência, exatamente no dia em que fora decretada a prisão dos responsáveis pela morte de João Pedro Teixeira:

A manobra das licenças se deu assim: o deputado Wilson Braga encontrava-se licenciado; o 1º suplente, Antônio Nominando Diniz estava também de licença, ocupando a Secretaria de Educação; o 2º suplente, Flaviano Ribeiro Coutinho, encontrava-se no exercício do mandato, mas “adoeceu” e pediu licença, naquela tarde, para “tratamento de saúde”; o 3º suplente Carlos Pessoa Filho, ocupava a Secretaria de Agricultura, portanto, licenciado, também, e, finalmente, o deputado Clóvis Bezerra foi acometido de uma doença até então desconhecida, “salvação de criminosos”, e pediu licença também. Menos de uma hora, após a abertura dos trabalhos daquela “casa do povo”, Aguinaldo Veloso Borges, adquiriu a “salvadora” imunidade parlamentar. (SOUZA, 1996, p. 88)

Numa grande coincidência, todos os suplentes anteriores a Aguinaldo Veloso Borges não puderam assumir seus respectivos mandatos, sobrando a vaga parlamentar apenas para o acusado da morte de João Pedro, o 6º suplente, exatamente no dia em que fora decretada sua prisão, o que lhe garantiu imunidade para o julgamento. Se a intenção de matar João Pedro foi

dissipar o movimento desenvolvido pelas Ligas Camponesas, o que ocorreu, na realidade, foi o contrário. Elizabeth Teixeira, esposa do líder camponês assassinado, assumiu a liderança do movimento, imprimindo uma posição ainda mais combativa, considerando o acirramento das tensões provocadas pelo homicídio de seu companheiro e sua aproximação com o grupo de Francisco Julião.

A morte de João Pedro foi fortemente veiculada nacionalmente e internacionalmente. No estado da Paraíba, segundo Alves (2014, p. 69), “a posição de Pedro Gondim sobre a morte de João Pedro Teixeira foi insatisfatória como insatisfatório era seu governo, de caráter populista, para solucionar os embates entre camponeses e latifundiários”. O Estado, que se colocava como imparcial, pouco fez de concreto. Com o golpe civil-militar, os presos pelo crime foram soltos e o mandante nunca respondeu pelo seu ato.

Próxima a Sapé, em 15 de janeiro de 1964 ocorreu a tragédia de Mari, como ficou conhecido este sangrento episódio. No período que ocorreu a tragédia, a Liga de Mari havia se transformado em um sindicato rural, tendo como presidente Antônio Galdino, o mesmo que presidia o movimento das Ligas no município. “Dentre as iniciativas desse movimento camponês, estavam os mutirões, os quais reuniam dezenas de homens para o plantio em áreas em pousio, cedidas pelos proprietários rurais” (SANTOS, 2017, p. 84). Os mutirões precisavam de trabalhadores, e os líderes camponeses passavam de fazenda em fazenda na busca desses trabalhadores. Nessas fazendas, os líderes camponeses encontravam resistência dos capangas, que frequentemente, agiam com violência.

Neste processo, os trabalhadores rurais conseguiram concessão para trabalhar nas terras da Fazenda Olho D'Água, do proprietário Manoel de Paula Magalhães, conhecido como Nezinho de Paula. Segundo Souza (1996, p. 172), o proprietário havia imposto apenas uma condição: “que não semeassem culturas de médio ou longo prazo, para não atrasar o cultivo do fumo, que era a atividade principal da fazenda”. Na tentativa de convidar os moradores para participar do mutirão e acertar concessões de terra, numa visita à Fazenda Santo Antônio, da proprietária D. Anunciada Ribeiro Coutinho, esposa de Renato Ribeiro Coutinho, alguns trabalhadores foram impedidos e ameaçados pelo capanga/administrador da fazenda. “Na ocasião, depararam-se com o administrador da Fazenda, Arlindo Nunes da Silva, que portava um revólver Smith e Wesson-Calibre 45 (revólver do Exército Brasileiro), e com Severino Carlos (capitão de campo da Fazenda Sto. Antônio)” (SANTOS, 2017, p. 87). Após uma discussão generalizada, os camponeses tomaram a arma de Arlindo e seguiram para a Fazenda Olho D'Água, onde realizariam o mutirão, em busca do presidente do sindicato, Antonio

Galdino, para deixar o revólver em sua posse. Naquele momento, o presidente do sindicato encontrava-se trabalhando junto a outros camponeses:

No local do mutirão (Fazenda Olho D'Água), por volta das 10:00h, às margens da PB-073, se encontravam centenas de camponeses, dentre eles Carioca, plantando pacificamente, quando foram surpreendidos com a chegada de três veículos, dois jipes e uma caminhonete que conduziam uma comitiva armada, composta por 11 pessoas, dentre as quais estavam funcionários do usineiro Renato Ribeiro Coutinho e policiais militares. (SANTOS, 2017, p. 89)

Os latifundiários rapidamente se mobilizaram para recuperar a arma, acionando o governo do Estado. Porém a comunicação com o governador não impediu a ida da comitiva armada. Ao chegarem lá, os capangas e funcionários do usineiro Renato Ribeiro Coutinho pediram a arma de volta, sendo atendidos:

Quando tudo parecia solucionado, alguém do grupo da usina resolveu colocar um chocalho no pescoço de Antonio Galdino. Os camponeses protestaram. Um elemento, do grupo da Usina, atirou. A bala atingiu o coração do Presidente do Sindicato, matando-o na hora. A luta generalizou-se com a reação dos camponeses, que, com suas enxadas e foices, se defenderam da agressão. No final, estavam onze pessoas mortas: Antonio Galdino e três camponeses, e do lado do grupo agressor, Fernando Gouveia e mais seis. (SOUZA, 1996, p. 172-173)

A tragédia de Mari é um dos últimos lamentáveis acontecimentos envolvendo o latifúndio e os trabalhadores rurais antes do golpe civil-militar de 1964. Anterior ao golpe, diversos outros conflitos envolvendo trabalhadores e os grandes proprietários de terra, como destruição de roçado, expulsão, destruição de moradias, despejo e agressões físicas ocorreram na Paraíba. O jornal *A Liga* noticiou alguns desses acontecimentos. O primeiro deles é a tentativa de atentado a vida da viúva de João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira:

Paraíba: Latifundiários querem a língua de Elizabeth Teixeira  
 SAPÉ (Sucursal) — Uma viúva, estatura estimada em um metro e 60 centímetros, foi abordada por dois indivíduos armados, numa esquina próxima ao Café do Vento, nesta cidade. Anunciaram em ásperas palavras: — Vomo cortá tua língua, agitadora da peste! A pobre viúva não se conteve. Caiu em prantos. Seus algozes, entretanto, não chegaram a consumir a ameaça. Haviam cometido um equívoco. Quando se deram conta, só tiveram tempo para correr e tomar um jipe, sem placa traseira, para que os populares que se acercavam não identificassem, através do veículo, o mandante do atentado. EQUÍVOCO - Qual teria sido o equívoco cometido pelos capangas? A viúva que procuravam, que deveria ser vítima da agressão para que foram pagos, era Elizabeth Teixeira, e não a que abordaram, presumindo ser esta. Perceberem o equívoco pelo desespero que dominou a viúva. Elizabeth, normalmente, reagiria — disso estavam advertidos. [...] CORTAR A LÍNGUA - A ordem é

cortar a língua de Elizabeth. Se resistir, matá-la. Ordem dos latifundiários impiedosos que não querem ouvir as chocantes denúncias da grande líder camponesa paraibana e que já estão tomados de desespero e de cólera. [...] Os latifundiários têm sido cruéis demais com a viúva-líder. Mataram seu marido, atiraram no seu filho de 10 anos, causaram o suicídio de sua filha mais velha e, nem por isso, ela esmoreceu. Por isso querem matá-la agora. Não sabem (porque não pensam) esses latifundiários que cada camponês assassinado representa fecunda semente, regada com o sangue que haverá de ser reparado um dia. (*A Liga*, 23/01/1963, p. 6)

A tentativa de calar as vozes dos camponeses, principalmente dos líderes, foi constante. Neste caso, com violência física e simbólica, buscaram cortar a língua de Elizabeth Teixeira, que deu continuidade à luta de seu marido. E como a própria notícia demonstra, perdeu não só o marido, mas a filha, que suicidou-se algum tempo depois da morte de João Pedro. Elizabeth não foi a única a sofrer com as ações dos grandes proprietários de terra. A ação dos grandes proprietários de terra na tentativa de minimizar a força das Ligas no Estado só demonstra a importância desse movimento para os trabalhadores rurais deste estado.

Mesmo diante da violência explícita as Ligas Camponesas na Paraíba permaneceram resistindo. A figura de Elizabeth Teixeira foi fundamental para a continuidade das lutas após a morte do seu marido João Pedro Teixeira. Porém é preciso atentar-se para as especificidades das Ligas paraibanas no que tange a sua composição heterogênea. É sabido que todo movimento não pode ser analisado como um bloco monolítico, mas, na Paraíba, as Ligas tiveram influência tanto da pessoa de Francisco Julião, do vizinho estado de Pernambuco, mais próximos à figura de Elizabeth Teixeira, como do Partido Comunista. Mas, em sua maioria, as Ligas paraibanas afastaram-se da influência de Julião, sendo comandadas pelo Comitê Estadual do Partido Comunista, na figura do deputado estadual Assis Lemos. Para além dessa heterogeneidade dentro do movimento na Paraíba, houve de forma muito particular um momento de cisão em âmbito nacional.

A cisão nas Ligas Camponesas ocorreu durante o Congresso de Belo Horizonte em 1961, quando o “grupo de Julião” comprometia-se com o slogan “Reforma agrária na lei ou na marra”. As experiências de Francisco Julião em outros países, como Cuba, afluíram o desejo de uma revolução, preparando seus adeptos para uma guerrilha. “Portanto, à medida em que os ‘Julianistas’ encaminharam o movimento para a radicalização, o PCB centrou grande parte de sua força na sindicalização rural” (AUED, 1981, p. 61). As diferenças de projeto de atuação do “grupo de Julião” e do Partido Comunista dividiu o movimento. Com o reconhecimento da sindicalização rural por parte do Estado, o Partido Comunista adentrou na corrida pela sindicalização rural:

O PCB passou a concentrar esforços no movimento de sindicalização rural na Paraíba, sobretudo após o rompimento ocorrido no Congresso de Belo Horizonte em 1961. Nesse período a perspectiva do PCB em transformar as Ligas sob sua direção em Sindicatos Rurais, passou a ser a principal meta. Nesse período, além da Federação das Ligas, registrou-se a existência de outra Federação de Trabalhadores Autônomos, congregando as Uniões de Trabalhadores Agrícolas de caráter Municipal, com a perspectiva de vir a se transformar em Sindicato. (BARBOSA, 1985, p. 106)

Num panorama de reconhecimento dos sindicatos como a organização que “de fato representaria os trabalhadores” frente ao Estado Brasileiro, o PCB buscou fundar seus sindicatos, reforçando a sua legalidade. A área de influência do PCB no estado da Paraíba foi o Litoral Paraibano, atual Zona da Mata Paraibana, enquanto o Brejo teve o predomínio da Igreja Católica no que tange à sindicalização rural. Esse processo de disputa pela sindicalização e organização dos trabalhadores rurais, principalmente por parte da Igreja Católica, será analisado com maior ênfase no próximo capítulo. Veremos agora, a construção do discurso anticomunista especificamente em oposição às Ligas Camponesas na década de 1960 no principal jornal católico do estado, *A Imprensa*.

### **3.3 Anticomunismo e combate às Ligas Camponesas nas páginas do jornal *A Imprensa***

O jornal *A Imprensa* foi fundado pelo primeiro bispo e arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, no dia 27 de maio de 1897. Como um periódico produzido pela Igreja Católica, buscava difundir os preceitos cristãos e se aproximar do seu rebanho. Até o encerramento de suas atividades, em 1968, *A Imprensa* fechou duas vezes: a primeira por falta de recursos em 1903, voltando em 1912, e a segunda por questões políticas em 1942, voltando em 1946. Porém, mesmo nesses períodos em que ficou sem seu jornal próprio, a Igreja mantinha seu diálogo com a sociedade por meio de outros periódicos. Não houve apenas oscilações no que diz respeito ao funcionamento do jornal, sua sede também passou por várias mudanças, percorrendo diversas ruas da capital e, por último, localizando-se na antiga sede da Confederação Católica, prédio ainda existente na praça Dom Adauto, em João Pessoa.

*A Imprensa* era produzido na capital paraibana, porém sua circulação era mais ampla, como demonstra o próprio jornal, em nota intitulada *Cidades atingidas pela “A imprensa”*, na qual se observa o alcance do jornal por grande parte do estado da Paraíba:

Capital (João Pessoa), Tambaú, Bayeux, Solânea, Bananeiras, Borborema, Serraria, Pilões, Maia, Sapé, Campina Grande, Cajazeiras, Itabaiana, Patos, Areia, Recife, Alagoinha, Pirpirituba, Esperança, Guarabira, Remígio, Gurinhem, Baía da Traição, Mamanguape, Mogeiro, Serra da Raiz, Pilar, Barra de Santa Rosa, Santa Luzia, Sumé, Rio Tinto, Araruna, Jacarau, Mogeiro, Alagoa Grande, STA. Luzia, Pombal, Rio de Janeiro, Malta, Piancó e Santa Rita. (*A Imprensa*, 27 de maio de 1960, p. 7)<sup>47</sup>

Durante sua trajetória, *A Imprensa* se manteve atenta aos problemas enfrentados pela Igreja no mundo moderno. A década de 1960, como vimos anteriormente, foi um período de efervescência no campo paraibano, onde ocorreram diversos conflitos envolvendo grandes proprietários de terra e trabalhadores rurais. A Igreja Católica, por sua vez, manteve-se alinhada ao grupo político dominante. É importante lembrar que durante a década de 1960, na Paraíba, esteve no governo Pedro Gondim (1961-1966), que, por mais que buscasse apoio nas classes populares, manteve-se ligado aos grandes produtores rurais, sintetizados no Grupo da Várzea. Foi este grupo que a Igreja Católica, enquanto aparelho privado de hegemonia, ajudou a manter-se politicamente hegemônico na Paraíba. Porém esta contribuição nunca a impediu de ter seu próprio projeto de sociedade; pelo contrário, ela buscou aliar-se a projetos que permitiam sua existência enquanto instituição de poder.

Por ser um aparelho privado de hegemonia e parte do seu corpo eclesial se constituir como intelectuais orgânicos às classes dominantes, a Igreja Católica veiculava representações religiosas, visões de mundo que deveriam ser introduzidas na sociedade. Desta forma, por meio do jornal *A Imprensa* é possível apreender esses direcionamentos, assim como os ideais e valores propagados que deveriam ser incorporados à consciência dos diversos setores sociais, contribuindo tanto para o afastamento dos movimentos sociais de cunho revolucionários, como para a manutenção do *status quo*. A partir de agora, nos ateremos aos principais direcionamentos do jornal católico paraibano no início da década de 1960: Comunismo e Ligas Camponesas.

Pensar o anticomunismo no jornal *A Imprensa* requer um trabalho específico, pois desde sua fundação trata o comunismo como um inimigo a ser combatido. Durante a década de 1960, diariamente o periódico trazia em suas colunas notícias que tratavam do comunismo, sempre indicando suas “armadilhas” e “perigos”. Nesta década o mundo vivia a tensão da Guerra Fria, que tornava ainda mais presente o medo do comunismo, fortalecido ainda mais no Brasil após

---

<sup>47</sup> Optamos neste trabalho pela transcrição *ipsis litteris* das fontes primárias analisadas ao longo do texto, assim como mantivemos a ortografia original dos trechos da bibliografia especializada reproduzidos aqui.

a Revolução Cubana em 1959. Desta forma, o jornal dedicou-se a tratar dos regimes instaurados em Cuba, na URSS e, em menor evidência, em outros países socialistas.

O medo que o Brasil se tornasse um país comunista se manifestava nas expressões de medo da própria Igreja em perder sua centralidade político-social. Assim, a associação entre o comunismo e o ateísmo era reforçada. Uma revolução comunista era sinônimo do império dos “sem Deus” e da falta de liberdade para expressar sua fé:

Um mundo em ruína  
 Porém, mais que tudo, mais do que a heresia do protestantismo, a praga do espiritismo e baixo, da maçonaria, o comunismo, com rios de lágrimas e de sangue, preparou um enorme império sem Deus, contra Deus! E ameaça com seus sustentáculos o mundo. Terrível atentado à liberdade dos homens. Tremendo desafio à nossa capacidade de cristãos. (*A Imprensa*, 05/06/1960, p. 7)

A associação de desprezo à religião e à própria figura da divindade não está ligada apenas ao comunismo enquanto ideal, mas personificava-se nos indivíduos adeptos ao movimento, como demonstra uma das notícias do jornal:

Maldades: Às fraudes associam os comunistas as suas diabólicas maldades. Todo comunista, por força da doutrina que abraçou e professa, será sempre uma criatura revoltada contra tudo o que nesta terra respira paz, ordem, harmonia e prosperidade cristã. Acabará por formar-se um coração de pedra endurecido pelo ódio a Deus, que ele nega com os lábios e confessa nas ações. (Senão, porque combater a Deus?... ) E dêsse coração assim possuído por Satanás, brotam tôdas essas blasfêmias, zombarias, insultos contra Deus e seus Santos, esses maltratados, perseguições, prisões, mortes etc... contra os cristãos. (*A Imprensa*, 03/07/1960, p. 2)

O jornal apropriou-se de expressões e símbolos religiosos para reforçar as ditas características desses indivíduos subversivos, como “suas diabólicas maldades” e “dêsse coração assim possuído por Satanás”. Por estas associações retóricas, pretendia-se apresentar os comunistas como inimigos naturais dos cristãos, representados por inimigos bíblicos. A construção do anticomunismo católico neste periódico se solidifica na disputa entre o bem e o mal, pois, para seus editores e articulistas, os comunistas são criaturas revoltadas com o bem, a paz, a ordem e principalmente com Deus.

Outra característica reforçada no jornal sobre o comunismo é a falta de liberdade, que também se caracteriza pela falta de liberdade de culto que constantemente o jornal busca expor perseguições aos cristãos em países socialistas:



“Ora o Comunismo é a restrição à liberdade ou como dizem os seus filósofos a liberdade dirigida. Equivale dizer que o Comunismo é incompatível com a massa do nosso sangue, que nós somos e sempre seremos visceralmente anti-comunistas, porque queremos ser livres para dizer de público o que pensamos e o que sentimos contra quem quer que seja, mesmo que o chicote nos lanhe o couro. ‘Um dia é da caça, outro do caçador’. Queremos ser livres para mendigar na praça pública; para dormir ao relento, nas sarjetas; para esticar o pernil em qualquer recanto do mundo, à luz dêste bom sol de Deus...” (*A Imprensa*, 11/12/1960, p. 3)

A liberdade ganha centralidade no discurso anticomunista do jornal católico. E essa liberdade pelo qual o jornal preza é aquela forjada no capitalismo, o que implica dizer que essa liberdade é mais importante do que a erradicação da pobreza, quando preferem admitir a existência da mendicância em praça pública ao invés da revolução comunista. O anticomunismo na Paraíba vai sendo moldado nas páginas deste jornal católico. Em alguns momentos é possível perceber algumas aproximações e reflexões menos combativas, mas, em sua grande maioria, as notícias que tratam do comunismo buscam deslegitimar o movimento como manifestação do mal. E sua superação é a aproximação com os preceitos cristão:

Ai do Brasil cristão se o comunismo conseguir as rédeas do governo. [...] Uma grande arma contra o comunismo será sempre viver o nosso catolicismo integral em nossa vida de família, no trabalho, na escola, no escritório, na universidade. E principalmente reconhecer sempre que a Igreja Católica possui princípios sadios para resolver os problemas humanos e defender os seus direitos. O que falta atualmente em muitas instituições, grandes ou pequenas, é pôr em execução os princípios sociais cristãos do catolicismo!... (*A Imprensa*, 27/03/1960, p. 4)

A diretriz de que a Igreja Católica será a única capaz de conduzir a sociedade a um verdadeiro equilíbrio tem sido difundida desde o primeiro momento de conflito com o mundo moderno, como já foi mencionado nesta dissertação. Esta instrução busca reforçar a importância da Igreja no mundo. Na Paraíba do início da década de 1960 não é diferente. Se a Igreja é a centralidade da sociedade e se um dos seus inimigos é o comunismo, ele não deve existir ou a Igreja não existirá. Trata-se uma construção maniqueísta, onde só um dos lados pode ganhar/existir. É interessante perceber como essa construção se intensifica em momentos quando a adesão aos movimentos ditos comunistas está em ascensão.

Durante os anos de fortalecimento do movimento das Ligas Camponesas na Paraíba, *A Imprensa* buscou reafirmar o posicionamento da Igreja frente às questões agrárias, principalmente no que tange à reforma agrária que vinha sendo intensamente veiculada nos jornais do país. Ao passo que reconhecia os problemas das populações pobres camponesas e trabalhadores rurais infringidos pelos “reacionários”, a Igreja acusava os comunistas de

oportunismo subversivo, apresentando a si própria como uma “terceira”, ou melhor, única via de intervenção capaz de promover a harmonia social de acordo com os preceitos cristãos. Esses posicionamentos eram orientados pela sua Doutrina Social e eram apresentados na Paraíba do início dos anos 1960 como opostos aos caminhos trilhados pelas Ligas Camponesas. Desta forma, a Igreja buscou deslegitimar a atuação autônoma dos trabalhadores rurais, como demonstra o discurso de Dom Hélder Câmara pronunciado em um dos Encontros dos Bispos do Nordeste:

A Igreja apoia e considera inadiável uma reforma agrária para o país e que duas forças antagônicas são inimigas dêsse ponto de vista da Igreja e do povo brasileiro e tudo fazem para interromper a concretização de uma verdadeira Reforma Agrária: os comunistas e os reacionários. Frisou dom Helder que a possibilidade dessa estranha aliança - comunista e reacionários - contra a execução de uma Reforma Agrária, seria justa, desassomburada e cristã, pode levar o nosso país, especialmente O Nordeste, para os mais tristes e conturbados dias de nossa História. Adiantando que ‘os comunistas não querem nada, não querem resolver problema nenhum, o que querem é agitar e perturbar a vida nacional, explorando o sentimento e a miséria dos nordestinos, especialmente os camponeses. Os comunistas falavam em Reforma Agrária - pensando que a Igreja fôsse inimiga ou tivesse medo de falar em Reforma Agrária. Enganaram-se. Nós TAMBÉM queremos a Reforma Agrária e enfrentamos os problemas desassombadamente, não temos medo de ninguém’.” (*A Imprensa*, 04/03/1962, p. 8)

O Bispo auxiliar do Rio de Janeiro, o cearense Dom Hélder Câmara, expôs sinteticamente o pensamento da Igreja neste momento: a ação dos comunistas no meio rural se estabeleceu como pura revolta e agitação da sociedade, sem nenhum intuito de resolver os problemas enfrentados pelos trabalhadores do campo. Eram arruaceiros, promotores da desordem da desarmonia social, que só podiam existir enquanto existissem conflitos e clima de confusão provocados por eles próprios:

#### O QUE ELES QUEREM

“Os comunistas desejam a Reforma Agrária? Nem por sonho. O que lhes interessa é a confusão. Que o país continue nesta insatisfação com as classes agitadas, vivendo a convicção amarga de interesses prejudicados. Porque só há proveito para os planos marxistas com a luta de classes. Num clima de tranquilidade, o comunismo está morto. Sem qualquer motivo a que se possa pegar, para os avanços premeditados.” (*A Imprensa*, 30/06/1963, p. 3)

Nesta notícia reitera-se a falta de interesse dos comunistas pelas resoluções dos problemas sociais. A imagem construída desses indivíduos é de rebeldia sem causa, que buscam apenas a luta entre as classes e a desordem. Pensar o comunismo e os comunistas para o jornal

católico nos permite pensar a atuação da Igreja Católica neste momento contra o movimento das Ligas Camponesas, já que estas, por sua vez, estavam “infiltradas” de comunistas:

#### LIGAS CAMPONESAS

“Por isto mesmo somos contrários a esta doutrina extremista, de negar o direito de propriedade àqueles que, lícitamente, adquiriram o que lhes pertence. Não é permitido a ninguém melhorar de vida com o suor alheio. O contrário disto será à subversão de toda a ordem jurídica, ditada pela sã filosofia e sobretudo pela doutrina tradicional de Cristo. Estamos vendo, claramente, nesse trabalho do deputado Julião apenas um arrôjo demagógico, à cata de popularidade nas massas. Uma maneira astutamente pensada de praticar arrivismo político, visto que os métodos conhecidos e usados nas lutas eleitorais estão decepcionando a muitos, com o pronunciamento do voto secreto. [...] Estejam de sobreaviso os revdms vigários, para esta vanguarda disfarçada de propaganda comunista, em nossos dias. A linguagem dos corifeus é a mesma dos que foram apontados, em época passada, como inimigos da Pátria e da Religião, nas intencões fracassadas contra a legalidade constituída.” (*A Imprensa*, 03/07/1960, p. 3)

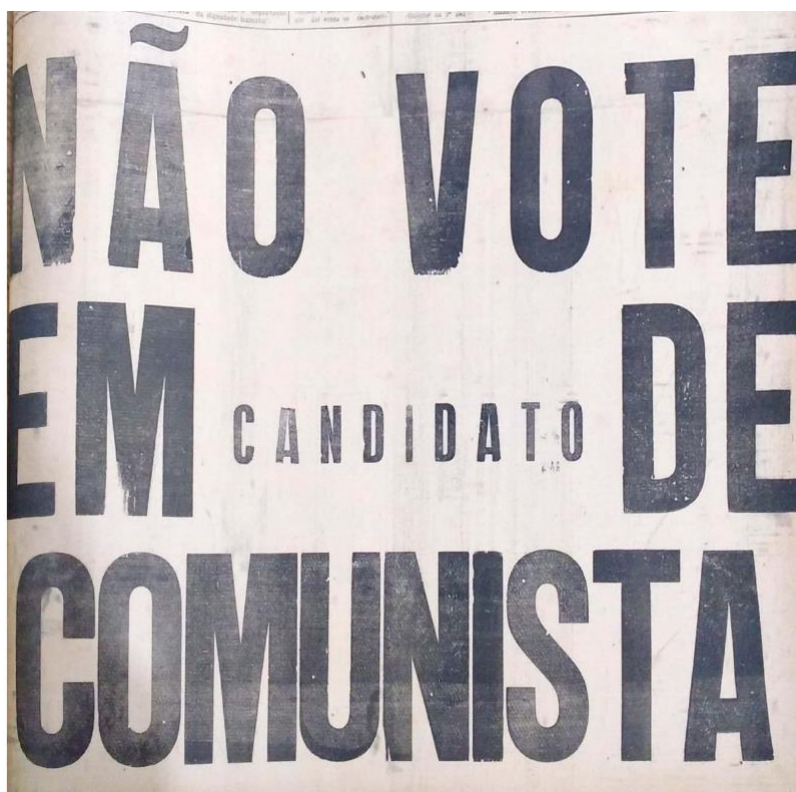
Neste trecho, as Ligas Camponesas foram propositalmente representadas na figura de Francisco Julião, com o propósito de personalizar e enxovalhar a legitimidade do movimento social, como se sua organização e causa fossem mera massa de manobra para propósitos mesquinhos como o arrivismo eleitoral. Para o jornal, a atuação do deputado é um trabalho demagógico e de interesses pessoais, e as Ligas estavam se prestando a este propósito. A defesa intransigente da propriedade privada dos meios de produção é uma das principais críticas feitas ao comunismo. Muitas das encíclicas papais já trataram desse assunto, segundo as quais a propriedade privada é considerada um direito natural do homem. Junto com as questões de liberdade e da educação pública, a propriedade privada faz parte de pontos irreconciliáveis entre a Igreja e o comunismo neste período e que foram constantemente noticiados pelo jornal. E neste sentido, mais uma vez a Igreja exercia seu poder em defesa de interesses comuns com as classes dominantes.

Assim, pensar as Ligas Camponesas do ponto de vista católico neste período é pensar o combate ao comunismo. Ainda nesta notícia, o autor alerta aos Padres para ficarem atentos à propaganda comunista (inimiga da Pátria e da Religião), fazendo também referência ao levante de 1935. Toda essa construção desse imaginário anticomunista refletirá nas eleições presidenciais de 1960 e nas estaduais de 1962. O jornal católico paraibano destinava parte de seu suporte para alertar os seus leitores sobre o voto: “CATÓLICO: NÃO VOTE EM COMUNISTA!” (*A Imprensa*, 30/09/1962, p. 1); “CATÓLICO: NÃO VOTE EM COMUNISTA. ELEITOR: NÃO VOTE EM LEGENDA COMUNISTA” (*A Imprensa*, 30/09/1962, p. 1); “NENHUM CATÓLICO PODE VOTAR EM CANDIDATO COMUNISTA

OU DE COMUNISTAS” (*A Imprensa*, 07/08/1960, p. 8). Se pensarmos essas notícias inseridas no suporte, veremos que o jornal dedicava em alguns momentos metade da página para a notícia ou um avantajado rodapé. O jornal possuía 8 páginas, e estas notícias estavam sempre veiculadas na primeira ou última página, destacada em letras garrafais, dando assim grande visibilidade ao conteúdo, como se pode observar nas imagens abaixo:



Fonte: *A Imprensa*, 28/08/1960, p. 1



Fonte: *A Imprensa*, 11/09/1960, p. 1.

A orientação em relação às eleições buscava se apoiar nos documentos da Igreja, fortalecendo a orientação anticomunista que já vinha sendo gestada pela Igreja Católica há décadas:

#### VAI VOTAR?

“Em 1949 foi feita ao Santo Ofício, a seguinte pergunta. Pode um católico inscrever-se num partido comunista, ou favorecê-lo, de qualquer maneira? - A resposta foi esta: Não pode, porque o Comunismo é materialista, e anti-cristão. Embora digam os dirigentes comunistas que eles não atacam a Religião, pela sua doutrina e pelos seus atos eles se mostram hostis à Religião, a Deus, e à Igreja de Cristo. Em 1959 foi feita uma nova pergunta ao Santo Ofício, a respeito da mesma matéria. Perguntou-se então: Podem os católicos, votar em partidos ou em candidatos que, não se opondo à Doutrina católica, e até dizendo-se cristãos, aliam-se no entanto aos comunistas, e favorecem o trabalho deles? - resposta foi esta: Não podem - de acordo com o Decreto dado em 1949. Fica assim esclarecida uma questão de muita importância para os eleitores católicos. A Igreja lhes proíbe inscrever-se no partido comunista, ou ajudá-lo de qualquer forma. E lhes proíbe também votar em candidatos ou em partidos que, embora não sejam comunistas, aliam-se a eles, ajudando, com isso, a atividade comunista.” (*A Imprensa*, 18/09/1960, p. 1)

Para os católicos, não se tratava de uma simples orientação. Conforme se observa na citação acima, a Igreja Católica proibia a associação com o Partido Comunista ou qualquer forma de ajuda ao movimento, como um voto a um candidato que tivesse alguma aliança ou convergência mínima com os comunistas. É possível imaginar a importância da Igreja na orientação dos fiéis e leitores do jornal. É claro que essa prática não se limitava ao periódico, mas, por meio dele, é possível atingir grande parcela da sociedade, entre eles católicos e não-católicos. Como visto, este tipo de orientação também era dirigido às Ligas Camponesas. O jornal dedicou-se a alertar seus leitores sobre a atuação das Ligas: “CUIDADO COM AS LIGAS CAMPONESAS...” (*A Imprensa*, 10/07/1960, p. 8), também usando um espaço no suporte e um tamanho de fonte que enfatizava o alerta. Como já mencionamos, o jornal travava as Ligas com referência à atuação de Francisco Julião como um projeto pessoal e demagógico:

#### AS INJUSTIÇAS SOCIAIS

Francisco Julião é um explorador. Com essa história de Ligas Camponesas, recebe contribuição de todo associado para encher o bolso. Aquelas terras dadas não deviam ter sido aceitas por aquela gente. Faltou quem advertisse. Ordene-se logo, caro seminarista, só com o seu talento poderemos fazer frente a estes comunistas, observa o dono da casa. Na verdade, retrucou o outro, nós passamos por uma crise séria. Cristãos mal formados se unem a um tal de ‘Julião’ que vai ao seu encontro prometendo-lhe um céu aberto. Precisamos reagir sem tolerância, são exploradores, são comunistas. Todos unidos neutralizaremos a sua influência. [...] Se como estudantes não nos associamos aos injustiçados sociais, faremos parte amanhã ‘dessa elite burguesa estruturada num esquema capitalista de eternos indiferentes à grande massa operária’. Precisamos romper os grilhões burgueses que nos agradam com boas conversas e aviltam o nosso ideal de engajamento ‘nos grupos sociais, nas grandes causas, na defesa e construção de interesse do povo subdesenvolvido’. De confortáveis poltronas nada resolveremos. Os comunistas são exploradores, mas vão ao encontro do povo conclamá-lo a revolta contra

o patrão. Saíamos do nosso comodismo, alevantemo-nos contra as injustiças, encontremo-nos com os que sofrem, clamemos pelos seus direitos, e depois combatamos ‘Chico Julião e os Soviéticos’. (*A Imprensa*, 07/08/1960, p. 6)

A nota reproduzida acima aborda um diálogo entre um jovem seminarista e um proprietário de terra, que claramente se sente incomodado com a atuação das Ligas Camponesas. Apela para o seminarista atribuindo a ele a elaboração de uma frente contra o comunismo e as Ligas. E o seminarista retruca, lembrando das injustiças sociais sofridas pelo povo. A Igreja Católica está atenta às súplicas e sofrimentos do homem do campo. É possível identificar um engajamento que se torna cada vez maior em relação à situação desses trabalhadores. No texto se reconhece que os comunistas estão indo ao encontro do povo e é por este motivo que a Igreja também precisa mobilizar-se, sair de suas “confortáveis poltronas”, porque os ditos comunistas estariam ludibriando os ingênuos trabalhadores do campo. Estes atributos de ingenuidade e inocência foram constantemente utilizados por diversos setores da sociedade para qualificar os trabalhadores, tanto em relação aos urbanos quanto aos rurais, procurando que os setores conservadores do Estado e da Igreja fossem reconhecidos como protetores e os responsáveis por sua orientação e condução:

#### AS LIGAS CAMPONESAS

Louvando de um certo modo os ideais teóricos das Ligas Camponesas organizadas em Pernambuco, o Arcebispo de Olinda e Recife, D. Carlos Coelho em recente entrevista aos jornais, apontava, contudo, um perigo nas mesmas: serem elas exploradas por elementos subversivos que poderiam encaminhar a massa de camponeses sub-desenvolvidos, ignorantes e ingênuos às mais funestas desordens. Não será o que estamos vendo? Urge, pois, que os nossos camponeses sejam instruídos, para se não entregarem de corpo e alma a aproveitadores sem consciência que querem apenas subir às custas dêles. (*A Imprensa*, 15/01/1961, p. 2)

O fortalecimento das Ligas Camponesas da Paraíba tornou o projeto de intervenção da Igreja em questões sociais no mundo rural cada vez mais efetivo. O trabalho de desqualificação do movimento já vinha sendo realizado pelo jornal *A Imprensa* há anos, mesmo reconhecendo em alguns momentos a importância do acolhimento dos trabalhadores rurais, as Ligas Camponesas estariam na contramão do projeto católico. E, obviamente, na contramão também dos interesses do Grupo da Várzea. Em 1962 com o assassinato de João Pedro Teixeira, já mencionado neste trabalho, *A Imprensa* buscou incorporar o discurso do suspeito do assassinado do líder camponês, defendendo-o explicitamente em suas páginas, já que se tratava do tradicional usineiro e político Aginaldo Veloso Borges:

...Quanto ao dr. Aguinaldo, a opinião independente que nos chegou foi de ser um homem incapaz dessas manobras insidiosas. Se houvera nêle plano para eliminar o desventurado líder camponês, êle o faria pessoalmente, assumindo tôdas as responsabilidades. E a prova disso é a maneira como êle vem defendendo sua herdade de muito valor. Tomou a iniciativa por êle julgada conveniente, depois de haver certificado as autoridades, de tudo que pretendia realizar. Foi isso o que podemos colhêr a respeito dos supostos autores intelectuais do rumoroso delito, na estrada de Sapé. (*A Imprensa*, 22/04/1962, p. 1)

O jornal buscou retratar Aguinaldo Veloso como homem honrado incapaz de mandar matar, e que, se o mesmo tivesse planejado tal ação, realizaria ele próprio com suas mãos. Essa notícia reforça o posicionamento da Igreja Católica em relação aos conflitos agrários que estavam ocorrendo na Paraíba no início da década de 1960. Após a morte de João Pedro Teixeira, o movimento camponês se fortaleceu ainda mais e atingiu várias cidades da região. Em contraponto ao movimento, a Igreja Católica buscou atuar de forma mais específica no meio rural com a criação de sindicatos em áreas do território paraibano que ainda não haviam sido alcançadas pelas Ligas. Mas essa contraposição não pode ser considerada preponderante na Paraíba. É o que veremos no próximo capítulo.

## **4. Dos sindicatos dos padres à Igreja Viva: inflexões institucionais promovidas pela dinâmica de classes no Brejo paraibano da década de 1960**

Durante a década de 1960 a Igreja Católica passou por um processo de inflexão. Seu projeto de sindicalização rural, conhecido no Brejo como “sindicatos dos padres”, levou a Igreja a uma aproximação com os trabalhadores rurais da região. Contrária à adesão por parte dos camponeses às Ligas, a Igreja Católica adotou uma postura de mediação dos conflitos rurais por meio da sindicalização rural com vistas ao estabelecimento de conciliação de classes, ou seja, com a indicação da possibilidade de promoção de melhorias de condições de vida e de trabalho dentro da ordem estabelecida, sem mudanças na estrutura agrária e das relações sociais de poder. No entanto, esta experiência logo se viu confrontada por limites impostos inerentes às relações capitalistas, pelas dinâmicas tradicionais de exercício de poder local e pela intensificação da repressão promovida pelo golpe de 1964. Assim, neste capítulo, trataremos do processo de formação dos “sindicatos dos padres” e os desdobramentos desse sindicalismo após sua fundação, passando pelo golpe civil-militar de 1964 e pela repressão e perseguição do pós-golpe. A seguir, discutiremos ainda neste capítulo o processo de inflexão de atuação da Igreja Católica na segunda metade da década de 1960, que passou de uma postura de tutela para colaboração/contribuição com a luta autônoma dos trabalhadores rurais, buscando ecoar as vozes dos mesmos a partir dos movimentos leigos que atuaram no interior do estado da Paraíba.

### **4.1 A sindicalização rural do Brejo Paraibano**

O sindicato foi criado em Guarabira, eu que participei muito, todos os domingos assistia a Missa na matriz, e que o Monsenhor Emiliano de Cristo dizia que todos os trabalhadores tinha que se filiar ao sindicato, tinha que se criar o sindicato, porque já existia as ligas-camponesas. O sindicato já havia combatido as ligas-camponesas, o trabalhador já devia estar organizado, podia sair a reforma agrária e que a força do trabalhador é o sindicato. Era isso que o Padre dizia e era o que traziam o pessoal para o sindicato, e que depois da missa se reunia lá no círculo operário. Os trabalhadores tinha que combater as ligas-camponesas. (Antônio, do STR de Guarabira)

A contraposição às Ligas Camponesas paraibanas – projeto autônomo dos camponeses e trabalhadores rurais – é fundamental para compreender o processo de criação dos sindicatos



de trabalhadores rurais (STRs) no Brejo paraibano, conhecidos como Sindicatos dos Padres. A entrevista<sup>48</sup> realizada pelo Serviço de Educação Popular (SEDUP) com um dos integrantes do STR de Guarabira<sup>49</sup> deixa evidente esse processo de combate às Ligas no Estado. Porém essa contraposição não ocorreu de maneira uniforme. Os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais criados no estado se desenvolveram na mesorregião do Sertão. Esses sindicatos foram resultados dos trabalhos individuais de padres que também se orientavam pela Doutrina Social da Igreja. Segundo Novaes (1997, p. 57), o primeiro STR foi fundado em Catolé do Rocha sob a liderança do Frei Marcelino. A atuação do Frei Marcelino, porém, esteve associada aos movimentos das Ligas Camponesas, tendo sido noticiado algumas vezes no jornal *A Liga*, produzido por Francisco Julião. Desta forma, é possível perceber que essa contraposição católica às Ligas Camponesas não foi unânime.

O Sertão paraibano estava geograficamente distante dos conflitos que envolviam as Ligas Camponesas. A zona canavieira, como já pudemos identificar no capítulo anterior, foi o foco dessas disputas, que se concentraram na atual mesorregião da Mata paraibana. E embora inicialmente criados no Sertão, os sindicatos de trabalhadores rurais, enquanto movimento de combate às Ligas, se desenvolveram com maior fôlego no Brejo paraibano, mesorregião localizada em território intermediário entre a Mata e o Sertão, conforme se verá logo abaixo, nos Mapas 1 e 2. O Brejo paraibano na década de 1960 era o terceiro maior produtor de cana-de-açúcar do estado, conforme o censo agrícola do mesmo ano (Gráfico 2), o que indica a presença de trabalhadores em situações semelhantes à da Mata.

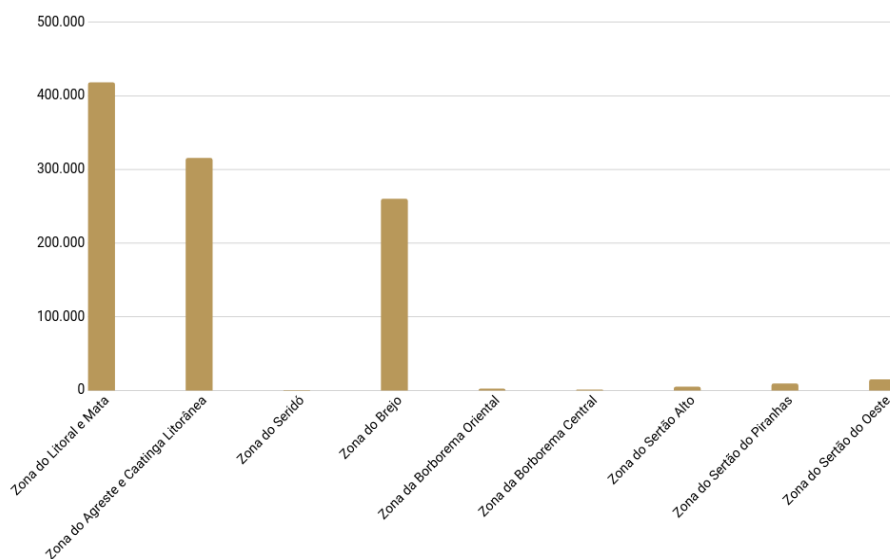
---

<sup>48</sup> As entrevistas que serão aqui reportadas foram iniciadas em 1992 por solicitação do Serviço de Educação Popular (SEDUP), que buscava realizar um resgate histórico da memória de alguns sindicatos do Brejo Paraibano, Piemonte da Borborema e Agro-pastoril do Baixo Paraíba. Todas elas foram encontradas no acervo do próprio SEDUP, sediado em Guarabira-PB.

<sup>49</sup> O município de Guarabira está localizado atualmente na microrregião de Guarabira, situada na mesorregião do Agreste Paraibano. É conhecida como a Rainha do Brejo, por ser considerada a cidade-polo da região caracterizada pela incidência de chuva, mesmo não estando situada na microrregião do Brejo paraibano, segundo os padrões geográficos confirmados pelo IBGE. Guarabira é uma das maiores cidades do interior da Paraíba. Desde a década de 1950 é mencionada como um dos municípios mais progressistas, devido a sua economia, também referenciada pelo seu comércio e indústria. Politicamente exerce forte influência na região.

Gráfico 2

**CENSO AGRÍCOLA DA PARAÍBA - 1960**  
 PRODUÇÃO EM TONELADAS DE CANA-DE-AÇÚCAR NAS ZONAS DO ESTADO

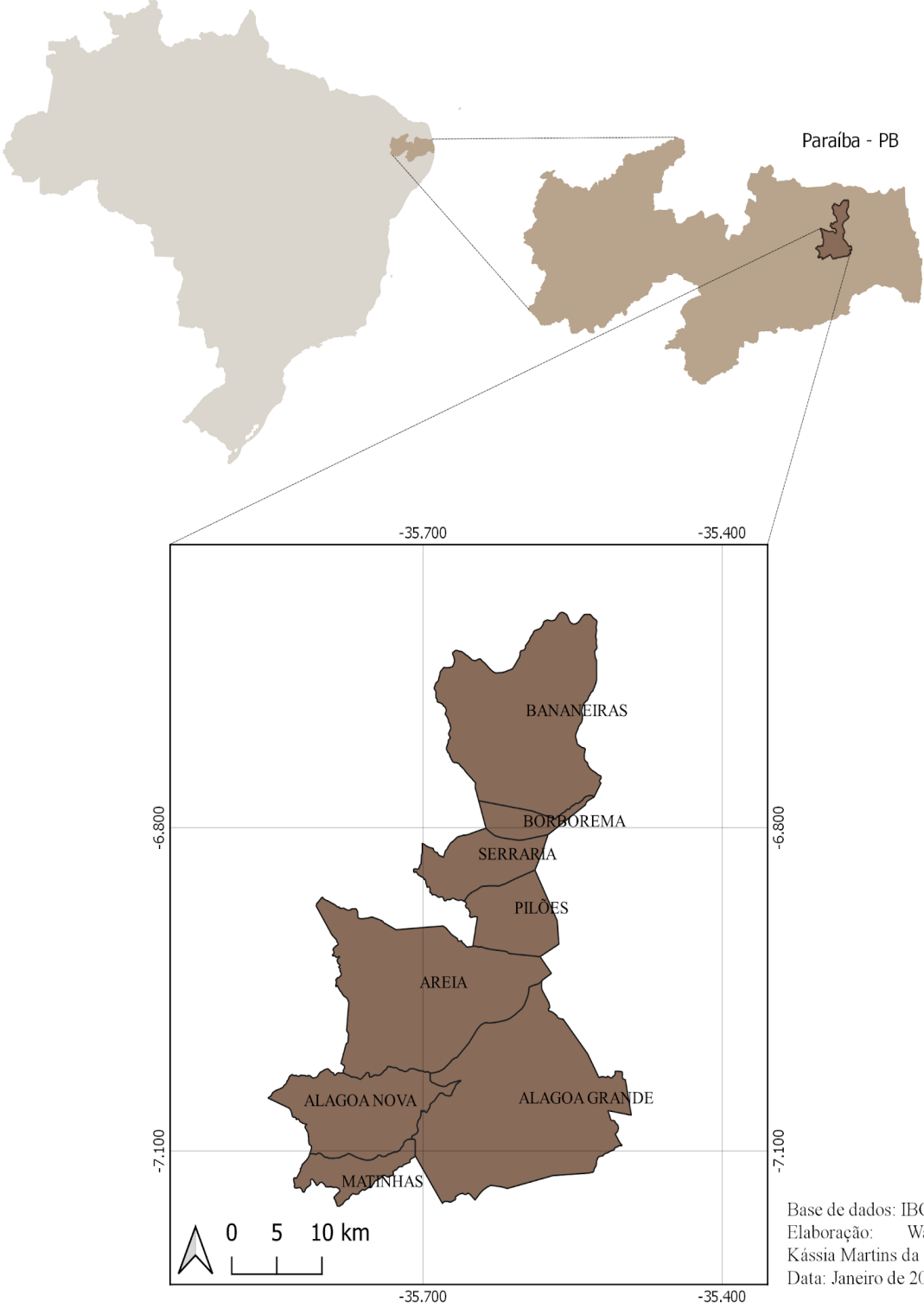


Fonte: IBGE, Censo Agrícola de 1960

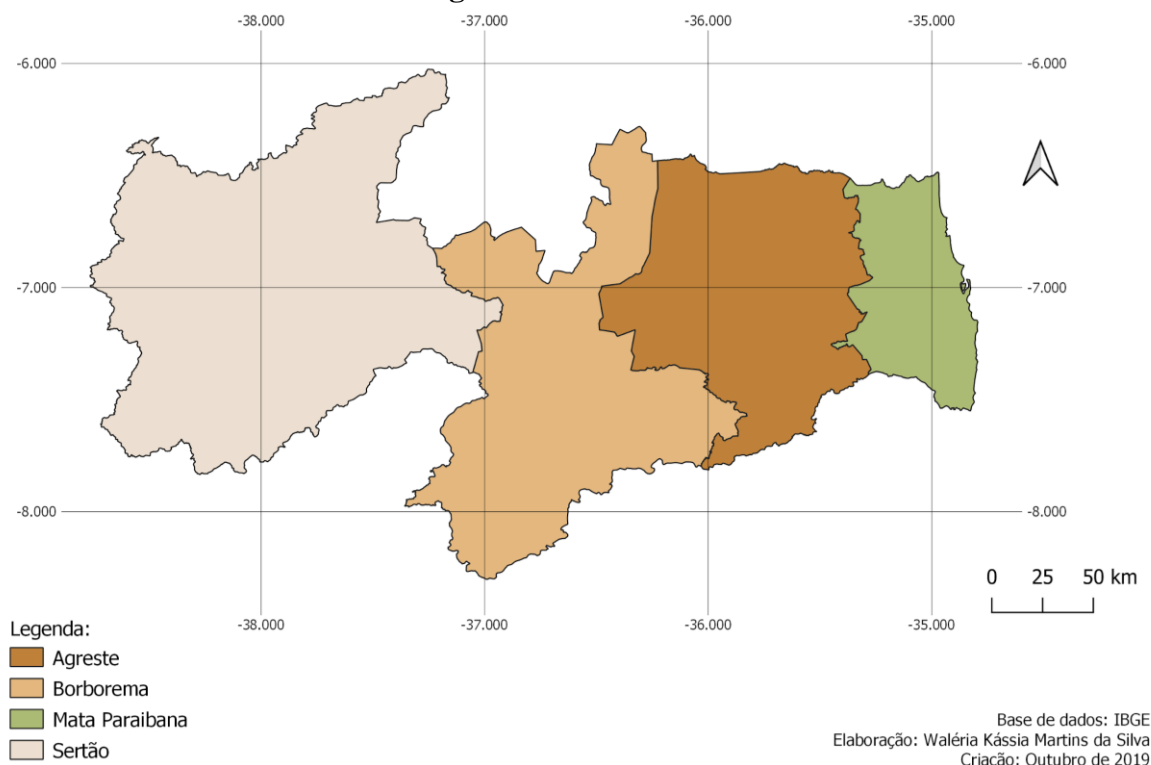
Algumas das cidades do Brejo contaram com suas respectivas Ligas, e essa aproximação fez emergir um movimento não apenas de contraposição às Ligas Camponesas na região, mas também de prevenção à sua ampliação e ao surgimento de novas, como uma barreira de contenção, com o intuito de frear a expansão do movimento no Estado. Se observarmos o mapa do estado e a localização do Brejo (Mapas 1 e 2), perceberemos a importância também geográfica desta microrregião para a contraposição às Ligas Camponesas na Paraíba.

O Brejo paraibano é uma das 23 microrregiões do Estado da Paraíba (Mapa 1) e está localizado na mesorregião do Agreste (Mapa 2). Atualmente é composto pelas cidades de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões e Serraria. A composição desta região apresentou variações ao longo dos anos, conforme foram reavaliadas as divisões regionais do país pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Mapa 1**  
**Mapa de localização do Brejo paraibano**



**Mapa 2**  
**Mesorregiões do estado da Paraíba**



O Brejo paraibano<sup>50</sup> é uma microrregião geograficamente bastante particular no contexto paraibano. Numa divisão realizada por Irineo Joffily<sup>51</sup> em 1892, o Brejo já aparece como uma região delimitada por aspectos naturais, demarcada por serras, pelo clima mais ameno e relativa abundância de água. Suas peculiaridades geográficas permitiram o bom desenvolvimento da agricultura, como demonstram Emília Moreira e Ivan Targino (1996, p. 78-79):

<sup>50</sup> A divisão regional de 1989 do IBGE em mesorregiões e microrregiões geográficas perdura até os dias atuais. Nela, o Brejo Paraibano - indicado no mapa 01 - é formado pelos municípios de Alagoa Grande (1), Alagoa Nova (2), Areia (3), Bananeiras (4), Borborema (5), Pilões (6) e Serraria (7). Em 1994, houve um desmembramento de Alagoa Nova, gerando o município de Matinhas, que passou a compor a microrregião do Brejo Paraibano, atualmente formado por oito municípios. Para fins desta Dissertação, considera-se que os trabalhadores rurais de Matinhas fazem parte do conjunto de trabalhadores de Alagoa Nova na década de 1960, período de criação dos sindicatos dos trabalhadores rurais do Brejo paraibano. Esta delimitação é importante para a compreensão do recorte espacial desta pesquisa, considerando que ele sofreu modificações durante o tempo.

<sup>51</sup> “Irineo Joffily nasceu em Campina Grande (PB) no dia 14 de setembro de 1886, filho de Irineo Ciciliano Pereira Joffily e de Raquel Olegário de Torres Joffily. Seu pai criou e adotou o último sobrenome em 1864, quando era acadêmico de direito. Posteriormente, foi promotor público, juiz municipal, deputado provincial e geral durante a última legislatura do Império, fundador e diretor da Gazeta do Sertão, jornal que funcionou em Campina Grande entre 1889 e 1891, sendo fechado por ação policial. No ano seguinte, escreveu Notas sobre a Paraíba, editado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com prefácio de Capistrano de Abreu. Seu irmão, João Irineo Joffily foi bispo de Manaus e arcebispo de Belém” (Cf. JOFFILY, IRINEU. FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joffily-irineu>. Acesso em: 9 ago. 2019)

O Brejo Paraibano corresponde a um brejo de altitude de encostas voltadas para a ação dos ventos. O relevo e a posição geográfica da região contribuem para a ocorrência de um clima úmido (com pluviosidade média anual em torno de 1.500 a 1.800 milímetros e temperaturas amenas), solos férteis e uma hidrografia perene, condições estas muito favoráveis ao desenvolvimento da agricultura.

A agricultura nesta microrregião voltou-se para a subsistência e também para a produção de cana-de-açúcar desde os seus primórdios coloniais. Mesmo com grande expressividade, a cana-de-açúcar não foi a única atividade econômica do Brejo. Outras culturas foram implantadas, algumas vezes simultaneamente à produção de cana-de-açúcar e em outras não. Este processo de sucessão de culturas deu origem ao que alguns autores nomeiam de ciclos econômicos do Brejo. Porém a cana-de-açúcar sempre foi a principal alternativa para reaquecer a economia na microrregião quando outra cultura não prosperava, como o sisal, o café e o algodão. No século XX, foram instaladas duas usinas<sup>52</sup> ali, a Usina Tanques, em 1928, em Alagoa Grande, e a Usina Santa Maria, em 1930, em Areia:

A Usina Tanques, anteriormente era um engenho de mesmo nome. Ambas foram instaladas entre as décadas de 1920 e 1930, funcionando até a década de 1990, quando fecharam e pararam suas atividades de produção de açúcar e álcool. A usina Santa Maria, fechou primeiro, em 1992, em seguida, a Tanques em 1997. (CAVALCANTE, 2013, p. 52)

Pensar o espaço de poder das usinas nos remete a um outro importante elemento para criação de alguns dos sindicatos rurais do Brejo paraibano: a elite agrária. Alguns desses STRs se desenvolveram com a ajuda dos grandes proprietários de terra da região. Como demonstra Tosi (1988, p. 111), “setores da Igreja Católica, apoiados pelo Governo e, em alguns casos pelos grandes proprietários da região, empreendem uma atividade intensa de fundação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais”. Cabe ressaltar, porém, que a atuação dos grandes proprietários não foi tão acentuada quanto a da Igreja Católica e do governo, por meio dos Círculos Operários, dos serviços já consolidados do estado do Rio Grande do Norte e Pernambuco, respectivamente, SAR e SORPE, da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) e do Ministério do Trabalho.

O trabalho individual dos sacerdotes católicos foi fundamental para direcionar o processo de sindicalização rural, isso porque foi a experiência particular desses indivíduos que

---

<sup>52</sup> É importante lembrar que a partir da década de 1930 o espaço agrário brasileiro passou a receber incentivos governamentais. Em 1933 foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que fomentava o cultivo da cana-de-açúcar e favorecia os usineiros. Conforme o trabalho de Martha Falcão Santana (1990, p. 129-130), a Usina Tanques, de Alagoa Grande, recebeu incentivos por meio do decreto nº 1.549.18.10 de 1928. A espécie do incentivo seria pela isenção de impostos estaduais por 5 anos.

conduziu à criação de uma equipe de sindicalização, e não ao contrário. No Brejo, o movimento sindical rural iniciou por Areia<sup>53</sup>.

Com relação à sindicalização rural, o cônego Rui Vieira foi responsável pela criação do STR de Areia, que abrangia também os trabalhadores do município de Remígio:

Às 14 horas do dia 19 de março de 1962, na Sede da Congregação Mariana, à Rua Abel da Silva, n° 105, reuniram-se cerca de 58 trabalhadores rurais dos municípios de Areia e Remígio sob a presidência do Rvemo. Cônego Ruy Vieira. A mesa estavam ainda Natanael Lopes de Amorim e Agostinho Santos funcionários do Serviço Social Rural da Paraíba além do Sr. Secretário da Prefeitura bacharel Amauri Almeida e alguns senhores proprietários. O presidente da mesa explicou a finalidade da reunião que era a fundação de um sindicato que congregasse os trabalhadores rurais de Areia e Remígio. (Ata de Reunião do STR de Areia, 19/03/1962)

O sindicato rural de Areia contou em sua fundação com a presença do pároco, funcionários do governo estadual e municipal e também de proprietários locais. Sua fundação ocorreu na Sede da Congregação Mariana, o que reforça a demonstração da liderança da Igreja neste processo. Durante a assembleia, o cônego Rui Vieira expressou a importância da criação dos sindicatos rurais como única alternativa para a valorização do trabalhador rural. Essa narrativa reitera a atuação da Igreja como única condutora para o caminho da salvação e equilíbrio social, assim como determina qual tipo de organização deveria ser aceita pelos trabalhadores. Ao noticiar a criação do sindicato rural de Areia, o jornal *Diário da Borborema* (05/05/1962) apresentou o STR como “o primeiro sindicato de trabalhadores rurais orientado pela Igreja Católica, na Paraíba, com bases nos princípios verdadeiramente cristãos de respeito à dignidade humana e a propriedade”, e também como um movimento diferente das Ligas, conforme as palavras do secretário da prefeitura Amauri de Almeida:

O sindicato ora fundado pelo Cônego Rui Vieira é um movimento bem diferente do que se verifica nas Ligas Camponesas do caráter subversivo, adiantando ainda que o vigário constitui uma séria barreira aos agitadores

---

<sup>53</sup> É importante destacar a importância de Areia no cenário estadual. O município de Areia tem suas primeiras notícias de exploração do território ainda no início do século XVII. Foi palco de diversos acontecimentos ao longo de sua história, como a Revolução Pernambucana (1917), Revolução Praieira (1848) e a Revolta dos “Quebra-Quilos” (1873). A abolição da escravidão no município de Areia ocorreu no dia 3 de maio de 1888, o que, ainda hoje, no senso comum, alimenta certas visões laudatórias de esclarecimento de uma elite que, no entanto, viveu da escravidão por longos séculos. Areia também é destaque no que tange a cultura, seu teatro municipal, o Teatro Minerva foi construído com iniciativa popular em 1859 e se constitui como o primeiro teatro da Paraíba, antes mesmo do Teatro Santa Rosa da capital paraibana, construído quarenta anos depois. E também, foi uma das primeiras cidades da Paraíba a usar jornal impresso. Além desses destaques, o município de Areia possui filhos ilustres para a conjuntura estadual, inclusive, nomes já citados neste trabalho, como o de Adauto Aurélio de Miranda Henriques e Valfredo Soares dos Santos Leal, e também, figuras como José Américo de Almeida e Pedro Américo.

sociais, oportunistas, que importam um regime de traição aos nossos costumes cristãos e democráticos. (*Diário da Borborema*, 5/5/1962)

A oposição ao movimento das Ligas é evidente. Com a aceitação dos grandes proprietários o sindicato se expandiu atingindo, em julho do mesmo ano, o número de mais de 700 associados. Como demonstra o *Diário da Borborema* do dia 3 de julho de 1962: “Os proprietários são compreensivos e aceitam na sua quase totalidade a iniciativa do Vigário, não pondo obstáculo à penetração do movimento sindicalista”. A direção do sindicato ficou sob responsabilidade de João Laurentino da Silva, presidente, João Alves Pinto, secretário, e Antônio Barbosa Coêlho, tesoureiro. A experiência de Areia fez com que o movimento se solidificasse e se espalhasse por outras paróquias. Assim, foram promovidos cursos para líderes, respectivamente em Areia, Solânea e Campina Grande<sup>54</sup>, e formada a primeira equipe de sindicalização rural do estado em maio de 1962, instalada na capital João Pessoa, sob liderança do Cônego Rui Vieira. Segundo o jornal *Diário da Borborema*, a equipe foi composta por:

Cônego Ruy Vieira, representando a arquidiocese; Dr. Loureiro e Judith Bezerra, representando a ANCAR, da Paraíba; a irmã Maria Alzira, a Escola de Serviço Social; Hely Cantalice, a Delegacia do Ministério do Trabalho; Dr. Inácio Batista e Lúcia Nóbrega, o Conselho Regional do Serviço Social Rural e Maria do Socorro Morais, representante da Juventude Agrária Católica. A equipe está organizando ainda um departamento de assistência jurídica.

Esta equipe contou com a participação de setores da Igreja ligados principalmente ao Círculo Operário de João Pessoa e ao governo estadual, vindo a ser responsável pela promoção dos demais sindicatos e adotando como metodologia o combate às Ligas Camponesas em todos os níveis.

Em Alagoa Grande, o responsável pela sindicalização rural foi o Padre Geraldo Pinto. Este sindicato local foi criado em 2 de julho de 1962. Neste dia foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária para reconhecimento do sindicato junto ao Ministério do Trabalho que englobava os municípios de Alagoa Grande, Alagoinha e Juarez Távora. No mesmo dia foi eleita a diretoria, composta por Severino Cassimiro Alves, Francisco Fernandes dos Santos e Déocio Clementino dos Santos e, para suplentes, João Ursulino da Silva, Francisco Pereira e José Francisco Leonardo.

---

<sup>54</sup> Campina Grande está localizada na microrregião de Campina Grande, situada na mesorregião do Agreste. O município se desenvolve se tornando um importante entreposto comercial, ligando o litoral com o sertão da Paraíba. Campina Grande é conhecida como Rainha da Borborema e capital do trabalho, por ser considerada um dos principais polos industriais do Nordeste. Politicamente também exerce importante influência na região.

O sindicato de Alagoa Grande seguia o direcionamento de contraposição às Ligas, como é demonstrada em uma das falas do presidente Severino Cassimiro Alves registrada em ata da entidade: “O sr. Presidente teve ocasião de falar para os trabalhadores, fazendo todos crenes de como [ilegível] o Sindicato. Sua atuação no Brasil e agora seu avanço no Nordeste com reação às Ligas Camponesas” (Ata de reunião, 25/11/1962). As entrevistas realizadas posteriormente, em 1992, pelo SEDUP reafirmam o caráter de contraposição às Ligas Camponesas em Alagoa Grande: “Veio as ligas-camponesas naquela época e por motivo disso foi necessário se criar o movimento sindical, não só em Alagoa Grande como a nível de Brasil” (José do STR de Alagoa Grande). Esta avaliação de um militante demonstra o esforço do movimento de sindicalização rural liderados pelos padres na tentativa de combate às Ligas e o que elas representavam. Para fins ideológicos e organizativos, era importante deixar claro, inclusive nas reuniões internas dos sindicatos, essa diretriz de atuação que procurava reforçar constante e abertamente suas diferenças com as Ligas Camponesas.

As atas de reunião do sindicato também indicam a participação dos líderes nos cursos realizados na região, assim como a linha de atuação do sindicato, orientada pela Doutrina Social da Igreja, através da encíclica *Mater et Magistra* do Papa João XXIII:

De início o Sr. Presidente disse do curso realizado em Campina Grande onde compareceram 4 elementos deste mesmo Sindicato, como meio de melhoria de vida. Fez ver que o Sindicato é do trabalhador rural, feito para êle e com êle. O contrário seria fugir à sua finalidade. Salientou ainda que o Sindicato do Trabalhador Rural segue [ilegível] a linha traçada pelo Papa João XXIII na “Mãe e Mestra”. Disse também que os trabalhadores não se preocupassem com o que Sindicato lhes daria, mas que digo: mas sim com sua finalidade, isto é, promoção da classe. (Ata de Reunião do STR de Alagoa Grande, 23/02/1962)

Por meio dos padres, a Igreja Católica não só criou os sindicatos na Paraíba, mas conduziu sua atuação por meio da Doutrina Social que traçava caminhos de conciliação de classes e harmonia social, por isso o incômodo com as Ligas Camponesas.

Em Serraria o movimento sindical teve o Padre Hidelbrando Rodrigues de Oliveira à frente. O sindicato criado abrangia os municípios de Serraria, Pilões, Borborema e Arara. Desde maio de 1962, conforme demonstra o Livro de Tombo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, houve reuniões para estudar a criação do sindicato, que só foi fundado, de fato, em junho do mesmo ano:

Neste dia, teve lugar a fundação do sindicato rural, com base territorial nos municípios de Serraria, Borborema, Pilões e Arara. O programa constou de uma passeata pelas ruas da cidade, missa campal e instalações do órgão



representativo. Vários caminhos conduziram os camponeses em número de 600. Sentiu-se a confiança e o prestígio de que desfruta a santa Igreja. (Livro de Tombo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, junho de 1962)

De 600 associados, o sindicato passou a 1500 em setembro do mesmo ano. Neste mesmo mês, a paróquia contou com a presença do Padre Antônio Melo, de Pernambuco, que permaneceu por dois dias na cidade. A presença de líderes do sindicalismo rural no Nordeste fortalecia o movimento na região.

O movimento sindical no Brejo paraibano não esteve limitado à equipe de sindicalização. O caso do STR de Bananeiras, Solânea e Dona Inês demonstra um encaminhamento para as questões de organização do trabalhador rural antes mesmo da equipe de sindicalização de 1962. Como já foi mencionado, fazia parte de trabalhos individuais de sacerdotes que estavam orientados por uma Igreja que chama a atenção para a situação dos trabalhadores rurais.

O Livro de Tombo da Paróquia Santo Antônio de Solânea nos indica o mês de agosto de 1961 como período inicial dos debates para criação de um sindicato rural no município de Solânea. A atuação da Igreja no meio rural se dava por grupos denominados de “Legiões Rurais da Medalha”, que foram transformados no movimento de pré-sindicalização rural:

O mês de maio decorreu muito animado tendo se feito uma campanha de esclarecimento sobre a organização das classes patrões e trabalhadores rurais em sindicatos para promoção completa do homem do campo. A parte financeira atingiu a 58.075 no mês de junho. A ANCAR deu um treinamento ao 1º grupo de líderes rurais, vindos quase todos da JAC e da Conferência vicentina. Organizou-se um comitê provisório nas pessoas de Severino Morais - Antônio Marques (vicentinos) João Almeida e Expedito Soares, da JAC. Este comitê de pré-sindicalização assumiu suas funções [ilegível] de ardor e equilibrado bom senso. Realizou [ilegível] de reuniões em sítios e fazendas, quase sempre concluídas, com a presença do Padre. Graças a estas experiências, o presidente Severino Morais pode comparecer ao Congresso de Trabalhadores Rurais da Baía, no mês de julho representando a Paraíba. De volta [ilegível]. Curso em Areia, presidido pelo Padre Crespo e uma equipe do DAC, chefiada pelo Dr. Loreiro. Nossos líderes brilharam pelo senso da doutrina social da Igreja e experiências dos problemas rurais. Foi marcado outro curso para Solânea, no mês de novembro. (Livro de Tombo da Paróquia Santo Antônio de Solânea, 30/08/1961)

Este trecho nos permite identificar a participação do governo por intermédio da ANCAR e do auxílio de movimentos de sindicalização solidificados no Nordeste, através do Padre Crespo, de Pernambuco. Formado um comitê de pré-sindicalização, buscaram aproximar-se da população rural por meio de reuniões nos sítios e fazendas. A presença do padre pernambucano é muito significativa nessas reuniões, assim como o direcionamento do

movimento por meio da Doutrina Social da Igreja. No curso de treinamento para líderes rurais realizado entre os dias 12 e 15 de novembro em Solânea, a Doutrina Social da Igreja fora tratada em círculos de estudo e assembleias. A Igreja Católica era central no movimento.

No dia 27 de novembro de 1961 foi fundado o sindicato rural de Solânea, Bananeiras e Dona Inês, com nome de Sindicato Intermunicipal dos Associados das Legiões Rurais de Solânea, conforme demonstra a ata de fundação. A carta sindical deste mesmo sindicato, porém, indica que sua fundação ocorreu no dia 11 de novembro de 1961. Segundo a ata de fundação, no salão da capela de Santa Tereza que fora fundado o sindicato rural de Solânea, Bananeiras e Dona Inês:

Compareceram as equipes dirigentes de 12 Legiões representando 624 famílias rurais, com mais de 3.500 membros da Legião. Foi feita uma concentração de agricultores e uma reunião dos membros da Legião Rural para tratar do plano de campanhas do ano de fundação do sindicato dos associados das Legiões Rurais e da possibilidade da criação de uma cooperativa de produção e crédito mútuo dos associados da profissão rural em nosso município. Na ocasião falaram alguns líderes rurais sobre a finalidade e as vantagens do sindicato gerando-se animado debate dos agricultores presentes e a ideia da imediata fundação do sindicato, escolha de uma diretoria provisória para tratar da organização. (Ata de fundação do Sindicato Intermunicipal dos Associados das Legiões Rurais de Solânea, 27/11/1961)

Segundo o jornal *Diário da Borborema*, de 25 de julho de 1962, o Padre José Fidélis teve grande interesse no movimento de sindicalização, buscando se reunir e atender as dúvidas dos trabalhadores que buscaram informações a respeito da sindicalização rural. A atuação do Padre José Fidelis foi fundamental. As entrevistas realizadas pelo SEDUP reafirmam sua importância para a fundação do sindicato: “Naquela época do Padre Fideli, que era envolvido com a Igreja de criar esse sindicato daqui de Solânea” (Teresinha do STR de Solânea); “Ele era incentivador” (José do STR de Solânea) e “ele dava o apoio total na igreja [...] e o apoio total veio da Igreja porque os membros do sindicato era quem fazia parte do S.C. de Jesus” (Marinerio do STR de Solânea). Antes de serem associados ao sindicato, esses mesmos trabalhadores já se encontravam nos quadros dos movimentos da Igreja em Solânea. E essa foi uma situação semelhante em todos os sindicatos conduzidos pela Igreja Católica na região. A atuação dentro dos movimentos religiosos conduziu muitos trabalhadores a cargos específicos dentro do sindicato, como a própria liderança do movimento sindical.

No dia 2 de julho de 1962 foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária em Solânea com a presença dos associados do sindicato com o intuito de: “a) Reconhecimento do sindicato. b) Leitura e aprovação dos presentes estatutos c/ eleição provisória de administração para efeito de promover o proferido reconhecimento ao ministério do trabalho” (Ata da

Assembléia Geral Extraordinária do STR de Solânea, 02/07/1962). O reconhecimento dos sindicatos nesse momento é importante para o movimento, conforme falaremos mais adiante. Ainda em 1962, foi realizada em Solânea a mudança da sede do sindicato, que até o momento funcionava na sede social da Ação Católica da Paróquia. Segundo o Livro de Tombo da Paróquia de Solânea:

Fizemos um empréstimo ao sindicato para a compra dos móveis que juntamente com outros pedidos a fim [ilegível] total de 75 mil cruzeiros à pessoa do vigário. A posse foi feita com a nova sede, ficando daqui por diante menos dependência do que antes. Ficou acertada a autonomia do sindicato dentro da linha da doutrina social da Igreja e supervisão apenas do assistente eclesiástico. Foram distribuídas na ocasião 100 carteiras profissionais assinada pelo presidente do pré-sindicato Francisco Morais e feito um depósito na caixa econômica de Bananeiras de 100 mil cruzeiros de arrecadações de sócios e sua garantia dos empréstimos feitos ao vigário. (Livro de Tombo da Paróquia de Solânea, 30/11/1962)

A nova sede do STR de Solânea foi inaugurada apresentando certa autonomia, porém essa autonomia se estabeleceu dentro dos limites da Doutrina Social da Igreja e contava ainda com supervisão do assistente eclesiástico. Afinal, após a mudança de endereço para uma sede própria, quão autônomo se tornou o sindicato? Em questões de ação prática, o sindicato permanecia sob forte influência dos direcionamentos do clero católico.

Em outubro de 1962 foram realizadas novas eleições sindicais em Solânea por motivo de renúncia do presidente Severino Camelo de Morais. Segundo o jornal *Diário da Borborema*,

Na oportunidade foi eleita a chapa encabeçada pelo sr. Joaquim Francelino, que é, por conseguinte, o novo presidente do Sindicato. As demais funções ficaram assim distribuídas: secretário - Expedito Soares de Maria; Tesoureiro - Severino de Almeida Cavalcanti; suplentes: Francisco Geriz de Oliveira e Maria do Livramento Silva. (*Diário da Borborema*, 17/10/1962)

No ano de 1963, Solânea recebeu a visita do Padre Antônio Melo, de Pernambuco, na ocasião, discursou para os camponeses. Segundo o jornal *Diário da Borborema* (23/10/1963, p. 3) o Padre teria sido aplaudido por mais de dois mil camponeses, o que demonstra o peso do movimento sindical na região. Além dos camponeses, estiveram presentes autoridades locais.

Entre as autoridades presentes à residência do pe. José Fidelis, que tiveram oportunidade de conversar com o líder camponês, encontravam-se: o dr. Normando Alves Feitosa, o juiz de direito de Solânea; prefeito Elísio da Rocha, daquele município; dr. José Benjamin promotor público da referida câmara, que fez a saudação ao ilustre visitante; dr. Simeão Cananéia, juiz de direito de Bananeiras; dr. José Everton Nóbrega Araújo, promotor de Bananeiras; sr. Mozart Bezerra Cavalcanti, prefeito eleito da mesma cidade; dr. Inaldo de Sá Barreto, supervisor da ANCAR em Bananeiras, dr. José Costa,

da ANCAR paraibana; dr. Urbano Andrade, diretor da Escola AgroTécnica Vidal de Negreiros, de Bananeiras; industrial Jurandi Rocha, representando os agricultores daquele município e dr. Djair da Silva Pinto, vice-prefeito de Solânea.

(*Diário da Borborema*, 23/10/1963, p. 3)

Como o sindicato era intermunicipal e congregava os municípios de Solânea, Bananeiras e Dona Inês, é possível identificar autoridades político-administrativas tanto de Solânea quanto de Bananeiras. Essas autoridades se reuniram com os Padres Fidelis e Melo ao final do evento. É muito sintomático perceber com quem se mantinham as relações de proximidade. Não foram com os trabalhadores rurais, mas foi entre os prefeitos, promotores, juízes que se manteve o diálogo mais estreito. Inclusive prefeitos que eram grandes proprietários de terra na região e que, com a eclosão do golpe de 1964, se colocaram em defesa da ditadura, como o sr. Mozart Bezerra, de Bananeiras. E se nos aprofundarmos apenas na família Bezerra Cavalcanti, perceberemos sua atuação também na Assembleia Legislativa em 1964, saudando o golpe, ou até mesmo contribuindo com a escapatória do Aguinaldo Veloso Borges no caso do assassinato de João Pedro Teixeira. Afinal, a quem servia o sindicalismo rural cristão do interior do estado da Paraíba? É importante não perder de vista as relações de proximidades entre as elites agrárias e a atuação da Igreja Católica neste processo.

Com exceção de Alagoa Nova, os demais municípios do Brejo paraibano tiveram seus sindicatos fundados no ano de 1962, não apenas criados, mas também reconhecidos. Esse reconhecimento é importante, pois, diante de uma corrida no interior do estado pela criação de sindicatos rurais, a microrregião do Brejo se estabeleceu como o local dos primeiros sindicatos rurais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) no estado da Paraíba, como demonstra Novaes (1997, p. 64):

Segundo um levantamento feito nos arquivos da Fetag-PB, 24 sindicatos foram fundados na Paraíba antes de março de 1964. [...] Os primeiros sindicatos reconhecidos, em 9 de julho de 1962, foram justamente os da área de influência da Igreja Católica: Areia, Serraria, Mari, Solânea e Alagoa Grande.

Fica evidente a importância dos sindicatos do Brejo paraibano e também seu favorecimento diante dos demais, afinal esses sindicatos foram fundados com o apoio do clero católico e do governo estadual em um contexto de forte projeção das Ligas Camponesas. Para sistematizar, podemos visualizar na tabela 2 o ano, área de abrangência e responsável pela fundação dos sindicatos rurais do Brejo até 1962:

Tabela 2

Ano de reconhecimento*	Abrangência do STR	Fundadores
1962	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia e Remígio	Cônego Rui Vieira e Congregação Mariana com apoio dos proprietários rurais.
1962	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Alagoinha e Juarez Távora	Padre Geraldo Pinto
1962	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serraria, Pilões, Borborema e Arara	Padre Hidelbrando Rodrigues de Oliveira
1962	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras, Solânea e Dona Inês	Padre José Fidélis

\*Ano de reconhecimento do sindicato pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social por meio da Carta Sindical.

Os sindicatos de Areia e Remígio; Alagoa Grande, Alagoinha e Juarez Távora; e Serraria, Pilões, Arara e Borborema foram reconhecidos oficialmente pelo MTPS no dia 9 de julho de 1962, e fazem parte dos cinco primeiros sindicatos de trabalhadores rurais reconhecidos na Paraíba, segundo o *Diário da Borborema*. O sindicato de Solânea, Bananeiras e Dona Inês recebeu seu reconhecimento logo depois, no dia 24 de setembro de 1962, conforme sua respectiva carta sindical. Esses sindicatos, junto ao de Mari e Itabaiana, deram origem à Federação da Lavoura Canavieira (FLC) no dia 19 junho de 1963:

A Federação começou a funcionar na Avenida Senador João Lira, 697, no edifício do Círculo dos Trabalhadores Cristãos de João Pessoa. Sua administração funcionava no primeiro andar onde havia uma sala grande, na qual funcionavam os treinamentos (hoje, sala Hely Cantalice) sendo que ao lado funcionavam duas outras salas: uma servia de dormitório e a outra de setor jurídico. Embaixo, no térreo, havia uma cozinha bem simples e um salão mal acabado com uma mesa, uns bancos grandes, onde o pessoal fazia refeições. Nesse prédio, cedido pelo Círculo Operário, a Federação funcionou até 1969, época em que foi transferida para a Rua Rodrigues de Aquino, 733 onde até hoje está instalada, passando a denominar-se Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba - FETAG-PB. (FREIRE, 1990, p. 40-41)

Os sindicatos do Brejo que deram origem à FLC eram liderados pelo clero mais conservador. Esse conservadorismo foi estampado nas páginas do jornal *A Imprensa*, já referidas aqui: “Quem comanda no Nordeste não são os comunistas, mas a Igreja Católica” (*A Imprensa*, 10/6/1962, p. 2). Em ataque às Ligas, o movimento sindical católico se colocava como o único interessado em efetivamente resolver os problemas dos trabalhadores rurais. Com

interesse de atingir mais micro e mesorregiões, foi fundada em 1963 a segunda equipe de sindicalização do estado, vinculada à Diocese de Campina Grande. Esta equipe foi responsável pela criação dos sindicatos de Campina Grande, Alagoa Nova, Lagoa Seca e região. Manteve a linha de atuação e direcionamentos da Igreja. Porém, como demonstra Regina Novaes (1997, p. 65), “embora existissem as equipes de sindicalização a nível estadual, os sindicatos só se viabilizaram nos municípios em que o pároco local também abraçou a idéia”. A esta altura, em 1963, a sindicalização rural não era um movimento apenas da Igreja: as próprias Ligas e o Partido Comunista também disputavam este espaço de organização coletiva.

Apesar da crescente concorrência, Regina Novaes (1997, p. 64) nos indica a Igreja como a grande vencedora da disputa de sindicalização rural na Paraíba. Dos 24 sindicatos na Paraíba antes de março de 1964, apenas dois não tiveram a participação religiosa em sua fundação. Porém a atuação autônoma dos trabalhadores rurais no interior desses sindicatos católicos não pode ser menosprezada, como bem lembra a própria autora:

O discurso de harmonia social, expresso por estes Padres, não garantiu que sindicatos por eles fundados ficassem impermeáveis à conjuntura de explicitação de conflitos entre grupos sociais antagônicos. Assim, nem mesmo os festejados sindicatos criados sob a influência do Cônego Rui Vieira ficaram imunes às influências daquele momento de crescimento da mobilização política. (NOVAES, 1997, p. 64)

Diria que não somente a atuação dos sindicatos, mas alguns Padres acabam se tornando suscetíveis a novos posicionamentos gerados em meio à crescente mobilização dos trabalhadores, especialmente os rurais, na Paraíba. Se até o momento agiam como intelectuais orgânicos, contribuindo com o estabelecimento da visão de mundo da classe dominante, a conjuntura do golpe e pós-golpe de 1964 levou esses sacerdotes e partes da própria Igreja a novos direcionamentos políticos.

Os três anos de atuação dos sindicatos rurais do Brejo Paraibano antes do golpe civil-militar tiveram diversos desdobramentos. Inicialmente, as ações dos sindicatos se voltaram para assistência básica de saúde, como já foi demonstrado anteriormente:

#### ASSISTÊNCIA MÉDICO-DENTÁRIA

O sindicato dos trabalhadores rurais de Areia e Remígio organizou um completo serviço de assistência médico-dentária para seus associados. E isto graças a colaboração do Governador Pedro Gondim e do Dr. Antonio Padilha Freire, secretário da saúde.

Desde o mês de maio que o médico Ernani de Souza Diniz e a Dra. Maria Auxiliadora Ramos atendem aos camponeses no próprios Centros Sociais Rurais.

Além destas visitas à zona rural, o Serviço Social da Paróquia de Areia inaugurou solenemente, na sede do município no dia 16 do corrente, um completo ambulatório onde os dois ilustres profissionais se colocaram à disposição dos trabalhadores sindicalizados, nos dias de sábado.  
(*Diário da Borborema*, 03/07/1962, p. 8)

A assistência médico-dentária era atrativo para a filiação dos trabalhadores no sindicato. É importante lembrar que essa assistência ocorria em parceria com o governo estadual, selando mais uma vez a aliança entre a Igreja e o Estado neste processo.

Para além da assistência médico-dentária, os sindicatos atuavam no esclarecimento dos direitos dos trabalhadores, como demonstra um dos entrevistados pelo SEDUP, José, do STR de Alagoa Grande:

Sempre naquela época... infelizmente para os pequenos produtores a gente sempre... a gente ia pra lá esclarecer os direitos dos pequenos produtores, e também naquela época era um período que a gente dispunha, e o movimento sindical tinha sempre condições melhores para oferecer para os trabalhadores, uma assistência melhor, e a gente sempre esclarecia os direitos a eles, como também o problema do assistencialismo. (José, do STR de Alagoa Grande)

Além das reuniões nos próprios sindicatos, foram criadas delegacias sindicais que apoiavam as entidades em regiões mais longínquas. É importante perceber que em nenhum momento a Igreja Católica negava os direitos dos trabalhadores, pelo contrário, lutava por eles, fosse por uma reforma agrária ou por direitos mínimos como salário. Porém o que difere de outros movimentos é como devem ser conseguidos esses direitos e seus limites: por meio da intermediação do clero da Igreja Católica e de concessões do Estado, de forma hierárquica, quase como uma grande benevolência do Estado e dentro da ordem capitalista, dos parâmetros de reconhecimento da legitimidade da propriedade privada. Por isso que o caminho assistencialista e corporativista, afeito aos ganhos mais imediatos e menos estruturais da questão agrária, é tão marcante nesses sindicatos.

Não podemos deixar de perceber que mesmo esses sindicatos evitando a “temida luta de classes”, houve reações negativas à atuação do movimento sindical pelas classes dominantes:

Tinha um sistema de cobrança de todas as delegacias, naquela época se fazia reuniões e se falava nas delegacias de: gavião, caiana, sítio tanques, rapador, as delegacias foram fundadas nas áreas dos pequenos produtores, infelizmente a gente não tinha condições de fundar delegacias sindicais como usina Tanques e outros setores, porque a perseguição era muito grande. (José, do STR de Alagoa Grande)

O relato de um dos associados do STR de Alagoa Grande alerta sobre a perseguição ao sindicato ocorrida na Usina Tanques. Muitos proprietários não permitiam a atuação dos sindicatos em suas propriedades, e isso não foi um acontecimento exclusivo de Alagoa Grande, o que nos ajuda a perceber a singularidade de Areia em relação ao apoio dos proprietários de terra da região. Em Solânea, o sindicato também enfrentou perseguições. Segundo um dos entrevistados do SEDUP, o sindicato lutava pela terra e desde o período inicial já buscava acesso à aposentadoria pelo trabalhador rural. As visitas aos trabalhadores eram disputadas pelo medo imposto pelos patrões:

O pessoal do sindicato prestava assistência visitando o campo, visitava algumas fazendas e com isso os patrões ficavam contra. Quando o sindicato ia em uma propriedade, eles ficavam dizendo para os trabalhadores, que se fossem assistir a reunião, ele botava pra fora da propriedade. (José, do STR de Solânea)

Tentar impedir os trabalhadores de comparecerem às reuniões sindicais foi apenas umas das formas de perseguição encontrada pelo patronato. Além do medo de serem expulsos, os trabalhadores eram motivados a não se filiar, mesmo a estes sindicatos vinculados à Igreja Católica: “Eles botavam na cabeça do trabalhador que o sindicato era um bicho de sete cabeças. O trabalhador não se associava porque o sindicato era um órgão que queria tomar o que é dos outros” (Marinerio, do STR de Solânea). Envoltos de um poder coercitivo e simbólico, os grandes proprietários persuadiam os trabalhadores, construindo uma visão negativa da ação dos sindicatos. Porém a atuação dos grandes proprietários não ficou na retórica. Além da violência simbólica houve também violência física, e até prisões foram mencionadas nas entrevistas dos associados ao STR de Solânea:

Aqui houve perseguição contra Zé Pereira, no tempo que eles estavam devendo, ainda o pessoal da várzea, sta Tereza. Os patrões se organizaram e foram ameaçá-los. O patrão chegou lá e botou o revólver em cima do Zé Pereira, mas o pessoal defendeu, porque estavam organizados e por isso não aconteceu o assassinato do companheiro. Houve muitas ameaças. Nas primeiras lutas que houve aqui, houve prisões de advogados. (José, do STR de Solânea)

Em alguns momentos, os próprios sindicatos atuaram em benefício dos proprietários rurais. É sempre bom lembrar que orientados pela Doutrina Social e pelo corporativismo, a Igreja Católica buscava por meio dos “sindicatos dos padres” a conciliação entre as classes. Então agir em benefício dos patrões fazia parte do processo, mesmo que, de forma mais enfática, se buscasse agir em prol do trabalhador – sempre dentro dos limites da ordem social,



econômica e política vigente. Estas constantes práticas de conciliação fizeram, por vezes, com que o próprio movimento sindical carecesse de credibilidade entre os trabalhadores, como reportou Terezinha, filiada ao STR de Solânea no início da década de 1960, em depoimento oral ao SEDUP em 1992:

Eu me alembro que logo no início, o presidente não era muito desligado dos trabalhadores, eu ainda lembro que ele lutou ao lado dos trabalhadores com a campanha salarial, nessa época de Zé Pereira, ele também participou de conflitos, e a gente lá com ele, nessa época a gente via que ele tinha uma função de lutar pelos trabalhadores, quer dizer os trabalhadores luta e ele ajuda. Depois é que ele foi desistindo, ficou cortando. Assim, dos dois lados querendo dá assistência aos trabalhadores e dando assistência ao patrão. Aí ficou uma coisa meio difícil, porque na hora em que ele se reunia pra defender... se os dois juntos, ele ouvia o trabalhador e ouvia o patrão. Dava chance ao patrão e não dava chance ao trabalhador. A gente teve um processo meio medonho, a gente queria defender um pequeno trabalhador e o presidente também, mas na hora chegou o patrão, ele trancou a gente no quarto e defendeu mesmo o patrão, e a gente ficou... iludido, sei lá... (Terezinha, do STR de Solânea)

Nas atas de reuniões dos sindicatos é possível perceber mais de perto a atuação do presidente do STR de Alagoa Grande frente às dificuldades dos associados. Assim como no STR de Solânea, o presidente orientou que os trabalhadores procurassem promover a resolução de seus problemas com seus patrões sem litígios, pelo diálogo e sem a mediação do sindicato, ao menos em uma primeira tentativa:

Primeiro o prezidente pidio sugestões dos associados i falou o Sr Odilom Gonsalvi que o seu patrão o Dr Clóvis que os seus moradoris lucrou a lavora i ele tomou o roçado dos moradoris.

Falou Manoel Miguel reclama que mora com o Sr Expedito e da 3 dia de condição a 200,00 cruzeiro i o senhor Serjo na mesma propriedade da mesma reclamação, João Macelino Viera fala que da 3 dia de condição a seu Patrão a 300,00 cruzeiro. Morador em Brejinho Maria Roza moradora em Ribeiro reclama ganha 100,00 cruzeiro por dia e não dar para viver, Severino Anrique [ilegível] Lima diz que é morador a 23 anos i o Patrão diz que [ilegível] i aranca pela raiz.

O prezidente falou aos associados que não se pode se esconder mais nada dos Patrões i como as sugestões avançou muito marcou outra reunião em assembléia para o dia 2 di novembro e pediu que todos se entendesse com os seus patrões para melhor se rezover a situação de todos. (Ata de Reunião do STR de Alagoa Grande, 27/10/63)

Outras dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais no Brejo que buscaram resolução no sindicato, foi a falta de arrendamento. Mesmo com terra, os patrões não queriam arrendar. É perceptível que pouco se podia fazer em relação às dificuldades enfrentadas pelos

trabalhadores. E mesmo diante desse clima de conciliação, e até mesmo de não intervenção, os presidentes e até mesmo os padres eram “confundidos” com esquerdistas. Isso se deve ao acirramento das disputas do pré-golpe. Com a consumação do golpe, o sindicalismo na Paraíba ganhou novos desafios, sobre os quais iremos tratar a seguir.

## **4.2 O golpe de 1964 e os sindicatos rurais: perspectivas**

Em 31 de março de 1964 foi deflagrado o golpe de estado que destituiu João Goulart do cargo de Presidente da República do Brasil. Os anos que antecederam o golpe civil-militar foram marcados pelas crescentes mobilizações populares e fortalecimento das reivindicações de diversas camadas de trabalhadores. Para o governo, as reformas de base se tornavam cada vez mais centrais. Dentro desse pacote de reformas elaboradas pelo governo de Jango desde 1961, e reafirmadas publicamente no Comício das Reformas, o Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964, estavam as reformas agrária, administrativa, fiscal e outras medidas que desagradavam a camada conservadora no Congresso e na sociedade civil.

Com a roupagem de combate ao comunismo, os militares, apoiados por diversos setores da sociedade, entre eles a Igreja Católica, além de parte do Congresso Nacional e do STF, deram o golpe e assumiram o poder. As reformas de base não se concretizaram e a repressão caiu sobre todos aqueles que de alguma forma estavam vinculados ao suposto “plano comunista” em marcha no país.

Na Paraíba, o governo de Pedro Gondim já dava demonstrações de apoio aos grupos conservadores antes mesmo do dia 31 de março, como relata Paulo Giovani Antonino Nunes (2014, p. 87-88):

A guinada do governo, no sentido de sua vinculação definitiva com os grupos conservadores, já se mostra nas conseqüências do episódio de Mari, onde o Governador, além da medida de praxe representada pela abertura de um inquérito para identificação dos culpados, procede à montagem de um forte esquema de repressão aos camponeses, enviando para os locais de maior tensão um forte aparato policial comandado pelo coronel Luiz de Barros. O governo também fez alterações no aparato policial, tentando reforçar a comunhão que se estabeleceu entre o Governo do Estado e os representantes das Forças Armadas no Estado, após os desdobramentos dos conflitos de Mari e da Faculdade de Direito, e não permite qualquer tentativa de realização de manifestações contestatórias em João Pessoa e em outras localidades. Estas mudanças de postura do governo Gondim são claros indicativos do novo direcionamento político adotado pelo governo. Muito mais do que apenas o reforço das vinculações com as classes conservadoras, o que se percebe, a

partir desse posicionamento do governador, é o estabelecimento, anteriormente ao 31 de março, de uma franca sintonia do Governo do Estado com os interesses e com o pensamento das Forças Armadas.

Mesmo com essa íntima aproximação com os grupos conservadores, o golpe de 1964 não era esperado pelo governo estadual. A própria composição do governo não tinha posições homogêneas em relação ao que se passava no âmbito federal. Porém, quando deflagrado o golpe, Gondim cedeu à pressão dos militares e aderiu ao movimento: “Gondim sofreu pressão dos militares para aderir, contudo só tomou sua posição no dia seguinte, com a chegada do líder do governo à Assembleia, Antônio Vital do Rêgo” (NUNES, 2014, p. 91). Compreendendo a magnitude do movimento, inclusive sua própria liberdade e sobrevivência política, o governo de Pedro Gondim saudou o golpe, autodenominado de “Revolução”, por meio de uma nota emitida na rádio Tabajara.

No Brejo, dias após a adesão do Pedro Gondim, o governo municipal de Bananeiras celebrou o movimento golpista de 1964. Segundo o jornal *Diário da Borborema*, “Bananeiras” teria “liderado” a luta contra “os comunistas” festejando a ação dos militares:

BANANEIRAS LIDEROU NO ESTADO A LUTA CONTRA OS COMUNISTAS

Bananeiras - Bananeiras recebeu com júbilo a queda do comunismo e enalteceu o patriotismo e a vigilância das nossas forças armadas. Foi o prefeito Mozart Bezerra Cavalcanti o primeiro edil interiorano a se congratular com o governo Pedro Gondim após o seu posicionamento em prol da democracia. [...] Edgar Santa Cruz, aplaudido pelos presentes, levantou um brinde às Forças Armadas.

(*Diário da Borborema*, 15/04/1964, p. 6)

Além da comemoração dos políticos pelo estado, a Paraíba assistiu a diversas manifestações populares junto à Igreja Católica em diversas cidades por meio das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. A postura oficial da Igreja na Paraíba foi de apoio ao golpe. O então arcebispo da arquidiocese da Paraíba, Dom Mário de Miranda Villas-Boas, emitiu uma nota no jornal *A Imprensa* com o seguinte teor:

O ARCEBISPO SOLIDÁRIO COM O MOVIMENTO RESTAURADOR

Exprimindo os sentimentos altamente patrióticos, ante os últimos acontecimentos que resultaram em necessária renovação de regime democrático nacional, o sr. Arcebispo Metropolitano D. Mário Vilas-Boas telegrafou aos principais chefes deste movimento que podemos considerar o mais firme golpe em todo o plano de comunização do país, próximo a concretizar-se. A palavra de nosso culto é mui virtuoso guia espiritual, é uma segurança para nossas opiniões, na presente conjuntura que atravessa o Brasil.

Nestes termos foram redigidas as mensagens telegráficas de Sua Excia. Revdma.:

JOÃO PESSOA, 2 - General Justino Alves. Comando do 4º Exército. Recife. Na pessoa de Vossa Excia, saúdo nossas brilhantes forças armadas, que defenderam muito oportunamente nosso Brasil. DOM MÁRIO, Arcebispo.

JOÃO PESSOA, 2 - Cardeal Câmara. Palácio Sumaré. Rio, Gb. Admirável vigilância serena Vossa Eminência é uma luz neste momento. Saúdo efusivamente Vossa Eminência. DOM MÁRIO, Arcebispo.

JOÃO PESSOA, 2 - Governador Pedro Gondim. Palácio da Redenção. Nesta. No dealbar desta aurora de nova paz, saúdo Vossa Excelência cuja colaboração foi muito oportuna presente momento. DOM MÁRIO.” (*A Imprensa*, 05/04/1964, p. 1)

As manifestações da Igreja Católica na Paraíba são reflexo de uma posição política mais ampla da alta hierarquia da Igreja no Brasil. A adesão ao governo dos militares perdurará durante alguns anos até frações da Igreja Católica adotarem posicionamentos diferentes e romperem com a ditadura. Mais adiante voltaremos a tratar do apoio da Igreja à ditadura na Paraíba.

Ainda em relação às instituições, a Assembleia Legislativa e Câmara Municipal de João Pessoa tiveram um papel primordial no que tange à repressão nos primeiros dias de abril de 1964:

A Assembléia Legislativa, através de seu presidente Clóvis Bezerra (UDN) apóia de imediato o golpe e a Câmara Municipal de João Pessoa, também. Ambas as casas legislativas, antecipando-se às determinações estabelecidas pelo Governo Federal através do AI-1, procederam à cassação dos mandatos de parlamentares supostamente envolvidos com atividades e ideologias consideradas subversivas. (NUNES, 2014, p. 94)

Os mandatos cassados na Assembleia Legislativa foram dos deputados Assis Lemos e Lagstein de Almeida e seus suplentes, enquanto na Câmara Municipal de João Pessoa foi cassado o mandato do vereador Antônio Augusto de Arroxelas. Ao todo, foram cassados mais de vinte mandatos na Paraíba, entre eles de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, suplentes e os casos já mencionados. A cassação dos mandatos foi apenas uma das facetas da repressão no estado. Em nome de combate ao comunismo e às ideologias consideradas subversivas, foram silenciadas as vozes da oposição nas casas legislativas.

Para além do âmbito político-institucional, outros setores da sociedade foram perseguidos pela nova ditadura e seus apoiadores na Paraíba. Foram invadidas a Associação Paraibana de Imprensa (API) e a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR). A CEPLAR, que contava com membros progressistas da Igreja Católica, era repudiada pela

própria Igreja, que a acusava de “comunização”, conforme se observa na nota abaixo do periódico arquidiocesano, publicado poucos dias depois da eclosão do golpe:

#### A CEPLAR COMUNIZA

A CEPLAR, órgão que conta em suas fileiras, os mais visados agitadores da região, continua sua campanha de comunização, ao invés de educar. Contudo seus trabalhos não estão surtindo efeito, pois o povo (digo a massa humana que espontaneamente se impõe contra os entreguistas comunistas) está contra êles. (*A Imprensa*, 12/04/1964, p. 4)

O afastamento da sociedade do “comunismo” causou júbilo à alta cúpula da Igreja. É interessante pensar que era acusado de comunismo nesta conjuntura toda alternativa e oposição ao poder estabelecido. A atuação golpista dos militares chegou a ser comparada à intervenção divina no jornal *A Imprensa*, da Igreja paraibana, utilizando-se dos símbolos religiosos para construção e/ou reafirmação do imaginário anticomunista na Paraíba após o golpe de 1964: “Cada dia que passa, mais nos convencemos da intervenção celeste, nestes últimos acontecimentos do país” (*A Imprensa*, 12/04/1964, p. 1).

Das categorias, grupos e organizações que sofreram algum tipo de repressão na Paraíba, as Ligas Camponesas foram as mais perseguidas. Segundo Tosi (1988, p. 117-117), “suas sedes são fechadas, os dirigentes e militantes presos, mortos, torturados, perseguidos, exilados e centenas de ‘camponeses’ são entregues a violência e a revanche dos latifundiários”. Os latifundiários encontraram no novo regime liberdade para atuarem contra as Ligas Camponesas e seus dirigentes. A atuação contra as Ligas demonstra o incômodo causado por esse movimento aos proprietários da região. Silenciar as Ligas era silenciar a esperança dos trabalhadores rurais, que se viram representados e engajados numa luta pelos seus direitos básicos.

Os sindicatos rurais também foram atingidos, mesmo que em menor intensidade pela repressão. O prestígio da Igreja Católica contribuiu para preservar em certa medida os sindicatos ligados aos padres. Mesmo assim, “várias diretorias sofrem intervenções, dirigentes são presos, e até alguns Padres chamados a depor na polícia e os mais atuantes, obrigados a sair da região” (TOSI, 1988, p. 117-118). Em Bananeiras, no Brejo paraibano, o diretor do STR do município, José Rufino, foi preso por orientação dos proprietários locais por organizar um trabalho coletivo junto a vinte famílias.

No bojo dos combates às Ligas Camponesas, a ditadura militar tratou de incentivar e/ou reforçar certas organizações de massa, primordialmente os sindicatos de trabalhadores rurais, como meio de evitar suposta rearticulação camponesa que pudesse colocar em perigo o novo sistema de poder. Tratava-

se de enquadrar o movimento camponês, canalizando-o para dentro do aparato do Estado, para que este passasse a ter o controle direto da sua organização. (NOBRE, 1990, p. 5)

Seguindo o modelo corporativista, alguns sindicatos permaneceram em funcionamento, outros foram fechados. Algumas diretorias foram cassadas ou renunciaram aos cargos. A ditadura militar mantinha à frente do sindicato normalmente a ala conservadora ligada à Igreja Católica e intervinha nos quadros ligados à esquerda, substituindo por aqueles com conduta mais moderada. A repressão afastou qualquer papel reivindicativo dos sindicatos, esvaziando-os de suas funções e gerando um período de crise: “O sindicato entra em recesso por falta de pessoas dispostas a se associarem, sendo a Federação obrigada a nomear juntas de interventores” (TOSI, 1988, p. 122-123). Assim, a repressão não afasta apenas o papel reivindicativo das entidades, mas os próprios trabalhadores dos sindicatos. A FETAG na Paraíba também foi atingida, quando membros da diretoria foram chamados para prestarem depoimentos. Sem muitos transtornos, a FETAG teve permissão para continuar funcionando, provavelmente por estar ligada ao movimento sindical liderado pelos Padres da Igreja.

Em Alagoa Grande, ao mesmo tempo em que prisões de trabalhadores urbanos e rurais eram praticadas, em reunião na sede do sindicato em 26 de julho de 1964, o presidente do STR local discursava afirmando que o Exército acabou com a infiltração comunista no país. O discurso do presidente do sindicato estava alinhado ao discurso do novo regime, que insistia na retórica de um grande mal que assolava o país e que estava prestes a atacar. Na mesma ocasião, o Padre Geraldo Pinto corroborou com o mesmo discurso: “O presidente fala na garantia dos sindicatos. O prez. deu a palavra ao Padre Geraldo Pinto e este falou na revolução que não veio acabar com os sindicatos e sim acabar com o comunismo” (Ata de Reunião do STR de Alagoa Grande, 26/7/1964). O mesmo tom foi mantido pelo presidente da Federação dos Sindicatos Rurais da Paraíba:

Os sindicatos não sofreram e o sindicalismo continua normal i hoje já temos adeogado [...] Disse que a revolução não mandou a soita os trabalhadoris e falou que o alto comando não mando acabar com os direitos dos trabalhadores falou nos Bispos que falaram no dia 13 de abril de 1964 apoiando os lidas sindicais falou nos puliticos que engana os trabalhadores na época de eleição com bobagem, falou que o homem não pode chegar em caza querendo fazer da mulher uma escrava. (Ata de Reunião do STR de Alagoa Grande, 26/7/1964)

Pela tônica dos registros acima, é fácil perceber porque alguns sindicatos não sofreram repressão e/ou não foram fechados. Esse alinhamento político permitiu a sobrevivência do

sindicalismo rural em alguns municípios da Paraíba, sobretudo na microrregião do Brejo. Porém o esvaziamento e até mesmo o medo se fizeram presentes na trajetória desses sindicatos em decorrência da repressão que atingiu o campo no pós-golpe. Por meio das atas de reuniões do STR de Alagoa Grande é perceptível a tentativa de conscientização da função do sindicato pelo presidente, delimitando quais eram suas atribuições e se afastando da designação de comunista, assim como o medo instaurado em alguns associados:

O Sr. priz. pediu sugestões aos trabalhadores o sr José Antônio disse que os moradores de seu Ineiz: diz que não foi sindicato porque não vai sofrer outra vez como nos dias primeiros de abril e o sr Severino Izidio Ferreira diz que os trabalhadores de lá de onde ele mora não paga porque não ver nada a seu favor e o sr Zezito disse que se os trabalhadores não fossem readucados não podia continuar com os sindicatos, o Presidente falou que sr Zezito fosse se tratar em medicamento para depois se fazer um delegado rural. (Ata de Reunião do STR Alagoa Grande, 25/10/1964)

Um associado, José Antônio, lembrou o sofrimento vivido no dia 1º de abril do ano de 1964 e recuou diante em sua participação no sindicato. O medo se impôs sobre aqueles que foram violentados física ou simbolicamente. Baseado nesse medo que se instaurou, os dirigentes tentaram restabelecer tranquilidade aos associados, afirmando que o movimento sindical é um espaço do bem, seguro. Em uma reunião ocorrida em Alagoa Grande no dia 27 de setembro de 1964, o Padre Paulo Crespo, de Pernambuco, reafirmou a função do sindicato, lembrando que o mesmo não quer fazer mal a ninguém. Mesmo com um discurso anticomunista da diretoria e do Padre, o sindicato ainda fora associado ao comunismo pela esposa de um dos associados e, por isso, buscou impedir uma reunião em sua residência:

Agora mesmo comvidei o Presidente e o secretário para fazer uma reunião do sindicato em minha casa e a minha patrão Maria Moraz disse que esta lei do sindicato não presta e é comunista, e disse não presta porque é do Padre, falo o priz aos trabalhador que esta moça não é ruim e sim ela precisa compreender o que é o sindicato. (Ata de Reunião do STR de Alagoa Grande, 25/10/1964)

Os líderes sindicais dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande tentaram afastar-se de qualquer tipo de associação ao comunismo. Em algumas linhas da ata de reunião de 29 de novembro de 1964, é possível perceber a contínua construção do imaginário anticomunista mesmo após o golpe: “Falou que um homem que estudou 5 idiomas e este era um sacerdote, e este disse que na Polônia comunista é um povo sem religião. (Ata de Reunião do STR de Alagoa Grande, 29/11/1964). Ao mesmo tempo que se reforçava que o comunismo estava aliado a um povo sem religião, algo inimaginável para uma sociedade predominantemente católica e com

forte religiosidade no meio popular, nas reuniões sindicais era continuamente evidenciada a importância do novo regime: “Falou qui o Castelo Branco quer construir uma pulitica sincera e certa”; “Falou qui diz aos proprietários eles não sabem dar valor a este governo” (Ata de reunião do STR de Alagoa Grande, 29/11/1964). Mesmo alinhados politicamente ao novo regime, o sindicato encontrava dificuldades para compor o quadro de associados, que permaneceram sendo impedidos de se filiarem pelos patrões:

E comtina falando qui o patrão não podi proibi o morador tirar sua carteira di sindicato porque di hoje em diante o trabalhador só pode rezover todos seus direitos por meios de sindicato i falou qui o trabalhador já pode procurar tirar sua carteira proficional do Ministério do trabalho, i falou que esta cart. não si pode dexar de tirar.” (Ata de reunião do STR de Alagoa Grande, 31/1/1965)

O regime militar não buscou extinguir o sindicalismo rural, mas controlar o processo de sindicalização rural, assim como o sindicalismo brasileiro de forma geral. Fica bem visível na fala do presidente do STR de Alagoa Grande como seriam resolvidos os problemas e os “direitos” dos trabalhadores rurais: por meio do sindicato como único caminho. Desta forma, limitava-se a possibilidade de novas organizações autônomas no meio rural como as Ligas Camponesas. Em uma das reuniões do sindicato, em 28 de março de 1965, o presidente do STR de Alagoa Grande falou sobre cartas enviadas tanto ao presidente Castelo Branco quanto ao ministro do Trabalho, informando sobre a realidade e dificuldades do seu sindicato:

Falou sob a carta qui mandou para o prezidente Castelo Branco, i leu também a carta qui mandou ao ministro do trab. sob os abuzos qui os proprietarios estão fazendo contra a lei i contra os moradoris, leu tambem a carta qui mandou para o padri Pedro no rio, mostrando a ele qui tinha escrito para o Castelo Branco e para o ministro do trab. i continuano falando atos qui em qualidade de Priz. tenho o direito de apresentar todos senhoris e todos os poderes públicos falou sob sua situação que é o mesmo sofrimento di todos, terminou a reunião com a prezencia de 43 socio. (Ata de reunião do STR de Alagoa Grande, 28/3/1965)

Essa relação de proximidade com a ditadura não ocorreu em todos os sindicatos do Brejo, pelo menos não desde o início. Diferente do sindicato rural de Alagoa Grande, o sindicato de Solânea, Bananeiras e Dona Inês sofreu intervenção e foi fechado no imediato pós-golpe, assim como perseguições e atos de violência repressão foram executados. É o que demonstra o Padre José Fidélis no Livro de Tombo da Paróquia de Solânea:

De Areia, parti para reassumir a Paróquia a 26 de abril [de 1964]. Incalculável foi a multidão que aglomerou na entrada da cidade até a matriz, conduzindo flores, que eram jogadas pelas crianças, por entre palmas, fogos e cantos do salmo “Demos graças ao senhor porque Ele é bom”. Após três meses de



ausência que mesmo não suportava mais aquela separação que me pesava mais das que às calúnias e perseguições dos políticos e proprietários rurais que continuavam a apontar-me ao povo como comunista e patrono de agitadores (os líderes do sindicato rural e da JAC).

Marcamos nesta ocasião da Páscoa coletiva realizando a 1º no dia 1º de maio com grande número de trabalhadores rurais, que aclamaram o Papa João XXIII, o patrono, Pai e Mestre dos trabalhadores rurais no encerramento de sua Páscoa, na Matriz. Todo o mês de maio foi de incentivo de volta às bases de trabalho, para levantamento do espírito dos camponeses, [ilegível] pela violência dos falsos intérpretes da revolução de 31 de março de 1964, movimento armado que depôs o presidente J. Goulart e fez sindicância nos movimentos rurais, para afastamento de possíveis influências dos comunas.

Durante os meses que estive em licença para repouso e tratamento de saúde, muitos dias dediquei ao transporte de líderes rurais perseguidos, tendo [ilegível] duas viagens, para ocultar o presidente do sindicato e levá-lo ao médico especialista em nervos, para que ele não enlouquecesse nas minhas mãos. Fiz viagens de sindicância à secretaria do exterior, as [ilegível] do 15º R.I. e engenharia para conseguir legalizar minha vinda para Solânea em revista de denúncia no 4º exército do Recife [ilegível] e precatória de prisão no [ilegível] de polícia local, como subversivo. Do Recife a Solânea dei esclarecimento de como vinha trabalhando há 2 anos, conseguindo do Cap. [ilegível] Postela, [ilegível] em nome do comando e incentivo reforçado pelo major Cordeiro para continuar o trabalho. Na residência do deputado Clóvis Bezerra em João Pessoa, referindo-lhe os [ilegível] e incentivo dos militares fui decepcionado pela violenta ameaça de denúncia da tribuna da assembléia, dos processos de agitação que os líderes rurais de Solânea e Bananeiras, sob minha orientação vinham realizando. Referia-se aos [ilegível] processos que no “fórum” e junta de conciliação do sindicato, vinham sendo [ilegível] e encontrados, às vezes ‘debaixo de vara’. [ilegível] desde este dia que os políticos não tem amigos, nem podem ser levados a sério, quando falam desta [ilegível] da amizade. De fato o que procurei salientar nesta ocasião, foi a política errada de se perseguirem camponeses indefesos e a licença que eu trazia, de abrir a sede do sindicato, se quiserem. Mas não quis, nem o Presidente poderia reiniciar as atividades, por [ilegível] em tratamento dos nervos, por esgotamento. Superei essa fase, durante o mês de maio, pregando a ajudando a revolução a pedido dos próprios militares que me orientaram, ouviam o Presidente do sindicato e garantiram a reabertura do mesmo, com a volta dos sócios e propagação da linha da revolução de apoios aos líderes rurais. (Livro de Tombo da Paróquia de Solânea, 31/5/1964)

O Padre José Fidelis passou três meses afastado da paróquia. Nesta mensagem ele evidencia a angústia sofrida durante esses meses, decorrente da separação do seu ofício. Já mencionamos neste trabalho a atuação dos grandes proprietários frente ao movimento de sindicalização rural, mesmo que este movimento estivesse mais alinhado aos seus próprios interesses do que contra. Assim, o processo de sindicalização rural em Solânea era considerado por alguns como um movimento comunista, de agitadores. Essas perseguições e calúnias causaram um grande desconforto para os dirigentes sindicais e para este Padre.

A recepção e acolhida dos moradores de Solânea demonstra o apreço que tinham pelo sacerdote. Como mencionado pelo Padre, o mês de maio foi dedicado ao trabalho de base, já que muitos trabalhadores se dispersaram após a repressão oriunda do golpe civil-militar. Esta repressão foi mencionada pelo pároco como “violência dos falsos intérpretes da revolução”, o que é muito sugestivo, já que parece haver um verdadeiro intérprete onde a violência não faz parte do comportamento. Porém a repressão ao Sindicato de Solânea, Bananeiras e Dona Inês ocorreu através de denúncia na Assembleia Legislativa, pela qual acusava-se o Padre José Fidelis de agitador e subversivo, razão pela qual se justificou o fechamento do sindicato pela ditadura. Por duas vezes no trecho acima foram mencionados os problemas psicológicos que o presidente do sindicato vinha enfrentando em decorrência da repressão golpista. O próprio Padre José Fidelis indicou seus problemas de saúde, o que o levou ao afastamento. E mesmo durante seu afastamento, fez o transporte de líderes rurais que estavam sendo perseguidos.

O retorno para Solânea do Padre José Fidelis e reabertura do sindicato passou pela autorização dos militares. Essa reabertura ocorreu mediante declaração de apoio do Padre José Fidelis ao novo regime. No âmbito estadual, a Igreja, através do Bispo Mário de Miranda Villas-Boas, acolheu a atuação do Padre José Fidelis em sua trajetória no sindicato rural: “Disse palavras de incentivos e deu graças ao Senhor, por ter dado solução acertada, chegando a estimular-me dizendo: ‘se fosse tirar das paróquias os Padres caluniados, estas estariam vazias’, que eu voltasse e contasse com seu inteiro apoio e [ilegível] orações” (Livro de Tombo da Paróquia de Solânea, 16/7/1964). Esse trecho retirado do livro de tombo da Paróquia de Solânea remete à ideia de que o caso do Padre José Fidelis não era o único do estado.

A situação ocorrida no sindicato de Solânea, Bananeiras e Dona Inês demonstra que a atuação desses padres, mesmo que dentro da ordem estabelecida, não garantiu sua livre atuação. E mesmo sendo guiados por uma doutrina anticomunista, suas atividades foram capazes de provocar a ira dos proprietários locais e do Estado, sobretudo após o golpe.

Por limitações em relação às fontes, não foi possível identificar como os demais sindicatos rurais do Brejo Paraibano atuaram após o golpe civil-militar de 1964, se foram fechados momentaneamente ou se, assim como o de Alagoa Grande, se alinharam politicamente ao novo regime instaurado. O que podemos indicar é que no ano de 1965 os sindicatos rurais do Brejo paraibano começaram um processo de desmembramento. Os sindicatos que se organizaram inicialmente em um conjunto de municípios passaram a se dividir e atuar individualmente. Neste ano, os STRs de Pilões, Borborema, Bananeiras e Alagoa Nova receberam suas respectivas cartas sindicais no mês de outubro.

Antes disso, logo após o estabelecimento da ditadura pelos militares, a atuação da Igreja, ou de sua ala mais conservadora, junto aos sindicatos de trabalhadores rurais se encerrou. Segundo Tosi (ano, p. 123):

A Igreja também sai de campo. Não serão mais os Padres os protagonistas da fundação e do acompanhamento dos sindicatos. O setor mais conservador se afasta e abandona o sindicato ao seu destino, porque considera cumprida a sua missão de contraposição às Ligas, uma vez que os militares tinham afastado o perigo do comunismo.

O afastamento da Igreja Católica na Paraíba dos sindicatos dos trabalhadores rurais ocorreu no incentivo ao processo de criação e até mesmo dentro dos quadros dos sindicatos rurais. Esse afastamento irá perder a sua força com o aprofundamento das perseguições e injustiças realizadas pelo regime ditatorial. É o que iremos tratar no próximo tópico deste capítulo: compreender as primeiras ações e experiências que levam a Igreja Católica à mudança de posição política em relação à ditadura e à organização dos trabalhadores rurais na Paraíba ao longo da década de 1960.

### **4.3 Igreja Católica no pós-golpe paraibano: experiência de uma nova forma de ser Igreja**

A violência ocorrida no campo brasileiro pelo regime ditatorial manifestou-se ao mesmo tempo que o Estado buscou se apropriar de uma das principais bandeiras de luta do campesinato: a reforma agrária. Com o intuito de administrar os conflitos colocando-os sob a tutela do Estado, o ditador General Castelo Branco procurou desenvolver algumas medidas reformistas que o aproximaram da CONTAG e da Igreja Católica. A atuação da Igreja junto aos sindicatos rurais no imediato pós-golpe civil-militar se deu a partir de:

a) da transferência de ‘educadores’ e ‘técnicos’, considerados como ‘quadros da Igreja’, para agências e estatais da extensão rural; b) através da formação de quadros de dirigentes sindicais; c) através do apoio material às Federações de Trabalhadores Rurais. Ou seja, minimizando seu papel ‘supletivo’, no pós-64 tornava-se ainda mais nítida a diferença entre uma vida sindical (ainda que ‘com inspiração cristã’) e o exercício da religião propriamente dito. (NOVAES, 1997, p. 118)

Em 30 de novembro de 1964 foi aprovada a lei nº 4.504, que dispunha sobre o Estatuto da Terra. Segundo Carolina Ramos (2011, p. 132), constituía-se em “uma lei de reforma agrária e de política agrícola. Deste modo, o Estatuto, além de prever a distribuição de terras, pretendia

executar políticas de desenvolvimento agrícola, abrangendo tanto as novas propriedades potencialmente oriundas do processo de reforma agrária, como as anteriores a ela”. Por meio dela, alguns órgãos foram criados ainda no governo de Castelo Branco para a implementação da reforma agrária: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)<sup>55</sup> e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA)<sup>56</sup>, regulamentados, respectivamente, pelos decretos nº 55.889 e 55.890, ambos de 31 de março de 1965.

Entretanto, a atuação da ditadura militar através dessas medidas “favoreceu a concentração fundiária, resultou em privilégios às empresas rurais e aumentou a penetração do capital internacional na agricultura” (NOVAES, 1997, p. 101). A relação da ditadura deflagrada em 1964 com as diversas categorias de trabalhadores rurais se deu a partir das intervenções dos sindicatos rurais e da repressão aos movimentos sociais do campo:

Como foi constatado, no campo, a violência e a repressão militar assumiram formas distintas: foi direta e implacável sobre as Ligas, e, indireta, na medida em que era revestida de um caráter mais sutil no cerceamento das liberdades individuais e da vida sindical, combinando: a institucionalização dos organismos repressivos como canais para onde os dirigentes sindicais deveriam encaminhar os conflitos, à intervenção direta dos militares no meio sindical; a vigilância camuflada das atividades dos dirigentes e assessores sindicais. (FREIRE, 1990, p. 99)

Na medida que ocorria a infiltração militar nos sindicatos, figuras clericais se afastavam e o termo ‘sindicato dos padres’ entrava cada vez mais em desuso. Já mencionamos nesta dissertação o processo de afastamento da Igreja Católica dos sindicatos rurais após o golpe civil-militar de 1964, atentemo-nos agora para a situação da Igreja Católica na segunda metade da década de 1960.

Em perspectiva mais ampla, muitas mudanças começaram a se desenvolver dentro da Igreja Católica na década de 1960, mudanças essas que marcaram toda a instituição e não apenas frações ou setores. No ano de 1962 foi iniciado o Concílio Vaticano II, que só chegou ao final em 1965. Este Concílio, que ocorreu na Europa, foi fundamental para os novos diálogos

---

<sup>55</sup> Autarquia dotada de personalidade jurídica e autonomia financeira, diretamente subordinada à Presidência da República, tinha por objetivo principal promover a elaboração e coordenar a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, bem como administrar o Fundo Nacional de Reforma Agrária. Cf. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-de-reforma-agraria-ibra>.

<sup>56</sup> Autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, sua principal finalidade era estimular e promover o desenvolvimento das atividades agrárias através da colonização, da extensão rural, do cooperativismo, do sindicalismo e outras formas de associação, da eletrificação rural, da revenda de material agropecuário, do desenvolvimento tecnológico e da organização e desenvolvimento de comunidades. Cf. Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-desenvolvimento-agrario-inda>.

a serem estabelecidos pela Igreja Católica com o mundo secular, inserindo uma nova forma de pensar e viver a Igreja, como também uma nova forma de servir. As novas questões que se desenvolviam com o mundo moderno necessitavam de novas formas de interação por parte da Igreja, porém isso não implicou uma aceitação homogênea por todos os padres, bispos e religiosos, uma vez que nem todos concordaram com os direcionamentos e reflexões do Concílio, e as tendências mais conservadoras opuseram-se a elas, ainda que não o fizessem de modo explícito.

Antes das reflexões e práticas do Concílio Vaticano II chegarem à América Latina e ao Brasil, alguns setores de Igreja Católica brasileira já demonstravam insatisfação com as formas de evangelização praticadas no país. Já mencionamos, mas é importante reafirmar, que a Igreja não é um bloco único, mas repleto de faces e práticas distintas. Assim, mesmo não sendo hegemônico no país, antes de 1964 já nasciam as primeiras comunidades de base que buscavam uma nova forma de evangelização, centrada nos setores mais populares e empobrecidos da sociedade brasileira.

No dia 26 de março de 1966 chegou à Diocese da Paraíba Dom José Maria Pires<sup>57</sup>. Ele foi recebido por populares e figuras públicas, dentre elas o governador João Agripino Filho e o Arcebispo da Arquidiocese de Recife e Olinda, Dom Hélder Pessoa Câmara. Sua atuação na Paraíba será fundamental para compreendermos as novas práticas da Igreja Católica no Brejo paraibano na segunda metade da década de 1960.

A recepção de Dom José Maria Pires na Paraíba em 1966 coincidiu com a semana de comemoração por parte dos militares do golpe e, ao mesmo tempo, um período em que a repressão já se manifestava de modo mais intenso no estado. Ao chegar, estabeleceu boas relação com o governo estadual, inclusive servindo de mediador de conflitos sociais em alguns momentos. Para a sociedade civil, o momento de sua chegada foi marcante, pois permitiu aos populares a ocupação das ruas, com gritos e celebrações. Havia muito anseio pela chegada do novo bispo e as mudanças que com ele surgiriam.

Sua boa relação com o governo local não pode ser igualada com o regime instituído com o golpe civil-militar de 1964. É certo que Dom José Maria Pires apoiou inicialmente o golpe, porém sua percepção acerca da nova realidade que se instaurou o levou a discordar, criticar e futuramente combater abertamente a ditadura militar. Esta mudança de postura está associada

---

<sup>57</sup> Dom José Maria Pires nasceu em Minas Gerais. Com 11 anos entrou no seminário menor de Diamantina e aos 22 anos foi ordenado Padre. Atou em alguns municípios de Minas Gerais e em 1957 foi sagrado bispo de Diamantina, onde permaneceu até o ano de 1965, quando foi nomeado pelo papa Paulo VI ao arcebispado da Paraíba. Na Paraíba, Dom José permanece como bispo até o ano de 1995, quando renunciou ao bispado.

também ao Concílio Vaticano II, ao qual Dom José participou, e à sua vinda para o Nordeste do Brasil, região mais pobre do país e de grande desigualdade social. Desta forma, a postura do novo bispo da Paraíba está associada à defesa dos pobres e oprimidos, seguindo as novas orientações da Igreja e por suas experiências pessoais.

Por sua vez, o clero encontrado por Dom José ao chegar a Paraíba era um clero conservador, como demonstra Vanderlan Pereira (2012, p. 85): “a maioria do clero seguia um perfil instruído pelo arcebispo Dom Moisés, conservador e seguidor do modelo de uma Igreja apegada a orientações tridentinas”. Foi este clero conservador o responsável pela sindicalização rural na Paraíba, sobretudo no Brejo. Porém, mesmo com uma maioria conservadora, alguns padres estiveram ao lado de Dom José desde a sua chegada no arcebispado.

A relação da Igreja paraibana com as questões sociais começa a mudar com a chegada de Dom José, pois coincide com a reorganização da Arquidiocese de Recife e Olinda, como demonstra Regina Novaes (1997, p. 121):

Durante os primeiros anos após a chegada de D. José, o Sorpe continuou colaborando com a Federação dos Trabalhadores da Paraíba. Porém, com a reorganização da Arquidiocese de Recife e Olinda em pastorais, o Sorpe foi reestruturado e tornou-se o “setor da pastoral rural” restrito àquela Arquidiocese. Coube a D. José estruturar também a Arquidiocese da Paraíba em pastorais e redefinir suas relações com o sindicalismo rural.

Neste processo de estruturação da Arquidiocese da Paraíba e de diálogo com as questões sociais, temos em 1967 a criação de uma comissão permanente, a Ação Pastoral Arquidiocesana (APA):

Essa Comissão possuía dois segmentos: um voltado para a pastoral geral, cujos destinatários eram as paróquias, e outra chamada de pastoral especial, que compreendia quatro grupos: os camponeses, os operários, os jovens e os pescadores. A criação da APA e sua ação junto a esses quatro grupos revelavam uma clara opção do líder religioso pelas camadas mais populares. Foi, de algum modo, a prática do lema que marcou a atuação de Dom José ao longo de seu bispado na arquidiocese: Do centro para a Margem. Dom José intuía, com as perspectivas do Concílio Vaticano II e a inovação nas práticas pastorais no Brasil, que era necessário focar a atuação em destinatários que estavam esquecidos pela Igreja e, principalmente, por sua hierarquia. (PEREIRA, 2012, p. 111)

Os relatórios da Ação Pastoral Arquidiocesana junto aos relatórios dos movimentos leigos da Paróquia, como a Juventude Agrária Católica (JAC), o Movimento de Evangelização

Rural (MER)<sup>58</sup> e a Ação Católica Rural (ACR), nos permitem analisar o processo de aproximação da Igreja Católica pós-golpe junto aos trabalhadores rurais do Brejo Paraibano. Antes de tratarmos desses relatórios, se faz necessário mencionar brevemente a história da ACR e sua atuação na Paraíba. Conforme Pedro Henrique Silva (2012, p. 114),

A chegada do Pe. José Servat ao Brasil marca o início da Ação Católica Rural. Os contatos iniciais com membros da hierarquia eclesial foram feitos a partir das indicações de Dom Hélder e apontam, de um lado, para a busca pelo conhecimento de experiências e indivíduos envolvidos com a presença da Igreja nas lutas dos camponeses; do outro, para a possibilidade de atrair pessoas para o trabalho a ser realizado pela ACR.

O autor menciona que existe, em alguns casos, a supervalorização da figura do Padre José Servat<sup>59</sup> para o movimento, e busca entendê-lo como parte de um processo mais amplo, sem personificar o movimento na figura do Padre Servat. Seu intuito está em apresentar a ACR não como um movimento fruto deste clérigo, mas como um movimento que nasceu “a partir da visão de Igreja de Dom Hélder” (SILVA, 2012, p. 115). Isso nos permite pensar o nascimento da Ação Católica Rural como parte de uma nova forma de ser Igreja. A chegada do Padre José Servat no Brasil faz parte de uma leva de missionários europeus que chegam ao país entre as décadas de 1950 e 1960. Esses Padres atendiam aos apelos da encíclica *Fidei Donum* (Sobre a situação das missões católicas particularmente da África) do Papa Pio XII, redigida em 1957. A encíclica buscava reafirmar a posição da Igreja frente às diversas mudanças ocorrida nas sociedades dos mais diversos continentes:

Esta questão, gravíssima por certo, já por várias vezes tratada por nossos predecessores, e pela qual nós mesmos, como bem o sabeis, mostramos nosso interesse por intensos esforços, incite todos ao zelo apostólico, como o pede a consciência da fé recebida; que se voltem para as regiões da Europa que abandonaram a religião cristã, ou para as imensas plagas da América do Sul, esmagadas por grandes dificuldades que muito bem conhecemos; prestem auxílio às missões católicas da Oceania e da Ásia, obras de grande importância, particularmente naquelas terras, onde se sustenta tão dura luta pelo Senhor; da mesma forma, dispensem a caridade fraterna aos inumeráveis cristãos, a nós tão caros, beleza e ornamento da Igreja, que merecem a bem-aventurança evangélica dos que "sofrem perseguição pela justiça" (*Mt 5, 10*).

<sup>58</sup> Em 1969, ativistas da JAC, motivados pela aproximação ao pensamento marxista e pelas mudanças na conjuntura política brasileira, marcada pela ampliação da repressão através de medidas como o Ato Institucional nº 5, discutiram a necessidade de organizar um movimento com proposta claramente anticapitalista. Surgiu assim o Movimento de Evangelização Rural (MER), que focava seu trabalho na organização de comunidades eclesiais de base e de sindicatos rurais, na luta pela posse da terra para os posseiros e na promoção de trabalhos comunitários que melhorassem a vida dos pequenos proprietários rurais. (Cf. PENNA, 2017, p. 9-10)

<sup>59</sup> “Joseph Servat nasceu em Pamiers, França, em 1922. Estudou no Seminário menor dos 13 aos 17 anos e ordenou-se em 1947” (MONTENEGRO, 2019, p. 215). “No final de 1964, me apresentei a Dom Helder Câmara, novo bispo de Recife e Olinda, na Domus Mariae, em Roma, local em que se hospedavam os bispos brasileiros no momento do Concílio Vaticano II. Eu sabia que estava sendo enviado em nome da AC (Ação Católica), e Dom Hélder me deu um documento que definia claramente a minha missão no Brasil” (MONTENEGRO, 2019, p. 248).

E, finalmente, entristeçam-se com a sorte lastimável de inúmeras almas; em especial dos jovens que, vítimas dos ateus de nossos tempos, crescem, tristemente mantidos na ignorância das coisas divinas. (PAPA PIO XII, 1957)

No caso específico do Brasil, a Igreja Católica enfrentava o avanço do comunismo que no Nordeste de manifestava através das Ligas Camponesas. Muitos dos padres estrangeiros acabaram residindo no Nordeste e experienciando as condições de vida e de trabalho do povo nordestino. A chegada ao Brasil gerou “choques culturais, sociais e políticos que transformaram suas vidas de religiosos” (MONTENEGRO, 2019) e, incumbidos de combater o comunismo, acabaram sendo presos, expulsos, ameaçados e, em alguns casos, acusados de serem o que vieram combater por defenderem os pobres e se contraporem às injustiças sociais. É nesta perspectiva de transformação que surgiu a ACR no campo brasileiro, especificamente no Nordeste. Na Paraíba a atuação da ACR é remetida no trabalho de Regina Novaes (1997, p. 124):

Nos anos 70 e 80, a atuação da ACR na Paraíba se fez a partir de menos de uma dezena de trabalhadores que se identificavam como pertencentes a este movimento. Destacavam-se no conjunto dos pequenos agricultores por seu discurso crítico e articulado acerca dos deveres dos cristãos frente às “injustiças sociais”. Eles mesmos que se dirigiam as reuniões nas áreas onde viviam. Estas reuniões eram feitas geralmente, à noite e contavam com um grupo de trinta a cinquenta participantes. Tinham um ar festivo, apresentavam-se como um momento de lazer nos Centros Sociais Rurais onde, geralmente, eram realizadas.

A partir da análise de um conjunto de relatórios<sup>60</sup> da APA e dos movimentos leigos encontrados no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, é possível aproximar-se da formação dessas reuniões e suas problemáticas a partir da realidade de cada município nos anos de 1969, 1970 e 1971. Não podemos deixar de mencionar que em 1968 foi realizada a Conferência de Medellín, na Colômbia, entre os meses de agosto e setembro, com o intuito de refletir o Concílio Vaticano II à luz da realidade latino-americana, tendo as camadas mais pobres como elemento transversal desse novo diálogo da Igreja Católica com o mundo contemporâneo. Desta forma, o trabalho evangelizador da Igreja Católica no interior da Paraíba se construiu junto deste processo de transformação interna.

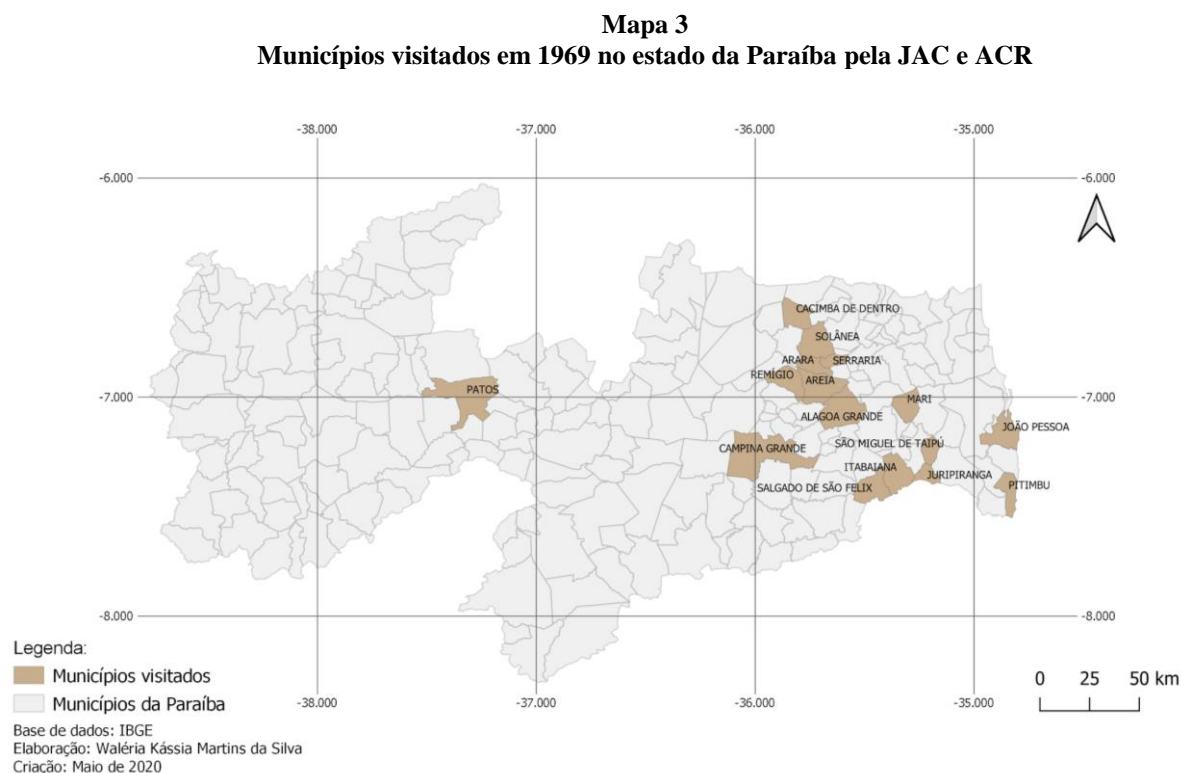
O ano de 1969 é marcado pela atuação desses movimentos leigos em vários municípios do estado da Paraíba, não apenas no Brejo paraibano. Sua atuação consistia na visita, por parte de membros dos movimentos, aos municípios realizando reuniões junto às comunidades, em

---

<sup>60</sup> Relatórios encontrados no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Conselho Pastoral. Grupo: Dossiê Ação Católica. Série: Doc. Juventude Agrária Católica/Movimento de Evangelização Rural. Sub-série: Relatórios. Data limite: 1969-1971. Total de documentos: 25 docs.



sua maioria, comunidades rurais. Entre os municípios visitados temos: Solânea, Arara, Areia, Remígio, Itabaiana, Serraria, Patos, Cacimba de Dentro, Campina Grande, João Pessoa, Alagoa Grande e Mari, assinalados no Mapa 3:



Existe uma certa concentração de municípios localizados próximos e dentro dos limites do atual Brejo Paraibano. E foram exatamente estes municípios que mais receberam visitas e atividades segundo os relatórios: Arara, Areia, Solânea, Remígio, Serraria e Itabaiana. É provável que os relatórios tenham sido feitos mensalmente, mas para 1969, na documentação encontrada, são mencionados apenas os relatórios de janeiro, março, abril, maio, agosto e setembro.

Inicialmente, a maioria dos relatórios indica o Sítio Santa Tereza, em Solânea, como a sede da JAC, responsável por maior parte das visitas. Porém não é possível afirmar que Solânea era o ponto de partida. As visitas tinham duração entre dois a quatro dias e seus custos também eram informados nos relatórios consultados. Parece-nos que o movimento de visitação buscava interagir com ações feitas nas comunidades pelos próprios moradores, unidos em um grupo local, orientados pelos movimentos leigos, sejam ele a ACR ou a JAC, predominantemente.

Diferente do processo de sindicalização rural realizado pela Igreja Católica que pautava suas discussões nos problemas vividos pelo homem do campo, especificamente em relação ao

trabalho, acesso à terra, etc., as reuniões realizadas durante as visitas tratavam dos mais diversos aspectos da vida dos pobres do meio rural. E esse novo engajamento da Igreja Católica por meio dos movimentos leigos se dava em sua maior parte em sítios, ou seja, nas áreas rurais dos municípios.

O intuito agora era aproximar-se das comunidades como pares, cultivando amizades, para que juntos pudessem refletir os problemas e engajar a comunidade numa luta conjunta para resolução dos seus próprios problemas. O método da Ação Católica “ver-julgar-agir” permeava o movimento, e, assim, à luz do Evangelho, eram refletidos os anseios e dificuldades das comunidades.

Apenas três das cidades visitadas no ano de 1969 pelos movimentos leigos da Igreja Católica fazem parte do atual Brejo paraibano, recorte espacial deste estudo. Esta delimitação não pode engessar o processo analítico dessas visitas limitando a esses três municípios. O espaço geográfico é também espaço social e, até certo ponto, constitui-se dentro do processo das relações capitalistas. Já percebemos que as delimitações das meso e microrregiões sofreram e sofrem alteração com o tempo. Seus recortes podem ser muito úteis, mas não podem ser absolutamente determinantes:

O papel específico do espaço como estrutura da sociedade vem, entre outras razões, do fato de que as formas geográficas são duráveis e, por isso mesmo, pelas técnicas que elas encarnam e às quais dão corpo, isto é, pela sua própria existência, elas se vestem de uma finalidade que é originariamente ligada, em regra, ao modo de produção precedente e a um dos seus momentos. Assim mesmo, o espaço como forma não tem, de modo algum, um papel fantasmagórico, pois os objetos espaciais são periodicamente revivificados pelo movimento social. (SANTOS, 2004, p. 186-187)

As relações de produção interligam os espaços geográficos e muitas vezes o delimita para além dos recortes oficiais. Assim, como afirma Milton Santos (2004, p. 173), “O espaço, portanto, é um testemunho, ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem ainda”. Desta forma, pensar os outros municípios para além da delimitação do Brejo paraibano é pensar as relações de produção que gera a pobreza, a desigualdade e a exploração vivida pelo povo nesses outros espaços sociais e geográficos e as experiências comuns, dentre elas as políticas de organização popular em torno dos movimentos leigos da Igreja Católica da década de 1960. Deste modo, concordamos que

Nas formações sociais estruturadas por um modo de produção capitalista, a organização do espaço assume o caráter daquele modo de produção. Assim,

se o processo capitalista de produção é orientado por um sentido de acumulação, o processo capitalista de produção do espaço também o é. (SILVEIRA, 2009, p. 49-50)

Assim, refletir o conjunto de municípios visitados pelo movimento leigo nos ajuda a compreender também o Brejo Paraibano enquanto microrregião, pois nesta conjuntura as semelhanças se constroem para além da delimitação geográfica de micro ou mesorregião, mas como espaços sociais produzidos dentro das relações capitalistas de produção sob áreas de jurisdição comum, como era o caso da Arquidiocese da Paraíba e do próprio estado da Paraíba.

Adentrando as reuniões ocorridas em 1969, parece-nos que este é um dos anos iniciais da inflexão política da Igreja Católica na Paraíba, quando, por meio dos movimentos leigos JAC e ACR, está tentando consolidar sua nova forma de atuação. Nas primeiras visitas do ano, nos municípios de Solânea, Remígio, Serraria, Areia, Itabaiana e Arara, buscou-se aproximar-se da juventude, desenvolvendo cursos e demonstrando sua importância para o movimento. Outro ponto de atuação foi a formação de um jornal, o *Correio Rural*, que tinha o intuito de levar mais cultura e conscientização para a população.

Nas reuniões, buscou-se refletir os problemas das comunidades, lembrando que a maioria das reuniões eram feitas na zona rural, sempre tratando de um assunto específico da comunidade e depois refletindo-o à luz do Evangelho. Dentre esses assuntos estava a situação da agricultura, as migrações para o Sudeste por falta de terra e a reforma agrária. As ressignificações sobre o que é ser Igreja estão ocorrendo neste momento, como é possível perceber em um dos relatos de um participante manifestado em numa reunião da JAC em Remígio no dia 3 de abril de 1969:

A Igreja sendo viva e vivida o que nós esperamos da Igreja o que vamos fazer e como continuar fazer para construir essa Igreja viva no meio rural. Nós cristão devemos ajudar seu irmão desde que ele tome consciente com o próximo, mais próximos no seu lugar.

Nós era Igreja desde que foi batizado pela fé, mas nós não estava sabendo que era Igreja viva. Só agora depois do concílio foi que eu descobri que sou a Igreja viva e é vivida quando nós a ajudamos os outros e fazer pelo menos o que nós estamos fazendo. Parte da Igreja só está sendo viva quando todas pessoas fizeram tudo em comum, mais sendo pessoas escolhida não está sendo vivida a Igreja nas pessoas que se sente responsável, o que nós esperamos da Igreja. Hoje esperamos que ela viva e desperte os outros para que estas pessoas não fique só para si mais leve para o seu lugar que estas pessoas não fiquem paradas. E perda o medo de dizer a verdade como cristão dentro do sentido do evangelho. E preciso que os adultos considere os jovens para que eles desperte, para que a juventude façam também com que nós juntos fazer esta Igreja seja vivida em todos. (Relatório de reunião da JAC em Remígio, 3/4/1969)

Este relato demonstra a nova forma de se entender como Igreja: viva. Uma Igreja que não está ausente, mas se faz presente na vida do outro, na vida em comunidade. E para quem fala, essa mudança se manifestou por meio do Concílio Vaticano II. Desta forma, buscamos compreender a união como um processo de transformação e de ação social. É possível perceber esse desejo de ação na reunião da ACR no município de Patos, na mesorregião do Sertão paraibano, no dia 19 de março de 1969:

Primeiro é a situação estadual do Brasil e os brasileiros foram sempre mandado, e ainda querem continuar. O povo que não entende porque a coisa é assim, e por isto é que o usineiro queria o Padre comodar o povo e o governo manter o poder dos proprietários de terra. E, hoje não quer que os homens cresça, o que vemos que a ignorância é a verdadeira miséria, e os homens conscientes não vai aceitar de ficar comodado e exigir o seu direito, para o seu papel de cristão no mundo como membro do Cristo na Igreja e a Igreja é todos neste mundo.

Que homens ver todos esta situação de sacrifício e nós devemos ajudar para nós se libertar ficando livres, mais livres não para mandar e ficar parado, mas ajudar os outros com nossa colaboração de conhecimento das coisas que existe no seu meio. (Relatório de reunião da ACR em Patos, 19/3/1969)

O papel de cristão agora estava sendo associado à luta, à conquista de direitos. Diferente perspectiva ideal anterior, de passividade e de busca da intermediação conciliadora da Igreja Católica dentro da ordem estabelecida, agora a palavra de ordem era “libertação”. Libertar-se das opressões e explorações vividas no meio rural. Isso se dá a partir dessa forma de experienciar a fé e a religiosidade orientada teologicamente. A partir de agora, ser cristão se tornava sinônimo de solidariedade, fraternidade, de ajuda ao próximo, é aquele que age além de falar.

A forma encontrada de superar as dificuldades e necessidades das comunidades é no trabalho conjunto. Trabalho esse que vai se construindo gradativamente, pois o próprio processo de pensar coletivamente, em alguns momentos, encontrou barreiras entre o povo. A situação do campo paraibano não mudara significativamente no ano de 1969. Os relatos das reuniões realizadas nos sindicatos ou em outros ambientes das comunidades demonstram as preocupações com as condições de vida e de trabalho do povo. O que mudou neste ano, foram as ações coletivas de reflexão e ação destas comunidades frente aos problemas existentes nas próprias comunidades.

Em agosto de 1969, no município de Solânea, numa reunião com jovens e adultos, após identificarem os problemas do meio e as suas responsabilidades diante das situações, refletiram o Evangelho de Lucas, capítulo 14, e, ao final, chegaram a uma conclusão: “Nós camponeses não conhecemos nossos direitos, não sabemos ler, não somos respeitados, não temos o alimento necessário para nossa vida, não temos terra para trabalhar” (Relatório de reunião da JAC em

Solânea, agosto de 1969). A questão educacional é um ponto crucial nas reflexões das comunidades, aliás, não apenas reflexões como ações. No ano de 1969 foi criada uma escola para alfabetização de adultos no município de Remígio que, em agosto, possuía trinta alunos. E no município de Arara, no mesmo ano, a comunidade também estava planejando uma escola para alfabetização de adultos:

De vida e ação do grupo que está planejado uma escola para adulto serem alfabetizado isto é: discutindo como vai conseguir, contando com a ajuda do presidente do sindicato para falar com o prefeito para êle nomear uma pessoa, no caso contrário, a comunidade e o sindicato assumirá. Refletimos sobre o valor desta escola e a necessidade de mais união para pudemos resolver nossos problemas. (Relatório de reunião da JAC em Remígio, agosto de 1969)

A importância da educação é nítida para a comunidade, e essa educação se ressignifica enquanto mecanismo de luta. Torna-se necessário tomar conhecimento dos direitos, e a educação é uma das vias para que isso se concretize. E por que se faz necessário conhecer os direitos? Porque ao final da década de 1960 a expulsão de trabalhadores ainda é realidade. Desta forma, era necessário ação: “Ação diante dos fatos que comprovam injustiça: como patrão explorando o trabalhador pessoa que se diz católico justo (e são injustos)” (Relatório de reunião da JAC em Salgado de São Félix, agosto de 1969).

A nova atuação da Igreja Católica no meio rural paraibano, caracterizada por organização coletiva e maior enfrentamento e menos conciliação, trouxe alguns incômodos aos funcionários do Estado. No dia 4 de setembro de 1969, um relatório demonstra a preocupação de um Delegado do Trabalho com a atuação dos padres junto às comunidades rurais:

Federação dos Trabalhadores na lavoura da Paraíba um reunião com os presidente dos Sindicatos sobre evangelização porque o Delegado do trabalho disse que nós tivesse cuidado com os Padres evangelizando, se preparando para lhe fazer pergunta o que também no evangelio de errado mais quando foi lançado a pergunta êle disse que era brincadeira que tinha dito, mais os presidentes já estavam pronto para fazer uma reação contra êle, mais quando êle viu toda a armadia. O presidente mudou o caso porque o presidente não gostaria de sua atitude que foi dita no dia 7 de agosto por isso nos combinamo sair de uma duvida. O que é que no Evangelio que nos presisamos ter cuidado com os Padre que Evangelisa.

Mateus 16-v-22-1969. (Relatório da APA, 4/9/1969)

Os presidentes dos sindicatos defenderam a atuação da Igreja por meio dos padres junto aos movimentos leigos no estado. Entre esses padres podemos considerar não só os padres brasileiros, mas também os estrangeiros radicados na Paraíba. Os próprios relatórios da APA possuem cópias em português e também em francês.

O ano de 1969 foi marcado também pela criação da *Ação Pastoral Igreja Viva*. Criada no dia 1 de março,

Se preocupava com questões sociais em meio aos problemas cotidianos do povo. A Igreja Viva era um grupo religioso, que priorizava não apenas a doutrinação dos fiéis católicos, mas com ações para com as demais dimensões da vida das pessoas. O projeto existente desde 1969 questionava a realidade na qual estava inserida a Arquidiocese da Paraíba, preocupando-se em esclarecer a doutrina da Igreja à luz da vida e de cada realidade. Dentre as várias metas desse projeto destaca-se a alfabetização de adultos nos bairros da periferia da cidade e a formação de uma nova consciência política. (PEREIRA, 2012, p. 111)

Este seria, portanto, um movimento que entendia a ação da Igreja para além da doutrinação religiosa, mas que buscava agir em prol da “libertação”, da emancipação do povo pobre. E para Dom José, essa seria a expressão de fato do que é ser Igreja. A atuação da Igreja Viva era muito semelhante à atuação da existente da JAC e da ACR, como pudemos perceber. Segundo Vanderlan Pereira (2012, p. 112), Dom José anunciou numa emissora de rádio o surgimento deste projeto em junho, e em julho seriam visitadas diversas paróquias por agentes pastorais e também vigários. No início o movimento contava com a liderança de padres, freiras e os próprios agentes pastorais, mas, com o desenvolvimento desta ação, foram surgindo líderes locais das próprias comunidades.

Nos relatórios que estamos analisando, a *Igreja Viva* aparece agindo em conjunto com a JAC na paróquia de Solânea em janeiro de 1970. Nesta reunião podemos tomar exemplos dos tipos de debates que estavam sendo realizados nas comunidades pelos dois movimentos. A partir da reflexão do Evangelho que fala do bom samaritano, o grupo fez uma reflexão, e chegou à seguinte conclusão:

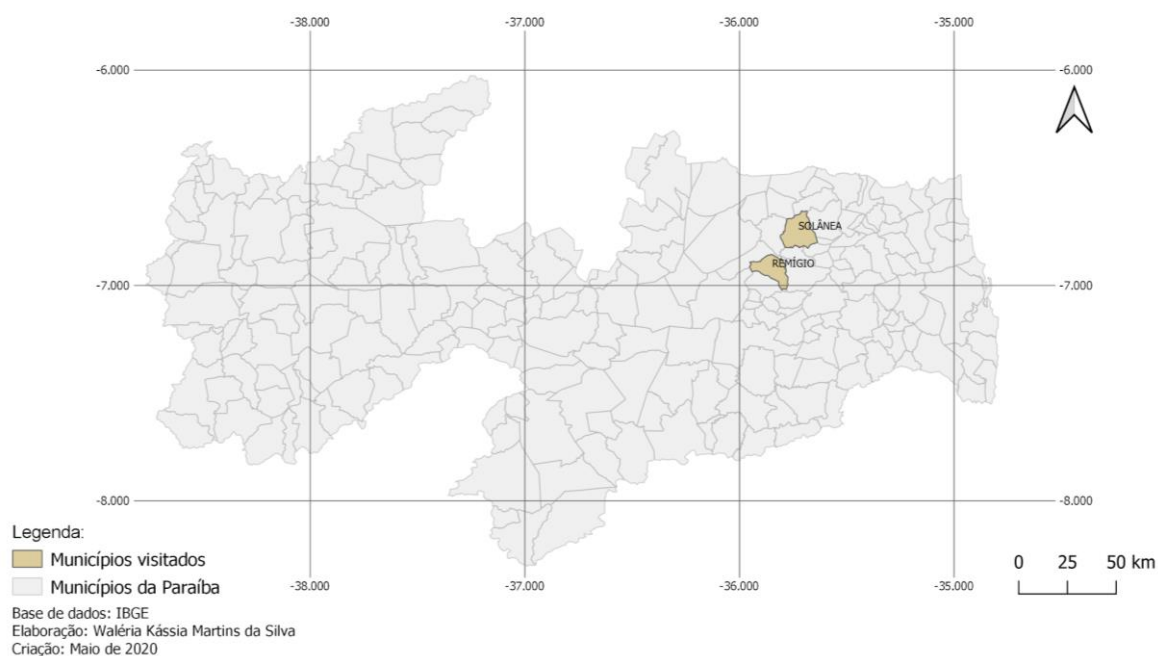
Conclusão: Será que alguém já se sentiu roubado? Nós sempre vivemos nas mãos de ladrões. Como? Porque somos pobri. Por isso não temos valor, não aprendemos a ler. Somos explorados, passamos fome. A gente não pode compra roupa quando precisa porque trabalha de meia o arrenda e não deixa lucro para nós. Quando dar pra vender é muito barato. Os donos das terras estão plantando capim pra não deixa a gente trabalhar, não temos inteligencia para saber fazer as coisas com os ricos fazem. Será que Deus gosta disso? Não, concordaram todos, é por que não dão valor a nossa classe só querem ter lucro com nosso trabalho. Um campoz disso que que é bom se ninguém levasse nada para feira cada um trabalhasse para si; por que os ricos não valorisam e todos só vive dela.

Outra reunião foi refletida O evangelho que fala do nascimento de Cristo, por que nasceu num chiqueiro de animal e Maria não encontrou lugar por que era uma mulher pobre, por isso de que Cristo viver sempre com os pobres, alguém disse se fosse o filho do rei tudo mundo lhe oferecia hospedagem. (Relatórios de reunião da JAC em Solânea, janeiro de 1970)

A evangelização se encontrava com o sofrimento do povo. Neste trabalho de reflexão em comunidade é possível perceber a compreensão da exploração e de consciência de classe: somos pobres, e somos pobres porque somos explorados. E nesta percepção está uma importante afirmação calcada no conjunto de valores presentes na religiosidade e na cultura popular local: Deus não gosta disso. Se o Catolicismo historicamente no Brasil ajudou a manter o *status quo*, inclusive por meio da prerrogativa de que era vontade de Deus, agora atua no combate às injustiças: “Quando há exploração entre o patrão e o trabalhador Deus não está presente” (Relatório de reunião da JAC em Solânea, janeiro de 1970). Desta forma, através das reflexões coletivas, o movimento contribuiu para ação dessas comunidades na luta conjunta para resolver seus próprios problemas.

Os relatórios de 1970 mencionam visitas apenas as cidades de Solânea e Remígio, como demonstra o mapa 4, nos meses de janeiro e fevereiro. Neste ano ainda são mencionados relatórios de junho e julho que não descrevem o município, e são referidos como resumos das atividades.

**Mapa 4**  
**Municípios visitados em 1970 no estado da Paraíba pela JAC**



Dentre as problemáticas enfrentadas neste ano, está a migração para os estados do Sudeste, como demonstra o relatório do mês de fevereiro na paróquia de Solânea:

Um rapaz que chegou do Rio e se sentiu revoltado da situação que passou, e que viu seus colegas passarem lá. Disse que lá no Rio trabalhavam nas construções os dias inteiros sem descanso e arriscando a vida. Ganha pouco. Fazia o predio mas não tinha onde morar. Só ia lá quando estava trabalhando, porque depois de pronto já era para o rico. E depois era vendido deixando a

metade do lucro para o dono. E disse que achava que ia voltar novamente. Porque você vai voltar se lá é assim? Por que nós tinha terra para trabalhar e mesmo quando trabalha que era na época de vender estava tão barato que não valia a pena. (Relatório de reunião da JAC em Solânea, fevereiro de 1969)

A sofrida situação no meio rural levava a muitos a buscarem melhores condições em outras regiões, porém, chegando lá, a exploração se mantinha ou era ainda mais intensificada. Uma ironia se construir casas e não ter onde morar. As reflexões sobre a exploração dos trabalhadores foram frequentes; no meio rural a situação não era diferente. Estava muitas vezes seguida de uma dominação simbólica, como veremos a seguir:

Foi contado o caso do lavrador que trabalhava na terra do patrão de graça mas quando chegava a época da colheita do algodão os seus roçados são invadidos pela boiada do dono da terra, mas mesmo assim o pobre ainda acha que ele está certo e que é bom. [...] Então a gente disse-lhe o que o patrão só permitia êle trabalha para beneficiar suas terras, estava também utilizando-o como trator e qualquer instrumento. Viu-se assim como os ricos usam certa maneira para enganar o pobre da a terra de gaça para se mostrar que é bom e por outro lado deixa o homem abaixo de explorado e também se ver que o campones só ver seus problemas quando alguém futuca. (Relatório de reunião da JAC em Solânea, junho de 1970)

Mesmo explorado, o lavrador considerava a ação do patrão como correta. Isso demonstra a presença da dominação simbólica que permeava o imaginário da população, construída e reforçada por séculos. Porém é a partir dessa reflexão conjunta que é possível identificar a opressão presente das relações entre dono e morador das terras. Essa reflexão sobre a dominação é aprofundada cada vez mais, construindo a consciência de classes desses trabalhadores:

Houve também uma dúvida diferença de classe. O grande proprietário não é da classe. Foi sugerido a seguinte pergunta, quando é que agente conhece que a pessoa é da mesma classe? Conclusão que chegou que era pelo dinheiro. Foi visto também que a cultura não faz a gente ser de classe elevada e que a cultura serve para a pessoa melhorar a sua própria situação. Foi sugerida outra pergunta: Será que agente se segura na cultura para melhor é negativo? Depende da intenção da pessoa se a pessoa cresce culturalmente e só serve para si e é instrumento da classe dominadora é claro que é negativo e se a cultura servir para o crescimento do meio é positivo. (Relatório de reunião da JAC em Solânea, junho de 1970)

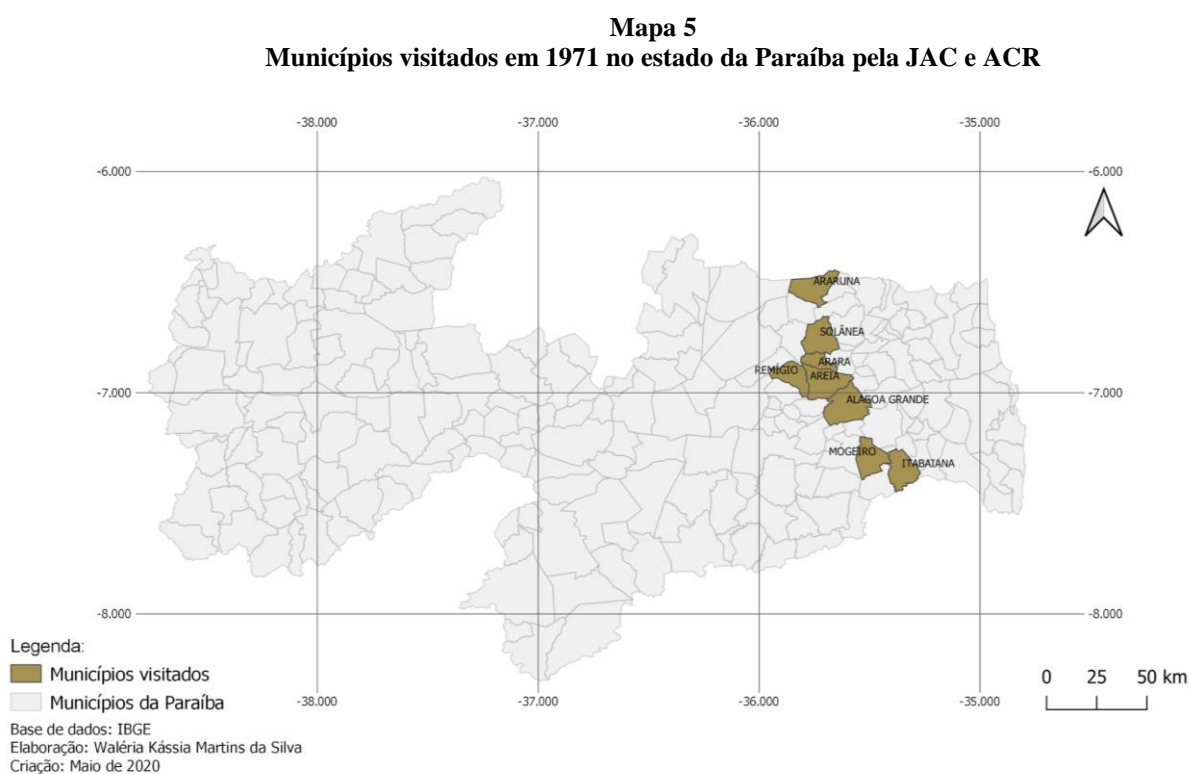
A compreensão de suas condições e de quem está ao seu lado permitiu travar uma luta conjunta das comunidades, dos trabalhadores pobres do meio rural entre si e entre eles e os movimentos leigos da Igreja Católica. A união é um dos termos mais mencionados nos relatórios. A busca por resolver em comunidade quaisquer que fossem os problemas. Os relatórios de 1970 terminam defendendo a união para se chegar a uma realidade mais humana,



sempre guiada à luz da fé e do ser cristão, que emana responsabilidades com o próximo em sua definição:

Hoje quase todo mundo é oprimido e é preciso que a gente leve a boa nova aos que estão dormindo, muitos de nós estamos dormindo e conformado com a miséria que sofre achando que é vontade de Deus. É preciso que o Cristão mostre a verdade a justiça que é o que estamos querendo fazer para se chegar a uma vida mais humana, onde a gente possa viver como gente humana. O rico também tem a bíblia em casa mais se esquece, se cala porque não tem coragem de fazer o que ela pede. (Relatório de reunião da JAC em Solânea, julho de 1970)

No ano de 1971 as cidades visitadas são Itabaiana, Mogeiro, Areia, Remígio, Arara, Alagoa Grande, Solânea e Araruna, como demonstra o Mapa 5, com relatórios dos primeiros meses do ano.



No relatório dos meses de abril, maio e junho de 1971 é possível perceber um balanço dos trabalhos realizados pelos movimentos leigos:

1. Revisão Diocesana. 2. Continuidade da ação “Construção de Um Prédio para a Comunidade”. 3. Trabalho em forma de “Adjunto”. 4. Continuidade da ação “Funcionamento de Uma Escola”. 5. Povo fala de sua Situação e exige Providência. 6. Organização de Uma Escola (noutra comunidade). 7. Fundação de Uma Associação de Agricultores. 8. Trabalho na Rodagem. (Relatório geral da JAC, abril, maio e junho de 1971)

O trabalho dos movimentos leigos no interior do estado evidentemente não se limitou a debate e reflexões encerradas em si mesmas, mas buscou construir em comunidade ações práticas que contribuíssem para o desenvolvimento e/ou melhoramento das condições de vida do povo. É possível perceber também o cuidado desses agentes pastorais em ouvir a comunidade, para que não se criasse uma visão imposta, vinda de fora para dentro, mas que germinasse dentro do próprio povo, garantido a emergência de uma ação autônoma, emancipada e emancipatória.

É importante mencionar que no início da década de 1970 foi criada na arquidiocese da Paraíba a Pastoral Rural (PR), que futuramente irá se transformar na Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em 1971, sem mês e local descritos, os relatórios da JAC e da ACR são inseridos no relatório da Pastoral Rural da Arquidiocese da Paraíba. Neste relatório são descritos os núcleos onde foram realizadas as atividades: “A paróquia de Itabaiana: 1. Serra do Pirauá e 2. Salgado de São Félix; a paróquia de Mogeiro: 1. Sítio; a paróquia de Areia: 1. Cepilho e 2. Barragem; a paróquia de Remígio: 1. Algodão e 2. sítio; a paróquia de Arara: 1. Santa Fé e 2. Jaboticaba; a paróquia de Alagoa Grande: 1. Zumbi; a paróquia de Solânea: 1. Sítio Santa Tereza, contendo 6 pequenos grupos, 2. Sítio Vital, 3. Sítio Juazeirinho e Sítio Jatobá, e por fim, a paróquia de Araruna: 1. Cacimba de Dentro”. Essas são as regiões de atuação dos movimentos no ano de 1971 e as especificações das áreas rurais. Ainda neste relatório são mencionadas as atividades realizadas:

O trabalho de Evangelização Rural atinge toda a comunidade, quer seja orientado pela JAC, quer seja pela ACR. Leva-se aos membros das comunidades a refletirem fatos da vida a luz do Evangelho e conduz-se os grupos a uma ação transformadora do ambiente. Este trabalho leva ao enraizamento da amizade e ao espírito associativo do povo. (Relatório geral JAC e ACR, 1971)

Este trecho é um resumo daquilo que já estamos tratando na análise dos relatórios. Ao aproximar-se do povo, das comunidades mais pobres, os grupos leigos realizaram uma análise da situação dos trabalhadores do campo, refletindo as dificuldades de cada categoria. Foram encontrados: meeiros; pequenos proprietários; barbeiros; pintores, marceneiros e carpinteiros; professoras; boiadeiro e marchantes; costureiras e bordadeiras; estudantes; trabalhadores alugados; louceiras; fazendeiros; mangaeiros; pequenos comerciantes; matutos; trabalhadores a terça; rendeiros; serventes e bloqueiros.

E dentro dos relatórios das atividades dos movimentos leigos, depois de alguns anos de atuação no sentido de desenvolver formas de ação coletiva emancipadas e emancipatórias das comunidades, algumas percepções e características produzidas por anos de dominação e

produção do conformismo teriam se mantido presentes no povo, segundo consta em avaliação feita em 1971:

Situação: o povo continua esperando que os políticos resolvam tudo. Acha que tudo que os políticos faz é favor. Acreditam em promessas de Santo (como um profundo valor e que deve ser respeitado por nós). Vê a saída para o Sul como solução. Cada um que cuide de si que Deus cuidará de todos. Troca o sofrimento aqui na terra pela vida eterna. O povo se acha besta e só acredita na sabedoria escravizadora. Sofrimento escravo como caminho para o céu. Religião para arremediar a vida eterna. Os pobres estão divididos. (Relatório geral da JAC, 1971)

Mesmo frente a estas dificuldades, que demonstram o carácter processual e não automático da evangelização libertadora no meio rural, os movimentos leigos permaneceram militando, partindo inclusive dessas problemáticas para criar direcionamentos de ação. As próprias comunidades atribuem valor e importância para as reuniões, como demonstra um relatório da Pastoral Rural de março de 1971, em uma reunião onde se pergunta se o movimento deve ou não continuar:

Sim - Porque? - Resolve os problemas no meio. - O movimento faz o povo viver em sociedade. - Não só faz aprender os santos evangelhos mas viver. - Aproxima o povo da religião. - Faz a gente descobrir que precisa de escola. Um agricultor que vende feijão disse a gente só consegue qualquer coisa se se unir. Os pobres são desunidos, e que, de quando em quando arrancam os olhos um dos outros. Vendo o feijão caro porque o governo multa e a multa só cai sobre o povo. (Relatório PR, março de 1971)

É nítida a importância que a comunidade dá aos trabalhos realizados pelos movimentos leigos, que permitem além da evangelização a possibilidade de transformação de sua realidade concreta em acordo com seus valores religiosos. Ainda nesta mesma reunião, a Pastoral Rural expõe uma nova linha de trabalho: “Ser luz para a comunidade, mas uma luz que seja colocada em cima da mesa, porque se não for se torna um grupo isolado não vai fazer nada. Deve ser um trabalho com toda comunidade aproveitar das reflexões do culto dominical para analisar os problemas concreto da vida” (Relatório PR, março de 1971). Desta forma, os diversos movimentos que atuam no meio rural vão construindo experiências junto ao povo, buscando a concretude de uma nova realidade. Um dos poucos relatórios do Movimento de Evangelização Rural (MER) reforça essa postura de transformação da realidade social:

O que é nosso trabalho? - Uma reflexão constante de tudo aquilo que o povo faz dentro de suas posses. - As conversas não teriam sentido se não fosse para entrar em ação depois. - Nosso trabalho tem 3 etapas: 1 - de enraizar a amizade com o povo. 2 - de estudar a vida. 3 - de ação. - Levar cada tipo de trabalhador a se unir entre si em vista da união de todas as camadas. - Começar esse trabalho pela camada que for mais numerosa no sítio. - Uma preparação do ambiente que nasce o Cristo. - Um esforço para viver o Evangelho e o que a

Igreja Anuncia. - É um abre caminho, é um trabalho que constrói alicerces. É luz - vivência de amor - caridade.

Os movimentos que atuam no meio rural, sejam eles a Juventude Agrária Católica, a Ação Católica Rural, o Movimento de Evangelização Rural, o movimento da Igreja Viva e a Pastoral Rural, demonstram uma harmonia nas suas atuações. As variadas siglas muitas vezes se mesclam em ação conjunta. O que de fato não se perde de vista é a reflexão de uma conjuntura, de uma sociedade em vista de transformá-la à luz do evangelho, à luz de um Cristo que agora está ao lado dos pobres.

São, portanto, essas experiências que transformam a Igreja Católica na Paraíba no final da década de 1960 para o início da década de 1970. São ações que antecedem nomenclaturas, mas que se constroem solidamente no meio da classe trabalhadora rural. Essas experiências foram fundamentais para formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Paraíba. A trajetória da Igreja Católica no Brejo paraibano, interior de um estado do Nordeste brasileiro é reflexo de uma postura muito mais abrangente, mas que se constrói a partir da realidade de cada lugar, se solidificando nas especificidades das localidades. E é por meio dessa realidade objetiva que a Igreja modifica seus olhares, sua aproximação na tentativa de direção dos trabalhadores rurais no Brejo paraibano, encontra uma conjuntura de exploração e perseguição, e por meio de uma via de mão dupla, a Igreja também é tocada por essa realidade. Esse é o nascedouro de uma Teologia que se faz libertadora.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a trajetória de uma instituição religiosa como a Igreja Católica percebemos a heterogeneidade intrínseca a sua formação e atuação no mundo. A década de 1960, recorte desta pesquisa, nos permitiu perceber que a Igreja Católica no Brasil, dentro de sua multiplicidade de ação, atuou predominantemente nos primeiros anos da década de forma conservadora, seguindo um modelo institucional secular, muito mais próximos das elites, das classes dominantes e do Estado. Durante os anos de 1960, em um contexto de intensificação das práticas de repressão da ditadura, houve uma inflexão da instituição eclesiástica, que ao mudar de direção, mudou seu olhar de cima para baixo. Essas mudanças ocorreram em sintonia com uma nova postura global da Igreja, o que não quer dizer totalmente consensual. Por sua vez, a mudança da postura global da Igreja carrega consigo muito das experiências locais, regionais e nacionais, a exemplo das experiências da ação dos clérigos católicos junto aos trabalhadores rurais da Paraíba.

Pensar a Paraíba e mais especificamente o Brejo paraibano é relacionar as escalas macro e micro, dentro de um contexto vivido por toda a Igreja Católica, mas que ganha dimensões e soluções específicas para cada região. Iniciamos este trabalho mencionando a construção de um discurso antimoderno elaborado pela Igreja Católica na Europa, mas que ressoa no interior da Paraíba. As produções de encíclicas papais, das cartas pastorais, dos direcionamentos da imprensa católica sobre as “questões sociais” são indispensáveis ao entendimento do processo de atuação da Igreja no campo paraibano.

A Doutrina Social da Igreja orientou a formação e capacitação dos leigos para interferirem na realidade ao qual a Igreja Católica não soubera se relacionar até certo ponto. A atuação do laicato foi, entre outros elementos, o elo de reconciliação com essa sociedade moderna que, aos olhos católicos, precisava se recristianizar, se voltar para os ensinamentos cristãos. A partir disso, a Igreja Católica no século XX adentrou às questões sociais, que se constituíram com suas especificidades de acordo com a região. Passou do discurso para a ação. Assim são criados os mais diversos grupos e organizações, também mencionados neste trabalho, como a Ação Católica, os Círculos Operários, o Movimento de Educação de Base, etc.

Na Paraíba, o Brejo paraibano se tornou o ponto central do combate aos movimentos sociais do campo que surgiram no estado. O crescimento das Ligas Camponesas, em contraposição à exploração dos trabalhadores rurais e associado ao Partido Comunista, fez com

que a ação da Igreja se voltasse à criação de sindicatos de trabalhadores rurais. Assim o Brejo viu surgir os primeiros sindicatos reconhecidos no estado da Paraíba por intermédio dos padres em 1962. Ainda que parte da Igreja, neste mesmo ano, tenha rompido com a ala conservadora, sendo assim concorrente na formação de sindicatos rurais por meio da Ação Popular, a Igreja Católica, ao dirigir seus esforços para a conciliação de classes e combate anticomunista às Ligas Camponesas, agiu predominantemente em sintonia com as classes dominantes, defendendo interesses que, neste momento, coincidiam entre si.

Essa relação de ajuda mútua entre Igreja Católica e as classes dominantes se manteve enquanto seus interesses convergiram na mesma direção. A Igreja sempre se manteve fiel aos seus interesses e o desejo de impor sua própria visão de mundo na sociedade. Em alguns momentos, seu projeto de sociedade aproximou-se daquele defendido pelas classes dominantes, gerando essa íntima relação. Em outros momentos não. Ao percebermos a atuação dos padres no ano de 1964 no Brejo, vendo sindicatos serem reprimidos pela ditadura instaurada, ou até mesmo pelos grandes proprietários rurais locais, notamos os limites da atuação desta instituição religiosa mesmo atuando dentro da ordem estabelecida. E esse limite é imposto por uma classe dominante que não tolerava o mínimo de direitos para os trabalhadores, especialmente os trabalhadores rurais.

A Igreja Católica, como vimos, afastou-se do processo de criação de sindicatos após a instauração de um regime ditatorial desejado pela mesma. Manteve-se inicialmente aliada à ditadura, e após alguns anos, grande parte da Igreja afastou-se e lutou contra o regime. Neste processo é importante lembrar o desenvolvimento de novas práticas dentro da instituição, advindas do Concílio Vaticano II e na América Latina, da Conferência de Medellín e a posteriori, da Conferência de Puebla no final da década de 1970. O marco de atuação dessa Igreja que se faz nova, ou pobre, não pode ser medida somente por um documento oficial após a realização de um evento como os citados. O que pudemos observar no Brejo paraibano é a construção de uma nova forma de ser Igreja a partir da experiência dessa instituição com os mais pobres e necessitados.

Seria possível afirmar que a aproximação inicial da Igreja Católica na tentativa de ordenar a população campesina no início da década de 1960 no Brejo paraibano permitiu que esta instituição religiosa se aproximasse desta camada social para além do intuito ordenador? É possível afirmar que em alguns casos isso foi possível. O caso do município de Solânea é um exemplo dessa relação que se inicia na tentativa de combate ao comunismo no início da década de 1960, passa pela perseguição do Padre José Fidelis em 1964 e se transforma em 1968 num

núcleo de atuação dos leigos com as comunidades rurais, numa nova perspectiva de ação. Essa relação foi possível ou concretizada em todo o Brejo? Não. Porém, em muitos municípios do interior da Paraíba, foi possível perceber a relação da Igreja Católica no final da década de 1960 agindo em prol da construção de uma nova realidade para as comunidades rurais onde antes foram criados os próprios “sindicatos dos padres”. Antes mesmo de uma definição linguística, a Igreja buscou se fazer “libertadora” junto ao povo.

A Paraíba, assim como outros estados, pôde experimentar esse processo de mudança da Igreja Católica na década de 1960 e o Brejo, de forma particular, viu nascer a inflexão desta instituição enquanto espaço de combate e de renovação. Infelizmente, a limitação das fontes não permitiu um aprofundamento da investigação, inclusive dentro de todo o recorte espacial. Mas este trabalho não teve a pretensão de esgotar o debate e as possibilidades de pesquisa. Embora não tendo acesso a todas as atas de reuniões dos sindicatos por terem sido perdidas, ou todos os livros de tomo por não se encontrarem mais nas paróquias, ou até a outras fontes que não foram pensadas para esta dissertação, pudemos perceber, mesmo que minimamente, a trama que envolveu a criação e consolidação dos sindicatos de trabalhadores rurais em combate ao comunismo e o surgimento de um movimento religioso que buscou orientar e encorajar os trabalhadores rurais em busca de seus direitos por uma mesma instituição religiosa.

Essas mudanças e novas experiências da Igreja Católica no Brejo paraibano, após o processo de sindicalização rural por meio dos padres, fizeram com que houvesse uma nova aproximação direta entre padres e sindicatos rurais e, de forma geral, com a luta campesina. Com a Teologia da Libertação, os padres voltam a atuar diretamente nos sindicatos, ajudando a reconstruir um espaço de luta durante a década de 1980. Em cada sindicato que passei para fazer a pesquisa desta dissertação, mantém-se viva a história combatente do sindicalismo rural do Brejo na década de 1980, lembrando em alguns, a colaboração primordial de uma Igreja Católica enquanto construtora de uma nova realidade. A década de 1960 é o momento inicial de aproximação entre a Igreja e o sindicalismo rural. Compreender as décadas subsequentes requer compreender esse período em que a Igreja passa de mediadora à colaboradora. Assim, espero que essas páginas possam lembrar que há muito tempo os trabalhadores rurais estão lutando e que a Igreja Católica exerceu um papel fundamental neste processo, com seus limites, contradições e impactantes contribuições.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos**. Recife: Editora Universitária da UFPE: Editora Oito de Março, 2005.

ALVES, Janicleide Martins de Moraes. **Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

AMADO, Janaína Passos. **Eu Quero Ser Uma Pessoa - Revolta Camponesa e Política no Brasil. Resgate - Centro de Memória da Unicamp**, Campinas, v. 5, n.1, p. 47-69, 1993.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. **De Júlio Maria à Ação Católica: contribuições para a história do laicato católico brasileiro (1901-1947)**. In: XXVI simpósio nacional da ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**, 2011.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. **Em busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social (1928-1945)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. 2009.

AUED, Bernardete Wrublewski. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro - PCB e Ligas Camponesas 1955-64**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1981.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARBOSA, Ivone Vital Torres. **Mudanças sociais na agricultura e suas implicações para o sindicalismo rural (Um estudo das transformações em Sapé - 1950 - 1980)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

BARROS, Sergio Miceli Pêsoa de. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. 233f. Livre docência - Universidade Estadual de Campinas. 1985.

BERTOLAZZI, Annaliza. **Novo sindicalismo no campo paraibano: continuidades e mudanças**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1989.

BENEVIDES, Cezar Augusto Carneiro. **Camponeses em marcha: Estudo das Ligas Camponesas Paraibanas (1960-1964)**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1985.

Novo Testamento - 1 Coríntios. In: **Bíblia Sagrada**. Ed. Pastoral. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990. p. 1473-1474.



BIOGRAFÍA Y VIDAS. **Louis Bonald**. Disponível em: <<https://www.biografiasyvidas.com/biografia/b/bonald.htm>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.  
CAMACHO, Ildefonso. Doutrina social da Igreja. Abordagem histórica. São Paulo: Loyola, 1995.

CAVALCANTE, Erika Derquiane. **A cachaça e o desenvolvimento turístico**: uma análise das representações do espaço e dos atores envolvidos na atividade turística no Brejo paraibano. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2013.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **“A ameaça vermelha”**: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937). Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998.

CRUZ, Dalcy da Silva. **A redenção necessária**: Igreja Católica e sindicalismo rural - 1960-64. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1982.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2. ed. rev. - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

DIAS, Roberto Barros. **Deus e a pátria**: Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, 2008.

DIAS, Romualdo. **Imagens da ordem**: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922 - 1933). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

FARIAS, Damião Duque de. **Em defesa da ordem**: Aspectos da Práxis Conservadora Católica no meio operário em São Paulo (1930-1945). São Paulo: Editora HUCITEC História Cultural, USP, 1998.

FGV CPDOC. **Jackson de Figueiredo**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jackson\\_de\\_figueiredo](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jackson_de_figueiredo). Acesso em: 19 mai. 2019

FGV CPDOC. **Sebastião Leme de Silveira Cintra**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sebastiao-leme-de-silveira-cintra>. Acesso em: 21 mai. 2019.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e Romanização: a implantação da Diocese da Paraíba (1894-1910)**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. João Pessoa: Idéia, 1993. 212p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. V. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2º edição - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. V. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. 3º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. A ação católica. In: **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2º ed. Campinas: Papirus, 1986.

MANOEL, Ivan Aparecido. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. **Acta Scientiarum**, Maringá - UEM, v. 21, n. 1, p. 207-215, 1999.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Feuerbach e História. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845- 1846)**. Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. Conciliação versus radicalização: o SORPE e as demais organizações católicas presentes na zona canavieira de Pernambuco por volta de 1963. **Gênero & História** (UFPE), v. X, n. 10, p. 110-138, 2015.

MAUPEOU, Samuel Carvalheira de; VIANA JUNIOR, Mário Martins. Questão agrária: experiências e resistências no campo (Historiográfico?). **Revista Embornal**, v. VIII, p. 4-15, 2017.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. **História dos movimentos sociais no campo**. FASE: Rio de Janeiro, 1989.

MEDEIROS, Wellington da Silva. Concílio Vaticano I (1869-1870): Centralização do Catolicismo. **História.com**, v. 1, p. 1-10, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 94-125, 1996.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; SILVA, Laurijane M. G. da; SILVA, Maria Vilma T. da; LIMA, Gilmar F.. **Estruturação do território municipal da Paraíba**: na busca das origens. Cadernos do LOGEPA. Série Texto Didático (UFPB), João Pessoa. ISSN 1677-1125, n.Ano 2, p. 13-25, 2003.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Projeto História**, São Paulo, (29) tomo 2, p. 391-416, dez. 2004.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Travessias: Padres europeus no nordeste do Brasil (1950-1990)**. Recife: CEPE, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 315 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NOBRE, Gismário Ferreira. **A trajetória do sindicalismo rural na Paraíba**: Um estudo sobre as relações entre o Estado e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no período entre final da década de 50 e final da década de 70. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1990.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe Civil-Militar na Paraíba: Repressão e Legitimação. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e.. (Org.). **Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba: História, Memória e Construção da Cidadania**. 1ªed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, v., p. 78-118.

PAIVA, Marlúcia Menezes de. **Igreja e Renovação: Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964)**. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifício Universidade Católica de São Paulo.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: Ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. 179f.

PENNA, Mariana Affonso. História oral e militância política: o caso do Movimento das Comunidades Populares. **História oral**, v. 20, p. 7-32, 2017.

PESSOA, Vitor Gadelha. **As Ligas Camponesas da Paraíba: história e memória**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Editora vozes Ltda, 1985.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte; Esperança de vida**. A história das ligas camponesas na Paraíba. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

RAMOS, Carolina Torres Alves de Almeida. A construção do sindicalismo rural brasileiro. In: VI Simpósio Estado e Poder: Cultura, 2010, Sergipe. **Anais do VI Simpósio Estado e Poder: Cultura**. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2010.

RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)**. Niterói, 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.

REB: Revista Eclesiástica Brasileira. Instituto Teológico Franciscano. Disponível em: <http://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb>. Acesso em: 21 mai. 2019.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 109<sup>o</sup> ed. - Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

REGO, José Lins do. **Usina**. 20<sup>o</sup> ed. - Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

REGO, José Lins do. **Fogo morto: romance**. 81<sup>o</sup> ed. - Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **A formação territorial do Brejo paraibano e a luta pela terra: o caso do assentamento Nossa Senhora de Fátima**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, 2012.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro**. Estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937. 2011. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e Morais. **Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920-1962**. João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990. 342p.

SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará: Instruindo, orientando, moralizando (1915-1963)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

SANTOS, Maria Clyvia Martins dos. **A tragédia de Mari: resistência camponesa no município de Mari-PB em 1964**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6º ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Oziane Renata de Lima; LIMA, Cleonice Evellyn Oliveira; SILVA, Luiz Custódios da. O Diário da Borborema e a Perspectiva de Desenvolvimento Regional. In: **Intercom**, 2010, Campina Grande.

SCOTT, James. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**. Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

STEIN, Leila de Menezes. **Trabalhismo, Círculos Operários e Política:** A construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964). São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

SILVA, José Santana da. Conflitos agrários e Igreja em tempo de mudanças. **Revista Plurais - Virtual**, v. 5, p. 54-79, 2016.

SILVA, Pedro Henrique Pachêco da. **Ação Católica Rural:** um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1979). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. 180f.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino:** existência e consciência da desigualdade regional (Fac-similar). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SOBREIRA, D. S. B.. O anticomunismo no A Imprensa: Igreja Católica e golpe civil-militar na Paraíba. In: Dantas, Eder; Nunes, Paulo Giovanni Antonino; Silva, Rodrigo Freire de Carvalho. (Org.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba:** História, memória e construção da cidadania. 1ed.João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

SOUSA, Adinari Moreira. Política social pós-segunda guerra mundial: construção do Welfare State sob a concepção de cidadania e seguridade social. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2013, São Luiz - MA.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste, o vietnã que não houve:** ligas camponesas e o golpe de 1964. Londrina: Ed. UEL/Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 1996.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários:** A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

TARGINO, Ivan. MOREIRA, Emília. MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba: Um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Ruris**. Volume 5, número 1. 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2012. p. 269-281.

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIDE EDITORIAL. Edmund Burke. Disponível em: [https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author\\_id=1353](https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author_id=1353). Acesso em: 19 mai. 2019.

VIDE EDITORIAL. Jacques Maritain. Disponível em: [https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author\\_id=1202](https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author_id=1202). Acesso em: 19 mai. 2019

VIDE EDITORIAL. Joseph de Maistre. Disponível em: [https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author\\_id=1567](https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author_id=1567). Acesso em: 19 mai. 2019.

WANDERLEI, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WOOD, Ellen Meiksins. Classe como processo e como relação. In: **Democracia contra capitalismo: A renovação do materialismo histórico**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 73-98.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Os jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS**. Salvador: EDUFBA, 2010.

WELCH, Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). Tradução para o português: Venceslau Alves de Souza. **Revista Brasileira de História** (Online), v. 36, p. 81-105, 2016.

## 7. ACERVOS E FONTES PRIMÁRIAS

### 1. DOCUMENTOS DA IGREJA CATÓLICA:

#### - *Cartas Pastorais:*

ENGELKE, Inocêncio. Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural. In: A questão agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária - 1946 - 2003. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

HENRIQUES, Adauto Aurélio de Miranda (Dom). Carta Pastoral Tudo pela Pátria, nada sem Deus. Parahyba do Norte: Typ. d'A Imprensa. 1917.

HENRIQUES, Adauto Aurélio de Miranda (Dom). Carta Pastoral Collectiva do Episcopado das Províncias Ecclesiasticas Septentrionaes do Brasil Sobre os males actuaes da sociedade. Bahia: Tipografia de São Francisco. 1920.

#### - *Encíclicas:*

BENTO XV, Papa. Carta encíclica Ad beatissimi apostolorum. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/benedict-xv/en/encyclicals/documents/hf\\_ben-xv\\_enc\\_01111914\\_ad-beatissimi-apostolorum.html](http://w2.vatican.va/content/benedict-xv/en/encyclicals/documents/hf_ben-xv_enc_01111914_ad-beatissimi-apostolorum.html)>. Acesso em: 04 jan. 2019.

JOÃO XXIII, Papa. Carta encíclica Mater et magistra (Sobre a recente evolução da questão social a luz da doutrina cristã). Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_15051961\\_mater.html](http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html). Acesso em: 04 jan. 2019.

LEÃO XIII, Papa. Carta encíclica Rerum Novarum (Sobre a condição dos operários). Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html). Acesso em: 04 jan. 2019.

LEÃO XIII, Papa. Carta encíclica Quod apostolici muneris. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/it/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_28121878\\_quod-apostolici-muneris.html](http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/it/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_28121878_quod-apostolici-muneris.html). Acesso em: 04 jan. 2019.

PIO XI, Papa. Carta encíclica Quadragesimo anno (Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica no XL aniversário da encíclica de Leão XIII “Rerum Novarum”). Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragesimo-anno.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html). Acesso em: 04 jan. 2019.

PIO XI, Papa. Carta encíclica Divinis Redemptoris (Sobre o comunismo ateu). Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19370319\\_divini-redemptoris.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html). Acesso em: 04 jan. 2019.

PIO IX, Papa. Carta encíclica Quanta Cura. 1864. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembris-1864.html>. Acesso em: 04 jan. 2019.

PIO IX, Papa. Carta encíclica Qui Pluribus. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-qui-pluribus-9-novembre-1846.html>. Acesso em: 04 jan. 2019.

- *Livros de Tombo:*

Disponíveis nas paróquias das cidades de Alagoa Nova, Bananeiras, Borborema, Pilões e Serraria.

- *Relatórios:*

Fundo: Conselho Pastoral. Dossiê: Ação Católica. Sub-grupo: - . Série: Documentos Juventude Agrária Católica/Movimento de Evangelização Rural. Subsérie: Relatórios. Data limite: 1969-1971. Total de documentos: 25 docs. Disponível no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

## 2. CENSOS PRODUZIDOS PELO IBGE:

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agrícola 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

## 3. JORNAIS:

Jornal *A Imprensa*. Anos de análise: 1960, 1961, 1962, 1963 e 1964. Disponível no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. João Pessoa – PB.

Jornal *A Liga*. Anos de análise: 1962 e 1963. Disponível no Centro de Documentação e Memória - CEDEM da Universidade Estadual Paulista – Unesp. São Paulo – SP.

Jornal *Diário da Borborema*. Anos de análise: 1962, 1963 e 1964. Disponível na biblioteca de obras raras Átila de Almeida, na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Campina Grande – PB.

## 3. DOCUMENTOS DOS SINDICATOS:

- *Atas de reuniões:*



Disponíveis nos STRs das cidades de Alagoa Grande e Areia.

- *Cartas Sindicais:*

Disponíveis nos STRs das cidades de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Pilões e Serraria.

#### 4. ENTREVISTAS

- Entrevistas realizadas pela equipe do Serviço de Educação Popular – SEDUP no início da década de 1990. Disponível no arquivo do SEDUP. Guarabira – PB.